UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PODE O SUBÚRBIO FALAR?

A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes

MÔNICA C. P DE SOUSA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como pré-requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação Social.

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

Niterói

2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S725 Sousa, Mônica Christina Pereira de.

Pode o subúrbio falar? A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes / Mônica Christina Pereira de Sousa. – 2015.

216 f.

Orientador: Kleber dos Santos Mendonça.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

Bibliografia: f. 209-216.

- 1. Subúrbio. 2. Jornalismo. 3. Cidade. 4. Discurso jornalístico.
- 5. Análise do discurso. I. Mendonça, Kleber dos Santos.
- II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 079.81

MÔNICA CHRISTINA PEREIRA DE SOUSA

PODE O SUBÚRBIO FALAR?

A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como pré-requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação Social.

Aprovado em: 16 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA

	Professor Dr. Kleber dos Santos Mendonça Orientador – UFF
Profess	sor Dr. Renato Cordeiro Gomes – PPGCom/PUC – Rio
Professo	or Dr. Ricardo Ferreira Freitas – PPGCom/UERJ – Rio
	Professora Dr. Ana Lúcia Enne PPCult/UFF
	rofessor Dr. Maurício Bragança – PPGCom/UFF

3

Era como se Deus tivesse resolvido por à prova toda a capacidade de assombro e mantivesse os habitantes de Macondo num permanente vaivém do alvoroço ao desencanto, da dúvida à revelação, ao extremo de já ninguém poder saber com certeza onde estavam os limites da realidade. (Gabriel Garcia Marques)

Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (Primo Levi).

Aos meus pais Paulo e Adenice, que não entendem "porque tanto estresse por um simples curso". E às minhas avós Marias, cuja coragem "sem letras" num mundo ainda impossível fizeram desse momento realidade.

AGRADECIMENTOS

A todos que nesses quatro anos foram solidários às minhas ausências, aos que se impuseram presentes pela insistência, aos pesquisadores de parceria que testaram a capacidade mental com mais indicações de livros, autores e (des)caminhos. O que transforma esse período em algo possível são esses encontros de amor, de amizade, de companheirismo, e de muitos risos em bares.

Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa e à Universidade Federal Fluminense por acreditar no projeto.

Aos professores Ana Enne, Renato Gomes, Ricardo Freitas e Maurício Bragança pela leitura crítica desse trabalho e por aceitarem participar como membros da banca – um obrigada especial ao professor Renato Gomes que sacrificou a agenda para que fechássemos a defesa. Ao professor (e amigo) Ricardo Freitas por ser o maior incentivador de que eu seguisse para o doutorado. À professora Ana Enne que iluminou quando tudo era um buraco negro – suas aulas são incentivos para a vida. Ao professor Fernando Resende que ausente na banca, se faz presente na concepção desta pesquisa.

Agradecimento mais do que especial ao meu orientador, Kleber Mendonça, com quem compartilho essa pesquisa. Obrigada pelas conversas, pelas muitas horas de orientação, pelo incentivo, pelas aulas e por acreditar que fosse possível.

Aos amigos que compartilharam ideias, livros e o tempo: Guilherme Carvalhido, Válter Cruz, Amélia Bezerra, Cristiano Otaviano e Lucia Schmidt. Aos amigos da vida que tornaram meus dias mais amenos: Zil, Malu, Fá Medina, Vivi Campos, Ju Conceição, Vanessa Dutra. À irmandade que nem a Dutra e nem o doutorado separam: Laís Duarte e Renata Cappellano. Ao Márcio Guerra, onde tudo começou lá na graduação.

Aos amigos da vida, do estresse, da loucura e das "delícias" do doutorado: Nelson Toledo e Vânia Fortuna que deixaram tudo muito mais divertido. Sem vocês teria sido impossível!

Aos irmãos, que melhores amigos fazem da minha vida a melhor das vidas: Monique, Márcio e Juninho. E em espacial, ao sobrinho, afilhado e filho que escolhi: Gustavo – por quem busco o caminho para ser melhor.

Ao Isac, o presente que o doutorado me deu - pela vida, pela obra, pelo acaso, pelo amor.

RESUMO

A proposta dessa tese é investigar e problematizar a produção de sentido dos espaços sociais na cobertura jornalística do jornal O Globo. A pesquisa se debruça sobre a questão da integração do subúrbio do Rio de Janeiro devido às obras de reurbanização da cidade, que desembocam, entre outros aspectos, na questão da mobilidade. O estudo parte da hipótese de que o jornalismo disputa os significados pela imposição dos sentidos a partir do alijamento das vozes dissidentes ao consenso discursivo da integração. O jornalismo em sua condição de representante do equilíbrio entre a neutralidade e o posicionamento crítico tem em seus usuais rituais de objetividade e imparcialidade a estratégia de silenciamento e direcionamento discursivo - o que escancara os ordenamentos dos sentidos pela orquestração das falas. Assim, essa pesquisa propõe o conceito de dislexia discursiva como a competência midiática de reconfigurar a inscrição cidadã aos fluxos harmoniosos do consenso jornalístico. Se o jornalismo garante legitimidade na usurpação do contraponto das vozes silenciadas é porque se fortalece no pacto de confiança leitor/jornal, cuja crença na aura de transparência reconhece o poder e possibilita à imprensa jogar com os sentidos polissêmicos na linguagem jornalística. A hipótese final é de que a dislexia discursiva assegura ao jornalismo a potência das estratégias de manutenção não apenas de um status quo "subalterno", no qual o subúrbio está imerso em sua historicidade midiática, como a legitimação do consenso se torna forma de imobilizar resistências.

Palavras-chave:

- 1. Subúrbio 2.Jornalismo Impresso 3. Dislexia Discursiva 4. Geografia da Comunicação
- 5. Cidades e sentidos

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to investigate and discuss the production of meaning of social spaces in the press coverage of the newspaper O Globo. The research focuses on the issue of integration of the suburb of Rio de Janeiro due to redevelopment works in the city. The study starts from the hypothesis that journalism contest the meanings by the imposition of the senses from the dumping of dissenting voices to discursive consensus of integration. Journalism in its balance of representative condition between neutrality and the critical position has in their usual rituals of objectivity and impartiality the muting discursive strategy and direction - which opens wide the orders of the senses by the orchestration of the speeches. Thus, this research proposes the concept of discursive dyslexia as the media literacy to reconfigure citizen enrollment in harmonious flow of journalistic consensus. If journalism ensures legitimacy in usurpation of counterpoint of the silenced voices is because it strengthens the confidence pact reader / newspaper, whose belief in the aura of transparency recognizes the power and enables the press to play with polysemic senses in journalistic language. The final hypothesis is that the discursive dyslexia assures the power of journalism maintenance strategies not only a status quo "subordinate" in which the suburb is immersed in their media historicity, as the legitimacy of consensus becomes immobilized form of resistance.

SUMÁRIO

IΛ	NTRODUÇÃO	09
1	Os deslocamentos físicos e simbólicos na compreensão das cidades	19
	1.1 Os espaços de sentidos - a praia como arena de poder	20
	1.1.1 A praia: entre o cemitério e a vida	22
	1.1.2 O encurtamento das distâncias e as farpas simbólicas	30
	1.1.3 Soluções ou engodos? O separar que propõe unir	38
	1.2 O sombreamento dos sentidos	40
	1.3 Farofa e fetiche – o espaço como sujeito	45
	1.3.1 Os enquadramentos do dizível e do inconfessável	60
2	No avesso da montanha, no labirinto — Subúrbio em seus muitos olhare	es70
	2.1 Uma longa faixa de terra da cidade ao seu além	73
	2.2 Metáforas, rupturas e regularidades	81
	2.3 Mobilidades e poder	90
3	Rumo ao interior e longe da brisa marítima: os discursos e os custos do	ı
in	tegração suburbana	100
	3.1 Se o Rio fosse um corpo humano o subúrbio seria o coração	102
	3.1.1 O subúrbio que atravessa a cidade	109
	3.1.2 Integração: legalidade e valorização	113
	3.1.3 A face de Janus da integração	128
	3.2 "É sorriso, é paz e prazer": a cultura conveniente	132
	3.2.1 Parque Madureira: a orla do subúrbio da Central	146
	3.3 "Subúrbios nos trilhos": Ordenamento como estratégia	153
4	A dislexia discursiva – crítica à prática jornalística	167
	4.1 Rastros de existência	178
	4.2 A significação das vozes pelo ruído	185
	4.3 Dislexia <i>versus</i> disputas pela ressignificação dos lugares	191
C	ONSIDERAÇÕES FINAIS	203
В	IBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

Jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo existe uma ligação entre eles.

(Ítalo Calvino)

Procurando caminhos para falar sobre o fim de uma pesquisa que se estendeu por quatro anos e que gerou esta tese, acabei me lembrando de algo que me inquietou durante todo o trabalho, mas com especial ênfase no quarto capítulo: como pontuar o olhar da pesquisa sem com isso impor verdades? Na obra de Wittgenstein, uma de suas assertivas sobre a certeza nos diz que "A verdade das minhas afirmações é a prova da minha compreensão dessas afirmações" (1969, p.35). É com essa perspectiva que apontamos para as dificuldades que se apresentam à comunicação ao lidar com as complexidades das relações e das multiplicidades do espaço urbano compreendido a partir das miríades da interdisciplinaridade. É por esse viés preocupado em não apontar verdades mas caminhos possíveis desse desenrolar, dessa estrutura de ordenação do mundo e os parâmetros dos eixos de criação dos sentidos em que as verdades se dão em um tempo e um lugar que esta pesquisa busca se situar. De modo tal que o discurso, como o pensa Foucault (1996), seja compreendido como um recorte, um olhar, uma determinação característica, um modo de ver a realidade, uma forma de narrar o mundo.

O Rio de Janeiro é um caso emblemático para o trabalho que se delineia nesta tese: perceber as intrincadas implicações na produção de sentido das divisões espaciais que, na cidade, se projetam entre as zonas Sul e Norte – e no meio desse caminho, o subúrbio. E será para o subúrbio que olharemos. Desde 2009, o Rio de Janeiro começou a promover reformulações urbanas dentro de um projeto de qualificação para sediar grandes eventos mundiais. Não só a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, mas tantos outros eventos menos pontuais se tornaram justificativas comuns para mudanças estruturais, principalmente relacionadas à mobilidade urbana – e que vão desembocar numa série de conjunturas sociais e políticas tanto para o conjunto de cidadãos quanto para a compreensão dos espaços da cidade.

No meio desse emaranhado do que se convencionou chamar de "reurbanização" tornou-se urgente redefinir o título de "cidade partida", que há décadas se tornara um chavão para expressar as discrepâncias socioeconômicas do Rio de Janeiro. Pensar uma

cidade não partida pressupunha transformar a cidade em um uníssono de "Somos um Rio", conforme apregoam os slogans das propagandas municipais.

O subúrbio então se torna a bola da vez das estratégias da nova cidade integrada a partir da construção do Parque Madureira, inaugurado em junho de 2012. O parque é a "joia do subúrbio", titulo empregado pelas propagandas institucionais do governo da cidade, e coloca o subúrbio na agenda midiática tanto da imprensa quanto de programas de entretenimento. Não é à toa, por exemplo, a escolha da locação cenográfica da novela Avenida Brasil, sucesso da Rede Globo em 2012, que representa o subúrbio (e mais especificamente Madureira) no fictício bairro do "Divino". A música tema do bairro foi uma adaptação de "Meu lugar", do compositor e cantor Arlindo Cruz, conhecida como hino de Madureira, substituída na letra por Divino - "O meu lugar é sorriso é paz e prazer, seu nome é doce dizer: é Divino".

Desse modo, o incômodo que gerou essa tese parte da forma monocular com que o sentido de subúrbio é enfocado para articular o novo projeto de cidade integrada. É nesse contexto de estratégias de foco no subúrbio que perguntamos: como são produzidos os sentidos de subúrbio? Como se estruturam os discursos de integração propostos pelos governos estadual e municipal a partir das matérias produzidas pelo *O Globo*? De que maneira tais arranjos estratégicos tomam forma no jornalismo? Como o subúrbio é o limiar de uma "cidade partida" e de uma "cidade integrada"? Quais os parâmetros para a formulação de "integrado" e "partido"? Essas são algumas das muitas perguntas que se tornaram inquietações e que motivaram toda a pesquisa.

Não há estudos hoje sobre o subúrbio na cobertura jornalística, o que nos leva à importância de pensarmos as questões espaciais mediadas pelos meios de comunicação, questões essas que desembocam, entre outros aspectos, nos jogos e disputas de significados para os espaços e seus sujeitos. Nosso objetivo então é demonstrar como o discurso de integração da cidade toma corpo no jornal *O Globo* a partir da cobertura do Parque Madureira. Vale salientar que nosso estudo não é, assim, um tradado sobre Madureira ou sobre o parque. E tampouco é uma denúncia de que o jornalismo direciona os sentidos – partimos disto como uma constatação para buscarmos compreender a complexidade do processo desencadeado pelo agendamento midiático no "deslocamento" do sentido de subúrbio. Sendo assim, do ponto de vista metodológico, a pesquisa não se prendeu a considerações quantitativas, mas buscou uma delimitação que permitisse a análise dos

discursos jornalísticos derivados de alguns momentos cruciais e capazes de evidenciar o processo de produção de sentido.

O ponto fundamental, então, foi o de perceber como os direcionamentos de sentidos são colocados nos jogos de disputa pelo significado no movimento das relações entre o "subúrbio e a cidade" para, depois, concentrar-se no movimento do "subúrbio na cidade". Em vista disso, não temos um capítulo específico de análise das reportagens, mas um trabalho cuja análise se estende ao longo dos quatro capítulos que compõem a tese – e algumas das matérias são mencionadas mais de uma vez, pela complexidade e multiplicidade de questões que suscitam. Tal opção procura ampliar a reflexão de casos e momentos emblemáticos capazes de ilustrar os mecanismos sistemáticos e estruturais usados cotidianamente na cobertura do parque.

Tais exemplos da cobertura ao longo de mais de três anos de publicações analisadas foram escolhidos por explicitar os padrões recorrentes que permitiram delinearmos o objetivo final desta tese, que é revelar como a integração suburbana se processa por mecanismos ardilosos de pseudoparticipação nas vozes presentes nas matérias publicadas ao longo da pesquisa. O que chamaremos de dislexia discursiva se trata, pois, do recorrente direcionamento de sentido estruturado a partir da reconfiguração "legitimada" da fala do outro que, pelos meandros das ferramentas do jornalismo, promove o alijamento dos contrapontos tão "caros" à imprensa.

É então na promoção da dislexia na fala do outro, no contraponto comezinho da rotina produtiva de "ouvir" as partes e apresentar suas posições que o jornalismo vai camuflar sua ardilosidade ao aleijar a subjetividade dos moradores das regiões suburbanas, personificadas aqui nas matérias sobre o parque em Madureira. O jornalismo, em sua condição de representante do equilíbrio entre a neutralidade e o posicionamento crítico, tem em seus usuais rituais de objetividade e imparcialidade a estratégia de silenciamento e direcionamento discursivo — o que escancara os ordenamentos dos sentidos pela orquestração das falas. E, para isso, vai jogar com os conceitos de ruído e informação num constante deslocamento de ordem e desordem que pressupõe o processo comunicacional.

E por meio desse "equilíbrio" pautado em racionalidade técnica, o jornalismo joga com os sentidos de ordem e desordem tão necessários às ressignificações dos sentidos inventados e perpetuados há mais de um século para as condições do subúrbio e seus sujeitos - seu papel vital de organizar e manter o *status quo* do ordenamento conveniente. Propomos então o conceito de dislexia discursiva como a competência midiática de

reconfigurar (construir/destruir) a inscrição dos moradores do subúrbio nos fluxos harmoniosos do consenso da integração. Assim, empreenderemos alguns vieses necessários à compreensão do jornalismo como potência violenta de produção de sentido.

Não é o Parque Madureira (ou "joia do subúrbio") justamente o motor da nova cidade integrada? No entanto, a integração se estabelece por pesos e medidas que deixam marcas pesadas e difíceis de transpor – embora não impossíveis – no perverso jogo de significações e de estratégias que levam à pseudocompreensão da multiplicidade. Ou, poderíamos dizer, também, de uma estratégia de pseudomultiplicidade que se esconde, paradoxalmente, no escancaro da tradição e do ordenamento sob a alcunha da integração – pontos esses que se revelam em detalhes e situações da cobertura do parque.

Tal delineamento da pesquisa não se apresenta, entretanto, desde o começo. Até chegar ao "longínquo" subúrbio, foram necessários vários percalços. Assim, a investigação que começou pela compreensão dos deslizes e desalinhamentos das polaridades caos/violência nas narrativas jornalísticas dedicadas ao turismo no Rio de Janeiro, procurando pelos desalinhamentos das polaridades, seguiu outros vieses a partir da intensa pesquisa realizada na Biblioteca Nacional. É nesse período de leituras das coberturas de vários momentos importantes (e outros nem tanto) da história da cidade que o espaço urbano vai se tornando recorrente e ganhando contornos inquietantes, do ponto de vista analítico. Compreendemos, então, que perceber a cidade demandava ideias mais claras sobre o espaço urbano e a relação que essa noção estabelece com o todo da cidade. É na busca desse todo que as ambiguidades, as contradições e as diferenças do primeiro projeto se tornam inquietantes não mais na perspectiva de um Rio turístico e um Rio caótico, mas em como as estratégias discursivas da imprensa se configuram para produzir divisões espaciais.

Durante a pesquisa bibliográfica dos sentidos do espaço para compor o primeiro capítulo deste trabalho, a prefeitura e o governo estadual inauguraram o Parque Madureira, nas proximidades da linha férrea do bairro. O parque é apresentado como a terceira área de lazer verde da cidade, ao mesmo tempo em que se creditava a ele o lugar de ponto de intersecção entre os "rios de janeiros" polarizados. É o que encontramos na fala do então governador Sérgio Cabral durante a solenidade de inauguração do parque: "Acabou essa coisa de cidade partida. Vamos cuidar da cidade como um todo" (O Globo, 23 de junho 2012, grifo nosso).

A inauguração, então, não desvia o olhar do espaço. Ao contrário, nos mostra um caminho possível de recorte e de corpus do trabalho. Focalizaremos, então, como a imprensa, em especial o Jornal *O Globo*, produz os sentidos da "categoria subúrbio", que desde a criação do Parque Madureira, em 2012, se tornou mote estratégico da "cidade integrada". Mas a inquietação em compreender como os discursos criam sentido para os espaços em suas divisões encontra ecos em alguns momentos fundamentais para o entendimento de como se configuram na historicidade carioca tais sentidos. Assim, para chegarmos ao Parque Madureira, antes traçamos, no primeiro capítulo, um percurso por três eventos fundamentais para o caminho teórico que pretendemos traçar na problematização das divisões espaciais e das condições do subúrbio em tais entendimentos - que trazem entre outros apontamentos o cerne da mobilidade e do uso dos espaços no fluxo da história recente da cidade: as primeiras linhas de ônibus que em 1984 ligaram a Zona Norte e a Zona Sul cariocas pelo Túnel Rebouças; o Arrastão nas praias da Zona Sul em 1992; e a inauguração do Piscinão de Ramos em 2001.

Não se trata aqui de uma metodologia de reconstrução histórica, mas de um olhar que paira sobre o passado como mote para perceber os momentos que complementam essa prefiguração que hoje se reconstrói em "novos" caminhos. Entender esses momentos como memórias discursivas traça uma metodologia que orienta a análise para a compreensão dos jogos de cristalizações e rupturas que pautam o discurso da cidade e, consequentemente, do subúrbio a partir do Parque Madureira. Outro ponto que precisa ser destacado para a compreensão de como estruturamos a pesquisa: os três eventos abaixo têm em comum a relação socioespacial do sujeito suburbano e a praia. É por esse motivo que o **primeiro capítulo** busca compreender como a praia se torna arena dos jogos de significação espacial. Assim, nosso primeiro capítulo traça uma perspectiva teórica da compreensão dos sentidos do espaço pelo viés da geografia em sintonia com a comunicação e os sentidos produzidos pelo simbólico — o que mediará de forma contundente a compreensão de diferenças e desigualdades pertinentes aos espaços urbanos e aos sujeitos de tais lugares.

1. Em agosto de 1984, um simples ponto de ônibus é o estopim para uma discussão que trouxe à baila as antigas questões das divergências socioeconômicas e simbólicas do Rio de Janeiro entre as áreas nobres da região Sul da cidade e o restante dela, englobada em um todo categórico de subúrbio. As novas linhas de ônibus 460 (São Cristovão/Leblon) e 461 São

Cristovão/Ipanema) promoviam a integração pela primeira vez entre as zonas Sul e Norte da cidade através do Túnel Rebouças. O novo trajeto diminui o tempo de deslocamento para a Zona Sul, mas trouxe, atreladas, questões muito além da simples mobilidade urbana. Deslocar-se englobava transpassar espaços de permissão e de conveniência que, de certa forma, estavam atrelados à possibilidade ou não de convivência. Questões como a "farofa" na praia disputavam espaço nas páginas do jornal com aquelas que apontavam o alto índice de delitos no Arpoador. Até aquele momento não havia nada demasiado contundente para discussões mais acirradas.

Em novembro, no que já é tratado como Verão devido às altas temperaturas, o termo "farofeiro" ganha espaço entre os assuntos debatidos. E começam os enfrentamentos de sentido no tocante à utilização do "quê" de maravilhoso tem o Rio de Janeiro. Estudantes da UFRJ promoveram o "Movimento Pró-Farofa", no qual foram às praias munidos de farofa e galinha, seguindo o estereótipo do que se entendia por farofeiro para, dessa forma, defender o direito dos suburbanos de ir à praia. O movimento é uma resposta aos posicionamentos de moradores da Zona Sul, principalmente de Ipanema, que questionavam a habilidade suburbana de lidar com o requinte das areias de daquele bairro. Tal posicionamento é traduzido por Joaquim Ferreira dos Santos, dias antes do Movimento Pró-Farofa, num artigo intitulado "Nuvens suburbanas sob o céu de Ipanema", no qual expõe os dissabores que as condições de mobilidade geraram para os moradores das áreas nobres da cidade.

2. Anos mais tarde, outro evento assola a cidade, dessa vez com proporções midiáticas e conflitivas mais contundentes tanto para a estereotipização do subúrbio/suburbano quanto para as condições de deslocamentos na cidade. Em outubro de 1992 ocorre o mais midiáticos dos "arrastões" da orla carioca. As mesmas linhas de ônibus se tornam o tema central das discussões, que não tratam "apenas" de nomear quais linhas deveriam ser extintas e quais pontos remanejados como em 1984. Agora, se tratava de um caldeirão com os direitos dos usos de espaços respaldados pelo valor do IPTU, o direito de defesa do território. Gangues da Zona Sul se preparavam para "proteger" as areias da praia das gangues do subúrbio. Um título da revista Veja, de 28 de outubro de 1992, dá a tônica do que estamos tratando: "Arruaça na Areia – com muita

baderna, poucos ônibus e quase nenhuma polícia, as galeras do subúrbio estragam a inauguração do Verão carioca". Num momento em que se discutiam estratégias para que a unidade da cidade fosse estratificada em áreas de lazer especificas e condizentes com a situação socioeconômica de cada lugar, é curioso perceber como o conceito totalizador de cidade se fragmenta. Há não apenas uma segregação de espaços, mas de conceitos do que é a cidade do Rio de Janeiro: a praia é invadida, os ônibus "despejam suburbanos", "um formigueiro de 600 mil pessoas em 8 km de areia". São estes contrastes que, na matéria, resvalam a característica de uma cidade com unidade fragmentada, o que Zuenir Ventura (1994) chamou de "partida". É desse momento a ideia do Governador Leonel Brizola de construir piscinas artificiais em vários pontos das áreas periféricas do Rio de Janeiro.

3. Chegamos, então, ao terceiro evento do trajeto de memória que fazemos na tese. Num salto de nove anos à frente, em dezembro de 2001 a inauguração do Piscinão de Ramos, a novidade de mais um verão. Aquela que foi apontada como uma solução estapafúrdia do Governo de Brizola, nove anos depois se transforma não só no ganho político do ano como é comemorada pela mesma imprensa que, anos antes, pouca atenção deu ao que alguns caracterizavam como "devaneios do Brizola". O que parece contraditório é, na verdade, coerente dentro da lógica do jornalismo e dos apoios e interesses políticos: as produções dos sentidos do jornalismo se pautam pelo comprometimento/compromissos das posições politicas. Em 16 de dezembro de 2001, o então Governador Anthony Garotinho entregou o Piscinão de Ramos já no clima das festividades do Réveillon. A inauguração já traz a novidade: "Réveillon de Ramos também terá queima de fogos lançados de balsa" (O Globo, 18 de dezembro de 2001). A cobertura da inauguração é tímida e traz apenas uma matéria "Piscina de Ramos é inaugurada com festa, futebol, pagode e churrasquinho".

É necessária uma rede de significados simbólicos que deem conta da complexidade que envolve as configurações espaciais, e tais momentos servem de baliza para apontarmos como os ordenamentos simbólicos e as práticas sociais materializaram e "cristalizaram" certos significados para o subúrbio, suas divisões e suas relações – e que para nós funciona como memória discursiva, que auxilia na compreensão das organizações discursiva para o

subúrbio do Parque Madureira. Apresentamos alguns conceitos e reveses conceituais para a compreensão do espaço – desde o espaço produzido de Lefebvre ao espaço pela interação de Doreen Massey.

No segundo capítulo, seguindo esse raciocínio da condução de percepções múltiplas para os sentidos, enveredamos por Madureira, uma vez que se torna fundamental articular o trabalho e nossas perguntas às condições históricas que sobremaneira acionam os fluxos de memória – e, por isso, a reconfiguração de reconstruções dos sentidos. Nesse rumo, voltamos ao tempo mais uma vez para que a compreensão de Madureira e do Parque passe também pela condição de uma divisão anterior aos bairros, que é a de Centro e subúrbios. Chegarmos mais especificamente na compreensão da história do subúrbio para em seguida traçarmos como se processa sua historicidade. Um dos caminhos propostos é o uso da literatura do começo do século XX, produzida durante o processo de efetivo aumento populacional do subúrbio advindo do final do século XIX e começo do XX, principalmente. A ideia é ambientarmos os sentidos que os espaços assumem e que, por tabela, resvalam nas caracterizações dos sujeitos desses espaços. Faremos isso com Lima Barreto e Olavo Bilac, mais especificamente. A proposta de uma volta no tempo se ancora no conceito de memória discursiva, como aquela em que o saber construído, o "já-dito" e o "não-dito" retornam em novas vozes, em novos sentidos conduzidos pelos sujeitos. O que já foi dito ou silenciado sobre subúrbio, Madureira e suburbanos sustentam os novos dizeres e dão sentido prévio às palavras antes que as usemos. Dito assim, as ilusões, o esquecimento e a memória são partes fundamentais e indissociáveis do interdiscurso, dos efeitos da ideologia nas nossas significações. Fazemos esse olhar ao passado para chegar ao Parque Madureira e aos sentidos engendrados a partir dele.

Iniciamos essa parte por uma apresentação de Madureira e do contexto geográfico e urbano de um bairro com características particulares: duas estações de trem, centro comercial e intensa atividade cultural concentrada, principalmente no samba e, mais recentemente, no baile Charme, promovido embaixo do Viaduto Negrão de Lima há mais de 20 anos. Em um segundo momento deste capítulo, pontuamos os movimentos metodológicos da Análise do Discurso (AD) que busca articular os autores tanto da AD quanto da Análise Crítica do Discurso (ACD). O que nos interessa aqui das divergências na análise é buscar a possibilidade do deslocamento dos sentidos e que desembocam em sentidos outros, como apontaremos a partir de Foucault.

Se, como acredita Orlandi (1999), os discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos, é constitutivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira sobremaneira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz" (ORLANDI, 2007, p. 39) – no caso, aqui, dos sentidos expressos no jornalismo. A questão é a compreensão de como se configuram os espaços da cidade que demarcam esses "lugares", no sentido de poder de fala; ou seja, que lugares ocupam determinados espaços. E em seguida, como esses espaços são significados no discurso jornalístico por seus atravessamentos e deslocamentos.

Propomos para a reflexão os conceitos e sentido de cidade a partir de Munford, Orlandi, Calvino, Sennett e Certeau. E terminamos com um ponto nevrálgico na cobertura sobre o parque e a relação com o subúrbio: a mobilidade urbana com a sustentação de análise referida aos trabalhos do geógrafo Rogério Haesbaert, com as noções de desterritorialização e territorialização. A ideia foi, a partir dele, buscar as configurações de significados e as ressignificações dos sentidos engendrados pela cobertura.

Associados ao problema da mobilidade tratada no segundo capítulo, a análise das reportagens mostra como o jornalismo trabalha a questão do subúrbio integrado. Em vista disso, nosso **terceiro capítulo** focaliza a produção discursiva de cidade. É por ela que traçaremos os meandros de como se processa a complexa relação da compreensão de subúrbio e da cidade margeadas pela significação de integração. Na cidade integrada apregoada pelos órgãos públicos e pela imprensa, a cidade partida é algo do passado: reconsiderar essa "reincidência interpretativa" seria desequilibrar todo o discurso publicitário e jornalístico presente nas falas orquestradas. Por isso, traçamos um viés de análise para o uso de "cidade partida" e para o de "cidade integrada". Entre as muitas matérias que compõem o corpus da pesquisa, uma em especial chama atenção. Publicada no dia 09 de junho de 2013 com o título "*Um quê de orla às margens da linha do trem*", a reportagem comemora o parque e foi representativa para a percepção de alguns enquadramentos que se repetem ao longo da cobertura, os quais utilizamos para estruturar o capítulo e suas subdivisões.

Os enfoques da integração se manifestam em significações entrelaçadas, principalmente, às nuanças da cultura e do ordenamento pelo viés da tradição, da "valorização" imobiliária e da comparação/semelhança entre as partes da cidade. Cultura e ordenamento que se escancaram em uma entrevista com o projetista do Parque Madureira,

Rui Rezende, que revela ter usado a orla carioca como modelo para o desenho do Parque Madureira. Trataremos separadamente de cada um desses enfoques da integração.

E no quarto e último capítulo, propomos o conceito de dislexia discursiva para dar corpo à estratégia do jornalismo que, na luta pelo significado, maneja ardilosamente a reconfiguração do sentido pelo enquadramento e pelo silenciamento das vozes. Nesse capítulo tomamos novamente algumas das reportagens já trabalhadas, agora as enfocando por outros percalços, mais nitidamente no que desenvolvemos como um processo de reconstrução sistemática da informação, tomando como enquadramento conveniente as noções de ruído/desordem e informação/ordem. Para isso, faremos um caminho pelo conceito de dislexia para, em seguida, enveredarmos nas relações entre vozes, vestígios e rastros, e como se processam tais relações metaforizadas. Nosso traçado metodológico de construção do conceito tomará emprestados os estudos de Walter Benjamin, Jean Marie Gagnebin, Kleber Mendonça e Muniz Sodré.

A ideia é, a partir dessa miríade, estabelecer o percurso do que compreendemos como dislexia discursiva: proposta de compreensão de como o jornalismo se torna o ruído que se propõe a sanar. Mais do que transmitir informação, seu caráter comunicativo se fixa na organização das informações para evitar as perdas e os ruídos, mas organizar também pressupõe uma compreensão subjetiva do que isso significa - e é nesse ponto que iremos propor o conceito de dislexia discursiva do jornalismo - produzida pelo silenciamento / pseudoacatamento de falas que não chegam a serem vozes, mas vestígios de tais sujeitos. A dislexia discursiva, então, não é o apagamento, mas a discrepância proposital da fala do outro, que a faz assemelhar-se ao ruído. O jornalismo vai mascarar como informação, mas mantém como ruído, amputado não pelo dizer, mas pela plenitude do significado. A questão à qual chegamos é a de que a produção de sentido se dá pela anulação/silenciamento das pluralidades dos agentes moradores dos subúrbios, exatamente naquele espaço, o jornal, que se concebe, se coloca e se legitima como ágora da pluralidade. A integração, então, como veia de silenciamento para significar e impor significação.

1 Os deslocamentos físicos e simbólicos na compreensão das cidades

"(...) A cidade tua que é plena de inveja, até transbordar-lhe o bisaco, teve-me ao temo da vida serena. dize-me o que esperas, doravante, dos cidadãos da cidade partida: se há algum justo lá, e por que razão foi por tanta discórdia acometida. Respondeu-me: Após longa dissensão Irão ao sangue, e a selvagem laia A outra expulsará sem compaixão. Erguida terá a fronte longamente Mantendo a outra sob ingente peso, Embora esta se indigne e se lamente, Embora todo este povo mal feito Não possa à perfeição nunca ir chegando, Pra lá, mais que pra cá, será seu eito. (Dante Aliguieri, em "A Divina Comédia).".

A Florença medieval de Dante, há aproximadamente 800 anos, já trazia no seu cerne contradições políticas e econômicas que marcaram a história da cidade nas lutas entre grupos políticos rivais, que se alternavam no controle florentino, sob a égide de "brancos" e "negros". É no terceiro círculo da viagem que empreende pelo inferno, que Dante escreve o trecho que abre este capítulo – é no círculo dos gulosos, que eternamente serão atormentados por Cérbero, que ele encontra Ciacco, um dos tantos homens que polarizavam Florença e levaram-na a cizânias constantes, comuns ainda hoje nas diferentes e desiguais condições urbanas. Das leituras que marcaram a pesquisa que se desdobra nesta tese, a referência de Dante é a deixa para o quão constitutivas são as disputas nas relações que desembocam na cidade – palco, motivo e, porque não, consequência das lutas de poder. É justamente pelo termo "cidade partida" do trecho que abre o trabalho, que chegamos ao Rio de Janeiro em suas intrincadas e complexas tessituras, pensadas aqui, principalmente, a partir da década de 90.

Nesse período, a cidade é apresentada, principalmente após o livro "Cidade Partida" de Zuenir Ventura (1994), como uma cidade em que as contradições econômicas criaram barreiras intransponíveis para a alteridade carioca - condição essa que já se delineava décadas antes. A questão, e daí a associação com a monumental obra de Dante, é de que as disputas apresentam-se quase como condições essenciais dos encontros e da

alteridade, tão fundamentais ao que se compreende por cidade – e nem por isso dividem a cidade numa polaridade que não deixa a ver o quão complexas são as relações estabelecidas entre sujeitos e espaços (para além do que o partido consegue (des)agregar).

É no meio do emaranhado de bairros que se constitui o subúrbio carioca que em 2012 é inaugurado o Parque Madureira, às margens da linha férrea da estação de Madureira. É para lá que olhamos para compreender os ordenamentos, os deslizes e as cristalizações dos sentidos nos discursos sobre os espaços e sobre os lugares dos sujeitos.

O parque é apresentado como a terceira área de lazer verde da cidade, ao mesmo tempo em que se credita a ele o lugar de ponto de intersecção entre os dois polos do Rio de Janeiro. Apelidado de "joia do Rio", o parque torna-se o primeiro passo para o "fim da cidade partida", como aparece em muitos momentos da cobertura da inauguração e do primeiro Réveillon, entre os anos 2012 e 2013. Mas antes de chegarmos a Madureira, passaremos por acontecimentos da história recente do Rio de Janeiro que servirão como suporte para a compreensão dos sentidos do subúrbio.

1.1 Os espaços de sentidos: a praia como arena de poder

Era outubro de 1992. Cerca de 600 mil pessoas ocupam 8 km de faixa de areia do Leme ao Leblon e, assim, o Rio de Janeiro encontrava mais um novo limiar em sua história: a praia, até então seu maior cartão postal, transformava-se em arena de suas abissais contradições.

A dona de casa Águida Nozari passeava com a filha Natasha e alguns amigos pelo calçadão de Copacabana quando deu de frente com o pessoal do subúrbio. Escondeu-se atrás de um quiosque e acompanhou a confusão na areia: "era um bando mal-encarado de gente escura, pobre e mal vestida". (*VEJA*, 28 de outubro de 1992, p.20).

O acontecimento cicatriza a cidade, doravante marcada por encontros tão mal sucedidos: o designo de arrastão¹ se estabelece como desordem em espaço público associada à criminalidade. Muitos são os desdobramentos do confronto socioespacial deflagrado nessa antecipação do verão carioca em plena primavera. Em 1992, o "arrastão" levantou questões sobre o lazer, confrontado com as divisões territoriais – é a partir deste

-

¹ A palavra arrastão surge da analogia com o arrasto comum de redes para a pesca. Com os episódios de correria nas praias surgidos na década 80 e 90, houve uma associação da palavra a eventos de violência.

episódio que surge a proposta de "piscinões" em Cieps nas áreas do subúrbio, concretizada em 2001 com a instalação do "Piscinão de Ramos".

Mas a história das contradições que se escancaram em 1992 vem de muito tempo: remonta aos impactos da vinda da Família Real portuguesa em 1808. Na cidade que se desdobra no final do século XIX e começo do século XX, as marchas de carnaval propagavam o que seria o adjetivo-mor do Rio de Janeiro – o "cidade maravilhosa" reorientava a cidade que se pretendia espelho do país. Mas as maravilhas contrastavam com uma cidade, pouco tempo antes, escravagista. O trejeito parisiense da Rua do Ouvidor coexistia com as favelas e cortiços – algo que precisava ser expurgado para que a cidade realmente se visse livre do passado que pretendia esquecer: a alcunha de "Pequena África", que cerca de 50 anos antes tinha 1/3 da sua população nascida na África (LESSA, 2001, p.174). É pelo título de "maravilhosa", criado pelo maranhense Coelho Neto que se elabora o Rio do futuro, herdeiro de seu passado.

É dessa lógica de maravilha que os prefeitos Pereira Passos (1902 – 1906) e Carlos Sampaio (1920 – 1922) iniciam a decolada do Rio de Janeiro cosmopolita. É justamente a imagem da cidade o cerne da questão das reformas urbanas que se sucederam desde o começo do século XX – era preciso deixar de ser pestilenta, mas principalmente deixar de parecer sê-la. As remoções de cortiços, a abertura de grandes avenidas e a demolição do Morro do Castelo são alguns dos principais pontos da reestruturação urbana do Centro do Rio, realizados durantes as obras do que ficou conhecido como "bota abaixo" de Pereira Passos, assim como a construção dos imóveis que sediaram a Exposição Internacional e celebrariam o Centenário da Independência do país.

Num salto de mais de 100 anos, ainda com a alcunha exaustiva de "maravilhosa", o Rio de Janeiro esbarra nos mesmos dilemas: como se tornar o modelo ideal de uma cidade turística e cosmopolita diante dos contrastes entre a Zona Sul, as favelas e os subúrbios? Como é possível repetirmos o jargão de cidade maravilhosa tantas décadas depois do período considerado, no presente, como áureo para a cidade? Se levarmos em conta dados da desigualdade social de um século atrás, período muito próximo ao fim da escravidão, as maravilhas da cidade se pautavam essencialmente na paisagem exuberante e numa elite que se afrancesava nos usos e gostos. Num cenário paisagístico um tanto diferente daquela época, considerando o aumento do uso dos morros como moradia², além do crescente

22

² Dados da reportagem da revista Veja (1º de dezembro de 2010) apontam que existam hoje no Rio cerca de 1200 favelas. Não há uma especificação de quantas destas estão em morros.

número de moradores de rua³, a cidade enfrenta uma luta contínua para manter mercadologicamente o uso de Maravilhosa. O Rio de Janeiro encarna assim sua versão Janus: olha para o passado buscando nele as referências de um futuro que será promissor e, nesta exasperação do presente, sua face bifronte pode nos levar ao enigma de suas faces distintas e conflitantes.

Sete anos antes do "Arrastão de 1992", em 1985, o grupo de pop rock paulista, Ultraje a Rigor, evocava o refrão "nós vamos invadir sua praia", numa referência debochada aos sentidos de utilização da praia e das situações de compartilhamento do espaço. É nesse contexto que estabelecemos a proposta de traçar neste capítulo inicial um percurso sobre o conceito de espaço e os significados que a sujeição e a utilização engendram no uso da cidade. Um dos exemplos emblemáticos do Rio de Janeiro para a compreensão de como se estabelecem as configurações simbólicas e espaciais da cidade passam consideravelmente pelos usos e sentidos da praia – não é à toa que os eventos que apontamos ao longo deste trabalho direta ou indiretamente estão entrelaçados às relações estabelecidas com a praia como espaço físico natural e todas as ações que acionam parâmetros de significações espaciais para além do que se entende por terra e água.

1.1.1 A praia: entre o cemitério e a vida

As remodelações urbanas do começo do século XX levadas a cabo por Pereira Passos estão estreitamente associadas às mudanças significativas pelas quais o sentido da praia se transmuta. Se antes a praia era o lugar de despejo de lixo, se tornará ao longo do século XX o parâmetro de valorização de sujeitos e espaços em seu entorno. Mas como se deu essa transformação?

Em Patrícia Farias (2000) encontramos referências históricas dos sentidos da praia que nos ajudam a compreender as relações dos espaços para além do espaço geográfico/físico. De como um espaço danoso da "pequena África", cuja primeira utilidade foi de depositário de corpos de escravos nos primeiros séculos da colonização, a praia se torna, com João do Rio nos primeiros anos do século XX, "maravilhosa" - termo usado pelo jornalista para falar sobre o mar de Ipanema. Recuperando Gilberto Freire, em Sobrados e Mucambos (1977), temos a seguinte descrição: "Os urubus vinham (...) pinicar os

_

³ Alguns projetos da prefeitura do Rio de Janeiro recolhem menores moradores de rua de alguns bairros da cidade, como Ipanema e Copacabana. Na Barra da Tijuca já há um projeto que impede a mendicância em semáforos.

restos de comida e de bicho morto e até os corpos de negros que a Santa Casa não enterrava direito, nem na praia nem nos cemitérios (...). (...) A maré subia e lavava a imundície das praias". (FREIRE, 1977, p.195).

Ora, o primeiro lugar de encontro entre mundos culturais tão diferentes terá grande intervenção nas relações socioespaciais no Rio de Janeiro, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, quando praia teve seu sentido espacial reconfigurado: de cemitério e descarte, tornou-se espaço de lutas simbólicas e físicas. Como nos conta Gilberto Freyre, nos primeiros séculos de colonização a "fidalguia" da terra se abstinha de ir à praia e os negros escravizados eram os frequentadores por excelência desse espaço de lixo, pois levavam os tigres – barris que acumulavam matérias dos urinóis – para serem despejados na praia.

De sujeira e degradação um salto valorativo se solidifica a partir das obras de reurbanização do prefeito Pereira Passos nos primeiros anos do século XX: a expansão da malha urbana de transporte, com a construção de avenidas e aumento dos trilhos; a transformação da área central e a consequente expulsão da população de renda mais baixa para as áreas do subúrbio e da baixada; os bondes que passam a circular nas áreas dos arrabaldes (subúrbios) das áreas litorâneas fazem da remodelação urbana o salto "qualitativo simbólico" das áreas margeadas pela praia. Vamos voltar a essa questões mais a frente, por enquanto vale destacar que as mudanças urbanas desse período tiveram uma dimensão significativa na compreensão do Rio de Janeiro contemporâneo.

Um caminho possível para compreendermos as noções dos espaços urbanos a partir da praia - o que nos levará mais adiante a eventos formadores da memória discursiva das divisões espaciais cariocas - são as noções da geografia de Milton Santos (2012) a partir das seguintes categorias: configuração territorial e relações sociais. Então, como podemos pensar a praia pela perspectiva de Milton Santos? Se a configuração territorial é dada como o conjunto de sistemas naturais (e dos acréscimos que os homens superimpuseram aos sistemas naturais), ela é pensada então pela materialidade e complementada pela vida que anima e significa: existências material e social dada pelas relações sociais.

Por essa perspectiva, fica inviável então compreender as noções "bairristas" do Rio de Janeiro sem considerar o aspecto paisagístico-geográfico que contribui na significação valorativa de determinados espaços, em sinergia com a história da urbanização da cidade. Os caminhos da significação da praia desde a vinda dos portugueses (excremento e insalubridade) percorrem uma longa linha do tempo que não se sedimenta, mas assume

formas variantes de sentidos ao se incorporarem aos sistemas simbólicos na historicidade carioca.

Este caminho analítico leva-nos a compreender a significação pela flexibilidade dos sentidos, das leituras e dos mecanismos disponíveis para ler. O espaço se estabelece assim como um sistema de valores que se transforma permanentemente – mas não muda de lugar, e sim de função, de significação, de valor sistêmico. A complexidade de um espaço de múltiplos aspectos, tal como a praia, vai afetar intensamente a compreensão das práticas dos espaços e dos eventos aqui apresentados, que perpassaram pela relação do espaço praia (e os sentidos produzidos) pela estreita relação com a noção de paisagem.

Optamos por destacar a relação com a paisagem por serem seus símbolos partes do processo de identificação do Rio de Janeiro. A paisagem é, então, não contraponto do espaço, mas o complemento: elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área; existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes em coexistência com o momento atual. Só pela presença, os objetos não têm outro significado senão o paisagístico – ou seja, existem apenas como forma à espera de conteúdo social (SANTOS, 2012).

O espaço da praia, do metrô, da rua é resultado material de ações humanas através do tempo e animado pelas ações atuais que atribuem dinamismo e funcionalidade. É pela ação que injetamos a ela - como as feitas ao Pão de Açúcar ou às áreas suburbanas margeadas pelos trilhos do trem - que se estabelece a noção da paisagem - e é esse um ponto crucial para a compreensão do espaço da cidade que vamos propor a partir da noção de fetichismo-valoração.

Sendo assim, o espaço da praia, do evento que inicia este capítulo, tem seu sentido a partir da utilização, do entendimento de atribuição de valores e funções. A praia e as consequentes divisões simbólicas da cidade se dão pela sociedade agindo sobre o objeto como realidade social.

Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética. Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaços. O simples fato de existirem como forma, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaços porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2012, 109).

Lendo a partir de Lefebvre (apud, Duarte, 2002), os espaços funcionam como "morfologia social" (Idem, 39) na qual as ocorrências são fatores de produção e sintomas de fundamentos ideológicos, que estariam inevitavelmente guiando e regulando as produções e os usos. Ora, não estaria a praia significada a partir de delimitações territoriais que separam os sentidos das areias suburbanas e as areias litorâneas? As matérias coletadas no recorte desta pesquisa para o primeiro capítulo apontam a inabilidade dos suburbanos aos usos e costumes da praia por não serem parte constitutiva das áreas da Zona Sul carioca. Entretanto, não há apontamentos e qualificações para "os que os são" - o que deixa em aberto as dicotomias de tais separações entre os "de fora" e os "de dentro", cuja abordagem mais comezinha é da cidade partida. Isso sem levar em consideração as trajetórias possíveis pelos contornos da cidade carioca. Tal aspecto será mais aprofundado nos capítulos que se seguem. Por enquanto, propomos algumas outras observações na compreensão dos sentidos.

A compreensão de Lefebvre (apud, Duarte, 2002) para a relação espaço/ideologia é emblemática para a nossa questão. O exemplo que o autor usa é o da escola alemã Bauhaus, que projetava, a partir das concepções de sua época, espaços aptos à racionalidade produtiva. Ao ser fechada pelos nazistas em 1933, a mesma ideologia se estabelece: havia na Alemanha a valorização de outros espaços que fossem ao encontro do sentimento ariano – outra ideologia espacial. Em relação à projeção de cidades, Lefebvre escorrega em sua própria concepção ideológica porque opõem as cidades planejadas às cidades do acaso (como Veneza), sem considerar que o não planejamento não retira delas as influências dos conceitos espaciais de uma sociedade, conceitos tais que interagem com objetos concretos – independentemente de haver implícita a produção ideológica do mercado capitalista. Inclusive, ele mesmo diz a respeito do projeto urbano de Paris que dividia os *habitats* em tipo pavilhão e os novos conjuntos: "A desordem suburbana oculta uma ordem. A oposição entre os pavilhonistas e dos conjuntos, que salta aos olhos. Esta oposição tende a constituir um *sistema de significações*, ainda urbano mesmo na desurbanização." (LEFEBVRE, 2001).

As mudanças de sentido da praia podem ser lidas pela perspectiva da heterotopia de Foucault (1967), na qual podemos encontrar as transformações e rupturas de epistemes possíveis para significar a praia. O texto "De outros Espaços" publicado em 1967 abre o caminho para uma reflexão dos espaços que se transformam em espaços outros de

ordenamento. Se retrocedermos às bases da ciência, os sentidos de um espaço ordenado e fixo são diluídos a partir de Galileu: a constituição do espaço como infinito abre alguns precedentes: os lugares se tornam fluidos, ou seja, o lugar que cada coisa ocupa está em constante movimento, o que gera instabilidade no sentido de lugar. Outra conquista das mudanças perceptivas do espaço a partir do fim da Idade Média é o inicio da dessacralização do espaço, que para Foucault ainda não se completou porque vivemos, apesar da instabilidade dos sentidos, as oposições de espaços publico e privado, familiar e social, cultural e útil, de lazer e de trabalho.

A heterotopia é, então, a possibilidade da justaposição dos espaços por meio de ressignificação e reapropriação e, daí, a noção de espaços outros - a capacidade de justaposição de espaços que seriam, em princípio, incompatíveis; e que embora tenham função determinada, as heterotopias variam conforme o momento histórico e cultural em que se insere. Na proposta de entender os espaços pelas relações, Foucault parte do entendimento, para ele já dado, de que as relações definem cada um dos espaços. Assim, a partir dos aglomerados de relações poderíamos definir e descrever os lugares do transporte público, da praia, do cinema, da rua. No entanto, ele segue para as relações espaciais – lugares que se relacionam com outros lugares, que invertem as ordens, promovendo encadeamentos que contradizem os sentidos conhecidos.

Daí a importância de, ao longo desse trajeto, recorrer às considerações de Foucault sobre os poderes e de que maneira essas relações estão imbricadas nos sentidos do espaço. É porque os sentidos são instáveis que a praia deixa de ter sua face excremento para se tornar espaço de devoção religiosa - lembrando aqui das oferendas levadas ao mar durante as festas de final de ano em várias praias do país em homenagem a Iemanjá, e às várias práticas religiosas, de origem africana, promovidas à beira mar.

A maneira como a praia se relaciona aos sentidos dos bairros a partir de valores monetários e simbólicos nos apontam a importância do entendimento do espaço a partir da relação: a praia do Arrastão e a praia do século XIX e começo do século XX configuram a noção dos sentidos das disposições territoriais. Um exemplo são também as relações estabelecidas no Rio de Janeiro, durante as epidemias, que levaram à vacina obrigatória e à consequente Revolta da Vacina. As condições degradadas do Centro da cidade àquela época exacerbam diferenças e desigualdades e impressionam pela segregação dos projetos urbanísticos em conjunto com avanços paisagísticos e revelam os embaralhamentos na multiplicidade de espaços, situações, sujeitos e compreensão de mundos possíveis. Isso

justamente porque é na relação que brotam as noções combinadas de sujeitos e espaços, e o entendimento dos lugares que ocupam na produção dos sentidos.

Essas são algumas das questões apontadas por Fábio Duarte (2002) em "A Crise das Matrizes Espaciais", que destaca o papel fundamental de Galileu e Giordano Bruno para o pensamento do espaço como extensão. A partir daquele momento torna-se evidente a importância da perspectiva na pintura para colocar no cerne da significação do espaço a presença do observador. Tais momentos nas discussões acerca do espaço se confrontavam com o embate da ciência que pretendia mostrar a Terra não como centro do universo e o olhar da perspectiva que criava um centro de observação. Tal discordância de opiniões só evidencia o que apresentamos acima sobre as heterotopias do espaço – percebemos o mundo, de acordo com Duarte (2002), pelos nossos filtros culturais temporalizados e localizados, de tal maneira que um mesmo espaço é apreendido conforme o filtro cultural, em contextos subjetivos.

Por isso, quando trata da interação como uma das chaves para a compreensão do espaço, Massey (2008) destaca que é uma interação que se estende desde a imensidão global ao intimamente pequeno. É parte de seu argumento que o espacial para além de ser político tem suas implicações específicas também agindo sobre o político porque pode perturbar a maneira como certas posições políticas são formuladas – podendo ser, inclusive, a discussão sobre o espaço uma abertura genuína para a esfera do político. A construtividade relacional e a compreensão do discurso ordenador das práticas e dos sujeitos (Massey, 2008), no Rio de Janeiro, podem ser um caminho possível à compreensão de um reconhecimento sério da multiplicidade, mas depende, invariavelmente, do reconhecimento das espacialidades e das trajetórias e histórias desses múltiplos.

Ao mesmo tempo em que o espaço tem múltiplos sujeitos e múltiplos sentidos, a cidade se apresenta em múltiplas temporalidades. O gesto de dominação sobre o espaço e, geralmente, o gesto de dominação do outro, são o que fazem com que o espaço em vez de se manter aberto a múltiplas trajetórias se transforme em constatação, ao imprimir a ele uma temporalidade única - a miopia de uma análise reduzida. E daí compreender a praia e as áreas a ela associadas (pela proximidade e distância) sem o pendor necessário da abertura impede a percepção complexa das divisões e dos lugares cristalizados que os sujeitos ocupam no jornalismo carioca, que apontaremos adiante.

Voltando à praia, o forte afluxo de investimentos que aportaram na área dos arrabaldes da Zona Sul carioca levaram também a mobilidade e o aumento de serviços. Veremos a questão da mobilidade de forma mais aprofundada no próximo capítulo – e se faz necessária essa imersão porque a mobilidade está no cerne da problemática das relações na cidade. Por ora, importa contextualizar como Copacabana é a porta para as mudanças dos sentidos.

Na pesquisa de Julia O'Donnell "A invenção de Copacabana" (2013) ela aponta como a mudança do então arrabalde carrega as mudanças de um estilo de vida ligado ao bairro e que, anos depois, configura as relações na cidade entre as duas extremidades dos túneis. No final do século XIX, mais precisamente em 06 de julho de 1892, é inaugurado o Túnel Real Grandeza (atual Túnel Velho), que possibilitava o deslocamento entre o Centro e o "futuroso bairro de Copacabana" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07 de julho de 1892). Não é apenas uma simples nova estação, tratava-se de uma nova configuração de compreensão da vida urbana do Rio de Janeiro. Assim, de maneira resumida, podemos destacar que a associação de Copacabana à modernidade aloca o bairro sob o signo da novidade e vincula-o para uma série de valores ao estilo de vida dos moradores. Podemos destacar as quadrinhas impressas nos bilhetes do bonde que davam a tônica das redes de significados com as quais se buscava inventar o novo bairro. Entre elas, destacamos algumas:

Graciosas Senhoritas, moças Chics, Fugi as Ruas, da Poeira Insana, Não há lugar para pic-nics Como em Copacabana (O´DONNELL, 2013, 40)

Noivos que os céus gozais em pleno juízo Almas que a magoa nem de leve empana Quereis de vossas noivas o sorriso Ler a maior felicidade humana? Prometei-lhe morar num paraíso róseo – em Copacabana. (O´DONNELL, 2013, 41)

Teve Copacabana a natureza Ao fazê-la, tais mimos, tais riquezas, Que nada nos deixou a desejar Entediados, deixai teatros e ceias, Ide fitar-lhes as rochas e areias

-

⁴ Gazeta de Notícias, 07 julho de 1892.

E ouvir o Oceano em noites de Luar. (O´DONNELL, 2013, 41)

Proprietários e capitalistas Aproveite, melhor a vossa gana Oh! Que mina! Lançai as vossas vistas Sobre Copacabana. (O'DONNELL, 2013, 41)

A praia oceânica com Copacabana tem novos sentidos – diferente da praia da Baía de Guanabara associada à degradação da região central e aos séculos de despejos. Lazer, contemplação, privilégios de investimentos e o futuro. São tais os valores atribuídos a Copacabana, que podemos vislumbrar aí a construção da imagem da região. Enquanto isso, a dinâmica da cidade segue seu rumo: reestruturação no Centro e a leva de mudanças que tais obras geraram na cidade, como vimos acima. Nesse meio do caminho, enquanto os arrabaldes da outra região da Cidade, a Norte, seguem trilhos bem distintos, como veremos no próximo capítulo sobre os subúrbios.

Essa pequena imersão na história de Copacabana mostra como o espaço é o presente do lugar e se altera no processo de transformação e de movimentos. E a praia então assume novos sentidos⁵. Os espaços não são assim, embora pertencentes a uma unidade simbólica e institucional, pontos de livre acesso. É preciso uma rede de significados simbólicos que deem conta da complexidade que envolve as configurações espaciais. É dessa prática que apresentamos três momentos cruciais para a pesquisa desenvolvida e que servem de baliza para apontarmos como os ordenamentos simbólicos e as práticas sociais se materializaram e "cristalizaram" certos significados para os bairros cariocas, suas divisões e suas relações – e que para nós funciona aqui como memória discursiva, que auxilia a compreensão das organizações discursiva para o Parque Madureira nos capítulos seguintes - memórias estas que, em 2012, ditam as significações do Parque Madureira. Mas até chegarmos lá, ficamos com a criação das linhas de ônibus 461 (São Cristóvão/Ipanema) e 460 (São Cristóvão ao Leblon) em 1984; com o arrastão de 1992, no Arpoador; e com o Piscinão de Ramos, criado em 2001.

_

⁵ Embora vejamos nas cirandas acima a praia como o ponto de exaltação, é curioso notar que até a construção da Avenida Atlântica (cuja construção começa em 1906), os imóveis fronteiriços à praia tinham a entrada pela atual Avenida Nossa Senhora de Copacabana – ou seja, o mar era o quintal e não a vista.

1.1.2 O encurtamento das distâncias e as farpas simbólicas

Em agosto de 1984, um simples ponto de ônibus é o estopim para uma discussão que trouxe à baila as antigas questões das divergências socioeconômicas e simbólicas do Rio de Janeiro entre as áreas nobres da região Sul da cidade e o restante dela, englobada em um todo categórico: o subúrbio. Estava pronta a nitroglicerina que pairava há décadas sob o céu carioca. Os novos trajetos dos ônibus que promoviam a integração pela primeira vez entre as zonas Sul e Norte da cidade, projetadas pelo então coordenador de planejamento do Futuro do Rio, Jaime Lerner, trouxeram à tona o levantamento de questões para além do simples mover-se. Deslocar-se incluía transpassar espaços de permissão, de conivência e de conveniência que, de certa forma, estavam atrelados à possibilidade ou não de convivência. Questões como a farofa na praia e aquelas que apontavam o alto índice de delitos no Arpoador disputavam espaço nas páginas do jornal. Até este momento não havia nada de muito contundente a inspirar discussões mais acirradas. A cobertura das novas linhas de ônibus, começando com a 460 (São Cristovão/Leblon) e a 461 (São Cristovão/Ipanema) em agosto e setembro de 1984, centrase mais no ganho de tempo de travessia pelo Túnel Rebouças e nas vantagens aos trabalhadores.

Somente quando chega o Verão e as linhas passam a ser usadas durante os finais de semana que as disputadas por sentido do uso da cidade saltam aos olhos. Em novembro, no que já é tratado como Verão, devido às altas temperaturas, o termo "farofeiro" ganha espaço entre os assuntos debatidos. E começam os enfrentamentos de sentido quanto à utilização do "quê" de maravilhoso tem o Rio de Janeiro. Estudantes da UFRJ promovem o "Movimento Pró-Farofa" no qual vão às praias munidos de farofa e galinha e seguem o estereótipo do que se entendia por farofeiro para, desta forma, defender o direito dos suburbanos de irem à praia. O movimento é uma resposta aos embates entre moradores da Zona Sul, sobretudo de Ipanema, que questionam a habilidade suburbana de lidar com o requinte das areias da praia. Embate esse que é traduzido por Joaquim Ferreira dos Santos, dias antes do Movimento Pró-Farofa, num artigo intitulado "Nuvens suburbanas sob o céu de Ipanema" que expôs os dissabores que as condições de mobilidade geram na pseudototalidade estável do que é ser sujeito da cidade. O cronista apontou já na abertura de seu artigo o desconforto que o novo sistema de integração do transporte gerara nos moradores de Ipanema. Segundo ele:

Ipanema, essa senhora cada vez mais gorda e poluída, reclama de novas estrias e dentes cariados em seu corpanzil: agora é culpa dos ônibus Padron, a linha 461 que, há um mês, traz suburbanos para seu "paraíso", numa viagem de apenas 20 minutos, via Rebouças. É o que dizem seus moradores, inconformados. (*JORNAL DO BRASIL*, 04 de novembro de 1984).

As linhas não são extintas e tampouco os pontos finais deixam de ser em Ipanema. Novas linhas são criadas para a ligação da cidade, mas o projeto caminha em paralelo, no sentido matemático do termo, à interligação simbólica entre as partes da cidade. É em 1992 que as mesmas linhas de ônibus e o movimento pela cidade se tornam o tema central das discussões que se sucedem após o fatídico domingo de 18 de outubro de 1992, quando se consagra a denominação de Arrastão. Oito anos depois, não se trata mais de nomear quais linhas deveriam ser extintas ou quais pontos, remanejados. Agora, se tratava de um caldeirão com os direitos dos usos de espaços respaldados pelo valor do IPTU e pelo direito de defesa do território. Amparadas nessa lógica, gangues da Zona Sul se preparavam para "proteger" as areias da praia das gangues do subúrbio. Naquele dia o contingente de banhistas superava os altos índices de frequentadores registrados em anos anteriores. Somam-se a isso diferenças sociais, furtos e correria na praia. O resultado foi uma acirrada luta pelo direito ao usufruto do Rio de Janeiro dos sonhos. A conta ficou salgada para todos que não viviam no lado zona sul dos túneis.

A década de 80, que findara há pouco, legara o acirramento no campo político com a ascensão do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, na eleição anterior, Luiza Erundina se torna a prefeita de São Paulo pelo novato PT. E em 1992, nas eleições municipais do Rio de Janeiro, três candidatos lideram as pesquisas de intenção de voto: Cidinha Campos (PDT), Benedita da Silva (PT) e César Maia (PMBD). Nesse imbróglio eleitoral o então governador, Leonel Brizola (PDT), era apontado como o maior responsável pelos altos índices de violência do Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisa de Dias (1995), a imprensa carioca rejeita o projeto político de Brizola e a imagem da cidade se confunde com os problemas da gestão do então governador. Francisco (2003) aponta que mesmo as questões inerentes ao município eram associadas ao Governo do Estado. O cenário não poderia ser mais desalentador ao PDT. O conceito de cidade maravilhosa lidava todo o tempo com as matérias que apresentavam o fim dos sonhos: cidade sitiada, medo e pânico.

Algumas manchetes nos ajudam a compreender, nesse momento, a associação da imagem da cidade às questões políticas. "Violência leva Rio a sediar menos eventos" (O Globo, 02 de julho de 1992); "Imagem do Rio custará U\$ 40 milhões"; "Extermínio afasta turistas estrangeiros"; "Argentinos trocam o Rio pelo Nordeste" (O Globo, 11 de julho de 1992); "Estado do Rio tem 800 mil armas sem registro" (O Globo, 02 de agosto de 1992).

O primeiro turno da eleição tira Cidinha Campos (PDT) da disputa, numa campanha marcada pela associação direta a Brizola e à imagem de caos que imperava no Rio de Janeiro. O resultado do primeiro turno evidenciava um crescimento da candidata do PT, Benedita da Silva (32,94%) ⁷, que, no manejo político das campanhas (inclusive da imprensa), desbancava a possibilidade de Cidinha Campos fazer dobradinha com Brizola no município. O segundo turno, então, ficava entre Benedita da Silva e César Maia (21,79%) votos.

A imagem da cidade nesse momento é fundamental para a compreensão política, tanto que as notícias de violência mudaram, de acordo com a pesquisa de Dias (1995), da editoria de polícia para a editoria de política. Temos de um lado Benedita da Silva, que não escondia, e até mesmo exaltava, suas origens pobres e trazia associada a sua imagem a tríade de palavras bastante descritiva de lugares sociais bem marcados no Rio de Janeiro: preta, pobre e favelada. E do outro lado, César Maia, que trazia em seu projeto político ideias de mudanças e modernidade⁸.

O Arrastão⁹ traz outra face dessa eleição e escancara as contradições discursivas, políticas e sociais entre a teoria e a prática no Rio de Janeiro. A poucos dias do segundo turno, a cobertura do Arrastão traz não só o cidadão, mas o eleitor sitiado, acuado, com medo. A eleição se transforma na chance de melhor reação ao caos. Muito se especula

-

⁶ É importante marcar aqui o trabalho de Dalmir Francisco (2003) que destaca apontamentos conflitantes aos de Dias (1995) em relação à situação da imagem da cidade no *Jornal do Brasil* e n'*O Globo*. Enquanto Dias aponta uma imagem desgastada e associada ao legado de Brizola (num desgaste da imagem do então Governador) no jornal *O Globo*; Francisco mostra que o *Jornal do Brasil*, no mesmo domingo do Arrastão, tinha em seu Caderno de Domingo um título ufanista, inclusive, com chamada na primeira página do jornal indicando que o carioca estava de "bem com o Rio", numa matéria sobre a satisfação do carioca com a cidade e seus "lugares preferidos". A página 26 do mesmo caderno contava com um editorial que elogiava o bom humor do carioca e seu mau humor quando chove no domingo e ele é obrigado a ficar em casa, trancado, sem poder ir ao lugar que mais gosta, segundo as pesquisas: a orla marítima – "o maior e agora mais bem cuidado quintal da cidade". No entanto, ainda assim, há nas páginas correntes do JB a preocupação com moradores de ruas e a necessidade de agir contra os "menores" infratores e desocupados.

⁷ Dados apresentados pela pesquisadora do Iuperj, Heloisa Dias. É interessante observar que o site do TRE-RJ não tem um banco de dados para eleições municipais, apenas para eleições estaduais. DIAS, Heloisa. Mídia e Política: A Cobertura de *O Globo* e a Eleição Municipal do Rio em 1992. Dissertação. Mestrado. IUPERJ, 1995.

⁸ Em seu discurso de posse, César Maia destacou as diferenças dele para a outra candidata, apontando que não se "envergonhava de ser branco, homem e morador de uma cobertura".

⁹ Esse não foi o primeiro Arrastão no Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisa de Kleber Mendonça (1999) no artigo "A onda do arrastão", o arrastão já era uma prática habitual ao longo da década de 80. O termo era usado, inclusive, para nomear os confrontos decorrentes dos protestos e da repressão do poder público aos camelôs, por exemplo.

ainda hoje sobre a organização dos eventos que se sucederam nas praias da Zona Sul. Seja a versão da armação política, como dizia Brizola, ou confluência de fatores (calor, falta de ônibus, furtos que geraram correria que gerou mais correria) como apontavam outros especialistas nos jornais, o cerne da questão aqui é o tratamento, como se processa o desdobramento discursivo da visibilidade que foi conferida ao acontecimento. Entre os dias 19 e 26 de outubro o jornal *O Globo*, assim como outros veículos impressos, se dedica a noticiar os desdobramentos do Arrastão com propostas para o enfrentamento da criminalidade e soluções para as disparidades e diferenças sociais e espaciais da população.

Na segunda-feira, dia 19 de outubro de 1992, os jornais são categóricos no tocante ao tratamento da confusão nas areias das praias da orla desde o Leme ao Leblon. Ganha destaque a identificação da desordem à categoria "suburbano", como acontece no editorial de primeira página de *O Globo* no dia 20 de outubro de 1992, intitulado "Hordas na praia". Nesse contexto, a questão eleitoral volta à tona, junto com as possíveis soluções aos confrontos das partes invisibilizadas na cidade: Brizola acena com a construção de piscinas; César Maia pede repressão dura e ameaça convocar as tropas federais para impedir novos arrastões. Já Benedita da Silva condena a discriminação, fala das injustiças sociais e, gradativamente, ao longo das edições seguintes tem sua candidatura prejudicada pela associação à marginalidade das classes sociais mais baixas. O discurso da vitória de César Maia, que derrotou Benedita por 51,89% contra 48,11%, faz uma associação direta da candidata à marginalidade de seus eleitores: "cariocas desesperados, o lumpen, o desempregado crônico, o jovem que está na fronteira entre o trabalho e o crime". (O Globo, 17 de novembro de 1992. Primeiro Caderno, p.1).

As edições do jornal *O Globo* refletem a própria confusão que se viu nas areias: salta-se do incentivo à formação de milícias de lutadores defensores da Zona Sul ao tímido, mas presente, aceno da discriminação. Uma retranca pequena, no dia 21 de outubro daquele ano, trata da manifestação preparada pelos suburbanos para denunciar a discriminação. As matérias do dia 19 de outubro de 1992 não conseguem definir a origem do arrastão nas areias — vale especificar que se fala aqui da origem da própria confusão em si, já que a origem das pessoas é prontamente identificada, no sentido genérico de zonas Norte e Oeste, diretamente com o subúrbio.

No mesmo dia 21, ao se referir à manifestação de suburbanos, o jornal mais uma vez, de forma acrítica, anuncia que para enfrentar os "arrastões de fim de semana nas praias", moradores da Zona Sul, lutadores de artes marciais, "resolveram organizar

grupos antiarrastão, formados por lutadores" para combater os "arrastões". Ainda de acordo com o jornal, moradores da Zona Norte também afirmaram que "a violência pode aumentar se não forem liberados os bailes funk," nos quais "as gangues dão vazão as suas rivalidades" (O Globo, 21 de outubro, p.16). O baile aparece como a válvula de escape da população suburbana – embora nada se fale sobre o motivo da necessidade da catarse. Há uma retranca da matéria na qual se apresenta um mapeamento das "galeras" funk por pontos da praia.

No dia seguinte uma suíte divulgava que os lutadores da Zona Sul prometiam formar uma milícia antiarrastão nas praias do Leme ao Leblon e que seriam orientados pela polícia, para evitar excessos, pois poderiam ser responsabilizados. A orientação é uma legitimação das ações dos moradores ao direto de se protegerem das hordas. "É óbvio que não há como impedi-los de ir à praia, por isso optamos por uma medida preventiva. Vamos orientá-los para que não usem violência excessiva e, caso presenciem alguma ação ilegal que se limitem a neutralizar o infrator, entregando-o imediatamente à autoridade mais próxima" (O Globo, 22 de outubro, p.16). O texto aponta a defesa do território da Zona Sul, uma defesa da cidade, do que de maravilhoso ela tem contra o caos que a exaspera. "(...) é paz ou guerra. Se vierem vão ser massacrados. Queremos limpar a praia até para o pessoal da Zona Norte. É uma defesa não um ataque". Se vierem pra cá o pau vai comer. Não tem nada com racismo. A gente nunca expulsa farofeiro". (O Globo, 21 de outubro, p. 15).

A fala, para não se colocar como segregadora e preconceituosa, destaca o apoio dos moradores do Pavão-Pavãozinho e da Ladeira dos Tabajaras, que também faziam parte do movimento antiarrastão. É importante destacar a reconfiguração da relação do arrastão com a favela Pavão-Pavãozinho, que no passado era responsabilizada pelos arrastões da década de 80^{10} .

No entanto, há um recuo do jornal no apoio acrítico aos lutadores, depois da fala do então prefeito Marcello Alencar, que se coloca contrário à formação de milícias e que seu trabalho é "no sentido de combater a violência e não de estimulá-la.". Um delegado entrevistado no dia 24 de outubro de 1992 também é contrário à luta e afirma que irá punir tanto os participantes dos arrastões quanto dos contrarrastões. Mas o jornal não deixa de

-

¹⁰ No artigo "A Onda do Arrastão", Kleber Mendonça (1999) aponta que o arrastão já era uma prática habitual ao longo da década de 80. De acordo com o pesquisador, o primeiro evento na praia com este nome aconteceu em 1984. "De 1984 a 1990, os arrastões de praia praticamente desaparecem (pelo menos do noticiário), vindo a ressurgir em 1991, quando 'ratos de praia (...) em sua maioria dos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, na divisa entre Copacabana e Ipanema (...) atacaram banhistas e turistas' (*O Globo*, 28 de outubro de 1991)" (Mendonça, 1999, p. 268).

dar notoriedade à preparação das milícias ao informar – sem aprofundamento - que adestradores iriam "levar cães para o calçadão".

Se em 1984 alude-se ao fim das linhas de ônibus, em 1992 as estratégias apontadas se baseiam ainda na mobilidade: o fim dos pontos finais, a possibilidade de novas linhas de ônibus que dividissem o fluxo de pessoas também com a região da Barra da Tijuca e o aumento da passagem. Entre as linhas consideradas mais problemáticas pelas reportagens do jornal *O Globo* figuram a 484 (Olaria – Copacabana) e a 474 (Jacaré – Jardim de Alá), além das que saiam de São Cristóvão, como a 461 e a 460. Como estratégia, é posto em prática o controle de acesso aos bairros da Zona Sul. Com um tom acrítico, as edições se atropelam numa tentativa (bem sucedida, a propósito) de legitimar o controle do estado através dos serviços essenciais de transporte.

Se no dia 20 de outubro de 1992 o tom é de possibilidade - "PM¹¹ quer sufocar arrastões na origem" (O Globo, 20 de outubro de 1992, p.14.); "Prefeito pretende controlar acesso" (O Globo, 20 de outubro de 1992, p.14.) –, no dia 21, a manchete da página 17 é lacônica e categórica: "Pontos finais dos ônibus vão acabar" (O Globo, 21 de outubro de 1992, p.17). A afirmação se apoia indiretamente num Box na mesma página, que traz as "propostas dos moradores para afastar o problema". Entre as sugestões, o fim das linhas vindas do subúrbio, o estímulo ao uso das praias de Ramos e Ilha do Governador e o aumento do policiamento na orla. Vale destacar que embora a popularidade de Brizola com o jornal O Globo fosse reduzida, assim como seu projeto político, os ideários de criação de lazer alternativo ao subúrbio era, ao menos naquele momento, um ponto de convergência entre Brizola e as representações de moradores da zona sul.

As estratégias encontradas para o Verão que, novamente, se inicia contavam com o requinte policial: blitze em ônibus com a determinação de um valor mínimo 12 que todos que desejassem ir à praia deveriam comprovar possuir ao entrarem nos ônibus, e revista dos passageiros que seguissem para a Zona Sul. O chargista Aroeira chegou a fazer uma sátira com os candidatos ao segundo turno, já que o Arrastão deixou as páginas da editoria Grande Rio para aparecer também na editoria de política. Na charge, César Maia com uniforme da Polícia Militar e sorrindo bate com o cassetete no ombro da banhista Benedita da Silva, de maiô, com radinho de pilha e de toalha, na praia. Na abordagem, o policial César exige: Documentos! (*O Globo*, 21 de outubro de 1992).

. .

¹¹ Polícia Milita

^{12 &}quot;Havia a exigência de 8 mil Cr\$ para comprovar a possibilidade da ida e da volta que, na época, custava de 3.100 Cr\$."



Imagem Jornal O Globo (21.10.1992). Imagem 1.

No entanto, a crítica baseada nos embates César X Benedita beira o cinismo, uma vez que joga com os mesmos sentidos cristalizados dos lugares da ordem e da submissão que, teoricamente, tenta contradizer. É a praia, é a farofa da Benedita e a autoridade de César como detentor da ordem que apontam como a disputa pelo sentido da praia se estabelece na relação não só do espaço com os sujeitos, mas entre os sujeitos.

Faz-se necessário, inclusive, considerar o lugar político de tal charge (sem termos a pretensão aqui de dar conta dos meandros teóricos e analíticos da charge como importante viés da comunicação) e em como as representações comezinhas dos frequentadores da praia são apresentadas pela construção dos personagens César Maia como policial e Benedita da Silva como frequentadora. Como assinala Resende,

É preciso reconhecer que o lugar político das falas jornalísticas não se desvincula do estético que nelas se instala e ao qual elas se submetem. A agravante de que nos dias atuais o poder coercitivo esteja vinculado a um poder libidinal – o gesto sedutor pode ser também excludente –, além de ser um forte indicador de que, na dimensão do conflito, a ampliação do espaço de fala não significa necessariamente democratização dos meios, mantém-nos reféns daqueles que sabem melhor produzir as imagens e os textos. (RESENDE, 2009, p.10).

Tal capacidade coercitiva, apontada por Resende (2009), não apenas "aprisiona" os sentidos, mas é marcante também na clausura da fala daqueles dos quais se fala. Este ponto é, inclusive, central e fundamenta o que chamaremos mais adiante de dislexia discursiva. O

jornalismo não apenas nos torna reféns porque possui os meios e as técnicas de produção, como por ter um poder exponencial de prender-nos em significados cuja consequência torna-se uma dupla amarra: aprisiona as representações (como os papéis de autoridade e de infração da charge acima) e, junto a isso, as noções próprias do que é (ou não) infração, autoridade, autoritarismo, lazer, entre outros.

Uma das retrancas publicadas em *O Globo* de 21 de outubro de 1992 apresentava uma possível receita da violência. "*Pegue uma estação ferroviária em São Cristóvão, acrescenta-se quatro ônibus (...) que está pronta a receita (...)*". O mais impressionante e pouco comentado com a seriedade esperada foi a proposta governamental anunciada pelo então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, de criar piscinas em Cieps (Centros Integrados de Educação Pública) ¹³ para "*conter os pobres nos seus bairros*" ¹⁴.

Os questionamentos às ações propostas pelo governo e pelas matérias que apresentam as propostas dos moradores da Zona Sul e de celebridades do show business, não demoram a aparecer, embora tímidas. Bastou o primeiro final de semana depois do arrastão – em que confrontos aconteceram – para que o jornal anunciasse a vitória, já que os suburbanos "fugiram da briga". E para não perder a projeção da temática, uma grande reportagem apostava em novos "points" de sossego longe da Zona Sul, como as praias de Niterói. Vários roteiros apontam as praias Oceânicas de Niterói como refúgio, como destacam os seguintes trechos: "Só entram motos e carros; ônibus não"; "Lugar de surfista, farofeiro fica de fora". (O Globo, 25 de outubro de 1992).

Na mesma edição, algumas falas de cidadãos "aleatórios" são pinceladas pelas matérias. "Para que linhas de ônibus da Zona Norte para cá nos finais de semana, se o comércio está fechado e as domésticas estão de folga?". "A gente paga o maior IPTU da cidade do Rio de Janeiro e quando chega o final de semana, esse pessoal vem invadir a nossa praia?". Mas se encontramos vozes concordando com as posições sectárias, podemos perceber também o contraponto: "Por que eu que trabalho e estudo tenho de ficar na praia de Ramos? Só porque moro na favela não tenho direito de ir ao Arpoador?" (O Globo, 25 de outubro de 1992, p.30).

¹⁴ Embora não seja o recorte deste trabalho, trecho da matéria "Arruaça na areia", publicada pela revista Veja de 28 de outubro de 1992, p.20.

¹³ Centros Integrados de Educação Pública, popularmente conhecidos como Brizolão por terem sido planejados e criados no governo de Leonel Brizola.

1.1.3 Soluções ou engodos? O separar que propõe unir

Num salto de nove anos à frente, em dezembro de 2001, temos a inauguração do Piscinão de Ramos, a novidade de mais um verão. Aquela que fora apontada como uma solução estapafúrdia do Governo de Brizola que só traria mais divisões a cidade, nove anos depois se transforma não só no ganho político do ano como é comemorada pela mesma imprensa que, anos antes, pouca atenção deu ao que alguns caracterizavam como "devaneios do Brizola". O que parece contraditório é na verdade coerência dentro da lógica do jornalismo e dos apoios e interesses políticos, na medida em que, como evidencia este mesmo caso, a produção de sentidos no jornalismo se pauta, também, pelo comprometimento das posições políticas.

Se durante a proposta o Governador era o combatido Leonel Brizola, em 2001 o ocupante do cargo já era Anthony Garotinho (PSB), a quem coube a missão de entregar o Piscinão de Ramos, em 16 de dezembro de 2001¹⁵. A poucos dias da festa de ano novo, a inauguração já traz a novidade: "Réveillon de Ramos também terá queima de fogos lançados de balsa" (O Globo, 18 de outubro de 2001). A cobertura da inauguração é tímida e traz apenas uma matéria: "Piscina de Ramos é inaugurada com festa, futebol, pagode e churrasquinho" (O Globo, 17 de dezembro de 2001, p.13). Os destaques da matéria ficam por conta do que eles chamam de "modos operandi" para a lógica de divertimento de tal lugar, dado pela tônica sutil (?) do pagode e do churrasquinho; para a presença de cachorros (como se isso não fosse uma constante também nas praias da Zona Sul) e dos pedidos em vãos para que não fosse jogado lixo nas areias.

Novamente, no dia seguinte, são trazidas mais informações sobre a festa preparada para o primeiro Natal do piscinão, que também teria papai Noel e Helicóptero. Há um esforço de valorização da área traçando paralelos indiretos com as praias da Zona Sul. Mas é no dia 20 de dezembro de 2001 que a esquizofrenia jornalística, na dualidade com que trata o lugar, traz duas matérias sobre a nova praia: "Uma morte misteriosa no piscinão de Ramos" (um homem foi encontrado morto na água) e um Box "Saiba mais sobre o piscinão", no qual se detalha que são 27 mil m², que um ¼ dos 30 mil litros de água são tratados todos os dias e a garantia do Estado de que a água é mais limpa do que as da praia

-

¹⁵ O sucesso do Piscinão leva o governador Anthony Garotinho a participar de um programa de perguntas do SBT com apresentação de Silvio Santos. Questionado, ironicamente, pela composição química da água, Garotinho precisa de ajuda dos universitários do programa para responder H2O e é duramente criticado pela imprensa nos dias seguintes. A gafe é tema constante nos jornais

de Ipanema. A informação continua para a expectativa de cerca de 50 mil pessoas por dia no investimento de RS 18,4 milhões.

Ao longo da cobertura, até a festa de Ano Novo e mesmo depois disso, não aparece referência alguma que lembre, nem de longe, como a ideia de construir piscinas artificiais (que em 2001 já há projetos de estender o investimento a outros bairros, como Ilha do Governador e São Gonçalo) começou menos de uma década atrás. O que mais aproxima o piscinão a um Rio do passado é a fala do então governador Anthony Garotinho ao anunciar que é "a primeira vez que se faz alguma coisa para unir o Rio" (O Globo d 16 de dezembro de 2001).

Ora, a cidade partida à qual ele se refere indiretamente tem como resultado justamente a separação que se concretiza na busca de lazeres outros que mascarassem a lógica "cada macaco no seu galho" das divisões espaciais simbólicas e físicas das zonas da cidade, nas quais criamos uma "realidade" com uma ordem simbólica estruturada pelas nossas potencialidades econômicas, sociais e políticas.

O sentido imediato do mundo pautado nas estruturas em que, como sujeitos, estamos inseridos é o que leva Bourdieu a estabelecer as rédeas e potenciais dos capitais, como veremos adiante. O "fim" da cidade partida é aclamado não só pelo Governador, como por parte da programação da Rede Globo, que popularizou o local na novela O Clone, que adotou o tom satírico na representação do novo *point*. Uma marcação simbólica das contradições internas das divisões espaciais e que não mascaram as condições sociais, mesmo que estas estejam intencionalmente subposicionadas.¹⁶

No "lá e cá" do jornal que se alterna entre mostrar os "modos operandi" estereotipados de suburbanos e promover o local com as constantes comparações positivas com as praias da Zona Sul, o piscinão é aclamado como a alternativa suburbana às praias da Zona Sul e da Barra da Tijuca. Queima de fogos no Réveillon, programas de televisão, novelas e ampla cobertura da imprensa dão a tônica da importância que o espaço alcança. Em poucos meses, a piscina artificial com água "tratada" da Baía de Guanabara muda de nome, embora não tenha caído no uso popular, para Parque Ambiental da Praia de Ramos. As reações ao Piscinão variam: problemas ambientais, qualidade da água, união da cidade,

Alguns anos mais tarde, em 2007, vários programas humorísticos aportavam constantemente no piscinão. Dentre eles, o Pânico, da Rede TV, que tinha semanalmente o bloco Meda, gravado na Praia de Ramos com ênfase no cômico que indisfarçavelmente apontava pobreza, feiura e farofa. Ou as várias inserções da Regina Casé, atriz e comediante da Rede Globo.

fim da cidade partida, violência entre as facções criminosas das favelas que circundam a região¹⁷.

Voltando ao que é tônica desde 1984, a mobilidade dessa vez não é um problema, mas solução - o piscinão surge como o espaço de lazer no qual os frequentadores não precisam atravessar a cidade para se divertir. Têm a sua praia própria. Têm seu Réveillon próprio. Atrás de um Ciep, às margens da Avenida Brasil, a facilidade de acesso é o maior incentivo à troca das praias, muito distantes, pela piscina artificial¹⁸. Muitas das matérias sobre as vantagens apontam como os suburbanos de todos os lugares se sentem em casa, sem precisarem se preocupar com as exigências de comportamento que estar nas areias de Ipanema demandam. Mais do que as representações que cercam as referências aos suburbanos, nos interessa aqui a maneira como se fragmenta o sentido de cidade pelas disparidades de suas divisões.

1.2 O sombreamento dos sentidos

(...) E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados bambaleando no camelo ou no junco, puserem-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado num outro lobo, a irmã numa irmã diferente, a batalha em outras batalhas, ao retornar de Eufêmia, a cidade em que se troca de memória em todos os solstícios e equinócios. (Italo Calvino)

A cidade que entendemos aqui se faz na troca de experiências, na proximidade - e até na distância - entre os indivíduos e nos movimentos espaços-temporais responsáveis pelas reconfigurações assumidas pelas cidades. Estar sensível à capacidade flexível de se reconfigurar é o que nos aproxima de um entendimento da cidade pelas alterações possíveis nos sujeitos e na ordem social. As cidades se estruturam pelos contrastes (aparentes) de heterogeneidade, padronização e subordinação ao que é do coletivo - ao mesmo tempo em que sobressai seu "quê" de dispersão e individualidade, o que para

¹⁷ As lutas das facções criminosas, Comando Vermelho e Terceiro Comando, levam o Piscinão de Ramos às páginas policiais por causa da localização geográfica do Piscinão entre duas favelas da região comandadas por facções rivais. Essa época é marcada, inclusive, pelo medo do uso de vermelho no Piscinão devido à proibição dos traficantes do Terceiro Comando a qualquer referência ao grupo rival (*O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2002, página 13).

Terceiro Comando a qualquer referência ao grupo rival (O Globo, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2002, página 13).

¹⁸ Embora não seja o recorte do corpus deste trabalho, registramos como a lógica discursiva não é exclusividade de um veículo. "O oásis tem 26.000 metros quadrados de espelho d'água (cerca de três campos do Maracanã), cercados de uma estreita camada de areia branquíssima, com duas aleias laterais de coqueiros. A água é salgada, igualzinha à das praias da Zona Sul." (Veja, Rio de Janeiro. Dezembro de 2001. http://veja.abril.com.br/vejarj/191201/lazer.html).

¹⁹ CALVINO, Ítalo. Cidades Invisíveis. Rio de Janeiro, O Globo, 2003, p. 40.

Orlandi aponta à "mobilidade do indivíduo no campo de um grande número de indivíduos diferentes concentrados em um mesmo espaço" (ORLANDI, 2004, p.12).

Acrescentamos aqui o constante movimento de "in" e "out" no próprio coletivo em grupos dos espaços que compõem a cidade. Por se tratar de um coletivo de espaços pertencentes a uma instituição administrativa, o binômio coletivo/individual se aplica também a um grupo/coletivo no qual o individual possa se caracterizar na analogia por "muitos indivíduos" de um grupo. E aí voltamos a um ponto central na questão que nos é cara e já tratamos anteriormente: a cidade como processo que se desenha na mobilidade de relações, de movimentos, de iniciativas, de embates, de alteridade, de diferenças e, porque não, de desigualdades.

Há uma vasta bibliografia que se dedica exaustivamente à busca pelos meandros e compreensão sobre o conceito de cidade. Da história em Lewis Munford (2001) à literatura em Ítalo Calvino (2003), podemos passar pelo crivo definidor a partir da quantidade de pessoas, dos índices comerciais da área, das presenças obrigatórias de determinadas construções e serviços, da velocidade da informação. Podemos encontrar, inclusive, quem a entenda a partir da tríade: espaço próprio, de um não-tempo sincrônico e da criação da cidade como um "sujeito universal", como nos apresenta Certeau (2011). São pontos de vista que não se excluem, antes se complementam, se entendemos que o que predomina são os gestos de interpretar seus sentidos.

Assim, como definir o que é central para a concepção do Rio de Janeiro como cidade e, principalmente, qual a lógica organizacional de sua estrutura? Como se relacionam espaços e sujeitos nesse caldo de diferenças? Buscamos em Orlandi (2007, 2004) a compreensão quanto à sobreposição do urbano na constituição e entendimento da cidade. Embora as determinações de sujeitos e de espaços se cruzem na cidade para criar significados, os destinos dos corpos dos sujeitos e da cidade estão atrelados ao que se entende por urbano pairando sobre seus caminhos.

Ou seja, é nossa compreensão "fechada" de urbano que normatiza a forma como estruturamos nossas relações - sendo elas constitutivas da formação da cidade. A autora se refere a um urbano pela gestão do Estado que se cristaliza na fala da urbanização e da urbanidade. A cidade extravasa, ela não cabe nas representações como também não cabe nos ordenamentos de sentido que muitas vezes são impostos a ela. Há uma fala hegemônica do urbano, de cima para baixo, que nesse fluxo vertical do Estado se impõe sobre as múltiplas possibilidades de existência na cidade. É nesse sentido que o urbano,

como sinônimo de cidade, e como experiência e convivência do humano é muito mais múltipla e fragmentaria do que o processo de urbanização parece impor. Seria uma rua sem saída se não fôssemos nós, sujeitos detentores e leitores dos sentidos, passíveis de deslizes que levam a novas leituras.

Não é necessário ir além e nem muita especulação intelectual para detectar tais aspectos nos projetos que se propõem a transformar o Rio de Janeiro numa "capital" de eventos mundiais. Os traçados urbanísticos, a projeção da cidade, a reurbanização portuária, a construção de redes viárias de interligação da cidade²⁰, e por aí vai. Não se trata de minimizar a real necessidade de preparar o espaço físico da cidade propício ao seu crescimento desordenado e desigual. A questão é exatamente essa. Tapumes na Linha Vermelha com desenhos coloridos e desapropriações que não passam de usurpações física e moral dão minimamente a tônica da lógica dessa sobreposição do urbano. Realidade que não está distante no tempo cem anos antes, mesmo em uma ordem urbana outra. Os traçados, as perspectivas, as "malfadadas linhas" são muitas vezes justificativas, na maior parte delas veladas, para enfrentamentos que camuflam seus vértices sociais.

Basta uma breve leitura de alguns jornais do começo do século XX, como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*. A construção da Avenida Central, o desmanche do Morro do Castelo, a construção de pavilhões para a Exposição Internacional, a retirada dos cortiços da área central, o aterramento do que é hoje o Aterro do Flamengo dão uma prévia de como, não importando as conjecturas e leituras arquitetônicas vigentes, o social caminha "a partir de". O espaço urbano é a materialização simbólica do que nos colocamos a entendê-lo.

É a lógica do bobo que acredita numa casa sem teto, parede, sem penico. E por que não? Nossa convenção de casa passa longe do significado de casa para aqueles que as têm na própria frieza das entranhas da cidade. A cidade é a casa. Trabalhamos assim a configuração do que compreendemos (e não compreendemos) pelos traçados organizados (ou não) que acompanham nosso alicerce simbólico. Somos móveis em nossas concepções (felizmente), o que não pressupõe que estejamos dispostos à perturbação, às rupturas, aos sentidos que transbordam pela incompreensão que isso gera.

Numa cartilha da academia de ginástica que frequento é necessário assinar para comprovar que aceito as normas, tais como: tratar com urbanidade professores, funcionários e alunos. Pois bem, o que isso quer dizer? Nossas convenções sociais são,

²⁰ Tais obras são parte do projeto de reurbanização do Rio de Janeiro no governo do prefeito Eduardo Paes.

então, um prolongamento de como nos colocamos no urbano, na cidade. E assumimos como próprio do urbano a gentileza, a civilidade, a cortesia. Mas principalmente, nos deixa em "transparência" a maneira como sinaliza o sentido e os caminhos pelos quais entendemos uma cidade - inclusive, a oposição do que não seria condizente com uma cidade, entendendo aí os níveis complexificadores dos vários tipos de cidade. Os sentidos do urbano se estruturam antes, naturalizam-se e trabalham como catalisadores do social e dos espaços sociais, como apresentamos acima.

É a cidade então atravessada pelos sentidos que normalizam o simbólico, o político, o social, o econômico da discursividade urbana. Para Orlandi (2004), o lugar comum do urbano e da cidade criam veridicção para os sentidos de forma que não pareçam fórmulas fixas em processo de categorização e generalização. São atravessamentos constituídos de configurações diferentes, que saltam e revelam contradições de sentidos além "moldados", reinterpretados, fendidos em outras esferas. Na naturalização de nossas relações desembocam novas relativizações de conceitos - não diria fechados, mas cercados e duros de transpor.

Um caminho seguinte quanto às relações e às estruturas naturalizadas que codificam nossos sentidos é concordância frente às divisões espaciais da cidade. Por quê? A resposta não é simples e nem temos a intenção de apontá-la. Façamos um caminho possível de compreensão indo ao trajeto histórico traçado por Sennett em "Carne e Pedra" (2001). Na Grécia antiga o calor dos corpos era a chave da fisiologia humana e homens e mulheres tinham seus espaços na polis configurados a partir disso. Segundo os gregos, o corpo quente era mais forte, reativo e ágil do que o corpo frio – daí as diferenças nas vestimentas: homens nus e mulheres mais cobertas. Os preceitos fisiológicos se estendiam também à linguagem – aqueles que falavam, ouviam ou liam aqueciam o corpo.

Vamos considerar agora o seguinte: os gregos (e também os romanos) pensavam a cidade a partir de seus corpos – um pensamento que nos aproxima do orgulho grego pelo corpo como pela cidade que habitavam: a arquitetura grega justificava pela fisiologia os direitos desiguais e os espaços urbanos distintos para aqueles corpos que tivessem graus diferentes de calor. E se o calor garantia soberania individual, também ditava as regras de dominação e de subordinação.

E mais, se a divisão espacial da Grécia era conduzida pelas diferenças entre homens e mulheres levando em conta, inclusive, a frieza da menstruação contrastada com o calor do esperma; em Roma, a construção das cidades obedecia à simetria da geometria corporal

sem levar em conta se homens ou mulheres em formas lineares que permitiam a constante redivisão. "Trata-se de um tabuleiro de quadrados de mármore alinhados na direção norte e sul" (SENNETT, 2008, p.96). A técnica da rede romana, como se tornou conhecido esse desenho urbano, foi usada centenas de anos antes do domínio de Roma nas antigas cidades etruscas, egípcias, sumerianas e chinesas. O que importa é como cada cultura em particular se apropria dos elementos urbanos e cria os espaços de valorização, subvalorização, lazer dentro de uma lógica própria.

Percebamos inclusive como as separações antecedem o urbano, que nas cidades contemporâneas assume uma posição de sobreposição. Os espaços eram assim definidos, mas isso não supõe a inexistência de ressignificações dos espaços. Vejamos: as mulheres, direcionadas aos interiores das moradias e cobertas tinham sua "forra" nas comemorações a Adônis – a liturgia resgatava o mito do excelente amante, que dava prazer às mulheres ao invés de usá-las para o prazer. Não era mais o interior da casa o espaço destinado ao seu calor corporal. Na Adônia, as mulheres usavam os telhados²¹ tanto para a celebração de Adônis quanto para a lascívia – nesses espaços transmutavam a subordinação em calor.

Na Adônia, o espaço desempenhava o papel da metáfora. Normalmente, fertilidade e gestação autenticavam a sexualidade feminina. É estranho que uma pessoa pudesse sentir-se livre no telhão, numa noite de julho, cercada por plantas mortas, falando a respeito de anseios mais íntimos; o poder espacial da metáfora está em combinar e reunir tais elementos, tão diferenciados. Na liturgia, o 'espaço da metáfora' refere-se ao lugar em que as pessoas realizam essa junção, fazendo-o pelo uso peculiar de seus próprios corpos. (SENNETTT, 2001, 71).

Os espaços não são assim, sentidos fixos, mas construções, e os sentidos, embora façam parte de estruturas, estão soltos. É pelas transmutações possíveis que podemos recorrer novamente ao sentido das heterotopias na constituição dos sentidos.

A praia, por exemplo, quando associada ao mar, tinha o sentido do misterioso e era utilizada como meio de transporte. Assim como o cemitério - no exemplo usado por Foucault²² -, a praia é um espaço que se relaciona com outros lugares da cidade: de lugar

45

-

²¹ De acordo com Sennettt (2001), a Adônia era uma celebração pelos desejos femininos insatisfeitos. Adônis foi pranteado por Afrodite como um excelente amante. No curso do mito, as mulheres lamentavam a morte de um jovem insaciável e capaz de amar. Na semana anterior ao festival, plantavam sementes de alface em pequenos potes nos telhados de suas casas, em honra de Adônis. Regavam e fertilizam com cuidado. Quando os brotos verdes surgissem deixavam

secar e quando morressem era a época de começar a celebração.

²² O cemitério está relacionado a todos os outros lugares da cidade. Até o século XVIII o cemitério ocupava o centro da cidade e a cultura ocidental cultuava os mortos. No século XIX, passam a se localizar nas áreas afastadas devido ao medo de contágio de doenças. In: FOUCAULT, Michel. De outros espaços. Conferência proferida no Cercle d Études Architecturales, em 14 de março de 1967.

de descoberta, de lugar de transporte, e de lugar de invasão e de defesa na história do Brasil e do Rio de Janeiro, ele passa a lazer e, no começo do século XX, à proximidade desejada de moradia²³. Em seu texto, Foucault (1967) apresenta várias formas de heterotopias. Sem entrar classificatoriamente em nenhuma delas, é importante aqui destacarmos que para ele há tantas possíveis heterotopias além das que ele próprio categoriza. No entanto, ressalta que há aquelas em que à primeira vista parecem ser de aberturas, mas servem de forma velada a exclusões.

E, para ficarmos no quesito praia, recordemos o evento de 1992 atendo-nos às divisões simbólicas invisíveis dos "postos" das praias em que vale a máxima de "cada um com seu cada qual" e podemos perceber que embora o espaço físico acolha a todos, os sentidos se justapõem e corroboram a ilusão de entrarmos nesses espaços pelo "simples motivo" de ali estarmos.

1.3 Farofa e fetiche – o espaço como sujeito

Como buscar nos espaços da cidade um caminho para pensar suas divisões? Em Marx (1867) encontramos uma trilha que nos parece possível. Para o pensador alemão, é a maneira como os homens produzem que vai determinar os valores, as ideias, as leis ao serem inseridas no tempo e no espaço. Dentro do arcabouço teórico desenhado por ele para compreender como figuramos o mundo e as relações dessa figuração com a realidade histórica, Marx elabora o conceito de ideologia como a concepção do mundo resultante da própria ação dos homens na história, ou seja, como um construto social, mas com uma característica muito peculiar, qual seja, a capacidade de ser percebida como algo da ordem do natural, do já dado. Tal esquema traçado por Marx para pensar a ação da ideologia nos ajuda a pensar a cidade como esse somatório do social, do político, do econômico, etc. (entendendo o simbólico como constitutivo de todas essas dimensões), ou seja, um produto da ação dos sujeitos num dado tempo e espaço, ação esta regida por certas visões que estruturam lugares, hierarquias e funções para esses mesmos sujeitos e espaços. Desta forma, não é possível pensar numa transformação da *polis* no plano teórico que não implique, necessariamente, uma mudança dos (e nos) homens por meio da transformação

²³ Entre os anos que foi jornalista do Correio da Manhã, João do Rio recebeu terreno em Ipanema em troca de divulgação da localidade em seus textos.

das estruturas simbólicas que naturalizam esses lugares, hierarquias e funções tão bem estabelecidos.

Os espaços da cidade seriam, nessa perspectiva, produtos sociais e políticos não naturais resultantes de um processo histórico real e que tem os homens como sujeitos. Somos nós, produtores da roda viva do mundo, que pensamos, ajustamos, separamos, amalgamamos sejam os espaços ou as pessoas desses espaços. Ao adotarmos tal perspectiva, compreendemos que as distinções Zona Sul e subúrbios do Rio de Janeiro não estão soltas no mundo, mas "presas" como objetos de nossos enquadramentos. A questão aqui é justamente essa: até que ponto os bairros e suas divisões guardam em si a dimensão de objetos, de resultados?

O caminho que Marx (1867) aponta é o de que alguns objetos atingem a categorias de elementos místicos, encantados. É um processo humano de ilusão que impregna um objeto da natureza com áurea mágica, mas que não é percebido como um artifício para a ilusão e, quanto mais encantado ele for, menos a sociedade tende a percebê-lo como obra sua. O fetiche, para Marx, é esse artifício técnico ou retórico que envolve um objeto, ocultando as relações humanas implicadas em sua produção. O Fetichismo da Mercadoria (Marx, 1867) é um conceito correlato ao da alienação, em que os homens estão alheios e não se reconhecem nos produtos de seu trabalho. Para Marx, o fetichismo é a manifestação concreta da alienação da sociedade capitalista: os produtos adquirem vida própria e, para além dos homens, elas (as mercadorias) se tornam sujeitos.

A percepção que se vai formando a esta altura é a de que são os bairros as meninas dos olhos das discussões sobre a cidade em vez de serem os homens nesses espaços. A forma mercantil de pensar a cidade invade a esfera da existência dos homens: os espaços assumem-se como sujeitos, ou, melhor dizendo, os homens esquecem sua condição de atores e cedem aos espaços a posição de detentores dos percalços. É por meio de estratégias mistificadoras que se dá o mascaramento e a diluição do trabalho humano frente à supravalorização do teor mágico do objeto. Mas essa fetichização não está no seu valor de uso, porque os espaços não deixam de atender a essa necessidade. É na medida da complexificação das relações de troca que encontramos um fosso entre o dispêndio do trabalho de produção para a grandeza do valor desse trabalho, consequentemente, seu valor de troca.

O trabalho humano é coisificado e as mercadorias (no caso aqui, os espaços e a cidade) parecem estabelecer relações naturais entre si. O valor de troca aparece como

natural, como se tivesse vida própria. É, por exemplo, o caráter fantasmagórico e misterioso das especulações imobiliárias desde o anúncio das Olimpíadas de 2016. Há um arquivamento da "real" condição de objeto dos espaços que faz com que os bairros (sejam os da Zona Sul ou dos subúrbios) e o Rio de Janeiro estabeleçam relações naturais entre eles como se não fossem objetos resultantes de ações humanas. A questão se torna mais emblemática: quanto mais encantados e fetichizados, mais o valor de troca aparece como natural.

Olhando desse modo, então, é o valor de troca (e não o de uso) que transforma em mercadoria. E as diferenças entre os espaços não se descortinam como diferenças de trabalhos humanos, mas como um processo místico da lógica mercadológica. O caráter misterioso da "forma mercadoria" apresenta aos homens as características de seu próprio trabalho. Conforme adverte Marx:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem *características objetivas dos próprios produtos do trabalho*, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes *para além deles*. É por este quiproquó que esses produtos se convertem em mercadorias, coisas a um tempo sensíveis e suprassensíveis (isto é, coisas sociais). (MARX, Karl, 1867).

O passo seguinte (ou concomitante) a esse processo de fetichismo da mercadoria é o da coisificação das relações humanas, com o apagamento do sujeito numa "despersonificação" da vida em que o sujeito (o homem) torna-se também mercadoria. De tal forma que personifica, via fetiche, a mercadoria e coisifica o homem no mesmo traçado. Há uma troca de posições entre sujeitos e objetos. O resultado são espaços valorados não como simbolicamente diferentes, mas mercadologicamente diferentes e daí simbolicamente distintos. As relações sociais não aparecem como relações entre pessoas, mas como relações materiais entre pessoas. As disposições territoriais da cidade emergem nessa "humanização" do objeto espaço a um sujeito espaço.

A discriminação dos valores perpassa essas condições, mas vai mais longe: se estabelece também nas divisões urbanas carregadas de significados atrelados aos processos culturais que compõem uma cidade. Em Mary Douglas (2007) encontramos uma perspectiva importante para seguirmos nosso curso também pelo consumo: os espaços

(como bens) são a parte visível da cultura, que reforça ou supera certos padrões de discriminação, não a partir de um ato individual e maniqueísta, mas por uma dimensão cultural inserida nos jogos de interação com o grupo – perspectiva que entende o consumo desses lugares²⁴ como processo social que se constrói inserido num contexto de múltiplos significados.

Douglas parte da herança weberiana de que as estruturas não são fixas nem dadas, mas sempre construídas nas interações sociais. Interações sociais que, conforme já vimos em Massey (2008), são pontos de apoio no sentido de espaço. De tal modo que nós atuamos a partir dos contextos em que estamos inseridos e assumimos tais papéis. Quando dissemos acima que as diferenças entre os bairros de uma cidade são "quase naturais" dizemos, a partir de Weber e Bourdieu, que os padrões dominantes são exteriores aos indivíduos, mas criados por outros indivíduos num processo de luta pelos significados, embora possam sugerir certa naturalidade.

A luta pelo sentido se dá no processo de estrutura da sociedade: uma estrutura estruturante (Bourdieu, 1989) que, embora pareça engessadora, permite modificações porque nós, homens produtores da história, estamos em constante movimento. E o que se move pode transformar a estrutura mesmo que os embates por mudanças esbarrem nas lutas pela permanência²⁵. Bourdieu (1989) aponta este aspecto de movimento constante entre o que é reprodução e o que se rompe, que é da base da transformação. O poder simbólico se insere, então, na negociação daquilo que a sociedade impõe. São as complexificações desses exercícios de poder que nos são ricas para pensarmos nos embates, ganhos e perdas do jogo simbólico possível entre sujeitos e estruturas.

Pois bem, se os significados de ações sociais são estruturantes e estamos consumindo a partir de tais significados, podemos então (pelo nosso movimento constante) usar o consumo para participar ou não dos sentidos estabelecidos – se os sentidos existem e não estão engessados, embora estruturados, a luta é possível. Anuência aos sentidos ou

²⁴ Sem aqui entrar na questão de diferenças conceituais entre lugares e espaços de Certeau, que usa em suas teses sobre as práticas do espaço uma distinção para delimitar os campos de lugar (ordem na qual há distribuição de elementos em coexistência) e de espaço (movimento desdobrável das operações). CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

²⁵ Há uma intrínseca relação das noções de "estrutura estruturante" e de "estrutura estruturada" para a conceituação do *habitus* em Bourdieu. O *Habitus* faz a mediação entre as estruturas objetivas que predispõem os indivíduos a agir em determinado sentido e o sentido da ação efetivamente realizado. Bourdieu define como "sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente 'reguladas' e regulares' sem ser o produto de obediência a regras". (BOURDIEU, 1983, p. 61)

tentativa de corrompê-los é um modo de o consumidor (de produtos, de ideias, de espaços, etc) se colocar no mundo (e lutar).

Uma assertiva importante para estes estudos é o salto de Mary Douglas (2007) na compreensão dos marcadores de comunicação - ou seja, a construção de imagem de si para si mesmo e para os outros. O consumo então é a maneira de marcar os papéis e as posições no mundo. Os espaços são, assim, a materialização de repertórios culturais com sentidos construídos em sociedade que mediam fortemente nosso olhar e agem como mapa de conduta, tomando bairros metropolitanos valorados pelos seus sentidos. Pensemos numa cidade de grande porte com infraestrutura e desenvolvimento econômico e social tão díspares quanto o são no Rio de Janeiro. Seus espaços – dos bairros "nobres" ao desprivilegiado subúrbio – se estabelecem como um sistema de valores que se transforma permanentemente, mas não muda de lugar, e sim de função.

Não se trata aqui de valorar os significados já valorados, mas de estabelecer os limites do que pensamos para a compreensão das lutas pelos usos da cidade que se estruturam no simbólico/significado de bairros e zonas. Se voltarmos nossa atenção ao Arrastão, por exemplo, os embates pelo uso do espaço da praia se atrelavam, dentre outras questões, às origens espaciais dos frequentadores, que predeterminavam condutas e valores. Não se trata apenas de uma luta pelo uso do espaço, mas uma que se estabeleça também por sentidos outros não só no uso, mas no valor de troca de tais espacialidades.

"Os bens são neutros, seus usos são sociais, podem ser usados como cercas ou como pontes." (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2007, p.36). Por isso, nos jogos de poder pela hegemonia, um dos lados ganha na imposição sobre o outro. O consumo não está à margem desses embates. Os espaços urbanos são as arenas, a materialidade, em que tais embates ocorrem. A praia, os bairros, o metrô e as consequentes divisões simbólicas da cidade se dão na/pela sociedade agindo sobre o objeto como realidade social, isto é: objetos sociais já valorizados aos quais oferece ou impõe novos valores. Quando atua sobre o espaço, a sociedade não age a partir de sua realidade física, mas, conforme propomos aqui, sobre sua realidade simbólica. A ancoragem no fetiche da mercadoria de Marx até aqui é o embasamento para uma ponte com Bourdieu no que concerne ao papel que as formas simbólicas e as divisões espaciais ocupam ao conferir sentido aos lugares e aos sujeitos desses/nesses lugares.

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é o poder de construção da realidade, que aqui aproximamos da realidade fetichizada de um espaço mercadoria. Se nos basearmos no

caminho de que os símbolos, enquanto instrumentos de comunicação, tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo, eles contribuem essencialmente para a integração e a reprodução da ordem social. É providencial para este trabalho que Bourdieu tenha utilizado a metáfora da geografia para expor seu pensamento. Diz ele que toda sociedade é um espaço social e como um todo ilimitado flexível é subdividido em outros espaços.

Tomando a cidade como o espaço dessa subdivisão da sociedade, temos que cada um dos seus bairros/zonas (subespaços) ocupa um lugar (campo) que tem suas próprias regras e certa autonomia que também o transforma em espaço. A autonomia entre os campos de uma cidade é relacional, uma vez que depende das regras dos demais, claramente situadas dentro do espaço. Embora sejam regras próprias, são misturas cartesianas do espaço de mútua autonomia e dependência. O jogo se dá claramente numa constante negociação e luta pelos sentidos.

Como instrumentos de comunicação, as relações se dão inevitavelmente como relações de poder que dependem dos poderes material e simbólico acumulados pelas instituições (ou agentes) envolvidos na relação. É enquanto sistemas simbólicos estruturados/estruturantes (Bourdieu, 1989) que cumprem a função de instrumentos de imposição/legitimação de uma classe sobre a outra. A violência simbólica, para Bourdieu, parte do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica se expressa na imposição "legítima" e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações sociais. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

Na cidade de conflitos socioespaciais, a reprodução dos conflitos simbólicos se conduz no cotidiano: os sentidos amalgamados de morar, trabalhar e se entreter em determinados pontos da cidade traduzem, também simbolicamente, o sujeito. No entanto, é preciso destacar que o poder simbólico não está no sistema simbólico, mas na estrutura como um todo em que o simbólico se constrói e se reproduz. O consumo dos espaços, então, vai reproduzir a crença da legitimidade de outras formas de poder: o poder no valor de troca dos espaços, o direito legítimo de uso dos espaços dos bairros e as hierarquizações econômico-espaciais pautadas nas diferenças territoriais, paisagísticas e infraestruturais

dos lugares da cidade. O importante é perceber que o espaço-mercadoria como produto do capitalismo é parte não apenas da cidade como exclusão socioespacial, mas no gradativo processo de concepção dos espaços, da cidade e da propriedade privada.

O papel do sujeito na relação com o espaço compreende, como propõe Doreen Massey (2008), as relações como práticas encaixadas e não constituídas e fechadas – daí entender a construtividade relacional como esse processo em que as identidades/entidades não são ou estão engessadas ou imutáveis. É seu estar no mundo, estar em relação, que alimenta a sua construção; é por isso que o espaço como resultado de inter-relação reflete as identidades e não o contrário. O sentido do espaço é, então, negociado. Por outro lado não podemos ignorar que as identidades também se reproduzem nos espaços.

Quando apresenta algumas teorias sobre as divisões regionais em O Poder Simbólico (1989), Bourdieu se utiliza da fronteira para explicar o processo de divisão. Para ele, é impossível sustentar que existam critérios capazes de basear como naturais os marcadores de classificação. As fronteiras, diz ele, têm maior ou menor fundamento na realidade conforme os elementos que ela reúne. Daí fica a pergunta: porque os túneis são as fronteiras das diferenciações? O que estabelece a fronteira da linha 1 e 2 do metrô no Rio de Janeiro? O que determina estes limites?

Tal "realidade" se pauta em delimitações de forças arbitrárias que ganham ares de legitimação. O que nos leva a questionar a maneira como são tratadas as divisões espaciais do Rio de Janeiro com uma série ininterrupta de "por quês": o que é utilizado como parâmetro para diferenciar as zonas Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro? O que as tornam diferenciadas? O que legitima que Irajá tenha sentidos diferentes de Ipanema? Por que o metrô em algumas áreas é subterrâneo e em outras, na superfície? A divisão de uma cidade não é inocente; menos inocente ainda uma divisão que privilegia espaços que terão diferenciações físicas a partir de uma pré-divisão anterior.

A história das reurbanizações do começo do século XX no Rio de Janeiro contribui para a compreensão das atuais divisões socioespaciais da cidade, uma vez que realidades mercantis determinavam a distribuição populacional da cidade, o que justificava uma maior penetração nas áreas hoje suburbanas. Penetração essa justificada durante as remoções de cortiços no Centro, por exemplo, considerada uma área essencial para a concretização do sonho carioca de ser a "Paris dos trópicos".

São escolhas pautadas nas representações da realidade; melhor dizendo: em critérios não só das propriedades ditas objetivas²⁶ (territoriais), mas também das ditas subjetivas (pré-disposições econômicas e sociais) que irão contribuir inevitavelmente para a realidade das divisões. E não se trata apenas do Rio de Janeiro, mas de uma naturalização simplória de que espaços diferenciados carregam em si disparidades econômicas e sociais naturalmente diferentes (e aceitas).

E a realidade das divisões que terminam nos indivíduos e nas disputas deles por posições no mundo/na cidade/nos bairros esbarra nas posições que já ocupam nas esferas sociais e representativas. As estruturas em que estão inseridos dão a tônica e o peso das possibilidades de mobilidade de tais sujeitos. Mexer nas posições é possível, recordemos o que dissemos acima sobre Marx (1867), mas não é crível que isso se dê de maneira fácil. O que vai diferenciar a capacidade combativa de permanência ou de mobilidade em suas posições desejáveis é o que Bourdieu (2007) chama de capitais. Para ele, há diferentes tipologias de capitais a partir dos quais a posse de um ou de muitos determina a posição desse sujeito nas relações de forças. É tal a capacidade dos "capitais" que constituem as armas constitutivas do campo de poder e das estratégias a ser usadas em tal luta. O capital simbólico para Bourdieu é, então, o poder de controlar a produção de sentido, a produção e reprodução do discurso. Por uma perspectiva mais abrangente, o capital simbólico é a justaposição de outros capitais (econômicos, culturais e sociais) que também são baseados na questão simbólica.

O poder simbólico, então, tem a capacidade de criar realidade a partir de um sentido imediato do mundo, cuja configuração carrega as estruturas nas quais os sujeitos estão inseridos. É um poder que existe porque os indivíduos que se sujeitam a ele creem que ele existe. É a crença de que existe que o torna "vivo". Além do mais, o poder dos sujeitos/agentes é proporcional ao tipo de capital que acumularam (seja ele cultural, econômico ou social). A partir desse contexto podemos compreender que o capital simbólico se incorpora no poder simbólico a partir do momento em que as relações de forças objetivas também se reproduzem nas relações de força simbólicas; o que, consequentemente, vai contribuir para a permanência das relações de força. Por essa leitura de Bourdieu torna-se difícil sair do círculo de capitais, poderes simbólicos e estruturas em que estamos engendrados.

²⁶ Levando em conta como o conceito de "propriedade" carrega as ambiguidades do sentido de propriedade capitalista, com a ideia de propriedade capitalista que se apropria desses dois sentidos. A legitimidade dos espaços, por exemplo, passam pela urbanização e da posse de tais propriedades.

Como então pensar as diferenças dos sentidos do espaço sem levar em conta outros aspectos presentes na problemática que estão além dos âmbitos geográficos da diferença? Um caminho possível é considerar uma análise conjunta das agendas da diferença e da desigualdade como o processo proposto por Canclini (2005). O que propomos aqui é partirmos de que as diferenças e desigualdades que se estabelecem entre os espaços se dão a partir de outro espaço de sentido, que é a noção de cidade. Os sentidos se esbarram, se confrontam e distendem. Temos em comum na cidade, para além do "rótulo" de naturalidade, as questões territoriais, os aspectos práticos da cidade que envolvem as redes comunicacionais, como os meios de transportes públicos; os relatos históricos, as festas, enfim, uma gama grande de compartilhamentos que atravessam o que serão as diferenças e as desigualdades.

Uma questão chave para Canclini e da qual parte a principal crítica do livro "Diferentes , desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade" (2005) é quanto à abordagem da conexão que se traduz nos termos inclusão e exclusão. A ideia aqui em abordar as questões de Canclini é pensar as conexões a partir da mobilidade espacial. Pensemos: para ele, a globalização e os avanços do mercado deixaram pouco espaço para a preocupação com as desigualdades e diferenças, que foram relegadas a questões de conexão. O que antes era avaliado em termos de estratos e de níveis sociais díspares se tornou metaforizada para as redes tecnológicas nas quais os incluídos são os que estão conectados e os que têm rompidos os seus vínculos de trabalho e de moradia e, assim, sem conexão, são os excluídos. Neste sentido, estar à margem social é não participar das redes comunicacionais, o que não leva em conta as desproporcionais relações e condições de trabalho.

A crítica de Canclini (2005) se sustenta na afirmativa de que tanto o discurso hegemônico quanto o pensamento crítico sucumbiram às tentativas de inclusão como solução para problemas que são de ordem estrutural, o que para ele não modifica as ordens injustas das estruturas sociais e "apenas" reinsere os excluídos. A promoção de formatos ágeis e flexíveis que favoreçam a conexão não necessariamente promove os interesses de pessoas frente às organizações, mas minimiza a ordem estrutural quando atua mais sobre o acontecimento.

É nesse caminho que é possível aproximar Bourdieu de Canclini, embora o pensamento crítico de ambos esbarre fortemente em outras questões, com forte oposição

acadêmica referente ao papel do cultural nas relações de hegemonia e subordinação²⁷. O cruzamento da análise de Canclini para as questões da desconexão esbarra nesse trabalho, e daí a importância de aprofundá-lo, porque sua abordagem chega à fluidez. Oscilamos na concepção de mundialização entre o local e o global, mas sob quais condições de fixidez e mobilidades nos estabelecemos enquanto desiguais?

Por mais que as possibilidades de transitar (no sentido literal de mobilidade) sejam convertidas em outras coisas e vantagens possíveis, a problemática é saber sob que condições efetivas a conexão possibilita o acúmulo de algum tipo de capital, no sentido dado por Bourdieu. Podemos considerar, inclusive, que a mobilidade ao invés de acumular capital, o minimiza ou categoriza inferiormente. Pensemos na mobilidade, seja de ônibus, trem ou metrô, que ao aproximar espaços físico-sociais distintos exacerba as condições capitais daquilo a que não pertencem. Ou, no caso do Piscinão de Ramos, é a não-mobilidade (ou a necessidade dela) que eleva o capital simbólico, econômico e social suburbano – ou ao menos, que tenta fazê-lo nas inúmeras inserções de orgulho suburbano do Piscinão.

E mais, os vínculos estruturais permanecem e são fundamentais para as condições de conexão proposta para a dicotomia entre incluídos e excluídos. O pensamento reducionista que opõe fluidez e sedentarismo pressupõe inclinações para os grandes como aqueles móveis, transitáveis, o que Bauman (1998) chamaria de turista²⁸; e aqueles menores, dados ao sedentarismo, afeitos aos costumes e às inclinações caseiras - os vagabundos. A redução está em não perceber que para tais condições desiguais de conexão, de fixidez ou de mobilidade há estruturas fortemente sedimentadas que condicionam as possibilidades de filiação a um ou a outro. Ou a ambos, em determinadas circunstâncias.

As diferenças e desigualdades deixam de ser fraturas a superar, como queriam, com a ingenuidade que conhecemos, o humanismo moderno. A relativa unificação globalizada dos mercados não se sente perturbada pela existência de diferentes e desiguais (...). A sociedade, antes concebida em termos de estratos e níveis, ou distinguindo-se segundo identidades étnicas ou nacionais, agora é pensada como metáfora da rede. (...). Agora

²⁷ A diferença entre eles se dá no que Canclini vai destacar nas relações de interculturalidade, em que, para ele Bourdieu trabalha apenas a questão do cultural no âmbito da hegemonia e subordinação, não levando em conta que o desenvolvimento das culturas populares muitas vezes é suporte para movimentos políticos regionais, étnicos e classistas que enfrentam o poder hegemônico buscando novas formas de organização social. Canclini bate na tecla de que: nas culturas populares existem manifestações simbólicas e estéticas próprias que superam o pragmatismo do cotidiano.

²⁸ Turistas e Vagabundos, no sentido dado por Bauman (1998) quando trata das relações de mobilidade em Mal-estar na Pós-Modernidade.

o mundo apresenta-se dividido entre os que têm domicilio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e dinheiro e, por outro lado, os que carecem de tais conexões. (CANCLINI, 2009,p. 92)

Tal perspectiva, leva-nos às relações do transporte urbano numa cidade de grande porte como o Rio de Janeiro. O direito de ir e vir assegurados pelos transportes públicos esbarra em outras questões que estão além da capacidade individual de deslocamento, devendo ser acrescidos aí os sentidos que são construídos para os espaços de destino e de origem. As mesmas considerações valem quando tratamos dos usos dos espaços: é simplesmente o poder de mover-se que garante a efetiva mobilidade?

Enquanto Canclini segue por um caminho sobre a mobilidade a partir da conectividade e recupera os conceitos de explorador e explorado das relações clássicas de poder, propomos o paralelo ao problematizar como as relações de poder se estabelecem também no uso dos espaços da cidade. Se nas noções clássicas de exploração o poder era obtido graças à repartição desigual dos bens atrelados à posse de terra e dos meios de produção, o que produz hoje também os poderes na (e sobre) a cidade é a capacidade de manter-se nas redes de determinados espaços que constroem o sentido de poder.

As divisões entendidas como naturais numa grande cidade entre os locais de lazer, os locais de trabalho e os locais de moradias (valorizada e desvalorizada) corriqueiras no senso comum trazem embutidas as raízes das estruturas que as compuseram – e, assim, a produção capitalista do espaço. Em David Harvey (1973), encontramos uma analise de que a organização territorial desempenha funções no sistema urbano. Algumas funções na organização territorial são de escalas metropolitanas, tais como o planejamento do sistema de transporte, enquanto outras são melhores realizadas num nível local, como é o caso das áreas de lazer e parques. O desafio é conseguir certa equidade nas hierarquias das regiões de forma que as facilidades diferentes sejam satisfeitas em escalas espaciais também diferentes.

Esse "efeito de clube", ²⁹ que se baseia na exclusão, se estrutura na relação do indivíduo com o social. É assim que transformamos, todos nós, nossos espaços físicos a partir dos lugares que ocupamos – o que nos leva a um espaço como extensão de nós mesmos. Não é apenas uma localização física, mas um amálgama de fatores do ponto de vista relação com o mundo que garante o sentido do lugar. Não se trata,

-

²⁹ Termo usado por Bourdieu para tratar da associação durável de pessoas ou de coisas possível a partir da exclusão dos que não apresentam as propriedades desejadas e/ou apresentam propriedades indesejáveis a tais pessoas ou coisas.

como apontamos acima, entendê-lo em oposição. O lugar físico, geográfico, que ocupamos se reveste da ocupação que damos a ele, da constituição das propriedades que garantimos a nós e a relação que temos delas com os outros lugares – estejam eles acima, abaixo, ao lado.

Os valores que damos são partes do atravessamento, das negociações com o ordenamento social. É como a física. Em Einstein, nos idos das primeiras décadas do século XX, passamos a entender (ou a tentar entender) o universo pela relação das propriedades que o compõem. A "genialidade" e a simplicidade da teoria estão em determinar a relativização. Nada é longe. Nada é perto – são nossas referências que determinam as noções e as dimensões de pessoas e coisas. E porque nossos espaços físicos são marcados pela exterioridade que chegamos a um ponto de extensão de que o espaço social se estabelece a partir da exclusão mútua (ou a distinção, como propõe Bourdieu).

Ora, o espaço então vai funcionar como insígnia "espontânea" do social. Somos hierarquizados? O espaço também o será. Antes, no entanto, de entramos na questão dos deslocamentos e poder da aproximação desses espaços sociais, cabe um novo retorno a Bourdieu. Numa obra intitulada "As Misérias do Mundo" (1997), Bourdieu vai dizer que a inscrição das realidades sociais no mundo acarreta o efeito de naturalização, que faz parecer naturais as diferenças produzidas pela lógica histórica. É assim, por exemplo, que se naturalizam a relação do valor do IPTU pago com qualidade de vida; melhores condições das estações de metrô na linha 1 no Rio de Janeiro³⁰; as diferenças infraestruturais entre as zonas da cidade, etc.

Do ponto de vista de Bourdieu (1997), o qual se ajusta bem às ideias aqui defendidas, a naturalização acarreta uma inércia nas condições de estruturas do espaço social. Não é de se esperar então que seja fácil (embora seja factível) modificar as estruturas que são viáveis de serem modificadas senão ao preço de uma transplantação de mentalidade, de mudanças das coisas e de um desenraizamento de pessoas.

Como isso é factível num espaço que é proposto como uno, como é a cidade, mas que se apresenta dividido como são seus bairros, zonas, regiões, etc., ou como se queria chamar? Segundo Orlandi (2004), a cidade é o que transborda, o que nos leva a termos dois lados: a cidade poderia ser muito mais do que uma só - o discurso unificador da cidade é um produto desse atravessamento ideológico, que fragmenta e unifica de acordo com os

³⁰ Até o momento desse trabalho, o metrô do Rio de Janeiro se divide em quatro linhas: linha 1 de Ipanema ao Estácio, linha 2 do Estácio à Pavuna; além de duas novas linhas em construção.

sentidos que esperam provocar. Voltamos então ao espaço fetichizado, que por estar objetivado a partir de suas condições sociais (e econômicas, por conseguinte) ligadas ao poder do capital e da distribuição desigual dos bens públicos e privados, vai ser significado pela relação agentes sociais / distribuição de bens. É assim, então, um caminho para compreendermos que Ipanema e Irajá são significados de forma distinta pela valoração reificada.

Nessa divisão funciona então a sobreposição dos espaços sociais fisicamente objetivados. O que se entende por farofa, pobreza, urbanidade/suburbanidade, requinte e cafonice são também posições objetivadas que tendem a reproduzir uma oposição constitutiva enquanto estruturas mentais. A repetição naturaliza, então, essas discrepâncias sociais transformando-as em discrepâncias espaciais — condizentes e quase óbvias. O efeito é o desencadeamento do espaço como um dos pontos em que as relações de poder mais se afirmam uma vez que incorporam as estruturas mentais e espaciais dos sujeitos. Vem daí a necessidade de respeitar regras, por exemplo, de condutas da praia que sejam harmônicas às injunções nem sempre mudas sobre os corpos nas areias de Ipanema, por exemplo. Do espaço emana a invisibilidade do poder e a violência simbólica que nossas estruturas conjuram.

A capacidade de dominar o espaço nos dá conta da parcela de poder social que um grupo ou o próprio indivíduo é capaz de gerar. A apropriação de bens materiais e simbólicos, sejam eles públicos ou privados, perpassa o social e vai determinar, inclusive, as disputas pela legitimidade de mobilidade. Deslizar pelo espaço físico deixa à mostra os revezes ou as manutenções das barreiras muitas vezes instransponíveis dos espaços sociais. Os espaços consagram simbolicamente seus habitantes ou frequentadores, casos esses façam parte das estruturas sociais latentes da configuração de tais espaços. É desta lógica cruel que os espaços da cidade se limitam aos seus pares sociais numa atroz homogenia que só serve para fortalecer os lugares "estáticos" dos sujeitos e de seus espaços.

Um dos pontos de introdução do pensamento de Eni Orlandi (2004) para compreendermos a cidade a partir de seu discurso é de que a cidade e os corpos que a compõem formam uma unidade, de maneira que ambos os destinos estão atrelados em suas dimensões culturais, econômicas, históricas e sociais. Uma simbiose já trabalhada por Sennett em Carne e Pedra (2008). Tal corpo único nos dá a complexidade de estudarmos as relações discursivas dos espaços da cidade já que se justapõem os sujeitos, os espaços e as práticas (sociais e discursivas).

A primeira complexidade com que nos defrontamos é a quase frustrante tentativa de definirmos cidade. Numa pesquisa que pode ser incessante é possível encontrar caminhos que vão desde o número de habitantes às atividade produzidas na (e pela) cidade, até percursos que se configuram em oposição ao rural ou se aproximam do conceito de civilidade e modos de condutas sociais. Mais importante aqui do que buscar uma definição "verdadeira" de cidade é entendê-la pela heterogeneidade de seus sujeitos. Se há caminhos que buscam o comum para o aglomerado da cidade, é justamente o oposto o que pensamos aqui ao entendermos a cidade para além das totalidades estéticas, econômicas, produtivo-industriais, políticas – mesmo que todas essas juntas.

Num breve percurso teórico, podemos exemplificar as variadas tentativas de leituras da cidade. Notemos: em "Imaginários Urbanos", Canclini (1997) busca entender os conceitos de cidade e analisa vários autores, como Antônio Mela (apud CANCLINI, 1997, p.71), para quem a cidade pode ser vista a partir da experiência do morar através de duas importantes características: a densidade das interações e a aceleração do intercâmbio das mensagens. Por essa perspectiva a cidade é assim formulada pela circulação da informação, que se estabelece nas trocas de experiências do fervilhar das ruas, das interações no espaço público e, principalmente, pela difusão dos meios de comunicação de massa. Para pensar o conceito de cidade é fundamental entendê-lo não como algo limitado ao espaço físico, mas acima desse enfoque, é essencial pensar a cidade como um organismo que se equilibra entre a "lógica" e seu caráter expressivo, este como resultado das indústrias culturais.

Com base em vários autores, Canclini (1997) amplia o caráter da cidade para além de suas fronteiras físicas e as crê como extensões delas mesmas. Por tal concepção, as cidades se ampliam com novos sistemas de transportes, conexões eletrônicas e mediações entre diferentes cidades e se tornam receptora de sentidos – o que Ítalo Calvino, em as "Cidades Invisíveis" (2003, p.151), questiona: "(...) Existe um lado de fora? Ou por mais que você se afaste da cidade, nada faz além de passar de um limbo para outro sem conseguir sair dali?". Esse ritmo acelerado garante à cidade um caráter de videoclipe, na qual se articulam os diversos modos de vida e os múltiplos imaginários urbanos.

Se, por um lado, a cidade é a representação do caos evidenciado pelos seus conflitos armados, por outro, o imaginário da "cidade maravilhosa" ainda a torna o maior destino turístico do país. A identificação desse tipo de paradoxo, conforme observa Mendonça (2010), conduz à percepção de que as cidades não têm um sentido único ou

essência concreta, tal como em certos discursos, porque são apropriações simbólicas polissêmicas que possuem as interpretações modificadas nas relações de poder que compõem a sociedade. Neste sentido, o jornalismo, como instância "autorizada" de produção e circulação de verdades, colabora para sedimentar algumas representações "verdadeiras e oficiais" da cidade – que mesmo assim não devem ser confundidas com a cidade em sua concretude, embora também a constituam.

Nesse caminho que traçamos aqui, destacamos as relações espaciais que balizam de certa forma as mobilidades do coletivo/individual que destacamos acima. A perspectiva que adotamos se adere às práticas discursivas para essas relações espaciais de configuração do sentido de cidade – de uma cidade em que na unidade é possível e se faz também na (e a partir da) contradição da separação. Organizamos então nossa observação nos deslocamentos para os usos e sentidos do espaço.

Assim como a saga de Penélope, a ideia de totalidade é fugaz e pressupõe divisões. Como melhor aponta Milton Santos (2012), "pensar a totalidade, sem sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento". (SANTOS, 2012, p. 118). Nesse caminho, apontamos aqui as dissensões do sentido das cidades como condição de sua existência. Uma totalidade em constante processo, uma totalidade incompleta cujo movimento de desmanche, de fragmentação e de recomposição estabelecem uma metamorfose da unidade em multiplicidade e vice-versa. Assim, é possível chegarmos então a uma cidade em que seus imaginários se alteram ao ritmo das ondas e evapora qualquer tentativa de estabilidade dos sentidos e conceitos.

Em "A Invenção do Cotidiano", Michel de Certeau concede à cidade a capacidade de destruição e reconstrução. Formada pelo que ele define como "praticantes", os sujeitos da cidade são caminhantes, pedestres que formam o cheio e o vazio do "texto urbano" (CERTEAU, 2004, p.171). Os entrelaçamentos e deslocamentos reescrevem indefinidamente a cidade; criam e recriam constantemente novas relações e uma cidade diferente a cada instante. Essas construções e reconstruções obedecem a uma lógica e racionalidade próprias. Para Certeau, essa racionalização do progresso faz da cidade o "lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade". (2004, 174).

1.3.1 Os enquadramentos do dizível e do inconfessável

Perceber a cidade como heroína da modernidade traz à memória a própria concepção das cidades modernas e os "muros" que vieram a reboque. O poema em prosa de Baudelaire, "Os Olhos dos Pobres" (BAUDELAIRE, 2010) traz à tona como as reurbanizações das cidades para a modernidade criaram novas reconfigurações não somente espaciais, mas segregadoras em sua própria concepção.

"À noite, um pouco cansada, você quis sentar-se frente a um café novo, que formava esquina com um novo *boulevard*, ainda apinhado de cascalhos e já exibindo gloriosamente seus esplendores inacabados" (BOUDELAIRE, 201, p.133). Baudelaire descreve as mudanças urbanas dos projetos de Haussmann para Paris e que foram prontamente copiadas em sua concepção pelos ideários do projeto de reurbanização do Rio de Janeiro à época de Pereira Passos.

Por tais projetos, as cidades teriam seus trajetos e espaços mais racionalizados. Grandes avenidas em linha reta, conexões em rede com interligação dos bairros por sistemas públicos de transporte foram as marcas de Haussmann, que ficou na prefeitura de Paris por 17 anos (1853-1870). Eram essas as aspirações de Pereira Passos – transformar o Rio de Janeiro na Paris dos Trópicos. Uma transformação que seguia principalmente o embelezamento da cidade mais do que, diga-se de passagem, uma "real" transformação urbana. Daí o nome do projeto "Embelezamento e Saneamento da Cidade". O Rio de Janeiro pestilento, que se pretendia Paris, tinha nas suas epidemias e condições higiênicas absurdamente insalubres a justificativa em princípio condizente com uma mudança radical e necessária de reurbanização.

³¹A "velha" Paris de ruas tortuosas e estreitas apresentava graves problemas de higiene, circulação, iluminação e acomodação da população cada vez mais numerosa. Problemas esses que agravavam as epidemias em alguns locais centrais pela falta de circulação de ar. Era com orgulho então que a França mostrava para o mundo sua reforma urbana. As grandes ocasiões para mostrar o avanço das técnicas, embelezamento e organização de Paris foram as Exposições Universais de 1867, 1878 e 1889. Por outro lado, as críticas vieram sobre o excesso de gastos financeiros; a falta de habitações populares para os que foram desalojados; a denúncia de estratégia militar oculta sobre as reformas (já que grandes avenidas inibiam motins populares).

³² A primeira obra inaugurada, seis meses após a posse de Pereira Passos, é o alargamento e prolongamento da Rua do Sacramento, no Centro da Cidade, da Praça Tiradentes à Rua Senhor dos Passos e, desta, até a Marechal Floriano. A rua é batizada com o nome de Avenida Passos.

O plano tem como objetivo dar mais fluidez ao tráfego nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, substituir as vielas por ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, sanear, embelezar. As avenidas constituem o instrumento principal do plano, destinado a transformar a capital da República em uma cidade moderna. (Plano geral de obras do Rio de Janeiro. Fonte: Passos, Edison. Melhoramentos do Rio de Janeiro. Revista do Clube de Engenharia, RJ, n. 73, maio junho de 1944).

No entanto, as mudanças essenciais ficaram na abertura de avenidas, na desapropriação dos cortiços³³, na demolição do Morro do Castelo e, consequentemente, na retirada de parte da população carioca da época que foi removida para os arrabaldes dos subúrbios. O que o Rio de Janeiro tinha (tem) de menos na concretização das obras de reurbanização, comparado a Paris, lhe sobra na questão da desordem social causada por tais reformas. E o encontro de dois apaixonados no poema de Baudelaire é marcado pelas reações que as novas configurações espaciais criam na sensibilidade da metrópole. De um lado um pai e dois filhos contemplam maravilhados, da calçada, o novo café. Os espaços sociais se confrontam no espaço físico.

Eu me senti não só comovido com aquela família de olhos, como envergonhado com nossos copos e jarras, maiores que nossa sede. Voltei meu olhar para o seu, amor querido, para nele ler meu pensamento; mergulhava nos seus olhos tão lindos e estranhamente doces, seus olhos verdes habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, e então você disse: "Que gente insuportável aquela, com uns olhos escancarados como portas-cocheiras! Você não poderia pedir ao dono do café que os afastasse daqui? (BAUDELAIRE, 2010, p.134).

Os mesmos contrastes espaciais que o jornal *O Globo* noticia em 27 de novembro de 2007, com o título "*Mendigos tiram sossego de esquina do Jardim Botânico*" (*O Globo*, 27 de novembro de 2007). A matéria retrata o contraste e, consequentemente, o medo que a relação distância social e a proximidade física evidencia. Grades protegem das infecções modernas que a pobreza e a diferença podem gerar. "*Desde que se mudaram para lá* (...) com cachorros, caixas de papelão e fogareiros, eles comem, dormem, urinam, defecam, tomam banho e fazem sexo ali, além de (...)". Em outro momento, a matéria divulga a fala de uma das administradoras do prédio, que prefere não se identificar, "(...) primeiro colocamos plantas, mas eles destruíram os vasos. (...) Decidimos colocar a grade. No dia seguinte à instalação, o grupo gritava dizendo que ia explodir tudo".

Sennett (2008) descreve como algumas convivências urbanas foram planejadas na Europa medieval – é o caso da urbanização veneziana que criara o artifício da "segregação sem expulsão", imposta aos judeus e pautada por regras que diferenciavam os grupos e, que através de uma solução espacial, delimitava as zonas de convivência. Se em Veneza os judeus eram afastados para áreas distantes, pelo medo de que uma "infecção" contaminasse

³³ O marido da Princesa Isabel, Conde D'Eu era um dos grandes proprietários de cortiços. Entre eles, do famoso "Cabeça de Porco", em que viviam cerca de 4 mil pessoas.

os valores cristãos, os "muros" polarizam as experiências da cidade e criam ideais supostamente irreconciliáveis justamente porque estão pautados na dicotomia e no radicalismo, como é o caso do Arrastão de 1992, de soluções estapafúrdias de confinamento e engessamento da circulação.

Um trabalho conveniente a essa perspectiva da exclusão é o livro "Cidade entre Muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo", de Tereza Caldeira (2000), em que a proteção aponta para o caminho da autoexclusão. Nas megalópoles do século XXI – cidades cartesianas, nas quais a heterogeneidade se faz pela mistura, uma *melting pot* que supõe a osmose urbana de pluralidades – podemos encontrar nas novas concepções urbanas resquícios dessa segmentação, como nas moradias definidas por Teresa Caldeira como enclaves fortificados.

Se o medo gera reclusão, o resultado deste não pode ser outro que não mais medo. Criamos uma busca constante por uma cidade exemplar, o que Rafael Argullol chamou de cidade turbilhão: "modelo de uma cidade cujo principal desígnio é defender-se dela mesma" (ARGULLOL, 1994, p.67). Usando o mesmo lema de Guimarães Rosa de que "viver é muito perigoso", os novos bairros/cidades exacerbam nossas percepções preconceituosas do outro, de criar estigmas pejorativos da vida fora dos muros dos enclaves fortificados descritos por Caldeira (2000, p.211) como "espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho". Estar fora dos condomínios é estar à mercê do imprevisível, de uma realidade que não obedece a normas e está sempre na categoria do concretamente possível.

Propomos aqui uma visita a uma edição da revista *Veja* da mesma época, do dia 28 de outubro de 1992. Com o título "Arruaça na Areia – com muita baderna, poucos ônibus e quase nenhuma polícia, as galeras do subúrbio estragam a inauguração do Verão carioca".

Logo que a aurora rododáctila tocou o translúcido céu carioca, um clamor clandestino percorreu a cidade com ímpeto homérico: hoje vai dar praia. Depois de dois meses de fins de semana de nuvens carregadas, a manhã despontava límpida no horizonte do Rio de Janeiro naquele domingo do dia 18. (...) Da Zona Sul, a classe média alta partiu de carro para os recantos mais distantes, em direção ao norte, para Cabo Frio, e ao sul, para Barra da Tijuca. No contrafluxo, ônibus começaram a despejar nas praias do Leblon, Ipanema e Copacabana moradores de bairros distantes das zonas Norte e Oeste e dos subúrbios do Rio. Findo o movimento de formigueiro em ebulição, havia cerca de 600.000 pessoas espalhadas em 8 quilômetros de areia. (*Veja*, 28 de outubro de 1992, p.18.)

Num momento em que se discutiam estratégias para que a unidade da cidade fosse estratificada em áreas de lazer especificas e condizentes com as situações socioeconômicas, é curioso perceber como o conceito totalizador de cidade se fragmenta. Há não apenas uma segregação de espaços, mas de conceitos do que é a cidade do Rio de Janeiro: a praia é invadida, os ônibus "despejam suburbanos", "um formigueiro de 600 mil pessoas em 8 km de areia". São estes contrastes que, na matéria, resvalam a característica de uma cidade com unidade fragmentada, a cidade "partida" do Zuenir Ventura (1994).

Os confrontos na praia em 1992 evidenciaram a cidade que se estrutura em espaços de permissão, numa segregação "sem" expulsão. Embora a matéria destaque os problemas de furtos e confusões, os apontamentos aparecem mais voltados para as questões de permissões e de territorialidade deste espaço da praia e da areia - da permanência em áreas da Zona Sul carioca. Como propõe Certeau (2011), mesmo que no discurso a cidade seja uma baliza totalizadora para as estratégias sociopolíticas e econômicas, a vida urbana que dela se prolonga é composta de contradições e não é um campo de operações controladas e programadas, como anseiam as matérias jornalísticas da cobertura de tais eventos.

A fragmentação é colocada, mas não discutida: como de maravilhosa ela se tornou caldeirão de diferenças territoriais? Como a memória da cidade maravilhosa transformou espaços de seus limites em clandestinos?

Somos nós, cidadãos, pessoas comuns, que lembramos e pensamos a cidade, mas a memória individual, como a analisa Halbwachs (2006), está enquadrada em diferentes referências produzidas num contexto socialmente construído, na memória coletiva. A questão central daquilo que lembramos está na disputa em torno desta produção de significados que dependem essencialmente das situações em que são geradas – é neste sentido que a memória é trabalho de construção que assegura sua legitimação na disputa. O que nos leva a um sentido de memória coletiva que é compartilhada dentro de grupos, sendo ao mesmo tempo lembrança de um acontecimento vivido, evocação e escolha do passado.

Em Paul Ricouer (1994) encontramos um dos caminhos para as reflexões acerca de tais questões. O autor não aprisiona os sentidos possíveis a interpretações, já que o contexto do discurso é complementado também pelo que o autor chama de processo mimético. Em suas análises, Ricouer concebe a narrativa como processo de três momentos simultâneos, no qual a hermenêutica transita para além da simplificação sujeito/texto, havendo sempre a possibilidade do surgimento de novas leituras. A visão de um tempo

ditado pela experiência de uma não linearidade nesses modos miméticos (prefiguração, configuração e refiguração) permite perceber a configuração textual pela articulação das mímeses - sendo tal relação que configura a narrativa como mediação.

A visão de complexidade apresentada entre os modos miméticos não demarca fronteiras precisas sendo, antes, uma abordagem focada no (e pelo) movimento que vai estabelecer através da tessitura da intriga³⁴ articulações de formas simbólicas. Deste modo, as dimensões simbólicas são tomadas por relações sociais de conflito, de poder, de negociação, de ideologia, daquilo que o autor definiu como mundo prefigurado³⁵. E uma leitura das edições da revista *Veja* perpassa um conjunto de significados anteriores, coletivos e individuais, que em articulação darão significado ao texto. Sendo a construção (resgate e ordenamento) da memória algo ficcional, ela nos direciona a um passado reatualizado e centrado na ação do próprio homem. Assim, o que propicia a mediação do tempo é a própria impressão que se tem dele: a partir das mímeses a um presente mediador do que fomos no passado, do que somos no presente e do que seremos no futuro.

Tal é a percepção distendida que gera o que Ricouer chama de concordância/discordância. Em outras palavras: a distensão permite que a discordância (o que recua e o que avança) jogue com o tempo para que num plano subjetivo arrume o mesmo tempo (concordância). Esta distensão do presente nos coloca num jogo de memória e também de expectativas. Daí que, lembrar, esquecer e silenciar faz parte do repertório que criamos para lembranças.

As imagens da praia, do Cristo Redentor e do céu azul, por exemplo, formam um quadro de pensamentos, de reconhecimento e de familiaridade. Reconhecemos nessas imagens o objeto "Rio das Maravilhas" pelo significado criado coletivamente para tais imagens, num fluxo de impressões pessoais e correntes do pensamento coletivo. O mesmo para os sentidos criados numa imagem do Arpoador com muitas pessoas, na qual a descrição é de horror. O sujeito suburbano também vai à praia por causa desse Rio de Janeiro maravilhoso, comprando e praticando no mundo e no espaço os discursos simbólicos do Rio. Ele faz uma apropriação desse interdiscurso, uma apropriação da prefiguração de Ricouer que, no Arrastão, por exemplo, cria o embate com a prefiguração de outro grupo. O problema do Arrastão não é que ele seja violento, já que nem tudo era

³⁵ Ricouer tomou de Clifford Geertz, em *The Interpretation of the Cultures* essa concepção da relação do simbólico com os processos culturais que articulam a experiência.

-

³⁴ Intriga no sentido empregado por Aristóteles e retomada por Ricouer em Tempo e Narrativa – composição verbal que faz com que o texto se transforme em narração.

arrastão e nem tudo era crime. É o desencontro, a incompreensão das experiências do (e no) outro.

Está na construção social, aliada às nossas percepções passadas, a evocação de lembranças isoladas. A mídia constrói as emoções, os sentimentos e as reflexões do grupo – o que Halbwachs chama de "empréstimo de voz". A repetição sistemática das associações à cidade maravilhosa, assim como acontece, no mesmo grau, às representações dos horrores associadas ao que não se encontra no binômio "praia" / "montanha sem favelas", faz parte do que o autor chama de ausência/presença: ao impor limites à realidade concreta no jogo das representações, garantimos que quanto mais presente for uma representação, mas difícil se torna enquadrá-la com memórias inventadas. Assim, mais complexo se torna produzir, também, o esquecimento.

Longe de perceber a articulação entre as memórias coletivas e individuais como um trabalho de adesão efetiva ao grupo, Pollak (1989) vai além de Halbwachs. Ao estabelecer fronteiras socioculturais e definir lugares, a memória coletiva mascara seu caráter uniformizador e opressor. Este caráter denota que a memória coletiva se dá em disputa e vai além da coesão, mas de um trabalho de convencimento da memória hegemônica – o que não quer dizer que a memória se dê por coesão ou corremos o risco de cairmos na armadilha da ideologia dominante. Por mais que as memórias das classes suburbanas e faveladas aflorem nas matérias analisadas, elas se concentram na polaridade do assunto envolvido – e não propriamente no que ele vai chamar de memórias subterrâneas (Pollak, 1989). O que nos leva a uma continuidade de representações e ao prolongamento de discursos fundadores. Uma síntese das matérias analisadas facilita entendermos como os embates e os silêncios formam estratégias e também recalques.

Uma maneira de perceber como a memória oficial constrói os parâmetros de verdade e de significação simbólica pode ser percebida no próprio sentido de preservação da história da cidade. Vejamos alguns dados apresentados num colóquio³⁶ sobre os 150 anos de subúrbio carioca³⁷, que nos dão uma mostra de como se processa a invisibilidade de sujeitos e de suas práticas a partir de um silêncio constitutivo. No caso do subúrbio, é significativa a omissão (ou pouca relevância) que os órgãos de pesquisa institucionais

-

³⁶ Colóquio organizado pelo Núcleo de Pesquisas Urbanas em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Universidade Federal Fluminense em 2008.

³⁷ A data de "fundação" do subúrbio é pautada na inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II entre Campo de Santana e Queimados em 1858. A ligação deu inicio a implantação de estações e serviços de trens suburbanos e que consolidou AA urbanização das freguesias rurais do Rio de Janeiro.

apresentam com relação à produção de jornais, revistas, almanaques, entre outros, publicados em diversos bairros do subúrbio a partir de 1880.

Dos aproximadamente 100 títulos catalogados apenas metade deles estão em instituições de pesquisa e desses, apenas 45 estão na Biblioteca Nacional, dos quais menos da metade está microfilmada e, quando muito, a coleção se resume a um único exemplar. O que nos leva a um papel dos produtores de versões desqualificadoras e redutoras do papel e da presença do subúrbio na história do Rio de Janeiro. São as versões dominantes as que estão presentes nas estruturas oficiais que marcam os jogos e os sentidos das explicações históricas. É como se esse exemplo corroborasse os estudos de Foucault sobre a possibilidade de manutenção das ordens discursivas pelas estratégias de exclusão das falas interditadas e rejeitadas (FOUCAULT, 1996).

Tal é a questão, que mesmo que estejamos há mais de 100 anos do título de maravilhosa, as ambiguidades urbanas inerentes à cidade ainda constituem blocos de representação (maravilha / caos) praticamente (e perigosamente) consolidados. A questão que se faz é: como propor integração a uma organicidade que se estrutura representativamente dividida? Certeau (2011) encontra caminhos a esta reflexão quando trata da transformação do fato urbano em conceito de cidade. Nesta perspectiva, ele assinala que antes do fato tratar-se como figura da história, necessita ser tratável com uma unidade que depende da racionalidade urbanística. Ou seja, a cidade e o conceito que se tem dela devem formar um jogo, uma progressiva simbiose - "planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a esse pensamento plural: é saber e poder articular." (CERTEAU, 2011, p.160).

É interessante trançar este ponto de vista de Certeau com o de Jeudy (2005), para quem ao se criar para a cidade uma apresentação voltada para objetos referenciais que asseguram uma delegação simbólica, não há, contudo, a ocultação de sua densidade própria, apreendida a partir de sua expansão periférica. Deste modo, para Jeudy, a cidade não forma uma totalidade orgânica devido à explosão de sua densidade própria, o que a fez se cindir em um centro e uma periferia. Pensar, então, em alteridade, proximidade e integração "são apenas signos petrificados de uma alteridade fabricada" (Jeudy, 2005, p. 96), como se fosse possível manipular e construir relações de alteridade. Ora, para cerzir a cidade é necessário então que se comece a partir das relações já existentes, que é a condição implícita da condição de cidade.

Vale voltar ao pensamento de Pollak, que aponta como a fronteira entre o confessável e o inconfessável é marcada ao separar as memórias de grupos específicos daquela que a "sociedade majoritária ou o Estado desejam impor" (1989, p. 8). De tal modo, que em determinada estrutura estratégica discursiva - seja nas propagandas governamentais que atravessam a leitura da revista ou o próprio texto jornalístico, especificamente analisado neste trabalho – os resgates de certas lembranças dependem, invariavelmente, de determinados aspectos que se deseja evidenciar no enquadramento de tal memória. O trabalho de enquadramento (POLLAK, 1989) se sustenta na própria história e as cidades, assim como as organizações políticas, associam o próprio passado a uma imagem que ela forjou para si mesma. E tal imagem não comporta determinadas lembranças e situações, daí a necessidade de reinterpretação deste passado.

Para Pollak (1989) o silêncio sobre o passado pode ser também uma artimanha e, longe de conduzir ao esquecimento, é resistência aos excessos de discursos oficiais. Como o jornalismo, guardião da memória e também das expectativas, apresentaria os elementos da memória subterrânea, que está para além da oficial? O trabalho da memória é de lembrança, mas também de esquecimento. Não se trata de um esquecimento por desvio, mas um enquadramento daquilo que se pretende reverenciar, tornar como sentido de uma recordação. A fala do prefeito Eduardo Paes, em 2008, para celebrar a escolha da cidade como sede Olímpica, dá o tom do esquecimento estratégico ao propor que não se deve mais reclamar do passado (no caso, a mudança da Capital Federal para Brasília e o descaso federal com a cidade depois da transferência) para prosseguir.

Como pensar a cidade para além de parâmetros dicotômicos se as discussões acerca das estruturas do tecido social permanecem as mesmas? A integração do espaço da cidade (com suas favelas e bairros suburbanos) não exime do discurso as "manchas" que causam na "magnífica paisagem". Como nos aponta Andreas Huyssen (2000), são os modos de rememoração que nos define no presente, o que nos leva à condição de precisar do passado para ancorar as identidades e alimentar uma visão de futuro. No entanto, embora durante o Arrastão em 1992 o passado (1984), com a ampliação de linhas de ônibus para a conexão direta Zona Sul / Zona Norte pelo Túnel Rebouças tenha sido novamente pauta de discussão, quando da abertura do Piscinão de Ramos, nada nos jornais analisados da cobertura pelo jornal *O Globo* trouxe à tona a questão do Arrastão, momento no qual a construção de piscinas em bairros pobres foi aventada.

A integração, que também é um argumento discursivo, se processa na iniciativa de novos territórios, de lazer para regiões "tanto anos relegadas". Assim, seguindo Huyssen, ao revisitarmos o passado numa correlação entre o presente e o passado, a vontade presente tem um poder inevitável em direcionar o que e como rememoramos algo. Não se trata, então, de crer numa memória fundamentalmente pura - a questão perpassa a orientação do enquadramento no nosso presente. Vejamos a partir de Huyssen:

O passado rememorado com vigor sempre estará inscrito no nosso presente, a começar pela nutrição de nossos desejos inconscientes até a orientação das nossas ações mais conscientes. Ao mesmo tempo o passado rememorado com vigor pode se transformar em memória mítica. Não está imune a fossilização, e pode tornar-se uma pedra no caminho das necessidades do presente, ao invés de uma abertura no *continuum* da história. (HUYSSEN, 2000, p.69).

Como sugere Marialva Barbosa (2007), a imprensa funciona como um mecanismo de transformação do ausente no presente, daí ser constitutiva aos meios de comunicação a função de arquivo da memória em que perpetuar uma situação e um momento resvala no poder de domesticar e selecionar a memória. A mídia se estabelece, então, como fundadora da memória contemporânea. Nesta linha de pensamento, Barbosa delineia como na imprensa, ao reter o excepcional, mesmo nos relatos cotidianos comuns, há uma busca por detalhes que o excepcionem, criando uma memória do excepcional — uma preservação seletiva da memória que garante, sobretudo, o poder de ser não somente a guardiã da memória, mas também daquilo que se propõe esquecer.

Ora, o poder de fazer lembrar e fazer esquecer estaria diretamente relacionado ao vigor que se pode ter para significar momentos e situações, como é o caso do Rio de Janeiro e seu tempo áureo. A questão é discutir e examinar se os meios de comunicação, ao sobreporem os aspectos excepcionais deste momento não estariam fossilizando o "cidade maravilhosa". Não se trata de opor dicotomicamente lembrança e esquecimento nas análises como se não fossem elementos constitutivos da memória, que lida essencialmente com estas situações. Toda memória depende de distanciamento e o esquecimento faz parte do processo. Mas os elementos estruturantes do jornalismo tendem a não só pautar como, também, a estabelecer o passado / memória como algo consumado. Voltando a Huyssen: uma pedra no caminho entre o presente e o futuro.

É porque precisa de vigor que significar o mundo nos leva a deslocamentos, a novas leituras, a ressignificações. A memória aparece assim como um dos pilares de

produção de sentido quando considerada em sua condição de interdiscurso, ou seja, a filiação dos nossos dizeres que têm efeitos no que se diz – um complexo jogo de passado e presente que organizam os deslocamentos e os engessamentos dos sentidos produzidos pela (e na) linguagem.

2. No avesso da montanha, no labirinto – Subúrbio em seus muitos olhares

Lá não tem brisa Não tem verde-azuis Não tem frescura nem atrevimento Lá não figura no mapa No avesso da montanha, é labirinto É contra-senha, é cara a tapa (...) (Chico Buarque) 38.

Se as décadas de 80 e 90 têm entre seus feitos a exacerbação (ou a evidência mais nítida pelos eventos relatados anteriormente) da polarização do Rio de Janeiro na condição das divisões espaciais, a segunda década do novo milênio traz, ao menos nas palavras, a esperança de deixar para trás o passado da "cidade partida" esboçada por Zuenir Ventura no livro homônimo. Numa constante tentativa de abandonar as condições de insalubridades social e física que acometem o Rio de Janeiro desde sua "criação", o discurso do Rio de Janeiros dos sonhos se apoia nos eventos que prometem levar a cidade a um novo patamar.

Sem nos atermos profundamente aqui às constantes réplicas desse intuito e crença desde o final do século XIX e começo do século XX³⁹, a propaganda governamental é de uma cidade em construção: obras de infraestrutura promovem a cidade integrada em seus aspectos físicos e simbólicos. Dentre as obras, uma em especial conclama este aspecto integrador por se tratar de uma área de lazer no subúrbio que surge discursivamente como ponto de integração da cidade maravilhosa a pontos outros para "além da Zona Sul".

O Parque Madureira foi construído num terreno que pertencia à concessionária de energia Light e durante décadas esteve abandonado entre as torres de transmissão e a linha férrea do ramal de Belford Roxo. Construído entre janeiro de 2011 e setembro de 2012, o Parque foi inaugurado em junho de 2012 antecipando a inauguração ao fim das obras efetivamente. Uma das possíveis, e meio óbvia, razões para a inauguração antes do fim das instalações foram as eleições municipais marcadas para outubro do mesmo ano – o que impossibilitaria ganhos políticos durante a inauguração. O Parque, com mais de 90 mil metros quadrados e 1,3 km de extensão, é considerado pelos órgãos oficiais o terceiro maior parque público da cidade em área verde, ficando atrás apenas do Parque do

3

³⁸ Trecho da música Subúrbio, de Chico Buarque, do álbum *Carioca* de 2006.

Numa pesquisa na Biblioteca Nacional dos jornais Gazeta de Notícias e Correio da Manhã do início do século XX, encontramos várias referências ao Rio de Janeiro do passado que as obras de Pereira Passos e César Sampaio tentavam resgatar. Em 08 de setembro de 1903, o artigo da coluna Actualidades do jornal Correio da Manhã, assinada por Gil Vidal, faz dura crítica às obras do Porto e da Avenida Central porque é "utopia acreditar que o Rio volte à antiga importância".

Flamengo e da Quinta da Boa Vista. Inclusive, tal ponto é destaque constante nas matérias do jornal *O Globo*, que durante a inauguração e nos eventos programados para o Parque usa a classificação para criar o paralelo de proximidade entre subúrbio e pontos turísticos e aprazíveis.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, em informação passada pela assessoria de imprensa, o parque (algumas vezes chamado de "Parcão" nos releases enviados à imprensa) é o primeiro parque público do Brasil com certificação AQUA, o selo de sustentabilidade da Fundação Vanzolini. A nova área de lazer fica no antigo terreno da Light, atrás do Shopping Madureira. Como destaques "do novo point da Zona Norte" ⁴⁰ estão a Praça do Samba (com capacidade para três mil pessoas em pé, 350 sentadas e área reservada para 10 cadeirantes, "reforçando a identidade e a tradição do bairro"), a Nave do Conhecimento. Outro destaque tanto da imprensa quanto dos órgãos oficiais é a pista de skate com 3,850 metros quadrados e com padrão internacional para eventos.

O Parque Madureira conta ainda com quadras de vôlei, de vôlei de areia, e de futebol; campo de grama sintética para partidas de futebol, playgroud, academia ao ar livre, área para prática de bocha, tênis de mesa e ciclovia. "Para atender aos visitantes, o parque tem oito conjuntos de banheiros (masc/fem/fraldário/PCD), oito quiosques comerciais, um de bicicletas e um de esportes" ⁴¹. A grande novidade, ainda segundo fontes oficiais, é a tecnologia avançada para sustentabilidade: o Parque Madureira conta com sistema de irrigação para consumo controlado de água, equipamentos com teto e paredes verde (controle térmico), controle de resíduos sólidos, reuso de água, poços artesianos, pisos permeáveis, iluminação de baixo consumo (LED) e tratamento de esgoto. Além de 800 árvores nativas, 450 palmeiras e cinco lagos com fontes iluminadas.

O projeto contou ainda com o plantio de 52 mil mudas e 31.500 metros quadrados de grama. De acordo com os dados oficiais, foram gastos na construção do parque aproximadamente R\$ 100 milhões. Alguns meses depois da inauguração, foi inaugurada na área do parque a Arena Carioca Fernando Torres com capacidade de 330 pessoas sentadas e mil pessoas em pé.

A condição de Madureira como o lugar da potencialidade transformadora do discurso de integração não se processa numa escolha aleatória, mas por todo um complexo conjunto de fatores que culminaram na decisão política de construção do parque numa área

⁴¹ Idem

⁴⁰ As referências foram destacadas de um release enviado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura.

que há décadas constrói para si a condição de convergência. No livro "Histórias das Ruas do Rio" de Brasil Gerson (2000), ao contar a configuração urbana do subúrbio, Madureira se distingue como o local que no começo da estruturação oficial era: "uma coisa de nada em torno das suas três estações, a de Magno, a de Madureira e a de D. Clara" (2000, p. 436). No entanto, mesmo sem um projeto, Madureira se transforma devido à localização do bairro como entreposto de Irajá e Pavuna; a instalação de vias do bonde e do trem; a proximidade com o Meier e a confluência dos ônibus com a instalação da Viação Suburbana.

Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida. Antigamente, quando ainda não havia por aquelas bandas jardins e cinemas, era o lugar predileto para os passeios domingueiros das meninas casadouras da localidade e dos rapazes que querem casar, com vontade ou sem ela. Hoje mesmo, a gare suburbana não perdeu de todo essa feição de ponto de recreio, de encontro e conversa. Há algumas que ainda a mantém tenazmente, como Cascadura, Madureira e outras mais afastadas.

"De resto, é em torno da "estação" que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armarinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda". (BARRETO, 1956, p. 145).

A aglomeração de Madureira como centro comercial de referência, desemboca na efervescência cultural - nos anos 20 surge a Escola de Samba da Portela e duas décadas depois, em 1947, a Escola Império Serrano. A malha de transporte que caracteriza Madureira atualmente como centro comercial começa a se caracterizar desde o surgimento do bairro, o que não significa avanço em relação a outros bairros com as mesmas características - basta destacar como a condição de subúrbio é a tônica para ser o último bairro a ter substituídos os bondes a burro, em 1928, pelos bondes elétricos da Light.

A história oficial da criação de Madureira é resumida por Gerson (2000):

(...) Esse nome Madureira só pode ter vindo ali de Lourenço Madureira, descendente de um Antônio Madureira, setecentista de Campo Grande, e Lourenço lavrador e criador, com feira de gado, numas terras de que era arrendatário na Fazenda Campinho, do Capitão Inácio Canto, de quem recebera autorização para fazer nelas benfeitorias, inclusive separando-as das vizinhanças com grossa cerca de espinhos. Morto o Capitão, D. Rosa Maria dos Santos, sua viúva, resolveu entretanto expulsá-lo de sua vasta

propriedade, ao denunciá-lo ao Juiz de Fora Duque-Estrada Furtado de Mendonça como sujeito de más intenções, que para se apresentar como dono do lote arrendado, alegara que o adquirira por 200 mil-réis do preto Luís de Almeida, mero foreiro dela (GERSON,2000, p.57)

Com a divisão dos lotes, a morte de D. Rosa Maria dos Santos e muitos casamentos de herdeiros depois, Madureira vai se configurando como ponto de referência a partir da inauguração da estação de trem no bairro em 1890 e, de acordo com Nei Lopes (1992), pela reurbanização do Centro da cidade e suas consequências: a demolição de casas e cortiços, a derrubada do Morro do Castelo, a extensão de diversas linhas de trem e o estímulo da indústria nacional, decorrente da crise mundial de 1929, ocorreu o crescimento populacional dos morros e do subúrbio do Rio de Janeiro. Para o autor, inclusive, não é só o subúrbio que aos poucos se organiza a partir de tais momentos, mas há também a configuração cultural de Madureira - definindo geograficamente o universo do samba e do partido-alto.

2.1 Uma longa faixa de terra da cidade ao seu além

O Rio de Janeiro, que tem na fronte, na parte anterior, um tão lindo diadema de montanhas e árvores, não consegue fazê-lo coroa e cingi-lo todo em roda. A parte posterior, como se vê, não chega a ser um neobarbante que prenda dignamente o diadema que lhe cinge a testa olímpica. (Lima Barreto) 42.

Seguindo esse raciocínio da condução de percepções múltiplas para os sentidos de Madureira, é importante articular o trabalho e nossas perguntas às condições históricas que sobremaneira acionam o esforço de ordenamento de sentidos da imprensa e, por isso, os fluxos de memória como reconfiguração de reconstruções dos sentidos. Nesse rumo, voltamos ao tempo mais uma vez para que a compreensão de Madureira e do Parque passe também pela condição de uma divisão anterior aos bairros, que é a de Centro e subúrbios.

Quanto às subjetivações a respeito das partes da cidade, Laura Maciel (2008) em um trabalho sobre o subúrbio, aponta como os subúrbios não são considerados bairros que compõem à cidade, mas desvios na expansão urbana planejada, constituídos de anormalidades que destoam do que se pretende história da cidade.

-

⁴² Lima Barreto, 1922, no livro Clara dos Anjos, p.78.

É desse caminho analítico que ela vai defender seu ponto de vista: por não ter uma forte presença simbólica na história da cidade, logo a história de seu passado, o subúrbio carioca não ocupa um lugar marcante (e uma preocupação de que isso aconteça) no seu presente e futuro. À margem desse tempo, os subúrbios não são considerados parte do processo histórico do Rio de Janeiro e muito menos são associados a ações que definiram racionalmente projetos e práticas de exclusão e segregação – e que se renovam ao longo do tempo.

São muito fortes as associações do conceito de cidade que se orientam por uma concepção de que a cidade é apenas resultado de projetos urbanísticos ou políticas e ações efetivamente governamentais. O surgimento de uma cidade se dá pelas experiências humanas, pelo trabalho humano; o que a torna um processo não só racional. "Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir." (ARISTÓTELES, apud SENNETT, 2001, p. 5)

É dessa "lógica" que a historiadora Déa Fenelon (apud, Oliveira 2010) defende a compreensão de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que de certa maneira pautam e delineiam a paisagem urbana, logo, a imagem da cidade é um caminho dialético no qual as memórias e significações constroem e, ao mesmo tempo, se modificam pelas experiências e vivências sociais. O que nos leva a outra forma de conceber o urbano pela valorização da memória. É a partir dela que podemos trazer a tona outras maneiras de olhar e perceber o presente dos subúrbios criando novas significações. Ao silenciar as experiências presentes e passadas de áreas específicas da cidade legitima-se seu afastamento das discussões e concepções desse mesmo território.

Considerar irrelevantes, inapropriadas ou descartáveis o valor de outras vivências no Rio de Janeiro nos coloca numa posição de termos nada mais do que a marginalização e a desqualificação de experiências outras. De forma que o discurso/história sobre a cidade surge com o único parâmetro para julgar a veracidade e a importância de memórias diversas – como, por exemplo, o dado apresentado anteriormente sobre a preservação das publicações oriundas da área suburbana da cidade.

No historiador El-Kareh (2008) encontramos um esboço da etimologia de subúrbio, que se encarrega de estabelecer seus parâmetros de desigualdade. A palavra subúrbio, assim como a correspondente em francês *banlieue*, traz embutida a seus sentidos o "tom pejorativo". No caso do português, essa desqualificação é expressa pelo prefixo *sub* que implica subalternidade que as aglomerações em torno da cidade estabelecem com ela. No

entanto, no tempo da urbanização dos subúrbios cariocas (no começo do século XX) a utilização mais comum era de arrabalde, do árabe *ar rabad*, que significa cercanias da cidade. Mas as historicidades contidas nas palavras "subúrbio" e "suburbano" remetem a espaços distantes e carentes de serviços, de equipamentos sociais e de bens culturais, de acordo com o historiador Maciel (2008) para quem, além de remeter a espaços da cidade, incorporam outros sentimentos, sentidos e imagens que se associam diretamente a modos de viver, de morar, e de se relacionar com a cidade.

É o que leva a crer que expressam práticas culturais que ao não serem estanques dão outros sentidos possíveis que se alteram com o tempo, mas que se sustentam no rol de significados das experiências que historicamente caracteriza (e rotula) os espaços e os modos suburbanos. Inclusive é essencial termos em conta aqui que as metaforizações⁴³ possíveis nas transformações dos significados estão atreladas aos usos e sentidos nas experiências sociais dos sujeitos e no entrecruzar de experiências históricas contraditórias, variadas e por vezes antagônicas. E os meios de comunicação participam ativamente da configuração de tais sentidos perpetuando ou criando parâmetros outros de possibilidades. Daí que suburbano não impõe sentido apenas ao morador de subúrbio, mas carrega uma carga simbólica e histórica de discriminação e preconceito espacial que se prolonga ao social, ao refinamento, ao gosto.

No Brasil o termo subúrbio até o início do século XX era usado por jornalistas e cronistas para se referir a qualquer área em expansão da cidade e isso incluía, que só é espanto para a significação de subúrbio para além de arrabaldes, os bairros do Flamengo, Botafogo, Leme e Copacabana. Não era ainda uma ocupação que desqualificava o espaço em questão, mas sim o fato de serem afastados da região central da cidade e com isso sem certas infraestruturas como transportes, iluminação pública, água e etc. No entanto, rapidamente esses espaços foram incorporados à cidade, mas o contrário ocorreu com outras áreas do subúrbio que mesmo após receberem infraestrutura continuaram na condição de forte associação com o que não era centro.

O trabalho de recuperação histórica do subúrbio de Leonardo Soares dos Santos (2011) nos ajuda aqui a compreender como os sentidos de subúrbio para além dos arrabaldes vão se constituindo ao longo do final do século XIX e começo do século XX. Ele aponta que no final do século XIX o aumento demográfico da cidade (por conta do fluxo migratório de portugueses e de ex-escravizados) aliado à expansão dos meios de

-

⁴³ No sentido apontado por Eni Orlandi.

transportes garantiu ao Rio de Janeiro a necessidade de expandir as construções para além da já saturada região central. Assim, os arrabaldes (subúrbio) passam a ser vistos como possibilidade para o mercado imobiliário.

Mas é com a proposta de reforma urbana de Pereira Passos no começo do século XX que as discussões sobre o que fazer das áreas do subúrbio ganham força – tanto na imprensa quanto nas propostas do poder legislativo. As demolições dos cortiços e estalagens do centro para a reurbanização da cidade com a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) somada aos altos índices de epidemias (como a varíola) tornavam impraticáveis maiores aglomerações no Centro. Se a especulação imobiliária já diferenciava os preços dos arrabaldes da Glória, do Catete, da Tijuca e de São Cristóvão, a Gamboa e a Saúde tinha preços "mais atraentes", embora não possuíssem espaços suficientes para a demanda crescente.

Os arrabaldes das freguesias mais distantes se tornam então a saída, como diz Santos (2011) "uma força no horizonte", especialmente os terrenos próximos às linhas do trem. As condições de transportes somadas aos preços do terreno eram elementos que pesavam muito na decisão de escolher o lugar de moradia. E a infraestrutura e a capacidade de troca dos lugares consolidam o processo que confere ao subúrbio "um certo sentido depreciativo, que incluí não só uma ideia de recursos financeiros mais limitados, mas também um certo gênero de vida particular" (MATTOSO, Apud Santos, 2011, p. 5), que não se resume à expansão geográfica, mas também está atrelada ao grupos sociais que ocuparam a região dos arrabaldes que seguiam próximos à linha férrea da Central.

É importante destacar aqui, e que será importante para a análise, que a pequena classe média de funcionários civis e militares, comerciantes e alguns operários, de acordo com a pesquisa de Annelise Fernandes (1995), eram os que tinham condição de arcar com altos custos de mobilidade entre tais arrabaldes e o centro da cidade. Nos anos de 1860 as passagens de 1ª classe para Engenho Novo custavam 900 réis, as de 2ª, 600 e as de 3ª, 300 – e quase o dobro para Cascadura. Assim, um trabalhador de salário mínimo que tivesse que fazer uma viagem diária de ida e volta entre Cascadura e a Corte por mil-réis gastaria, aproximadamente, a terça parte do seu salário mensal. Em Lima Barreto encontramos mais uma vez os indícios desses momentos de ocupação dos subúrbios.

Foi um dia destes. Eu vinha de trem muito aborrecido porque saíra o meu folhetim todo errado. O aspecto desordenado dos nossos subúrbios ia se desenrolando aos meus olhos; o trem se enchia da mais fina flor da aristocracia dos subúrbios. Os senhores com certeza não sabiam que os

subúrbios têm uma aristocracia. Pois têm. É uma aristocracia curiosa, em cuja composição entrou uma grande parte dos elementos médios da cidade inteira: funcionários de pequena categoria, chefes de oficinas, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa, etc. (BARRETO, 1956, p. 296)

Esses momentos da história do subúrbio podem nos auxiliar a mapear como algumas práticas culturais suburbanas são compreendidas em sua diversidade. Uma festa suburbana que "já deu o que falar" é a Festa da Penha. Muito popular no começo do século XX, a festa remonta do século XVIII e comemorava o nascimento de Nossa Senhora – que segundo a crença católica teria aparecido em um monte no norte da Espanha chamado Penha de França. No começo, a festa tinha como característica as tradições portuguesas e era organizada pela Irmandade da Penha – e se constituía em: "a missa solene, as cerimônias de bênção e as barraquinhas de prendas, jogos e comidas, a que se juntaria o ritual e o espetáculo do cumprimento de promessas que faziam penitentes infatigáveis subir os 365 degraus que levam ao santuário" (MOURA, 1995, p.156).

Os séculos XIX e o começo do século XX trouxeram a popularização da festa, principalmente com a presença de negros. A Festa da Penha, então, é reconfigurada com a incorporação e a manifestação de novas características culturais: rodas de samba, batucadas, danças, capoeiristas, barracas montadas pelas chamadas tias, que eram as negras baianas - compunham os festejos com o sincretismo religioso que um país tão rico culturalmente pressupõe. No entanto, esse é o ponto a qual queremos chegar: o amálgama religioso da festa transforma a comemoração – e essa mutação rica em diversidade é alvo do poeta e jornalista Olavo Bilac em um artigo publicado na revista Kosmo em 1906, cujo trecho abaixo sintetiza como o ordenamento paira sobre a festa:

Há tradições grosseiras, irritantes, bestiais, que devem ser impiedosas e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização. Uma delas é esta ignóbil festa da Penha, que todos os anos; neste mês de outubro, reproduz no Rio de Janeiro as cenas mais tristes das velhas saturnais romanas, transbordamentos tumultuosos e alucinados dos instintos da gentalha.

(...) E devo confessar que nunca a Festa da Penha me pareceu tão bárbara como este ano. É que esses carros e carroças, enfeitados com colchas de chitas, puxados por muares ajaezados de festões, e cheios de gente ébria e vociferante, passeando pela cidade e sua escandalosa bruéga; esses bandos de romeiros cambaleantes, como o chapéu esmagado ao peso das roscas, e o peito cheio de medalhas de zurrapa; esse alarido, esse tropel de povo desregrado

(...). Todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se podia compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de betesgas escuras, e becos sórdidos. Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate. (...) Talvez daqui a alguns anos a orgia da Penha desapareça, como desapareceu o entrudo e como desapareceram tantas outras festas bárbaras que se escudam na implacável e insuportável Tradição.

(...) Em grande parte, a culpa da conservação dessa usança bárbara cabe aos jornais, que inconscientemente animam e encorajam a orgia, dandolhe adjetivos pomposos, e continuando, não se sabe por que, a atribuir um caráter religioso a uma festa que é apenas um Carnaval disfarçado, muito pior do que o outro. (BILAC, Outubro, 1906.)

Compreender a crônica de Olavo Bilac pressupõe um entendimento nos processos discursivos pelos quais o Rio de Janeiro estava imerso. Há menos de 20 anos a escravidão havia sido abolida; a Avenida Central se constituía na porta de entrada do Rio de Janeiro na modernidade parisiense; as reformas urbanas propostas por Pereira Passos estavam borbulhando na cidade (com suas remoções e "migrações" para os subúrbios) e a expectativa de que isso mudaria a estrutura da cidade e os costumes da sociedade – era preciso, então, educar a população para o que a Nova República trazia. E a questão espacial das práticas fica clara:

"Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas, não! acabada a festa, a multidão desvairada transborda como uma enxurrada vitoriosa para o centro da urbe, - e as facas e as navalhas, os cassetetes e os revolveres, que não acharam exercício lá em cima, veem exercitar-se cá embaixo". (Bilac, Outubro, 1906.)

A Festa da Penha⁴⁴, que Olavo Bilac não apenas rejeitava mas acreditava que teria um fim: "Talvez daqui a alguns anos a orgia da Penha desapareça, como desapareceu o entrudo, e como desapareceram tantas outras festas bárbaras que se escudam na implacável e insuportável Tradição." (BILAC, 1906)" na verdade, apenas se transformou, numa demonstração da ressignificação possível nos espaços da cidade.

Outras questões para a expansão suburbana são apontadas no clássico livro de Maurício de Abreu (2011) a "Evolução Urbana do Rio de Janeiro". Além das obras de reestruturação da primeira década dos anos 1900, Abreu aponta o processo de solidificação do "como lidar" com as edificações para além da região central. Toda sua trajetória

⁴⁴ As festas populares não despertavam interesse na elite carioca. O que prevalecia era a preocupação em criar separações claras entre os locais "modernos" e os ditos reservados aos hábitos populares, o que de acordo com Lessa é se reflete na defesa de alguns do uso de paletó e colarinho no Centro da cidade. (LESSA, 2001, p. 215)

analítica para contar a história das divisões espaciais que configuram o Rio de Janeiro tem base na sustentação capitalista associada às práticas sociais e aos conflitos entre as classes. Essa simbiose entre espaço e sociedade se configura nessa pesquisa justamente pela tentativa de examinar as interações econômicas, políticas e sociais que se desenvolvem na cidade e que são a tônica para entender como se formulam as bases discursivas da estrutura do espaço.

Pelas obras de reurbanização que procuravam tornar a cidade referência de modernização entre as capitais internacionais — e daí todo o ônus de remoções e demolições de várias administrações públicas da cidade desde o final do século XIX lançam as bases ideológicas para a tônica que regia, na administração pública, a ocupação dos espaços: escassez de planejamento para as áreas "além centro e mar" que se estabeleciam mais pelas condições de facilitação de um determinado momento do que por um programa de urbanização que levasse em conta quesitos outros que não mais fortemente o econômico.

A 2ª Guerra Mundial entre os anos de 39 e 45 e depois o pós-guerra obrigam o Brasil, e o Rio de Janeiro era seu ponto de efervescência econômica e cultural, à fabricação de produtos antes importados. É o que leva a cidade a olhar mais demoradamente para as áreas suburbanas como os espaços que congregariam as indústrias que supririam a demanda nacional. O processo foi importante porque acelerou os trabalhos de saneamento para a abertura de atividades fabris. Somados a isso, há ainda a construção da Avenida Brasil em 1946 que propicia o transporte de produtos e a ligação entre o Rio e São Paulo (e no meio do caminho: o subúrbio e a Baixada Fluminense); e a construção da Avenida Getúlio Vargas que "expulsa" para antigas residências dos antigos arrabaldes as pequenas e médias fábricas que antes se localizam em prédios desapropriados para a construção da nova avenida.

Tais confluências não deram margem a avaliações dos impactos do crescimento, de dejetos, da qualidade de vida e das condições das moradias (que aumentavam "a toque de caixa") e criaram certo anarquismo na implantação industrial com o aproveitamento de terrenos baldios. A Avenida Brasil passa a atrair moradores em busca de residência próxima às novas fábricas, há o crescimento populacional e de favelas às margens da avenida. "Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais

se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida moderno" (Abreu, 2011, p. 57)

A literatura é um bom caminho para ambientarmos os sentidos que os espaços assumem e que, por tabela, resvalam nas caracterizações dos sujeitos desses espaços. No livro "Clara dos Anjos" (2008), Lima Barreto apresenta seus personagens a partir de determinadas associações aos espaços em que moram. Assim é o que faz na descrição do personagem Cássio Jones, personalidade que tem sua caracterização definida pelos limites da linha férrea. A partir dela, ele não era nada, não era conhecido, não tinha a menor importância. "Na Rua do Ouvidor ou na avenida⁴⁶, era um suburbano que não merecia nenhuma importância." Ou na caracterização das moças "desencaminhadas" por Cássio Jones – " todo o arsenal do amor antigo, que impressiona tanto a fraqueza de coração das pobres moças daquelas paragens, nas quais a pobreza, a estreiteza de inteligência e a reduzida instrução concentram a esperança de felicidade (...)" (BARRETO, 2008, p 34).

A linha férrea na obra de Lima Barreto não é apenas um limiar de dentro e fora dos sentidos cidade⁴⁷, ela é também um medidor do "eixo suburbano" porque os aspectos das ruas mudavam proporcionalmente ao afastamento da linha do trem.

> O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para o eixo a linha férrea da Central. Para os lados não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas que tenham a sua expansão; mas assim mesmo, o subúrbio continua invadindo, com suas azinhagas e trilhos, charnecas e morrotes. (...) andamos mais e levantamos o olhar para o canto do horizonte lá vemos, em cima de uma elevação, um ou mais barrações, para os quais não topamos logo de primeira vista com ladeira de acesso. Há casas, casinhas, casebres, barrações, choças por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. (BARRETO, 2008, p 78.)

Ele reconhece inclusive a distinção que havia dentro do próprio subúrbio já que havia aqueles lugares do subúrbio que eram tidos como elegantes porque certas estações se destacavam em relação a outras. É por esses destaques (e distinções) de certas condições que se exprimem as hierarquias e as distâncias sociais nos espaços físicos da cidade. O que vai gerar as diferenças estruturais e simbólicas entre os bairros da zona sul e do subúrbio

⁴⁵ O planejamento da cidade dividia os transportes das regiões. A parte central e da Zona Sul eram servidas pelo bonde por serem distâncias mais curtas. Já os arrabaldes eram servidos pelos trens. ⁴⁶ Referência à Avenida Central, atual Avenida Barão do Rio Branco.

⁴⁷ Várias obras literárias dessa época se referem a "ir à cidade" com a conotação que damos hoje a "ir ao centro". O centro da cidade era o que se entendia por cidade na oposição ao que se estruturava nas áreas mais novas do subúrbio.

cariocas são as relações de poder que se afirmam e se exercem nos sentidos para tais espaços físicos que se prolongam na concepção de espaços sociais.

Por esse intricado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2008, p 79).

Criamos fronteiras físicas e simbólicas que se inscrevem nas representações hegemônicas e subalternas que tomamos dos espaços da cidade. E é enquanto sujeitos que conduzimos os enredos dos espaços físicos a ponto de reificarmos os espaços pelo (e a partir) das nossas condições e relações sociais. É na condição de agente que o poder público significa — não natural e menos ainda meramente ao acaso (como discutimos em páginas anteriores) os espaços a partir da forma como são conduzidas as políticas públicas de melhorias de infraestrutura e de caráter social e recreativo.

2.2 Metáforas, rupturas e regularidades

A naturalização nos sentidos dos espaços encontra ecos no trabalho de Eni Orlandi (1999), a partir dos aprofundamentos nas teorias do discurso. Para ela, os discursos são caminhos que se dão e fortalecem pela mediação possível entre o homem e as realidades natural e social. Na condição de mediação que o discurso torna possível as transformações e os deslocamentos do homem e da realidade em que está inserido. Baseada no trabalho de Pêcheux, Orlandi parte de alguns pressupostos para caminhar e, partir dele, desenvolver o que nos caro aqui: a paráfrase, a polissemia e as metáforas discursivas. Na base do pensamento, encontramos que os sujeitos não existem naturalmente porque são reflexos do social e produzidos pelos mesmos mecanismos de produção dos sentidos. O que nos leva, segundo ela, a duas ilusões essenciais para a constituição dos sentidos e dos sujeitos: transparência dos sentidos na crença cega na literalidade, que de certa forma, esbarra na segunda ilusão — a de que homem é dono do seu dizer e de sua essência.

A incapacidade dos sujeitos de estarem à margem da exterioridade que o compõe – e daí do assujeitamento que isso pressupõe – é bem descrita por Foucault na sua aula inaugural em 1970 pela incapacidade de estar

(...) do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível e, talvez de maléfico. (...) Gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma. (FOUCAULT, 1999, p.7).

De tal maneira que o discurso atravessa e se constrói na nossa existência, ao mesmo tempo em que é efeito dos sentidos que criamos. A mesma ideologia que nos transforma em sujeitos vai sempre conduzir os sentidos do estar no mundo, se materializando na produção dos efeitos de tais sentidos. Não estamos soltos no mundo, nem os significados. Assim, a ideologia garante as formações de sentidos como as formações do sujeito: formações discursivas e sujeitos discursivos. É por isso que as condições em que os textos (a materialidade) são produzidos podem nos conduzir ao *como* se processa a construção dos sentidos. Mais do que pensar a interpretação da linguagem, aqui, no caso, jornalística, o que procuramos é entender como se processam esses significados - as evidências de sentidos, as constatações do mundo que se dissimulam em verdade.

Percebemos tais meandros das formações discursivas no trabalho "O rapto ideológico da categoria subúrbio" produzido por Nelson da Nóbrega Fernandes (2011). Na busca por compreender como se deslocam os sentidos de subúrbio na história do Rio de Janeiro, faz-se um passeio pela compreensão da historicidade da cidade e a forma como tais momentos em seus contextos, ordens e práticas significam o subúrbio – e na esteira, os moradores das regiões suburbanas. Do significado campestre de arrabalde, que faz de Inhaúma⁴⁸ lugar da casa de campo de Carlota Joaquina, o termo passa ao conceito de periferia (lugares a margem, nos extramuros da cidade), que transforma distância física em pressuposto social; e de tal noção ao significado que estudamos aqui: a proposta de renegociação da categoria subúrbio a partir de sua "integração".

Daí a necessidade de irmos além do texto concreto, mas na exterioridade, nas condições de produção que não dependem exclusivamente das intenções dos sujeitos. Como nos alerta Foucault na citação acima, os sentidos já estão no mundo quando nos colocamos nele. Ingenuidade crônica crer então que falamos de fora do discurso. Os discursos não estão de fora do mundo assim como também não nascem nos sujeitos, mas se materializam nele. As relações que se estabelecem entre ideologia, discurso e sujeito não

_

⁴⁸ Na década de 1820, o botânico e viajante francês, August Saint Hilarie ao percorrer a freguesia de Inhaúma fica impressionado com a vida social e declara no livro "Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais" e declara "próximo do Rio de Janeiro podemo-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa" (Saint Hilaire, 1938, 26).

são lineares e simplistas como as relações de causa e efeito porque a complexidade se dá nos processos que se realimentam e se reestruturam.

Os sentidos dados pelos homens no movimento da interpretação aparecem como evidências de algo natural, no qual o mecanismo ideológico "naturaliza o que é produzido na relação do histórico e do simbólico" (ORLANDI, 1999, 46). O resultado é o apagamento da interpretação, como se os sentidos fossem transparentes, imutáveis e naturais. Os sujeitos se tornam alheios e não reconhecem os sentidos como produtos de sua própria interpretação.

A interpelação do sujeito pela ideologia então, como aponta Pêcheux (apud Orlandi, p.46), "produzindo um tecido de evidências subjetivas estendendo-se não como que afetam o sujeito, mas, mais fortemente, como nas quais se constitui o sujeito" — os sujeitos do processo são as relações de poder, o que nos faz nos tornarmos o que somos; e não uma entidade que de cima pra baixo que nos fazem ser como somos. É porque como sujeitos que desenvolvemos a linguagem na opacidade e espessura das nossas condições históricas. Como então perceber o mundo sem levar em conta as condições de produção da nossa existência? Nem a linguagem, nem os sentidos e muito menos, nós, sujeitos, somos transparentes. Temos nossa materialidade constituída de processos em que os sentidos, daí as análises de discurso, se formam pela exterioridade, pelas condições e pelo "além das intenções" a que estamos expostos.

É o caso, por exemplo, de como sob as mesmas condições físicas (paragens para além do Centro) a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade, entra em outras significações. Maurício de Abreu (1987), inclusive, preferiu considerar como um barro periférico, mas não suburbano – a sua consideração se baseia então na ocupação de alto padrão social. Tal "detalhe" engloba a Barra da Tijuca ao núcleo da estrutura metropolitana. O que Fernandes (2011) vai entender como um veto à imaginação no que tange a associação da existência de subúrbios de classes abastadas.

(...) o ponto alto do significado e da interpretação histórica do subúrbio no Rio de Janeiro parece ter retido apenas aquelas tradições de se vê-lo o angulo do desprestigio social, ou como local dos que não têm direto á cidade, um problema que Soares expôs seguramente ao assinalar que este significado se instala no Rio de Janeiro a partir do inicio do século XX. Depois dos primeiros anos desse mesmo século, a palavra subúrbio foi ganhando um sentido de desprestígio social e passou a ser representação única e exclusiva dos bairros e subúrbios ferroviários ocupados por classes médias e baixas. (FERNANDES, 2011, p. 36)

Nessas condições de produção a que nos referimos, encontramos novamente a importância do trabalho de memória. Se acima apontamos alguns caminhos para pensarmos a construção dos sentidos e dos embates na cidade, aqui pelas teorias de Análise do Discurso vemos a memória como condição de produção que aciona a produção do discurso e por isso foi importante para a pesquisa abordar, no capítulo anterior, alguns momentos cruciais na cidade do Rio como momentos de configuração dos aspectos da relação dos espaços com os sentidos da mobilidade. Na relação com a linguagem, a memória surge do sentido do que é dito antes — o interdiscurso⁴⁹. A memória discursiva é aquela em que o saber construído, o "já-dito" e o "não-dito" retornam em novas vozes, em novos sentidos conduzidos pelos sujeitos. Tudo o que já foi dito ou silenciado sobre Zona Norte, Zona Sul, praia, domingo, subúrbio, arrastão, praia de Ramos, praia de Ipanema e Madureira sustentam os novos dizeres e dão sentido prévio às palavras antes que as usemos.

Quando destacamos o "não dito", estamos nos apropriando também do esquecimento e o silêncio como constitutivos de novos significados já que, como apresentamos no capítulo anterior, esquecer ou não explicitar a retomada de dizeres anteriores também é por em estrutura. Dito assim, as ilusões, o esquecimento e a memória são partes fundamentais e indissociáveis do interdiscurso, dos efeitos da ideologia nas nossas significações.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 1999, p. 32).

Ao propor o esquecimento de que o discurso é sempre em relação a algo – no caso da AD, em relação ao sujeito, às condições de produção e às formações discursivas – chegamos à falta, então, de um sentido literal da linguagem por haver sempre possibilidades outras de dizer o mesmo. Tal evidência literal dos sentidos se estabelece a partir da ilusão criada pelo interdiscurso: em que a memória discursiva interpela o sujeito com um "já dito" a partir de uma determinada posição. Mas essas posições não são

⁴⁹ Na ACD, Fairclough usa o termo intertexto, mas que tem significado distinto do interdiscurso. Para ele, intertexto é a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos. (FAIRCLOUGH, 2008, P. 114). No caso que estamos trabalhando aqui fazemos essa distinção entre os interdiscursos, embora os intertextos também sejam contemplados aqui, até como uma das maneiras para se chegar ao plano dos interdiscursos.

engessadas mesmo que estejamos inseridos em formações discursivas porque a dinâmica simbólica sempre nos possibilita a ruptura, o deslize, o dizer outro.

Nesse discurso que sedimenta encontramos também os indícios de rupturas que deslocam os sentidos e os pressupostos de significação. Por um lado, o sujeito na AD é determinado historicamente e se constitui junto do discurso simultaneamente durante o ato de dizer – o que demonstra a importância das Formações Discursivas de Foucault (FD's) que constituem o lugar do qual se diz algo. Por outro lado, não se trata de qualificar o sujeito na AD como engessado em seus sentidos nas Formações Discursivas. O que se apresenta são as formas de rupturas, que na AD se dão pelos desdobramentos simbólicos possíveis pela polissemia – que se apresenta então como o "outro lado da moeda" da paráfrase. Permanência, estabilidade e conservação se colam ao paradoxo de abertura, instabilidades, reveses: é desse jogo a incompletude hermenêutica (Ricouer, 1994) na qual nem os sentidos e nem os sujeitos estão aprisionados justamente pela possibilidade constante de novas leituras. "Todavia, nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na historia. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia". (ORLANDI, 2007, 37.)

No entanto, esse apontamento da AD de Orlandi a partir de Pêcheux de que os sujeitos "não controlam" seus dizeres encontra outros caminhos na Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta por Fairclough (2008), na qual a interpelação do sujeito pela ideologia não se dá pela determinação como em Pêcheux. Para Fairclough, o sujeito pode operar criativamente e, assim, operar mudanças no discurso, que ele define melhor como "uso da linguagem" ou "linguagem em uso". A palavra de "ordem" na ACD é a articulação do sujeito constituído e constitutivo do social, da ideologia, das estruturas e da ordem hegemônica (Walsh, 2011). Aqui, o sujeito não é "senhor do seu dizer" como oposição à AD, mas um sujeito possível de operar mudanças sociais no discurso porque os significados são instáveis justamente porque históricos.

Um elemento importante para explicar a perspectiva teórica da ACD está nos meandros do conceito de modernidade tardia que contribui para a noção de sujeito: o sujeito não tem estabilizadas nem sua identidade e nem suas posições sociais. Assim, há uma ruptura com as identidades de classe social propostas a partir das leituras de Marx. "O discurso é socialmente constitutivo. (...) contribui para todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem". (FAIRCLOUGH, 2008, p.185).

De tal modo, o discurso contribui para a construção das identidades sociais, das relações sociais e para os sistemas de conhecimento e de crença. Voltando às condições histórica-materiais do subúrbio, muito do sentimento de ser suburbano, e a compreensão das identidades que daí aflora, podem ser encontradas nas pesquisas de Gilberto Velho com depoimentos de ex-suburbanos prestados em "Utopia Urbana" no final da década de 1960. O objetivo de Velho era estabelecer as relações entre estratificação social, residência e ideologia com moradores de apartamentos conjugados em Copacabana.

Numa dessas entrevistas, encontramos tal fala: "Vivi mais de trinta anos vida de subúrbio, triste, sem graça. Agora aprendi a me divertir (...). No subúrbio não se vive, vida boa é a de Copacabana" (FERNANDES (2011), apud Velho, 1978, 31). Conforme vimos no começo do primeiro capítulo anterior com o trabalho de Julia O'Donnell "A invenção de Copacabana" (2013), o subúrbio também é um processo inventivo socialmente constitutivo moldado e restringido pela estrutura social. Assim, as divisões zonas sul, central, norte/suburbana tem forte conteúdo ideológico e subjetivo, e se constitui um mapa social em que as pessoas se definem pelo lugar em que moram – e que vai ocupar o lugar das divisões de classes e grupos de classe (VELHO, 1978) – isso porque são reflexos de tais divisões.

É o que Antônio Carlos Robert de Moraes (2005) vai chamar de ideologia geográfica, na qual os conceitos, os significados, a própria linguagem são produtos social e que sua história é um indicador precioso dos limites da consciência em cada época. Há circularidade, intercâmbio e reprodução entre a realidade socioespacial e a representação criada para ela – o que contribui de maneira complexa e simultânea na construção do espaço social. O que nos leva, então, a uma percepção da nossa análise sobre as estratégias de significação do subúrbio integrado também como um caso de consciência de espaço e revelador de uma época e cultura.

Olhar as formas de abordagem do jornalismo para a questão do Parque Madureira como o passo da integração (formulada pelo Governo do Estado e divulgada pela imprensa carioca) é não deixar de perceber as implicações e imbricações na compreensão sempre aberta dos sentidos. O subúrbio, como os outros espaços da cidade, para nos lembrarmos das palavras de Foucault (1967), podem ser sempre "Outros Espaços" – eles se deslocam no (pelo) tempo.

Nesse processo dialético, o discurso é então momento da prática social, resultado de articulações com outros elementos do social. Articulação essa, inclusive, que materializa as

relações de poder, que também são, nessa perspectiva, instáveis – é lugar de luta de poder como também marco delimitador na luta pelo poder. É ai que poderemos recorrer a Gramsci (apud Coutinho, 2008) uma vez que se o discurso é articulação de relações de poder também instáveis, o discurso é uma esfera de hegemonia já que se naturaliza por consenso na forma de relações de poder.

Se, como acredita Orlandi (1999), os discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos, é constitutivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira sobremaneira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz" (ORLANDI, 2007. 39) – no caso, aqui, dos sentidos expressos no jornalismo. A questão é a compreensão de como se configuram os espaços da cidade que demarcam esses "lugares", no sentido de poder de fala; ou seja, que lugares ocupam determinados espaços. E em seguida, como esses espaços são significados no discurso jornalístico por seus atravessamentos e deslocamentos.

Voltando a questão da significação da palavra subúrbio e seus muitos sentidos, Fernandes (2011), que se preocupa exatamente com a mudança da perspectiva de compreensão da palavra de forma categórica, ajuda-nos a problematizar a palavra como o indicador sensível dos processos de transformações que irá se construir não de forma neutra, transparente. Mas ao contrário, com uma carga simbólica e estruturante das realidades sociais nos variáveis sentidos — inclusive, no que vamos nos ater mais profundamente, na integração no capítulo seguinte. Por enquanto, interessa-nos que a mudança de significação empregada no início do século XX, principalmente a partir das obras de reurbanização de Pereira Passos, que anuncia o lugar idealizado para o proletário na cidade que se moderniza e que se quer referência cosmopolita e capitalista de uma cidade em molde.

De acordo com o que aponta Lefebvre (2001) sobre as estratégias de dominação da classe dedicada a "destruir a urbanidade, a democracia urbana e a comuna" sobre os planos de urbanização na Europa é aqui utilizado para compreensão de como se processa a estrutura urbana do subúrbio estrategicamente (inclusive sua atual configuração de integração). O que Lefebvre vai chamar de "ideologia do habitat" era, para ele, a objetivação da hierarquia das propriedades e dos proprietários – medida tal que não tinha como intenção desmoralizar, mas, pelo contrário, promover sua maior integração e lealdade ao sistema, que se dava em transformar o proletário em proprietário de sua própria casa.

De acordo com Lefebvre, ações que diminuiriam as tensões sociais que levaram aos grandes motins em Paris durante o século XIX. Continentes diferentes, realidades semelhantes, estratégias parecidas. A "ideologia do habitat" de Lefebvre se transforma em um dos direitos fundamentais do Estado de bem-estar social. No Rio de Janeiro a "ideologia do habitat" surge com as reformas do Pereira Passos. De acordo com Fernandes (2011), até então não se tinha levado a sério a noção de que os subúrbios fossem a solução para a habitação popular – até então as iniciativas se restringiam à construção de vilas operárias próximas às concentrações fabris.

Da preocupação em formas de habitação (se cortiços, se vilas, etc) a preocupação, na virada para o século XX, se desloca para discussão sobre o espaço da habitação – e aí, o loteamento, o subúrbio, a periferia e a favela. É no rastro então de Pereira Passos⁵⁰ e a Revolta da Vacina (1904) que a ideia de deslocar o proletariado para os subúrbios toma força – inclusive, Benchimol mostra que a alternativa aparece em 1905 com a criação de uma comissão do Ministério da Justiça e do Interior para "propor soluções ao 'urgente problema das habitações populares' na capital da República" (apud, FERNANDES 2011, p. 145).

Por conta da política do estado de construção de casas populares ter encontrado entraves no medo de um socialismo de Estado (na construção das casas populares pelo Estado), faltavam medidas concretas por parte do Estado para viabilizar a moradia suburbana. A inundação de terrenos relativamente baratos, vendidos a prazo, tornou possível a uma parcela dos trabalhadores o acesso à casa própria, ou alugada no subúrbio⁵¹. De acordo com dados de Pecham (apud, FERNANDES, 2011) nos eixos das ferrovias várias terras foram incorporadas e vendidas por várias empresas imobiliárias, bancos e empresas estrangeiras atraídas pelo lucro rápido na região. Entre essas empresas, está Light – que estendeu suas linhas, nessa época, para Penha, Irajá, Cascadura e Madureira. Terrenos, aliás, no qual foi construído o Parque Madureira. Tais relações entre eletricidade, bonde e expansão suburbana reproduz o modelo de suburbanização dos Estados Unidos entre as décadas de 1980 e a Primeira Guerra Mundial.

A cidade como tal estava em construção, mas a palavra já refletia a perda da polissemia, ao se significar exclusivamente bairros ferroviários que deveriam ser ocupados

⁵⁰ As demolições de Pereira Passos desalojaram entre 14 e 20 mil pessoas – o banimento dos cortiços e o exílio nos subúrbios gram os objetivos que elegem o trem o elemento de estratificação social (Lessa, 2000, 226)

subúrbios eram os objetivos que elegem o trem o elemento de estratificação social (Lessa, 2000, 226).

51 De acordo com Carlos Lessa (2000) As melhorias urbanas nos subúrbios foram lentas apesar de 45% dos prédios construídos na cidade entre os anos de 1903 e 1930 terem sido nos subúrbios. É somente a partir da eletrificação das ferrovias que reduziram o deslocamento para (do) Centro que essa realidade se alterou.

pela classe trabalhadora/subalterna⁵². Para Fernandes (2011) a relação com os entendimentos de Bakhtin para o poder da palavra e para o que Lefebvre (2001) chamou de rapto ideológico: "a mudança brusca de significado das palavras contida no rapto ideológico, entendida como uma necessidade ideológica, converge no mesmo sentido de definir a palavra como indicador mais sensível de todas as transformações sociais" (FERNANDES, 2011, p. 51).

É esclarecedor tal movimento em processo das mudanças de significações acompanhadas das estruturas sociais e urbanas da cidade a partir das mudanças que foram geridas também para a compreensão de Copacabana, colocada pela fonte de Velho (1978) na entrevista para a obra Utopia Urbana que vimos acima. Conta-nos Maurício de Abreu que as mudanças na configuração do subúrbio, durante o mandato do prefeito Pereira Passos, refletem também a compreensão do lugar ocupado pelo sentido de Copacabana - antes da invenção (ou significação deslocada a partir dos anos 1910) da Copacabana dos sonhos, que já em 1907, durante as obras de construção da Avenida Avenida Beira-Mar⁵³, um jornal da época publicou a queixa registrada por Abreu.

Congêneres, suburbanas quanto às reclamações contra municipalidade: a cidade foi contemplada com avenidas, palacetes, calçamento aperfeiçoado, luz elétrica, tudo aliás merecido (...) Apenas Copacabana, a jovem Lilia⁵⁴ abandonada, nada conseguiu dos poderes públicos. (ABREU, 1987, p.19)

"Igualdade" de sub-condições que logo desaparecerá: anos depois, Copacabana se tornou um dos lugares em que o Estado mais investirá em infraestrutura nos anos seguintes.

_

⁵² Sobre essa questão, vale lembrar o Plano Agache, encomendado pelo prefeito Prado Júnior ao urbanista francês Alfred Agache. Considerado o primeiro plano direto da cidade, ele previa o controle do desenvolvimento urbano e estabelecia, em síntese, a definição das precisas para diferentes tipos de uso. Assim, a área central deveria ser ocupada por embaixadas, centros de Negócios, Bancário e Monumental. As praias e restinga seriam destinadas às classes abastadas (Ipanema, Leblon e Gávea). Catete, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo, Vila Isabel, Andaraí, Tijuca e Aldeia para residências de classe média, Santa Teresa seria para funcionários públicos e São Cristóvão e os subúrbios acomodariam a população operária. Tal plano foi cancelado pela revolução de 1930
⁵³ "Construída com uma largura de 33 metros, em um tempo recorde de 23 meses, e tendo grande parte do seu eixo em

⁵³ "Construída com uma largura de 33 metros, em um tempo recorde de 23 meses, e tendo grande parte do seu eixo em terrenos conquistados ao mar, a avenida passou a ser 'um dos boulevards mais lindos do mundo" (ABREU, 1999, p. 61). A Avenida Beira-mar ligava a Praia de Santa Luzia ao Mourisco, procurando melhorar o acesso para a Zona Sul. Feitas e foi construída com os materiais de desmanche do Morro do Castelo.

Referência à obra "Cartas de Echo a Narcísio: dedicadas à mocidade acadêmica da Universidade de Coimbra" do escritor português Antônio Feliciano de Castilho. "Jovem Lilia, abandonada/Por seu lindo ingrato amante,/Solitária, delirante/ Divagava em seu jardim,/E às florinhas, que a cercavam/A chorar dizia assim:/Vosso fado e curta vida,/Quanto invejo, ó minhas flores!/Se gozaes breves amores/Co´aexistencia os acabaes:/Eu perdi ternos afagos,/E ainda existo entre os mortais" (1825, 2ª edição, p. 171).

2.3 Mobilidades e poder

A capacidade de transporte dos metrôs e ônibus de uma cidade pode garantir a concreta mobilidade, troca espacial de um lugar por outro, mas deixa em aberto as reais condições de usos e sentidos dos espaços. A repercussão da criação das primeiras linhas de ônibus que, em 1984 ligavam as zonas Sul e Norte do Rio de Janeiro pelo Túnel Rebouças, e as defesas de pontos de vistas diferentes para a abertura da segunda estação de metrô em Ipanema como parte das obras da linha 4 do metrô⁵⁵ são eventos que nos encaminham para um aspecto importante: do mesmo modo como para Canclini (2005) pensar em termos de exclusão e inclusão não pressupõe a complexa compreensão das relações sociais; a mobilidade proporcionada por meios de transportes urbanos não transforma a cidade em um espaço de democracia espacial.

Estar em determinados espaços não elimina as distancias geradas pelos significados construídos na (e pela) fraturas de sentidos denotados pelas áreas da cidade de tais sujeitos em mobilidade. O que põe em xeque as mais variadas propostas de aproximação espaciais das diferenças sociais como se isso bastasse para um efeito de aproximação social. Quando o que percebemos em momentos distintos do nosso recorte é a constante intolerância da proximidade física aos socialmente distantes. É o caso de uma matéria publicada em 23 de dezembro de 2012 no jornal *O Globo* em que a chamada na capa da edição diz "*O desafio de continuar para poucos*", uma referência ao bairro da Urca e às ações para impedir (ou diminuir) o número de frequentadores no bairro. Embora a contenda dos moradores seja devido à construção do Instituto Europeu de Design (IED) que, segundo os entrevistados, vai aumentar o fluxo no bairro, a foto na primeira página leva em conta o uso da área como lazer, já que mostra banhistas na Praia Vermelha (diga-se de passagem, a Urca é ponto turístico devido à casa de show Morro da Urca e da trilha para o Morro da Urca e do Pão de Açúcar).

Como então impedir o acesso de pessoas a um bairro turístico em essência? Enquanto a foto da capa exibe pessoas na praia, o "desafio de continuar para poucos" é complementado com as comemorações dos 90 anos do bairro. A maneira escolhida pelo jornal para narrar foi apontando celebridades moradoras da Urca, como o cantor Lenine,

-

⁵⁵ Muitas foram as discussões sobre a implantação de uma estação de metrô na Praça Nossa Senhora da Paz em Ipanema. De um lado os moradores de Ipanema alegavam que a construção descaracterizaria a arquitetura da praça e do bairro, além de precisar derrubar algumas árvores importantes para os moradores. Por outro lado, o Governo do Estado alegava que as árvores seriam replantadas e que a obra beneficiaria toda a cidade.

para quem a "Urca é um estilo de vida", fala que finaliza a matéria. Um ponto importante de destacar é que embora haja a chamada na primeira página com foto, a matéria tem pouco destaque e é curta.



Imagem Jornal O Globo (23.12.2012). Imagem 2.

Para pensarmos as cidades e o controle dos espaços precisamos dar um passo adiante – não basta definir territórios ou estabelecer fronteiras: mas, sobretudo, nos estabelecermos em rede garantindo que nossas significações e referências se deem não apenas no enraizamento, mas inclusive na própria capacidade de mobilidade.

Estruturar em redes nada tem a ver com desterritorialização já que em geral significa novas territorializações baseadas justamente na rede – considerando Guattari e Deleuze, é possível a formação de novos territórios na mobilidade, no movimento (HAESBAERT, 2004). A competência e a capacidade de ir e vir garantem o controle dos fluxos e a criação de referências simbólicas nos espaços em movimento. As relações simbólicas com os espaços físicos imóveis se atrelam à capacidade que esses sujeitos possuem de também serem fluidos. De tal forma que a possibilidade do fluxo avaliza o sentido simbólico da autoridade do fixo, do imóvel.

Não é novidade a configuração das relações entre sujeitos e espaços com os territórios redes. Os nômades se configuram por terem seus territórios definidos pela mobilidade - as peregrinações religiosas, a mobilidade "fixa" dos piratas. O que temos hoje se diferencia pelos tipos de redes e a forma como se (re)articulam. Não se trata, destaca Rogério Haesbaert (2004), de uma mudança qualquer, mas uma confluência de território e movimento dotado de significados outros, que se constrói nos sujeitos que o usufruem. A compreensão da cidade como o espaço territorial simbólico e fixo e que também possui

suas redes de movimento dão a tônica de como as fronteiras zonais territoriais do Rio de Janeiro estão alinhavadas para além: se garantem em termos fixos a partir da condição de fluidez, da articulação.

Por esse viés que a contribuição do levantamento bibliográfico e crítico de Haesbaert é essencial para a problemática que propomos nesse trabalho. Assim como em outro momento apontamos como o espaço de Milton Santos varia da amálgama de fixos e fluxos para o de objetos e ações, Haesbaert destaca a inseparabilidade dos conceitos dos termos espaços e tempo para compreender como se processam as mobilidades espaciais, num avanço dos teóricos que denotavam as análises para a clássica dicotomia de territórios e de redes. É a justaposição desses elementos que dão pistas do caminho que traçamos aqui: a de que os sentidos dos espaços perpassam pela fluidez dos sujeitos — seja essa mobilidade dos sujeitos permitida ou não.

É o efeito ao mesmo tempo territorializador e desterritorializador das redes que possibilita que não falemos dicotomicamente em territórios e em redes, mas em territórios-redes que ora sustentam um fixo e constroem territórios e que ora promovem a desarticulação de tais territórios. Uma questão primordial é averiguar em que circunstâncias se dão as configurações que pendem para um sentido ou outro, ou aqui, os pendores simbólicos dessas significações.

O que significa dizer que a territorialização se faz hoje em grande parte em torno desses diversos "territórios-redes"? Em primeiro lugar, que a possibilidade de usufruir de uma maior mobilidade é um fato, mas que a mobilidade é também um instrumento de poder extremamente diferenciado e que não pode ser sobrevalorizado, pois sabemos não só da enorme desigualdade no acesso a diferentes velocidades e tipos de deslocamento, como também de como o deslocamento rápido de uns afeta o tipo de deslocamento (e acesso a recursos) de outros, (HAESBAERT, 2004, p.300)

O autor propõe então a compreensão das redes – sejam técnicas, instrumentais, viárias ou de telecomunicação – como territoriais à medida que fortalecem a unidade de um território e, mesmo que promovam a mobilidade, elas abarcam um processo desterritorializador territorializante. Os transportes públicos no Rio de Janeiro, levando em conta, por exemplo, a repercussão de um simples ponto final da linha de ônibus 461 (São Cristóvão – Ipanema) que por ser uma linha de ligação entre zonas norte/subúrbio e

Ipanema gerou em 1984 uma grande onda de discussão sobre a mobilidade pela cidade⁵⁶ nos leva a um caminho em terceira via: temos o que podemos chamar de relativização dos processos de (des)territorialização, em que os movimentos são analisados não pelo deslocar dos sentidos, mas o deslocar físico que esbarra em sentidos dos sujeitos. Isso, ao mesmo tempo em que os sentidos das redes que configuram os sentidos globais de determinadas zonas territorializam-se na defesa de um território de sustentação, interno. O que vai nos levar a caminhos que, complementarmente articulados aos fluxos espaciais, direcionam e reorganizam os sentidos da fluidez que (re)territorializa.

Na matéria "A cidade inteira fez festa, e Madureira sorriu" publicada no dia 1 de janeiro de 2013 aponta um caminho discursivo presente em muitos outros dizeres sobre o bairro e o novo parque: a tônica da mobilidade. Embora um dos destaques de Madureira como centro comercial importante da Zona Norte seja justamente sua capacidade de congregar diversas linhas de ônibus e por ter duas estações de trem próximas, o mote de vantagem apontada pela matéria (essa e muitas outras) se trata justamente de uma tentativa discursiva de engessamento da mobilidade uma vez que em várias matérias desde a inauguração do parque dois aspectos são bastante evidentes na cobertura jornalística do O Globo: a mobilidade desnecessária e a valorização imobiliária de Madureira e adjacências. Falemos nesse momento da mobilidade.

São os sentidos que engendram que de certa forma determinam as lógicas da mobilidade: tal relativização pauta nessa chance de fluidez o que a fixa: é o aventar não precisar deslocar-se numa rede de mobilidades que invoca as relações de poder por detrás do transportar-se e das finalidades logísticas da mobilidade. Com referência ao Piscinão de Ramos e às 28 favelas pacificadas da cidade como pontos de festas no Réveillon, o texto aponta a questão discutida aqui: "A nova atração do bairro atraiu moradores, que, no lugar de pegarem os ônibus lotados e enfrentarem trânsito pesado para ir ver os fogos na Zona Sul, decidiram prestigiar o primeiro réveillon do Parque Madureira, bem pertinho de casa." (O Globo, 01 de janeiro de 2013).

Durante os dias que antecederam as comemorações da virada do ano no Rio de Janeiro, muitas matérias destacavam a programação com shows da virada em vários pontos. Muito se fala sobre a diversidade de apresentações. E seja nas falas dos entrevistados ou no próprio texto, a tônica da mobilidade parece ser sempre uma sombra –

_

⁵⁶ Destaque para a coluna de Joaquim Ferreira dos Santos publicada em 04 de novembro de 1984 no Jornal do Brasil, intitulada "Nuvens suburbanas sobre o céu de Ipanema".

uma sombra justamente para o oposto, para a não-mobilidade. É o que podemos encontrar na matéria "Para celebrar 2013 na Zona Norte", com a fala destacada de um integrante da Portela: "É uma honra me apresentar em Madureira. Ninguém mais precisa se deslocar para Copacabana, agora temos a nossa festa — vibra Monarco, um dos integrantes da Velha Guarda." O "nossa festa" apregoado como o que de inovação traz o Parque Madureira para a noção de integração sedimenta ainda mais o sentido de certa forma cristalizado de que "cada um tenha seu cada qual".

O "nossa festa" traduz assim os sentidos de que mesmo a cidade que se propõe integrada por ampliar as áreas de lazer – e que comungam em sua literalidade como espaços de integração social – traz à baila as mesmas concepções de cisões entre os espaços. O que nos remete novamente a David Harvey quanto à organização territorial hierarquizada das cidades, apontada no capítulo anterior, para a necessária equidade no desempenho das funções nas mais diferentes regiões da cidade já que facilidades diferentes lidam com escalas diferenciadas.

Vemos em que medida a organização de uma cidade precisa levar em conta a necessária dinâmica reativa frente às mudanças do sistema urbano. A ênfase na "não necessidade" de locomoção entre as zonas da cidade é uma forma de deixar estanque a mobilidade da cidade, um deslocar-se não dinâmico para além de um espaço localizado, o que compromete a proposta de interligar, de integrar. A própria noção de interligar se complexifica se levarmos em conta que "o centro do subúrbio" com uma estrutura de transporte ampla como é Madureira, não tem sequer uma única linha viária que ligue à Zona Sul ou um ônibus metrô de superfície que ligue ao metrô. Embora com muitas linhas, o bairro não tem a malha de possibilidades como outras regiões⁵⁷.

O deslocamento é possível dentro de um limítrofe delimitado de espaços e bairros vizinhos. Essas relações de poder são determinantes para compreendermos de que forma as decisões sobre as práticas materiais fixam as regras do jogo social, o que não deve pressupor que nesse jogo a "vitória" seja inevitavelmente dos que definem tais regras. Diz Harvey,

Há demasiado exemplos de consequências involuntárias (nos quais quem tem o poder define regras que solapam sua própria base de poder) e de grupos de oposição que aprendem e usam as regras para esmagar aqueles

-

⁵⁷ Com dados atuais (2013), Madureira conta com inúmeras linhas de ônibus, mas nenhuma delas se conecta à Zona Sul da cidade. Também não há estação de metrô. No entanto, há conexão com a linha férrea com a estação de Madureira e uma linha que liga o bairro (e vários outros da Zona Norte) ao Centro da cidade com a linha 355 (Madureira/Tiradentes).

que as conceberam para que essa equação simples tenha credibilidade. Contudo, a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm grande importância no tocante à manutenção do poder político. (HARVEY, s/d, p.58).

A base ideológica discursiva (e daí termos no primeiro capítulo desse trabalho trazido alguns momentos cruciais, no nosso entendimento, para a compreensão dos motes discursivos do espaço e das mobilidades) para os sentidos das linhas viárias e férreas são constitutivas da organização urbanística da cidade desde o século XIX. E as questões econômicas atreladas já às divisões sociais pautam a lógica das malhas.

Vejamos o que aponta Carlos Nelson Ferreira dos Santos num trabalho de 1977 (apud, Abreu 2011) em que avalia o papel dos trens e bondes no ambiente urbano, principalmente para além de serem transportes de massa.

É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram "coisificar" um sistema de urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde faz a Zona Sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram "realidade" (...). (SANTOS, Apud Abreu, 2011, p. 44).

A divisão de bondes e trens descrita acima nos mostra que os preceitos econômicos e de classe para as divisões espaciais antecedem o planejamento urbano (e por isso, são parte dele). É a lógica da desvalorização que fluxo do heterogêneo acarreta, como, por exemplo, o de que aconteceu a São Cristóvão: bairro nobre em sua origem, e que perde seu status, assim como alguns outros, quando da difusão de uma concepção que associava estilo de vida "moderno" a localização residencial à beira-mar.

Oras, é essa mesma tônica que vai impedir a construção da única linha férrea que atravessaria a Zona Sul por causa de bairros até então operários (nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas) no século XIX. Permitir a instalação nessa área (que se saneada já seria valorizada) equivaleria a solidificar a tendência não desejada de grandes movimentações pelos bairros; como é a mesma linha estrutural discursiva que vai regular a abertura de trechos, por um decreto de utilidade pública, nos terrenos de Barão de

Ipanema⁵⁸ em que os lotes foram incorporados à área urbana e ainda inabitados já contavam em 1901 com iluminação elétrica.

Voltando a Madureira, pensando na tal capacidade discursiva de dizer o mesmo de forma diferente, ao conceito de paráfrase proposto por Orlandi, segundo o qual em todo dizer há sempre algo que se mantém, às diferentes formas de se dizer o mesmo. Uma sedimentação que encontramos na estrutura simbólica quando nos defrontamos com as notícias/reportagens sobre os espaços do Rio de Janeiro: outra formulação ao organizar as falas sobre os espaços para jogar com o mesmo. É daí então que partimos para buscar entender como se processam no Rio de Janeiro os efeitos de sentidos que materializam os ordenamentos em relação aos espaços e aos sujeitos da cidade, no discurso jornalístico: grita os sentidos da integração de uma cidade que faz festa, e exacerba em sua capacidade de dizer o mesmo pela tangência do oposto numa nada incomum referência do "cada macaco no seu galho".

Se em dezembro e janeiro há muitas matérias sobre o Parque, no mês da inauguração a cobertura foi mais tímida e também direta com destaque para a fala do então Governador Sérgio Cabral: "A inauguração deste parque na Zona Norte, no subúrbio carioca, é muito importante. Acabou essa coisa de cidade partida. Vamos cuidar da cidade como um todo." ⁵⁹ (O Globo, 24 de junho de 2012). Os sentidos do parque num contexto de estratégia discursiva não se dão diretamente e separadamente como separação ou agregação da cidade, mas que se constroem paulatinamente a partir de sua existência polissêmica como uma paráfrase de momentos outros.

Nem precisamos nos deslocar muito no tempo para que no mesmo mês de dezembro que apregoa exaustivamente as maravilhas do Parque Madureira, e que veremos mais matérias adiante a partir de outras percepções, é o mesmo momento da matéria também dita acima sobre a tentativa de transformar a Urca em um espaço para poucos. Veremos, mais a frente, as questões referentes ao jornalismo disciplinarizador. Mas o que interessa por enquanto aqui é evidenciar certa dislexia quanto à lógica dos sentidos: se uma matéria prega a agregação de outros bairros ao parque "Casa cheia no Parque Madureira – área de lazer inaugurada pela prefeitura recebe 50 mil pessoas no fim de semana", a matéria da Urca, ao contrário, aponta a necessidade de preservação do status quo de uma região turística.

--

⁵⁸ Vale destacar que o Barão de Ipanema era proprietário da Companhia Jardim Botânico, responsável pelo tráfego eletrificado.

⁵⁹ Grifo do autor.

É importante destacar nessa perspectiva como nos territórios das zonas urbanas do Rio essa articulação e esse poder se estruturam discursivamente na imprensa por significados distintos para espaços diferentes, em que os territórios exercem articulações outras (para além de suas limitações) e relações de poder.

Vejamos. O controle dos fluxos não se dá apenas nas construções físicas como barreiras embora sejam decisivos no controle de entrada e saída de pessoas. No entanto, nas relações de um mundo em que os territórios se configuram pela (e na) rede, em que as relações de poder se estabelecem, o controle do fluxo perpassa por vertentes para além do físico – as informações da rede dão mostra do seu potencial – mesmo assim, não podemos ignorar os fatores que exercem influência no controle da mobilidade de pessoas.

As conjunturas diferentes das décadas de 1980, 1990 e 2010 são exterioridades diferentes com mensagens diferentes, mas o modo de organização do espaço segue uma estabilização, uma sedimentação de preceitos enraizados. Os embates "separatistas" de 1992 e a entusiasmada conquista da integração carioca com o Piscinão de Ramos em 2001, que afluem no Parque Madureira, mascaram a força comum na tensão entre o mesmo e o diferente. A filiação dos sentidos da "cidade partida" e da "cidade integrada" comungam na mesma base simbólica dos espaços de sujeitos e de sujeitos dos espaços — quando os jornais apontam os aspectos de semelhanças entre os espaços criados para o lazer nas áreas do subúrbio e destaca "fogos como o de Copacabana" para o Piscinão de Ramos e a arborização do Parque Madureira que "só é menor do que o Aterro do Flamengo e a Quinta da Boa Vista", podemos ler a partir das analogias e relações a reprodução dos mesmos sintomas de aproximação/distância socioespacial provocada pelos significados construídos para o sentido de deslocamentos espaciais e simbólicos.

Outro aspecto da obra de Haesbaert que deve ser levada em conta é seu contexto de espaço fluido, que é trabalhado como aquele que é incorporado pelo espaço social. Nos espaços fluidos nem as fronteiras e nem os objetos que o compõem são nítidos e sua mistura é tão viscosa que fica impossível separar os componentes. Ele considera que analisar os espaços fluidos é estudar as relações, as repulsões e as atrações que formam o fluxo. Ora, não estaria a cidade mais próxima desta ideia de fluidez e de indefinição? É na multiplicidade que ela abarca que podemos encontrar as sobreposições e superposições que nos encaminham às indissociáveis relações do território e das redes. É no interior da cidade que irão se processar as diferenciações territoriais zonais (usando aí um duplo sentido de zonas já que são consideradas as cidades por zonas sul, norte, subúrbio e oeste) que se

configurarão também por serem áreas conectadas, em rede. Daí que se torna essencial percebê-los imbricados.

É neste amálgama que voltamos a Canclini e a sua negativa de trabalhar com o social em termos de incluídos e excluídos que vimos acima. Aqui também, é importante perceber quando dissermos *exclusão* não como um in/out claramente definido. É necessário identificar tal colocação a partir de um pressuposto aqui defendido de que as posições se alternam e se deslocam. Os sentidos se metaforizam e coexistem. A exclusão dita aqui é aplicada então no intuito de enfatizar as dinâmicas de territorializações precárias.

Repetir sistematicamente a nova condição de pertença à cidade, da qual já faz parte, é simplificar relações tão complexas com binários "um parque agrega" / "os tiros apartam". Pois o mesmo parque apregoado como a salvação da lavoura suburbana foi palco, menos de um mês depois de inaugurado, de um corre-corre típico dos "aglomerados de exclusão" (Haesbaert, 2004) — um tiroteio no morro da Serrinha, uma das favelas vizinhas do Parque — transformou, em poucos, o domingo de lazer da "cidade integrada" em mais um peculiar final de semana da "cidade partida" — e o evento não foi divulgado pelo jornal *O Globo* — apenas por um dos jornais das organizações Globo, o jornal *Extra*, que publicou uma matéria no dia 16 de julho de 2012 com o título "*Tiroteio no morro da Serrinha assusta até no Parque Madureira*" ⁶⁰.

O "até" dá a tônica de como a base discursiva simplifica a espacialidade e a veste com significados mascarados e maniqueísta - sem a capacidade de compreender a raiz multifacetada das discrepâncias sociais inerentes à noção de espaço - que reduz à bipolaridade, sem um efetivo enfrentamento e compreensão de como o entrecruzar (característico da cidade, como defendemos aqui) é a dinâmica possível para nascer novos discursos e significados capazes, aí sim, de alterar - quem sabe – as condições da relação sujeito-bairros⁶¹.

Essas idiossincrasias evidenciam a falácia, embora mostrem seu poder de síntese e da fácil absorção, da compreensão dicotômica de integrada e partida defendida discursivamente pelo jornalismo aqui representado pelo *O Globo*. Se para alguns ela é partida, como defende Zuenir Ventura, para uma parcela significativa da população

-

 $^{^{60}\} Mat\'{e}ria\ publicada\ no\ site\ http://extra.globo.com/casos-de-policia/tiroteio-no-morro-da-serrinha-assusta-ate-no-parque-de-madureira-5484895.html$

⁶¹ Optamos pela expressão "bairros" aqui em substituição a espaços porque aponta diretamente para a questão tão cara no Rio de Janeiro das divisões zonais e bairristas.

carioca/fluminense, ela é necessariamente integração – não talvez a integração que se restrinja a ser turista na própria cidade, mas a integração do cotidiano, entendido aqui como a do trabalho, a da mobilidade compulsória e de lazer.

3 Rumo ao interior e longe da brisa marítima: os discursos e os custos de integração suburbana

"A vida transborda o conceito". (Tomas de Aquino)

Como apontamos no capítulo anterior, a integração é "a menina dos olhos" da produção discursiva de cidade que se impõe nas abordagens jornalísticas do Parque Madureira. E é por ela que traçaremos nesse terceiro capítulo os meandros de como se processa a complexa relação da compreensão de subúrbio e da cidade margeadas pela significação de integração. Entre as muitas matérias que compõem o corpus da pesquisa, uma em especial chama atenção. Publicada no dia 09 de junho de 2013 com o título "*Um quê de orla às margens da linha do trem*", a reportagem comemora o parque e foi representativa para a percepção de alguns enquadramentos que se repetem ao longo da cobertura, os quais utilizamos para estruturar o capítulo e suas subdivisões.

Os enfoques da integração se manifestam em significações entrelaçadas, principalmente, às nuanças da cultura e do ordenamento pelo viés da tradição, da "valorização" imobiliária, e da comparação/semelhança entre as partes da cidade. Cultura e ordenamento que se escancaram em uma entrevista com o projetista do parque, Rui Rezende, que revela ter usado a orla carioca como modelo para o desenho do Parque Madureira – e que também veremos adiante. O trecho abaixo é a abertura da matéria e nele podemos encontrar as referências culturais marcadoras de Madureira na cobertura; a comparação que se estende com outros parques importantes da cidade (e que se tornaram referência de lazer na cidade); e a recuperação do "sentido" da tradição de práticas associadas a recantos de tranquilidade.

Já ensina o samba de Arlindo Cruz e Mauro Diniz que Madureira é sorriso, é paz e prazer. E, naturalmente, a nova atração do bairro que inspira verso e prosa não poderia deixar de estar imbuída desse espírito. Prestes a completar um ano no próximo dia 23, o Parque Madureira virou ponto de encontro de todas as tribos: nos finais de semana, segundo os administradores, o maior complexo de lazer do subúrbio carioca e terceiro maior parque verde do Rio (atrás apenas do Aterro do Flamengo e da Quinta da Boa Vista) recebe de 20 a 25 mil visitantes por dia em seus mais de 103 mil metros quadrados à beira da linha férrea. Para o deleite dos frequentadores, o lugar guarda um clima das saudosas praças, com carrocinhas de maçã do amor, vendedores de balões coloridos, casais de namorados e famílias esparramadas no gramado. Mas há também atrativos de um parque moderno, como pistas radicais de skate, cinema ao ar livre e estação digital com acesso à web. E ainda música: forró, rock,

MPB, charme e — como não poderia faltar no berço da Império Serrano e Portela — samba da melhor qualidade. (*O Globo*, 09 de junho de 2013) 62

Arlindo Cruz, samba, praia e tradição reverberam ao longo desta e de muitas outras matérias analisadas – a ponto, de a música "Meu lugar" ⁶³ ser lugar-comum em aberturas de matérias sobre o parque e sobre Madureira. E as práticas e os ordenamentos de utilização são apresentados às falas dos frequentadores e do gestor do parque, Claudio Casseti, que corroboram a multiplicidade e integração de outros bairros a Madureira – que percebemos logo no primeiro destaque do trecho abaixo:

Quase um ano depois de inaugurado, <u>o espaço continua recebendo uma multidão de visitantes de primeira viagem. Muitos de bairros além da Zona Norte e de cidades vizinhas</u>. As amigas Mônica, Cátia, Elaine e Eloísa saíram cada uma de um lugar, de Jacarepaguá a Nova Iguaçu, para botar o papo em dia num shopping. Mas no meio da tarde resolveram esticar o passeio até o parque do qual só tinham ouvido falar. Agora, planejam voltar. Assim como produtor de moda <u>Lucas Silveira</u>, de 24 anos. Morador do Recreio dos Bandeirantes, até o domingo passado ele costumava jogar vôlei somente perto de casa. Até que aceitou o convite de um amigo para uma partida em Madureira.

- É um pouco distante, mas valeu. Tinham me dito que encontraria um ambiente agradável e pessoas divertidas. Foi exatamente o que descobri revela Lucas. (O Globo, 09 de junho 2013) ⁶⁴.

A partir desses caminhos que vislumbramos o "processamento" da produção do sentido do Parque Madureira na relação entre subúrbio/Madureira/cidade. Pela tônica da junção entre os "rios de janeiros", o que veremos é uma ênfase em um passado de embates extintos pelo parque (e que nos conduziu para a compressão de como alguns acontecimentos nas décadas de 1980 e 1990 recortaram os discursos sobre a cidade e seus sujeitos, como propomos no primeiro capítulo); junção que se faz também pela inserção suburbana, regida por uma equiparação à "valorização imobiliária" de Madureira e dos outros bairros da Zona Norte.

(...) - Este é um lugar em que as diversidades são respeitadas e todos convivem bem. Como morador da Zona Norte, tenho orgulho de administrar o terceiro maior parque do Rio e ver a população zelar por esse lugar, enquanto o bairro se valoriza, o comércio no entorno melhora

-

⁶² Grifos do autor.

⁶³ A música Meu Lugar, composta por Arlindo Cruz, exalta a vida em Madureira. Um dos trechos da música: "O meu lugar/ é sorriso é paz e prazer/ o seu nome é doce dizer/ Madureira/Madureira".
⁶⁴ Grifos do autor.

Tais apontamentos sobre a cultura, a tradição, a economia e a multiplicidade calçam a integração não de maneira isolada, mas entrelaçados pelos ordenamentos que, ainda durante as obras do parque e, de forma mais contundente, após a inauguração disseminam estrategicamente a produção do sentido da integração. Ordenar para unir, e a que custos. Traçamos, então, neste capítulo os meandros de outros olhares para a questão da apregoada "cidade partida" e de como os sentidos da integração se (des)equilibram na polissemia e paráfrase (ORLANDI, 2007).

3.1 "Se o Rio fosse um corpo humano o subúrbio seria o coração"

Se os anos 1990 exacerbam de forma midiática contradições singulares e complexas das diferenças (e desigualdades) do Rio de Janeiro, as músicas do aclamado funk carioca podem se tornar um caminho à parte na compreensão dos atravessamentos que permeiam a "carioquicidade" de viver na cidade. O que hoje se significa como "funk antigo", em 1992 é parte constitutiva dos embates que permearam as discussões para o direito de frequentar a praia no pós-arrastão. Lado A, lado B e brigas dão a tônica de como o estilo musical assume a caracterização da cultura popular carioca estigmatizada e substituta do que um dia foi o amargo pódio do samba.

Em um estudo publicado em 1988, Hermano Viana aponta que em 1987 aconteciam cerca de 600 bailes funks por final de semana no Rio e compara: "(...) atraindo um público de mais ou menos um milhão de pessoas. Esses números colocam o baile funk como uma das diversões mais 'populares' da cidade. Só a praia parece atrair, com essa frequência, um público 'fiel'." (Viana, 1990, p.1). Oras, não é "natural" que exatamente o lazer mais atraente da cidade e, em toda a sua magnitude, seja o ponto de encontro de cariocas afoitos por diversão? O que acontece então para que em 1992⁶⁶ o funk seja a válvula de escape, que um inimigo em comum provoca, e se torne o grande vilão das areias – e da tranquilidade carioca – é o desconsiderar da alteridade pelos processos das trajetórias da (e pela) cidade. Para além do que Zuenir Ventura (1994) chamou de partida,

_

⁶⁵ Crifos do autor

⁶⁶ Vale lembrar que durante a cobertura midiática do Arrastão de 1992, o movimento dos jovens nas areias das praias foi comparado ao que faziam nos bailes funks. Uma matéria da revista Veja de 21 de outubro de 1992 expõe a associação do funk com o arrastão, o que permeou o noticiário da época.

o que temos é um emaranhado de possibilidades de experienciar a cidade – e se os túneis são barreiras simbólicas, nem por isso impedem as trajetórias que redesenham cotidianamente os traçados do fluxo dicotômico que o "partido" pressupõe, como veremos aqui com Faustini (2009).

Em artigo publicado em 06 de dezembro de 2013 em sua coluna no Segundo Caderno do jornal *O Globo*, Hermano Viana retoma a temática do arrastão porque uma nova "onda" de corre-corre na praia volta a "assustar" a imprensa no mês de novembro de 2013. Dessa vez, embora leve mais tempo para que o imprensa diga se tratar de arrastões, as práticas não foram diferentes das ocorridas em 1992: correria, relatos de furtos (embora muitos sem registro policial), sol e verão na primavera.

O que chama a atenção na cobertura é que o inimigo comum apregoado como causador dos tumultos agora não é mais a classificação específica do suburbano, mas crianças e adolescentes infratores. A proposta de "interditar" o fluxo contínuo dos ônibus por meio de blitze é novamente colocada como solução. E também, essa é a novidade, uma parceria com o Conselho Tutelar: nas blitze dos ônibus que saiam da Zona Norte em direção à orla os menores, principalmente crianças com até 10 anos e desacompanhadas, seriam encaminhadas ao Conselho Tutelar. É nesse clima, que Hermano Viana, no texto, "Espectro do Arrastão" relembra os equívocos na interpretação chapada e simplista para os arrastões da década de 90 e que ainda reverberam nas tentativas de compreender a cidade pelo viés da fratura e não da bricolagem.

Eu me arrependo de ter escrito artigo para o "Jornal do Brasil" tentando explicar que aquilo não fora assalto "serial" e em massa, mas sim (os dados policiais já confirmavam: quase ninguém roubado) a reencenação, nas areias escaldantes, de conflitos dançantes entre turmas de favelas diferentes que costumavam acontecer em baile funk. Resultado: os ataques se voltaram contra o funk. Quase todos os bailes de clube (Mackenzie, Cassino Bangu etc.) foram fechados. Deu origem a um atraso enorme na vida cultural da cidade, pois o desenvolvimento de sua nova música eletrônica teve que acontecer malocado em favelas patrulhadas por "comandos" cada vez mais armados. O poder público, com ajuda da imprensa, foi coinventor do "proibidão". 21 anos depois, agora, depois do feriado da Consciência Negra, abro os jornais e as manchetes estão histéricas novamente: Arrastão! Parece flashback de viagem de droga muito ruim. Foi arrastão mesmo? Não importa: até o consulado dos EUA emitiu alerta falando em "roubos de massa". Qual será o próximo bode expiatório? Qual será o próximo "proibidão"? Por que essa compulsão na "reincidência" interpretativa, que já se provou equivocada anteriormente? (VIANA, Hermano. O Globo. Segundo Caderno. 06 de dezembro 2013, p.2).

E o que Madureira teria a ver com isso? Tudo. Na cidade integrada apregoada pelos órgãos públicos e pela imprensa, a cidade partida é algo do passado: reconsiderar essa "reincidência interpretativa" seria desequilibrar todo o discurso publicitário e jornalístico presente nas falas orquestradas. E Madureira é a síntese emblemática dessa nova configuração do que se espera e pretende para a cidade – e sugiro o que é quase óbvio: a demora em significar os "ataques" como um arrastão deveu-se não apenas à proximidade a grandes eventos como o Réveillon, o Carnaval e a Copa do Mundo, mas a não criar alternativas de significação à eficácia e à eficiência da "pacificação" (via Unidades de Polícia Pacificadora – UPP) que completaram em 2013 cinco anos, e que se configuraram como peça fundamental da integração proposta pelo poder público entre os vetores da sociedade carioca/fluminense que se somaram às obras de reurbanização da cidade.

Não é o Parque Madureira (ou "joia do subúrbio" ⁶⁷) justamente o motor da nova cidade integrada? No entanto, a integração se estabelece por pesos e medidas que deixam marcas pesadas e difíceis de transpor – embora não impossíveis – no perverso jogo de significações e estratégias que levam à pseudocompreensão da multiplicidade. Ou, poderíamos dizer, também, de uma estratégia de pseudomultiplicidade que se esconde, paradoxalmente, no escancaro da tradição e do ordenamento sobre a alcunha da integração – pontos esses que se revelam em detalhes e situações da cobertura jornalística do parque.

Não precisa ir muito longe para encontrar evidências que nos façam recorrer a outros olhares do Rio de Janeiro para além do partido. O famoso funk da década de 90 "Endereços dos Bailes" cantado pelos MCs Junior e Leonardo explicita como a cidade se interconecta pela música e atravessa os limites dos túneis.

(...) É que de sexta a domingo na Rocinha o morro enche de gatinha/Que vem pro baile curtir / Ouvindo charme, rap, melody ou montagem, É funk em cima, é funk embaixo, / Que eu não sei pra onde ir.

O Vidigal também não fica de fora/Fim de semana rola um baile shock legal/A sexta-feira lá no Galo é consagrada/A galera animada faz do baile um festival.

Tem outro baile que a galera toda treme/É lá no baile do Leme lá no Morro do Chapéu/Tem na Tijuca um baile que é sem bagunça/A galera fica maluca lá no Morro do Borel./ (...) O endereço dos bailes eu vou falar pra você.

 $^{^{67}}$ Jornal $O\ Globo$ de 26 de maio de 2013. Editoria: Rio em Transformação.

Vem Clube Íris, vem Trindade, Pavunense/Vasquinho de Morro Agudo e o baile Holly Dance/Pan de Pillar eu sei que a galera gosta Signos, Nova Iguaçu, Apollo, Coelho da Rocha, é...

Vem Mesquitão, Pavuna, Vila Rosário/Vem o Cassino Bangu e União de Vigário/Balanço de Lucas, Creib de Padre Miguel/Santa Cruz, Social Clube, vamos zoar pra dedéu

Volta Redonda, Macaé, Nova Campina/Que também tem muita mina que abala os corações/Mas me desculpa onde tem muita gatinha/É na favela da Rocinha lá no Clube do Emoções

Vem Coleginho e a quadra da Mangueira/Chama essa gente maneira Para o baile do Mauá/O Country Clube fica lá Praça Seca/Por favor, nunca se esqueça,/Fica em Jacarepaguá (...).

A música "Nosso Sonho", da dupla Claudinho e Bochecha, ainda reverbera como as relações dos bairros estão entrelaçadas tal como uma ponte sugere:

(...) Nosso sonho não vai terminar Desse jeito que você faz! Se o destino adjudicar Esse amor poderá ser capaz, gatinha. Nosso sonho não vai terminar Desse jeito que você faz E depois que o baile acabar Vamos nos encontrar logo mais Na Praça da Play-Boy ou em Niterói, Na fazenda Chumbada ou no Coez. Quitungo, Guaporé, nos locais do Jacaré, Taquara, Furna e Faz-quem-quer. Barata, Cidade de Deus, Borel e a Gambá. Marechal, Urucânia, Irajá, Cosmorana, Guadalupe, Sangue-areia e Pombal, Vigário Geral, Rocinha e Vidigal. Coronel, Mutuapira, Itaguaí e Sacy. Andaraí, Iriri, Salgueiro, Catiri, Engenho novo, Gramacho, Méier, Inhaúma, Arará, Vila Aliança, Mineira, Mangueira e a Vintém, Na Posse e Madureira, Nilópolis, Xerém Ou em qualquer lugar, eu vou te admirar (...)

Claro que há muito que considerar aqui para outros atravessamentos sociais da vida numa favela carioca, mas é um caminho para compreendermos que as fronteiras não são estanques; e são muito mais recortadas do que entre dois polos opostos de Zona Sul e Zona Norte – como se fosse possível desconsiderar o minimamente óbvio: muitas das favelas cariocas estão alojadas (mas não alijadas) na Zona Sul carioca. Ou entre Niterói e São

Gonçalo cuja relação com o Rio de Janeiro é da sinergia entre travessia e separação que se processam nos 13 km da ponte - distâncias físicas que se diluem no emaranhado de experiências próprias entre seus bairros de semelhanças periférico-suburbanas. O sujeito da periferia que significa a necessidade de afirmar a sua identidade, a sua existência na cidade nomeando os encontros nos bailes, onde as praticas culturais se dão. A necessidade de se inscrever na cidade é parecida com o arrastão, na mesma ânsia. É o reconhecimento de que é parte da cidade.

Os atravessamentos hierárquicos e de relações de poder não param na favela assim como não estão ausentes no subúrbio - com toda a complexidade que é pensar a região que muitas vezes também se pensa estruturada entre asfalto e morro, como se também não fossem imbricados. Ao contrário, o subúrbio está numa estrutura que não é utópica, e nela também se estabelecem as relações de poder, as relações de hierarquias socioespaciais que encontramos no lugar comum das divisões dos bairros. Ou não é verdade que os preços de moradia variam conforme a proximidade com alguma estação de trem, quanto mais longe da favela mais caro, a proximidade com o Mercadão, com o Parque e com o shopping aumenta o valor do imóvel? É a mesma lógica racionalizada de separação que se estabelece entre São Conrado e Rocinha / Madureira e Serrinha — mesmo bairro em relações diversas de separação e imbricações. Nosso interesse aqui não é o de estabelecer as relações do subúrbio com as favelas - o que demandaria um trabalho com outro recorte, discussões e pesquisa - mas de, a partir dessas percepções, procurarmos caminhos de compreensão para Madureira e as multifacetadas significações que pipocam na pesquisa sobre o parque.

Como apontamos no primeiro capítulo, se é na relação que os lugares ganham sentido, é essencial buscar, então, caminhos de reflexão para quais jogos políticos cristalizam os sentidos hegemônicos — e de que forma na organização do urbano há momentos em que determinados lugares são muitos cristalizados e outros que se cristalizam na multiplicidade — e que são sacados como estratégias. Os estigmas suburbanos perpetuados pela imprensa carioca durante a cobertura dos ônibus das linhas de São Cristóvão em 1984, do Arrastão em 1992, do Piscinão em 2001 e agora do Parque Madureira obedecem à lógica produtivista do jornalismo do lugar comum. Ao justapor os sentidos, há muito de sagacidade em jogar com a multiplicidade para, no segundo seguinte, reproduzir o mesmo estancamento. Os lugares estão prontos. E, como caixas, ficam mais fácil alocar.

Um exemplo para a reflexão sobre o quanto as práticas racionais norteiam a compreensão dos espaços e do discurso ordenador é a criação do Centro de Tradições Nordestinas, em setembro de 2003. A origem da feira remonta ao grande movimento migratório no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, e o local de desembarque dos viajantes dos caminhões de pau de arara era nas proximidades do Campo de São Cristóvão. Os nordestinos que chegavam começaram então a comercializar os produtos que traziam. É assim, que em 1945 a feira se institui como local de comércio dos produtos nordestinos, conforme as informações da página oficial da Feira de São Cristóvão para Centro de Tradições Nordestinas" (2009) outro relato, um pouco menos formal. De acordo com ele existe outro mito fundador: o nordestino João Gordo, que veio para o Rio de Janeiro trabalhar na construção civil (assim como quase todos) e por uma série de intempéries na construção civil começou a comercializar os produtos que trazia do nordeste com o caminhão que comprou com uma indenização. Todos os domingos, João Gordo montava embaixo de uma lona a barraca que acabou por dar vida e estímulos a outros feirantes.

(...) E aos poucos a feira foi se instituindo, passando a ser ponto de encontro de migrantes de origem nordestinas que ali se reuniam para fazer exercícios de sociabilidade. Apesar desse espaço ter se constituído como ponto de referencia para migrantes nordestinos desde a década de 40, foi apenas em 1982 que a feira foi oficializada. Para tanto, passou por diversas dificuldades até se legitimar. Por muitas vezes, mercadorias foram confiscadas, mas a resistência é apontada como marca dos pioneiros. (ALEXANDRIA, Nicolas. 2009, p. 379).

É assim que depois de muitas mudanças e ordenamentos, a Feira de São Cristóvão, também chamada de Feira dos Nordestinos, passa a ser em 2003 o Centro de Tradições Nordestinas. O espaço, criado para abrigar o comércio e o lazer da antiga Feira de São Cristóvão, é revelador na concepção da criação de espaços classificatórios e na maneira como são orquestradas as ações dos poderes públicos. Nicolas Alexandria (2009) aponta a lógica racionalizada para além do que se processava ali pela trajetória dos imigrantes nordestinos na antiga Feira — o espaço como Centro de Tradições trazia no seu cerne a chance de se tornar polo de turismo com eventos culturais e lazer.

Se o processo de ocupação da Feira pelos imigrantes nordestinos, na metade do século XX, é uma forma de pensar as narrativas, as histórias e os fluxos como processos

_

⁶⁸ Site oficial da Feira de São Cristóvão - http://www.feiradesaocristovao.org.br/

complexos, contraditórios e dinâmicos; a lógica do planejamento urbano contemporâneo transforma a possibilidade de sentidos múltiplos dos espaços urbanos em trajetórias de sentidos únicos. O Centro de Tradições Nordestinas organiza as vozes, o comércio, o lazer – coloca cada coisa em "seu lugar", os gestos de ordenar obedecem a um sentido anterior de significação e verdade. A feira, criada pelo "aleatório" dos encontros dos caminhões de pau de arara que traziam os imigrantes nordestinos, se abre a novas práticas e usos quando tem o espaço ordenado.

Se as exclusões ocorridas não estavam manifestas na inspiração da criação de um centro de eventos e turismo, ao menos a deslegitimação do pertencimento do grupo, até então hegemônico, era o modo de agregar valor de modernidade e universalidade ao novo espaço. Houve adaptações de exigências para o estabelecimento de uma nova ordem. Era necessário reordenar a instituição para uma nova forma de experiência de outro público pertencente à outra condição e posição social. Para isso foi necessário que esse espaço passasse por modificações que tornaram mais seguro e familiar justamente aquilo que se tentou caracterizar como típico, exótico e tradicional. (ALEXANDRIA, 2009, p. 394).

Vemos na questão do Centro de Tradições a apropriação de prática de cidade e de uma construção de territorialidade de tais sujeitos que estavam à margem – e que se territorializam e significam a cidade a partir de determinadas práticas sociais e econômicas percebida pelo poder publico, ora como ameaça e desordem; e ora como algo capturado para a iniciativa privados. Tal medida se dá no ordenamento – e que fica no mesmo movimento do Parque Madureira e também muito próximo da experiência do Viaduto Negrão de Lima, que falaremos mais adiante.

Tais lugares são percebidos na temática do Parque Madureira principalmente a partir das práticas envolvidas tanto na utilização quanto nos sentidos que ele vai amalgamar para o conjunto do subúrbio e da representatividade de Madureira nos contextos cultural e simbólico. Contexto este que, inevitavelmente nesse caso, desemboca no aspecto econômico – inclusive, como o grande mote por detrás (mas nem sempre velado) da proposta de inclusão de Madureira no rol dos espaços economicamente valorizados⁶⁹.

A matéria publicada no dia 29 de outubro de 2013, na editoria Rio e com a retranca "Cidade em Transe", traz a seguinte manchete: "Madureira: brilha a estrela do subúrbio da Central – De 2010 até este ano, valor do metro quadrado subiu 104% para novos

-

⁶⁹ Veremos mais adiante como o processo de compreensão da valorização está associado à especulação imobiliária.

empreendimentos". Madureira é muito mais que um bairro, assim como o parque tem sua compreensão para além de um espaço lazer. A questão então é: se os sentidos se misturam, se esbarram e se repelem; se os espaços são vivos e sempre atravessados por trajetórias e narrativas distintas: quais as estratégias de produção de sentido pela universalização da Zona Norte em torno de um objeto comum?

Manchetes tais como "A hora e a vez da Zona Norte – com altos investimentos da prefeitura o subúrbio está ganhando cara nova" ⁷⁰, levam-nos a buscar em Foucault as nuanças da arquitetura do poder para pensarmos a comunicação e o imaginário urbano. As trajetórias vão compor as interpretações subjetivas de Madureira moldando-a na travessia; no deslocamento de sentidos – na hermenêutica do estar vivo e em construção constante.

São desses processos, que voltamos ao começo desse capítulo: unir o que não está separado se torna complexo porque vai depender para qual desigualdade se olha. Daí que fica fácil para o jornalismo apontar o Parque Madureira como a união da cidade porque desconsidera o que continua desigual e não necessariamente apartado – abstrai oportunamente as diferenças constitutivas da pluralidade, mas que esbarram no nivelamento conceitual "do aceitável". É abstrato e adestrado dizer partido/integrado sem considerar a complexidade do emaranhado de relações e nós do espaço da cidade – e da vivacidade de Madureira.

3.1.1 O subúrbio que atravessa a cidade

O cantor Marcelo D2 descreve em ritmo, na música 1967, o que ele diz ser a história da sua vida: nascido em São Cristóvão, morador de Madureira, curtia o samba da Lapa, o funk de Bangu, jogos no Maracanã, calote em ônibus para ir à praia e pichação no Andaraí. Por muitos outros bairros e ruas acontece a vida de D2. Em um relato também biográfico, Marcus Faustini (2009) conta como, ainda morador de Santa Cruz, tinha a cidade como a sua casa: sua narrativa descreve as idas e vindas de um jovem morador da Zona Oeste pelos trajetos dos encontros, dos trabalhos, do lazer e da cultura. As trajetórias de Faustini e de qualquer morador carioca são considerações dos quão constitutivos para a vida da metrópole são os percursos, as trajetórias e as mobilidades possíveis e prováveis.

No desejado conforto da van, que sempre pegava quando tinha algum dinheiro, pensando sempre em manter esta forma de me transportar,

-

 $^{^{70}}$ O Globo. 26 de maio de 2013. Editoria Rio – série: Rio em Transformação.

abandonei qualquer literatura, pensamento e observação de janela, para ouvir o cara que trabalhava abrindo e fechando a porta da van falar o trajeto ao longo das paradas na Avenida Brasil. Gostava, em especial, da voz anasalada de um deles, que anunciava o roteiro SANTA CRUZ-CASTELO imitando voz de buzina. (...) As oportunidades de trampos com a voz foram aparecendo: animador de festa, Papai Noel no Carrefour de São Gonçalo, Urso Fred no Shopping Madureira e toda sorte de subempregos (...). (FAUSTINI, 2009, p. 36).

É significativo que Faustini, décadas depois de suas andanças no perímetro de Santa Cruz a Ipanema, tenha debatido justamente o ponto nevrálgico do pensamento de Zuenir Ventura. Numa carta aberta publicada no livro O Novo Carioca (2012), Faustini aponta a unicidade de uma cidade plural, como o Rio de Janeiro. Para ele, a circularidade das relações explica melhor a condição do Rio de Janeiro como uma cidade atravessada por práticas de circulação que faz com que ela não seja partida por um ponto de vista absoluto. Mas uma cidade em um "Estado partido" na qual as relações dominadas por preconceito não reconhecem os plenos direitos de todos os cidadãos. "A cidade é atravessada por um conjunto de práticas de circulação que faz com que ela não seja 'partida' para os pobres, pelo menos na dimensão da inserção no território, de forma global. Eles buscam viver na cidade de forma plena". (FAUSTINI, 2012, p. 21).

Compartilhando do pensamento de Faustini, os pobres das mais variadas regiões, e aí estão incluídos os moradores das favelas "zonasulistas", praticam a cidade: trabalham no Centro, fazem bico na Zona Sul, estudam no Méier, moram em Braz de Pina e namoram alguém de São João do Meriti. As dificuldades de transportes como falta de estrutura, lotação, altos preços, não são impeditivos para o movimento – mas são demonstradores de que o partido se dá na distância provocada pelas estruturas de poder que estabelecem as desigualdades em outros níveis que não, necessariamente, no da mobilidade.

É o que vimos, por exemplo, nas tentativas de proibir a circulação de ônibus nos finais de semana; nas blitzes na origem das linhas que ligam ao subúrbio. Tais medidas não estão isoladas nas décadas de 80 e 90 - como vimos com as primeiras linhas de ônibus a cruzarem o Túnel Rebouças em 1984 e o Arrastão de 1992 - considerando que em 2013, durante os "corre-corres" nas praias da Zona Sul que também foram chamados de arrastão (embora os jornais tenham divulgado poucos roubos), as mesmíssimas medidas foram cogitadas e efetivamente adotadas:

Para evitar a onda de arrastões que tomou conta das praias nos feriados da Proclamação da República e da Consciência Negra, a Polícia Militar vai começar a abordar ônibus que seguem em direção à orla, ainda na Zona Norte. (...) Os policiais farão revistas e checarão documentos de suspeitos. Menores, principalmente com até dez anos e desacompanhados, poderão ser encaminhados ao Conselho Tutelar. (*O Globo*, 23 de novembro de 2013).

Como então pensar na integração apregoada pelos meios de comunicação e pelos governos estadual e municipal, no que podemos ironicamente chamar até de parceria público-privada, como mote do Parque Madureira, se o que constatamos é justamente que as trajetórias, os percursos que garantem a presença de Madureira no tal Rio de Janeiro, têm seu deslize nas estruturais condições desiguais que não estão na cidade, mas na condição de gerência dela.

Todo o meu aprendizado está nesse percurso. Tudo o que está localizado entre Santa Cruz e Ipanema. Sentado no meio-fio esperava a van de madrugada, vendo o mar bravio como o que engoliu o Escobar, eis a Ipanema que se repetiu durante anos para mim. Desenvolvi uma relação com a madrugada de Ipanema e invejava a Ipanema solar, do cinema e da literatura. Nunca tive coragem de frequentar Ipanema durante o dia, mas me sentia em casa sentado no meio-fio esperando a van para Santa Cruz. (FAUSTINI, 2009, p. 44) 71.

O trecho do Guia Afetivo da Periferia de Faustini (2009) é sintomático e deixa em suspenso não apenas a dicotomia integrado/partido, mas também a condição polarizada quanto ao conceito de "turistas" e "vagabundos" (Bauman, 1999), porque dá brecha para a compreensão de como o trânsito é capaz de alternar a condição do sujeito – e por isso, polarizar a perspectiva não é o melhor caminho para problematizar e refletir a questão. O que acaba fazendo Bauman, em "Globalização e as Consequências Humanas", cujas abordagens de "turistas" e "vagabundos" são pensadas a partir de um engessamento dos lugares, desconsiderando a flexibilidade dos sujeitos e da própria abordagem do autor quanto à liquidez, flexibilidade e fluidez que a modernidade e a vida contêm (2001). É por essa fluidez que definir lugares fechados a um ou outro não problematiza o turistavagabundo e o vagabundo-turista – ou os que por incapacidade de se sujeitarem aos conceitos, não se aplicam.

.

⁷¹ Grifos do autor.

"Esses são os *vagabundos*, escuras luas errantes que refletem o brilho luminoso do sol dos turistas e seguindo placidamente a órbita dos planetas: são os mutantes da evolução pós-moderna, os rejeitos monstruosos da admirável espécie nova. Os vagabundos são o refugo de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas" (BAUMAN, 1999 p.101).

O que questionamos aqui é, dentro do conceito de Bauman, ou se é uma coisa ou outra, sem problematizar, no próprio cerne do consumo, as possibilidades de fluidez às quais, "vagabundos" possam ser "turistas" ocasionais numa concepção de que o fluxo permite deslocar os sentidos entre uma coisa e outra – como pontua Faustini: "Todo o meu aprendizado está nesse percurso. Tudo o que está localizado entre Santa Cruz e Ipanema." Na fala destacada, Faustini dá a deixa de como a mobilidade constituiu a sua identidade, de como é no percurso que se se estrutura a relação dele com a cidade e com a própria experiência. Mas a mobilidade dele não se processa sem "senões", o que desnuda de certa forma a tenuidade com que processamos o interligado e o apartado: Ipanema só é prazerosa à noite – não porque o sol a inferiorize, ao contrário, mas porque não há coragem para ir para lá na luz do dia. É a mobilidade, não reduzida, mas moldada por tática que possibilita que o consumo da cidade – seja pelo prazer, pelo lazer e pelo trabalho – redefina as noções de "vagabundo" e de "turistas". Faustini não é nem uma coisa, nem outra.

Esses exemplos, somados a tantos outros da música, da literatura e do cotidiano nos levam a compreender que a mobilidade pela cidade perpassa pelo fluxo das relações de poder que ordenam, controlam e significam as trajetórias. Não é a toa que a questão da mobilidade é um tema recorrente como solução para os problemas relacionados à "desordem" urbana, como já vimos. As relações de poder e de saber estão, então, articuladas à gestão da vida e que, aqui, transcrevo para a gestão da cidade em ordenamentos, que no caso do Parque Madureira, são mascarados de multiplicidade e de diversidade.

Ou seja, as trajetórias que se estabelecem para além do que se propõe no ordenamento e na compreensão do que é estar em Madureira – ou no Parque - transbordam para além do que se pensa para ela como determinação. O imposto e o proposto pela lógica das intervenções urbanas mostram como em diferentes momentos as relações de poder e de saber afetam o controle para a cidade – e como o poder não tem centro, é relação e fluxo (Foucault, 2004), ele é criativo na arte de ordenar e desordenar – o que veremos em muitos exemplos que se seguem e na terceira unidade deste capítulo.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma de saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o discurso social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2004, p. 8)

O que defendemos é a necessidade de invertermos os processos de interpretações dos sentidos: não mais como evidências, mas como projeções das brigas, dos embates, e dos conflitos de (e por) poder. Se, como estamos dizendo, as interpretações do mundo podem sempre ser múltiplas; as trajetórias, os ordenamentos e os desordenamentos que os sujeitos imprimem às narrativas complexas e contraditórias das nossas existências são as dinâmicas do processo da vida na cidade – em que somos atravessados por uma proposta urbana que nos é anterior, às quais acatamos e/ou discordamos, mas que em tais gestos (seja de deferência ou não) reinventamos novas formas e novas práticas.

3.1.2 Integração: legalidade e valorização

Como isso se processa em Madureira e no parque? Em 1993, o Viaduto Negrão de Lima, em Madureira, demonstra na prática como podemos pensar as heterotopias (Foucault, 1967) de aproximação simbólica para a flexibilidade dos significados autoritariamente delegados. Inaugurado na década de 1960 o viaduto, mais conhecido como Viaduto de Madureira, tem sua parte inferior entre as linhas de trem das estações de Madureira e Magno (conhecida também como Estação Mercadão de Madureira), caracterizada como um simples espaço público de mobilidade que reconfigura o sentido por meio do movimento musical.

De acordo com o DJ Marki New Charm (E-BLACK, 2008), em 1992 o grupo que fundou o bloco carnavalesco "Pagodão de Madureira" foi convidado para organizar, junto com o César Athaíde, um projeto que envolvesse toda a população suburbana no que foi chamado de "Projeto Charme na Rua". Primeiro aventaram a Praça Patriarca e depois a marquise da loja Carícia, ambas também em Madureira. A partir de contatos de Athaíde com políticos, o grupo conseguiu autorização para usar o Viaduto Negrão de Lima, na Praça das Mães. Entretanto, há outra versão, de MF Jones, um dos organizadores do baile.

Tudo começou de uma brincadeira: nós éramos camelôs em Madureira e montamos Shopping Rua, ou seja, comprávamos os modelos das roupas dos playboys e dávamos nosso jeito vendendo as cópias do artigo original bem abaixo do preço pro povão que não tinha condições de se vestir bem. Com aquele lucro, tinha o nosso lazer que era no Vera Cruz (baile do DJ Corello no bairro de Abolição). Mas era a lei da selva: na nossa profissão, quem chega tarde perde o melhor ponto, e como nós chegávamos tarde do baile, a gente ficava prejudicado. Então, o César Negão (que Deus o tenha!) falou pra mim: "pô Jones, nós temos que fazer o nosso baile"! Mas fazer aonde? A Gente é camelô! "Que nada, vamos fazer debaixo do Viaduto porque ali ninguém vai reclamar nada"! Foi uma ideia meio maluca; na época eu tinha um trailer, que a minha ex-mulher administrava, e como lá era aberto, a gente resolveu cobrir os custos do baile com a cerveja que fosse vendida nele. E assim, eu, Cesar Negão, Mico e mais outra rapaziada fizemos o Chame na Rua, que hoje [é conhecido como], Rio Charme. (E-BLACK, 2008).

O embate de tais versões nos interessa aqui pelo capital simbólico de sermos inventores das trajetórias e das configurações de nossos lugares no mundo – que são também as trajetórias-outras no sentido e na cidade. E assim se configura o reconhecimento do Baile Charme em Madureira como marco simbólico na qual o poder público (Prefeitura) se institui como órgão de regulamentação do espaço cultural e que, de certa forma, confere poder de apropriação⁷² - voltaremos a essa questão mais adiante para observamos mais detalhadamente tal "autorização".

Por hora, ressaltamos o paralelo entre o Baile Charme do Viaduto, o Centro de Tradições Nordestinas e o Parque Madureira. É como se o evento dependesse de tal autorização para existir; e na ação de cooptar, fosse possível conter e guiar os fluxos simbólicos de transformação que a cultura promove. Tal transformação potencializa a luta na constituição do sentido e na hegemonia do significado tal qual como ocorreu com a Feira de São Cristóvão (re)organizada para caber no projeto específico de compreensão de ordem – fato esse que será mais aprofundado, ainda neste capítulo, a respeito do Parque Madureira.

Diante dessa realidade, é mais adequado perceber como no Rio de Janeiro se tecem as costuras de muitos vetores (sociais, culturais e econômicos) para refletir o subúrbio, pensar Madureira e a relação tríade com a cidade. A dinâmica da "cidade cerzida" (Rocha, 2000) é a evocação das tramas urbanas presumíveis na criatividade de amalgamar as estratégias e as táticas das condições que regem a vida e as relações, e que propiciam o

⁷² No dia 28 de fevereiro de 2013 a Prefeitura do Rio de Janeiro autoriza o uso do espaço abaixo do viaduto para a realização dos bailes charmes.

encontro. Zuenir (1994) ao escrever Cidade Partida, toma como rumo a Chacina de Vigário Geral e a seguida parceria de setores sociais, tais como intelectuais, igrejas, imprensa e moradores que, juntos, criaram a Casa da Paz. Para ele, a parceria é a união das duas cidades, ou como ele mesmo retrata como título do capítulo: "Duas cidades se encontram".

Só que essas cidades já estão juntas por uma complexa e paradoxal sinergia desencontrada que se impõe mais do que um "abra-te Sésamo" que o clamor discursivo midiático e governamental para a Casa da Paz e para o Parque Madureira insiste em propor. E que, além disso, deixa no deslize todo o arcabouço discursivo-estrutural do entendimento da condição do Rio pela perspectiva de uma cidade-empresa⁷³ e que se dilui na justificativa da integração que defende, almeja e supõe implantar – que veremos a seguir.

Voltando à matéria "Madureira: brilha a estrela da Central" (O Globo, 29 de outubro de 2013) que tem como complemento, os dois lados da questão sob a alcunha de "Retirada das pessoas" com a proposta de diálogo de duas falas especializadas sobre o assunto. De um lado o texto enviado pelo prefeito Eduardo Paes cujo título "Transtorno para uns, benefícios para a maioria" contrasta com o título da pesquisadora Raquel Rolnik que é taxativo: "Debate sobre mudança e compensação não ocorreu".

A matéria detalha as mudanças "benéficas" pelas quais passa Madureira. Com o subtítulo "De 2010 até este ano, valor do metro quadrado subiu 104% para novos empreendimentos", o jornal aponta como o bairro se transforma por causa dos incentivos do poder público em construções viárias em muitos bairros da Zona Norte.

A construção de novos prédios coincide com o volume de investimentos do poder público nesse e em outros bairros da Zona Norte. Alguns já foram concluídos ou estão em fase de expansão como é caso do Parque Madureira. Inaugurada em junho do ano passado, a área de lazer custou cerca de R\$107 milhões. Em 2016 será inaugurado um novo trecho do parque que passara de 1,3 km de extensão para 5 km, chegando até os bairros de Tiriaçu, Oswaldo Cruz, Rocha Miranda, Bento Ribeiro, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Coelho Neto e Guadalupe. No total, serão investidos mais de R\$ 287 milhões. (*O Globo*, 29 de outubro de 2013, p.12).

-

⁷³ Conceito desenvolvido por Carlos Vainer (2013), para o qual o desenvolvimento da cidade se dá sob a lógica da empresa. As cidades passam a ser pensadas como empresas (promoção de competitividade e produtividade) que concorrem com outras empresas em um mercado internacional de cidades. O elemento central não é o atendimento das necessidades dos cidadãos, mas das necessidades de seus potenciais compradores.

Para isso, utiliza dois personagens: Flávio Henrique Silva, que saiu do aluguel no Maracanã e comprou o primeiro imóvel no "primeiro condomínio clube" de Madureira, que contará com "20 diferentes tipos de lazer, entre eles até um espaço para minigolfe". Outro detalhe da história de Flávio com o bairro destacado pelo jornal são as cinco salas comerciais ocupadas por sua empresa de tecnologia em um edifício inaugurado há dois anos. "Perto do Madureira Centro Empresarial, que fica em frente ao Parque Madureira, será aberto em breve o Connection Offices Madureira, onde profissionais liberais e empresários devem aportar". Já a história de Domingos Suarez é de moradia e a decisão de se mudar para o bairro por causa da localização e do transporte público, já que Madureira sempre teve como característica principal a centralidade e um comércio forte. "Associada a isso, existe a linha do trem, que ajuda a mobilidade. Quando o poder público decide fazer uma via de transporte como o BRT (...) ajuda a acentuar essa característica, o que pode agregar outras mudanças do ponto de vista comercial e residencial." (O Globo, 29 de outubro de 2013).

O parque é apenas um desses fomentos, embora seja o que deflagrou Madureira como a "bola da vez" midiática, e que trouxe a reboque a "valorização" imobiliária e novos empreendimentos comerciais e residenciais; e indicativo de melhorias para outros oito bairros que serão recortados pelo parque. Mas tais transformações têm um custo: desapropriações, indenizações, mudanças na circulação viária, dentre muitos outros aspectos.

Nesse ponto entram as duas falas coordenadas opostas que estão abaixo da matéria principal com o rótulo de *"Retirada de pessoas"*. A fala do prefeito:

Não dá para fazer investimentos em mobilidade urbana sem desapropriações, especialmente em antigos bairros onde as ruas são estreitas e há um adensamento dos espaços. Apesar disso, nós fugimos o quanto pudemos das desapropriações dos BRTs nas zonas Norte e Oeste que tivessem o menor impacto possível, que levassem ao menos números de retirada de imóveis. Essa foi uma escolha não apenas para reduzir os custos do projeto, já que teríamos menos indenizações, mas também para impactar menos a vida dos moradores. É preciso lembrar que esses investimentos em mobilidade urbana e lazer, como foi no Parque Madureira, onde também foi preciso fazer cerca de 500 desapropriações, são fundamentais para essas áreas da cidade. São obras que estão fazendo com que os bairros voltem a ser atraentes como moradia. Embora causem impacto na vida de quem teve que deixar a sua casa, os benefícios para o bairro como um todo são visíveis (...). (PAES, Eduardo. *O Globo*, 29 de outubro 2013).

A fala da pesquisadora Raquel Rolnik:

O direito a moradias tal como estabelecido nos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário estabelece claramente como devem ser implantados projetos que envolvam remoções, em suas várias etapas, já que remoções são sempre momentos com potencial de envolver violações de direitos. Em primeiro lugar, é necessário discutir publicamente o projeto, especialmente com as pessoas diretamente afetadas. Ou seja, a pergunta é: essa obra é realmente necessária? Este é seu melhor desenho? Que medidas devem ser tomadas para minimizar o impacto do número de famílias ou casas a serem removidas? Este debate público simplesmente não ocorreu com as comunidades afetadas em nenhum dos planos atuais da prefeitura do Rio em relação aos BRTs e nem em relação à Zona Portuária. Os projetos não foram debatidos com ninguém (...). (ROLNIK, Raquel. *O Globo* 29 de outubro de 2013).

Não há comentário para as falas acima. Apenas são colocadas sem questionamentos de ambos os lados. A questão é o silêncio para as muitas reclamações quanto às desapropriações. Embora nosso trabalho foque no jornal *O Globo*, é necessário compreender que manifestações e ações contrárias às desapropriações e que questionavam valores e a consequente troca de moradia de muitos dos residentes de Madureira e de tantos outros bairros que estavam nos trajetos das BRTs (como a Transcarioca, que corta o subúrbio) eram constantes na cidade, embora tenham tido pouca repercussão no jornal.

No entanto, a matéria que vimos acima desliza sobre o que silencia quando aponta a divergência de opinião entre o poder público e a pesquisadora em questão – e o que não é mostrado se torna parte integrante e reveladora dos atravessamentos que existem na produção dos sentidos do Parque, do subúrbio e de Madureira. Na matéria publicada no dia 8 de dezembro de 2013 que anuncia a expansão do parque temos duas partes: a primeira, manchete da página "Expansão do Parque Madureira deverá começar em fevereiro". A segunda é uma retranca dessa, cujo título é "Licitação do projeto está programada para este mês". Nessa, é interessante notar que o entretítulo da retranca, que compõe sua divisão para outro assunto, apresenta-se da seguinte forma: "Famílias serão removidas".

Atendendo a pedidos dos moradores, outros equipamentos esportivos já estão definidos, como ciclovia ao longo do parque, uma pista de bicicross, um muro de escalada e uma nova área de skate, no modelo half pipe (já existe um *ball* e uma pista de *street*). O projeto engloba ainda um centro de treinamento de tênis, com duas quadras. Para realizar a expansão, a Secretaria Municipal de Obras terá que remover algumas famílias que habitam hoje parte do terreno da Ligth e que têm permissão de utilizar a área para cultivar hortas. De acordo com Alexandre Pinto da Silva, essas pessoas são indenizadas. Menina dos olhos de Paes, o Parque

Madureira, inaugurado em junho de 2012, é hoje a principal área de lazer do subúrbio da cidade. (*O Globo*, 08 de dezembro de 2013) ⁷⁴.

O complemento da matéria tem três parágrafos: o primeiro dá conta dos pedidos dos moradores para infraestrutura do parque (aumento de equipamentos) e o segundo (menos importantes na escala do jornalismo) aborda efetivamente o ponto central da matéria sobre a importância de remover famílias para a expansão e a afirmação da indenização. Não há enfrentamentos e falas da população.

A questão das indenizações, das remoções e desapropriações é sempre um ponto pouco explorado nas matérias pesquisadas do nosso recorte; embora haja muitos movimentos contrários às remoções e desapropriações⁷⁵. O que problematizamos aqui é como no deslize a construção do sentido se desnuda porque mostra o enquadramento, a perspectiva para qual se olha e que deixa em mostra a possibilidade de reorganizar os significados – que nesse caso, saem da cristalização à solvência. É pelas matérias sobre as obras viárias que fica mais claro em que base se organiza o discurso da relação entre o subúrbio e a cidade com a mediação do poder público e a imprensa.

A matéria apontada acima foi publicada pelo *O Globo*. Com a manchete "*BRTs: a maioria das indenizações é paga em juízo*" (28 de maio de 2011) destaca o imbróglio das ações ajuizadas por moradores descontentes com os valores pagos pelas indenizações e afirma que pouco mais de 17% do total de gastos com indenizações foram realmente pagos. Para exemplificar, o texto começa com a fala de uma moradora que entrou na justiça e ainda aguarda decisão sobre os valores; um morador que desistiu da ação e pegou o valor que a Prefeitura ofereceu porque "não vale a pena brigar com o governo"; uma pensionista que devido a complicações com a documentação não terá onde morar; e os comerciantes que foram prejudicados.

A dona de casa Neuzilan Maia dos Santos Bento, de 45 anos, viu boa parte de seus vizinhos na Rua Domingos Lopes, em Madureira, se mudar ao longo dos últimos meses, ao mesmo tempo em que aumentavam as nuvens de poeira. As casas próximas estão cercadas por tapumes ou já foram demolidas para abrir caminho para o BRT Transcarioca (Barra-Aeroporto Internacional Tom Jobim), um dos corredores viários que a prefeitura está construindo para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neuzilan, que investiu recentemente na reforma do

⁷⁴ Grifo do autor.

⁷⁵ Sobre essa temática há muitos documentários retratando os problemas das remoções para as obras de reurbanização do Rio de Janeiro do governo Eduardo Paes, tais como "Atrás das portas", dirigido por Vladimir Seixas e produzido entre 2008 e 2009. .

imóvel, sabe que deixar a casa é questão de tempo. Mas decidiu brigar na Justiça para mudar o valor da indenização. (*O Globo*, 28 de maio de 2011).

As reclamações dos personagens da matéria com relação aos valores dos imóveis tem a contrapartida da informação na fala do procurador geral do Município, Fernando Santos Dionísio, que rebate as críticas explicando que:

Primeiro, uma empresa contratada visita o imóvel para medi-lo e avaliar as benfeitorias. Os dados são analisados por uma comissão de técnicos das secretarias municipais de Obras e Urbanismo e da PGM, que fazem uma estimativa de valor conforme o preço do mercado. (...) As avaliações seguem regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com base no laudo, chamamos o proprietário para saber se ele aceita. Se não houver acordo, o caso vai para a Justiça. Geralmente, o valor das indenizações estipuladas pelo perito judicial ficam de 3% a 5% apenas a cima do que pagamos - justificou Dionísio. (O Globo, 28 de maio de 2011)

O texto continua explicando que nos casos em que o responsável pelo imóvel não é o que aparece nos documentos oficiais, o acordo acaba se tornando impossível. "Cabe à Justiça, e não à prefeitura, determinar a quem devemos pagar. O dinheiro, de qualquer forma, já não é mais nosso. Ficará no fundo até a questão legal ser esclarecida — disse o procurador". Para complementar essa questão, a matéria mostra o caso da pensionista Sônia Gonçalves Bitencourt, de 61 anos, que mora numa casa em Vila Kosmos já com emissão de posse autorizada pela Justiça, e que está nessa situação e não tem para onde ir, caso a justiça não libere o pagamento. "Minha sogra morreu há três anos e o inventário ainda não acabou. Sinceramente, não sei aonde vou morar quando tiver que sair daqui" (O Globo, 28 de maio de 2011).

Quase dois anos depois, o mesmo assunto volta às páginas do *O Globo* com a manchete "*Obras de BRTs na berlinda*" ⁷⁷ devido aos atrasos nas obras por conta de problemas com as empreiteiras. E na retranca, cujo título é "*Moradores apelam a general para não deixarem suas casas*", há o descontentamento de moradores que, para não serem desapropriados recorreram ao Ministério do Exército pedindo que ceda um terreno – o que propiciaria a mudança do traçado e cerca de 100 famílias não precisariam "vender" suas casas.

⁷⁶ Destaques que ajudam a compreender a análise que se segue.

Apesar de as obras do BRT Transolímpico (Barra-Deodoro) terem começado em abril do ano passado, até hoje a prefeitura não definiu qual será exatamente seu traçado. Do lado de Jacarepaguá, estuda-se a mudança do trajeto para passar pela Colônia Juliano Moreira, de modo a reduzir os custos de desapropriações. Do lado de Magalhães Bastos, a prefeitura negocia há meses a cessão de um terreno do Exército para evitar que cerca de 100 famílias tenham seus imóveis desapropriados. (*O Globo*, 25 de junho de 2013).

Chama atenção nessa matéria a peleja entre a Prefeitura e o Ministério do Exército pelo terreno que impediria a retirada de cerca de 100 famílias do local. Poder público *versus* poder público. A economia que geraria essa "cessão" vai ao encontro do lead da matéria que fala sobre a mudança do trajeto em Jacarepaguá, cuja definição ainda está em andamento, embora as obras já tenham começado. A mesma obra que chegaria a Madureira e, com o Parque, promoveria as significativas valorizações do bairro.

Já a terceira reportagem "A ilegalidade perde terreno" (29 de janeiro de 2011) não aborda diretamente a nossa questão quanto ao Parque Madureira, mas deixa o deslize de como se processam as remoções e desapropriações nas áreas do subúrbio – e que desembocam na "estrutura-estruturante" do parque e de Madureira.

A abertura da reportagem aponta o encolhimento das áreas ocupadas por favelas no Rio de Janeiro, entre elas a Vila das Torres, em Madureira — cuja retirada faz parte da construção do Parque Madureira; e de acordo com a matéria em questão, a favela, que ocupava uma área de 32 mil m2, passou a ter aproximadamente 19 mil m2.

A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que analisaram o levantamento aerofotográfico do Rio. Realizado pela Prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 392 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol bem distribuídos por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é inédito e seria uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em área de risco. (O Globo, 30 de janeiro de 2011) 78.

Com um gráfico mostrando as reduções "por todas as áreas da cidade", há a menção da favela Vila das Torres, removida para a construção do Parque Madureira.

.

⁷⁸ Grifo do autor.

Embora não seja mencionado em momento algum da reportagem acima, em 2011 os moradores organizaram uma manifestação em repúdio à remoção, conforme aponta o jornal Nova Democracia. Na edição de n.67 de julho de 2010, o jornal traz a reportagem "9.633 moradias serão derrubadas por Paes e Cabral". No texto, uma imagem mostra moradores da Vila das Torres com o cartaz "Comunidade Vila das Torres. Madureira é meu lugar. Prefeito cumpra a lei. Não à remoção".

Outra questão que chama atenção é ambiguidade que o termo "recuperado" usado na matéria suscita. A polissemia dos sentidos nas retiradas das favelas é categorizada em diferentes frentes de significados. Se por um lado "recuperado" assume o viés de algo doente que é tratado, por outro há o flerte com o significado da integração em que pode ser associado à recuperação pela cidade – é a favela e seus moradores se tornando parte integrante. É um sair da cidade ilegal: tratado e integrado.

Essas abordagens jornalísticas dão a tônica de como é construída a integração suburbana e de como se processam os ordenamentos. Voltaremos a esses pontos, por enquanto importa perceber como a conta dos "benefícios" da "integração" ficou salgada para a população que, desde o começo das obras para transformar o Rio na megalópole global dos sonhos, passa por desapropriações autoritárias e que não têm o tão apregoado retorno financeiro (compatível).

Vejamos a lógica imperante para a cidade de maneira bem simples: as obras são sempre apontadas pelos jornais e falas oficiais governamentais como essenciais para a valorização da cidade, logo isso traz a valorização imobiliária. Então, uma casa de dois quartos e garagem em Vicente de Carvalho, por exemplo, antes das obras da Transcarioca (via de alta velocidade que fará a ligação Barra da Tijuca/Aeroporto Galeão) custava cerca de R\$ 90 mil. As obras determinam pontos de desapropriação, logo, aquele morador do bairro terá o valor da indenização determinado sem considerar a benfeitoria do entorno que ainda não existe. Mas, a especulação e valorização imobiliária já são correntes na região e, aquele morador que "perdeu" a casa e recebeu uma indenização de R\$95 mil⁷⁹, obviamente não consegue comprar outro imóvel na mesma região ou mesmo bairro porque o valor de

⁷⁹ São muitos os exemplos de moradores na mesma condição. Para citarmos um caso específico, o processo <u>0344838-64.2011.8.19.0001</u>Luiz Gonzaga Amorim e Lúcia Mello são moradores de Vicente de Carvalho há mais de 20 anos. A casa deles foi uma das desapropriadas pela Prefeitura, na Rua Engenheiro Mario de Carvalho. Eles foram à justiça e conseguiram que a indenização chegasse a R\$121 mil. Mesmo assim, o valor não foi suficiente para a compra de um imóvel na região já que atualmente uma casa com dois quartos e garagem não sai por menos de R\$200 mil. Para não saírem do bairro, atualmente o casal mora de aluguel na mesma rua, a menos de 200 metros de que morava antes – e mais de dois anos depois, a Prefeitura ainda não pagou todo o valor devido.

venda não cobre o valor da especulação - já que uma casa no bairro agora custa cerca de 200% a mais do que antes da divulgação das obras.

É tão simples e condizente com o que prega os jornais, como a manchete do dia 21 de outubro de 2012, "Parque Madureira muda perfil da região e valoriza imóveis", cuja matéria diz: "Toda vez que há uma releitura do espaço público, com a abertura de vias e parques, por exemplo, há valorização imobiliária. Em termos de dinâmica, a expectativa da implantação do Parque Madureira é a mesma daquela quando se dota de infraestrutura e se revitaliza um lugar".

E em outro ponto da mesma matéria: "(...) com o novo parque o potencial imobiliário da área é ainda mais positivo. Mas é preciso esperar cerca de seis meses, após a inauguração do espaço, para que os crescimentos dos valores de venda de imóveis usados e de aluguel se consolidem". Há um descaso crítico com a velada remoção das áreas de Madureira, obedecendo às mesmas performances discursivas (e lúdicas) para a melhoria das regiões associadas à valorização – que apenas remove dos espaços os "incapacitados".

É revelador o texto publicado em 28 de agosto de 2011 sobre as semelhanças de Botafogo com Paris. A matéria, publicada no caderno Morar Bem, traz uma reportagem cuja manchete "Aqui como em Paris" aponta as transformações que culminaram na mudança de perfil de Botafogo: "Duas regiões que, como muitas outras em grandes metrópoles, estão passando por um processo de substituição da população provocado por diferentes fatores" (O Globo, 28 de agosto de 2011, p 1 — Caderno Morar Bem). O processo de elitização da população de Botafogo devido à "valorização" imobiliária é associado à política pacificadora — vale lembrar que a primeira UPP do Rio de Janeiro foi instalada no Morro Dona Marta, em Botafogo, em 2008 — e aos megaeventos.

Para exemplificar, a matéria traz uma planta baixa do bairro d'Aligre mostrando a relação de ambos com a planta baixa de Botafogo. E a legenda dá conta rapidamente das semelhanças e diferenças: "Considerados centrais em suas cidades, os dois bairros têm moradores, com modos de vida semelhantes, que começa a perder espaço para uma faixa da população de renda mais alta" (O Globo, 28 de agosto de 2011, p.1) Ora, a produção de sentido "obedece" aos mesmos padrões discursivos de entendimento de Madureira como região em franca expansão de sua condição de bairro integrado: a Madureira que se encarece, na qual a população se diferencia e na qual a expulsão resultante das

desapropriações são reverberações das tônicas do discurso que se aplica à cidade. Voltaremos a essa questão com a mesma matéria mais a frente, no próximo capítulo.

Com efeito, é na produção do sentido de Madureira e, mais propriamente, no sentido criado para o que se toma como "morar bem" (da lógica espacial produtivista que a cidade alcança desde que se coloca como palco de megaeventos) que não abordar a questão das desapropriações e expulsões "veladas" é uma dislexia conveniente ao jornalismo de não se fazer ciente. Uma posição discursiva condizente com a estrutura estruturante; "isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente 'reguladas' e regulares' sem ser o produto de obediência a regras". (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Além de desnudar a compreensão simbólica do que é, ou como é reconhecida, Madureira: se por um lado ela é a "joia do subúrbio" e nisso se harmoniza todo esforço governamental e midiático de inseri-la na racionalização comum para a cidade que se pretende global; por outro, sua integração não passa nem de longe pela facilitação da mobilidade, do trânsito, de melhorias constitutivas para o espaço e para o sujeito – nem pela própria racionalidade econômica vigente, já que vimos como os valores das desapropriações não seguem a percepção básica da especulação para os valores pagos pelos imóveis a serem demolidos. É a partir dessa perspectiva que afirmamos que as reportagens acima sobre os problemas com desapropriações e remoções apontam para como as relações de poder pautam os sentidos de tais obras e sujeitos afetados.

É por esse viés que a cobertura midiática do *O Globo* desliza sobre o que propõe ignorar: as condições de sobrevalorização das obras frente aos interesses de Madureira e de seus moradores, que se sustenta em sua condição suburbana – condicionada a todo um esforço de subvalorização que a historicidade do subúrbio desnuda. Este deslize não é secundário, ao contrário, se mostra revelador. É por meio dele que percebemos os sentidos atravessados das relações de poder que, na constante reprodução, procuram cristalizar as relações espaciais da cidade.

O simbólico de subúrbio desacreditado impera não somente nas formas condicionais de produzir melhorias como também nas abordagens midiáticas. Exemplo disso, a matéria do dia 17 de junho de 2013 sobre a visita de um designer francês cujo título é "Philippe Starck, quem diria?, foi parar em Madureira". O texto traz como novidades a inauguração de um escritório do designer Philippe Starck e do sócio dele, John Hitchcox. Como presente para o Rio de Janeiro, que vai acolher o novo escritório (são dois

no Brasil, o primeiro inaugurado em abril de 2013 em São Paulo) o designer vai dar os bancos que ficarão no entorno da pista de skate do Parque Madureira⁸⁰. "E é o próprio Starck quem vai desenhar o mobiliário que deverá ser construído em fibra e ferro pela yoo e doado para a prefeitura, com quem a empresa mantém negociações" (O Globo 17 de junho de 2013).

O protótipo será aprovado pelo prefeito Eduardo Paes e deve ser apresentado no fim de julho, quando Hitchcox vem ao país lançar outros negócios: um hotel em Botafogo, outro em São Paulo, e um residencial na Barra, outro também em São Paulo. Todos terão a mesma sofisticação que marca os projetos da empresa pelo mundo. "Esse é o momento certo para investir no mercado brasileiro que está mais maduro. O Brasil está na iminência de uma grande mudança, e com isso o mercado local passa a desejar mais qualidade de vida e diversidade de opções. Queremos trazer o design europeu para cá de uma maneira que possamos celebrar tanto o nosso design, como o brasileiro", conta Hitchcox, em entrevista por email ao Morar Bem. (*O Globo*, 17 de junho de 2013).

A integração se processa pelo econômico; justamente quando é esse o vetor de afastamento. O título da matéria já desliza sobre a condição de Madureira como uma "inevitável decadência". A expressão "foi parar em" é uma referência ao texto de Nestor Montemar "Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá" da década de 1970 e encenada no teatro com a atuação de Raul Cortez. A peça é sobre um homossexual que sonha em ser a Greta Garbo, mas é morador de Irajá. A relação tanto de Irajá quanto de Madureira se processa na alcunha depreciativa da condição suburbana, numa leitura que não a integra, mas ao contrário, escancara o abismo na significação do que o jornal diz pensar sobre Madureira e seu novo parque, para o que realmente compreende da relação do subúrbio na cidade.

É sintomático para essa questão que desenvolvemos aqui as chuvas que acometeram a cidade em janeiro de 2014: as obras da Transcarioca, empreendimento apregoado como mais um caminho na integração da cidade, corta o Rio de Janeiro desde a Barra da Tijuca até o Aeroporto Galeão e que gerou tantos problemas de desapropriações como mencionado acima, modificaram completamente a drenagem dos bairros de Madureira e entorno. O resultado foram alagamentos em Cascadura, Madureira, Vicente de Carvalho, Irajá e Vaz Lobo. É importante salientar que esses bairros não tinham problemas

⁸⁰ Em outubro de 2013 foi formalizada a doação dos bancos através da empresa Yoo Design Studio A cerimônia, na sede do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), em Laranjeiras, contou com a presença de representantes do escritório. Entretanto, até o final desta pesquisa os bancos ainda não foram doados.

dessa ordem até que foram realizadas as obras para a construção da nova via de alta velocidade.

O telejornal regional RJTV 1ª Edição do dia 17 de janeiro de 2014 mostrou o alagamento de várias lojas do Mercadão de Madureira (região localizada nas proximidades do parque) e o encontro de representantes do centro comercial com a Prefeitura para obras emergenciais na região – obras essas que deveriam ser feitas para sanar os problemas gerados pelas obras recentes e já acabadas da Transcarioca. Ora, tais metamorfoses urbanas na cidade se inspiram, de certa forma, numa poesia de cidade (Jeudy, 2005), o que não corresponde, necessariamente, a um anseio da população; ou a imagem criada a partir de obras não responde à sensibilidade comum dos habitantes.

A tentativa por validar a representatividade política governamental busca sua soberania pela legitimidade de tais "benfeitorias" que se creditam nos sentidos do Parque Madureira, tais como a integração e a "valorização" do bairro como importante região da cidade. Mas é como paráfrase que esse ponto se revela, já que os sentidos criados legitimam as formas desordenadas e "historicamente condizentes" com os sentidos de administração pública. Ou melhor dizendo, as formas "convencionais" da administração pública determinadas pelos valores simbólicos dos espaços fetichizados (Marx, 1867), que escancara como a ordem discursiva (Foucault, 1999) sobre a cidade impacta na maneira como ela é reconstruída, e midiaticamente representada no *O Globo*.

Com efeito, trazemos novamente a questão da sobreposição do urbano proposto por Orlandi (2004) para o qual esse senso comum deriva numa homogeneização no modo de significar a cidade "pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente" (2004, p.34); e que aqui escancara o seu quinhão pela compreensão dos parâmetros econômicos. Desse modo não há uma confrontação do simbólico com o econômico e com os reais significados que a integração pode/deve promover (e como isso se processaria), mas uma configuração do bairro, de suas obras e melhorias relegadas ao imaginário e às ilusões bastante eficazes da urbanidade em sua estrutura discursiva, que se sobrepõe às condições mínimas do que seria uma integração.

Nesse processo de verticalização, 'socius' (o aliado) e 'hostis' (o inimigo) se indistinguem e a cidade passa a ser 'urbanizada' num movimento em que as diferenças, verticalizadas, se significam pela remissão categórica a níveis de dominação e impede a convivência, o trânsito horizontal, as relações de contiguidade. A organização social vai refletir essa

verticalidade da formação social urbana no espaço horizontal, separando regiões, determinando fronteiras que nem sempre são da ordem do visível concreto mas funcionam no imaginário sensível. Segregação. (ORLANDI, 2004, p. 35)

Diante dessa perspectiva, compartilhamos do pensamento de Jeudy (2005) quando ele afirma que as ciências humanas, por meio da antropologia e da sociologia, são frequentemente acionadas nos projetos urbanísticos como forma de legitimar as proposições das restruturações urbanas. Conceitos como os de alteridade, estar junto, proximidade e coesão social são ativados, tais como coelhos em cartolas, para a compreensão (e aceitação) de como as infraestruturas em obras a serem modificadas ou criadas melhoram a vida cotidiana da população. O que Jeudy chama de "poder metafórico" é o caminho encontrado para inscrever, tornar viva a intenção urbanística de forma a "inseri-la no horizonte semântico de algo vivido".

As palavras alteridade, proximidade, coesão social, em seu uso comunicativo, são apenas signos petrificados de uma alteridade fabricada, gerada, como se pudéssemos manipular as relações de alteridade e construí-las. (...) O aporte da antropologia é constituído por um arsenal de resíduos metafóricos cuja função de chave-mestra consagra as virtudes do consenso em torno da ideia redutora de uma alteridade mediana. Esta última permitiria pensar a cidade de uma maneira angelical e falsamente ingênua, como território de uma 'comunidade que virá', idêntica para todos. (JEUDY, 2005, p. 96).

Esta produção de sentidos formados pelos enquadramentos midiáticos na relação do Parque Madureira com a cidade, com Madureira e com seus habitantes trazem a questão de como são fluidos os significados e daí a importância do trabalho de Orlandi (2007). Ora, se tratamos a metáfora como deslocamento, é importante salientar que ao categorizar os sentidos por seus aspectos denotativos e conotativos há um reducionismo porque parecem pressupor a existência de uma verdade, como se fosse possível haver o sentido essencial e figurado de uma palavra sem considerar que isso entra no jogo do falso e do verdadeiro.

Em outras palavras, o que a análise do discurso propõe é como o deslizamento é importante porque é nele que se percebe o funcionamento ideológico, e daí os processamentos, as configurações e articulações dos significados já que não há um jeito certo de narrar o mundo, mas sentidos atravessados pelas relações de poder que cristalizam essa conexão de uma determinada forma - para a AD o deslize não é um produto

secundário, é parte integrante e reveladora dos atravessamentos que existem na produção dos sentidos.

A interdisciplinaridade é a chave do pensamento de Guattari no texto "Cidades Subjetivas" (2012) para o que ele chama de cidade subjetiva, na qual as cidades são como megamáquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva. Ou seja, engendrar a existência humana sob os aspectos materiais e imateriais em que se queira considerá-la: "daí a imensa importância de uma colaboração (...) entre urbanistas, arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc..." (GUATTARI, 2012, p. 152). Por isso, então, o papel dos conceitos pedidos emprestados das ciências sociais para o processo de construção de "uma única cidade" do Rio de Janeiro se torna clichê: ao invés de inserir o contexto da cidadania há apenas o simbólico de que o faça. O que deixa em mostra a importância da articulação de alianças e negociações, um trabalho coletivo que Guattari chama de ecologia social e de ecologia mental, o que concerne em conceber novas relações com a consciência da necessidade de mudar o estado das coisas. No aspecto da estrutura política vigente fica difícil, mas não impossível, transpor a lógica das obras/gestão da cidade.

A reflexão é de que a efetiva diluição simbólica da integração do Parque Madureira, desde a sua criação, se ancora, efetivamente, na separação - não porque não seja importante para Madureira, e todos os bairros alcançados pelo parque na Zona Norte, uma área de lazer, mas porque deixa em aberto a potência transformadora de seu empoderamento por outras instâncias: como a negociação e a parceria. No entanto, a lógica de um "presente para a Zona Norte" revela a dependência frente ao poder publico, e o lugar que o subúrbio ocupa.

Por ora, as palavras "integração", "valorização", "um só Rio", entre tantas outras, dão legitimidade pública e justificativa para ações inversamente proporcionais aos valores que supõem serem constitutivos dos projetos. É o caso, como vimos acima, do título "Transtorno para uns, beneficios para a maioria". De tal modo que haja possibilidade imagética de aproximação com áreas valorizadas (valores esses determinados por vetores econômicos, principalmente) da Zona Sul carioca e que se processam por (re)ordenamentos condizentes a um "elo" entre espaços consideravelmente diferentes e desiguais, criando um efeito de unificação territorial – como se isso fosse possível apenas pelo simbólico que termos como "integração" e "um só Rio" engendram.

3.1.3 A face de Janus da integração

Vejamos como em alguns trechos da cobertura a "integração" se processa por caminhos distintos. Na notícia do dia 8 de dezembro de 2013, o título "Expansão do Parque Madureira deverá começar em fevereiro" tem um lead humanizado no qual aponta:

Na última quarta-feira, o gari Alla Augusto, de 27 anos, fazia sua serie matinal de flexões e barra no Parque Madureira. Morador de Rocha Miranda, bairro vizinho, ele caminha cerca de dois quilômetros até o parque todos os dias para se exercitar antes do trabalho. Em breve as solas do tênis surrado agradecerão os limites do parque, hoje com 1,3 quilômetros de extensão, vão ser ampliados para cinco quilômetros passando praticamente em frente à residência do gari. Se ele tropeçar ao sair de casa, correrá o risco de cair dentro do parque 81. (*O Globo*, 08 de dezembro de 2013).

O trecho que abre a matéria dá gancho ao seu fechamento, com uma fala do Prefeito Eduardo Paes que ressalta a aproximação dos "tais dos rios": "Com a expansão, você cria a Vieira Souto e a Delfim Moreira de vários bairros". Podemos buscar em Bakhtin (2003) a interatividade dos discursos para a compreensão e incorporação do que é (e quanto vale a pena) ser uma Vieira Souto/Delfim Moreira, na medida da força da memória discursiva – "Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos" (BAKHTIN, 2003, p. 295).

Ao comparar com duas importantes vias residenciais e altamente valorizadas da Zona Sul carioca, há uma busca pela ressignificação dos bairros das zonas Norte e Oeste. E que na lógica da produtividade urbana, tem seu ônus. Na utilização da memória discursiva, o que temos então são situações em que a base de compreensão perpassa por um conjunto de significados do consenso sobre as diferenças espaciais; que ardilosamente são usadas nessa fala para os sacrifícios que a semelhança exige.

Na cobertura do dia 21 de abril de 2012 cujo título "Parque põe Madureira na rota da Rio +20" ⁸². A matéria passeia sobre muitos assuntos: a inauguração do Parque

-

⁸¹ O Globo 08 de dezembro de 2013.

⁸² A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil recebeu o nome de Rio+20 aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. O nome refere-se aos 20 anos da primeira conferência na cidade, a Eco-92.

Madureira, a preocupação ecológica, as desapropriações para a construção do parque e a questão da segurança no entorno. Vejamos. O lead traz o seguinte texto:

Se as atenções das delegações internacionais da Rio + 20 estão naturalmente voltadas às belezas das praias e a exuberância da Floresta da Tijuca, a prefeitura tentará fazer os visitantes olharem a 27 quilômetros além de Copacabana, rumo ao interior e longe da brisa marítima. (*O Globo*, 21 de abril de 2012).

A questão da desapropriação é abordada quanto ao fato de famílias estarem há anos "embaixo de linhas de transmissão" da Light (concessionaria de energia elétrica da cidade) e cultivarem hortaliças. Há o destaque para o fato da moradora Neula Gomes de Vasconcelos ter usado a indenização de R\$ 47.500 para deixar a vida embaixo das torres de transmissão e ter comprado uma casa em Honório Gurgel, mas a moradora não deixa de destacar o descontentamento com a mudança do bairro. "A prefeitura podia ter melhorado as nossas condições e não ter tirado a gente dali. Madureira é o melhor lugar para se morar, tem comércio perto e muita condução". Já a segurança do Parque é colocada em cheque devido à proximidade com os morros: "Vai ser uma área de risco, pode virar uma cracolândia — alerta, destacando a proximidade da área de lazer com morros do Cajueiro e da Serrinha, dominados por traficantes de drogas.". A matéria, publicada antes da inauguração do Parque Madureira, traz então a preocupação também na fala de um comerciante:

Menina dos olhos do portelense Eduardo Paes, a área verde ainda é vista com desconfiança por seus vizinhos. A comerciante Denise Fernandes, moradora da Rua Guarapari, que circunda o Shopping Madureira, também pede reforço na segurança:

— O crack está invadindo o bairro. O projeto do parque é bom, uma maravilha. Mas, se não tivermos segurança, não vai adiantar nada. Subcomandante do 9º BPM (Rocha Miranda), o major Silva Júnior reconhece que o Morro do Cajueiro tem pontos de vendas de crack e que usuários da droga costumam dormir nas ruas do bairro, principalmente nas proximidades do Mercadão de Madureira. Mas, acrescentou, que a PM apoia as ações de recolhimento da Secretaria municipal de Assistência Social:

— Ainda não traçamos uma estratégia de policiamento específica para o Parque Madureira junto à prefeitura. Mas estamos dispostos a colaborar. A Secretaria de Segurança não informou se os morros de Madureira estão nos planos para receber Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Recentemente, uma guerra entre facções criminosas rivais deixou moradores em pânico. (*O Globo*, 21 de abril de 2012) ⁸³.

De tal forma, então, que no uso das muitas formas de dizer e de significar, a comparação inicial com a Vieira Souto e a Delfim Moreira nos mostra como a polifonia (BAKHTIN 2003) que compõe os discursos retoma, na máscara da polissemia (Orlandi, 2004), o trato "mais do mesmo" construído histórica e socialmente para as questões suburbanas em seus desafios de melhorias significativas de infraestrutura e de pertencimento à cidade pela cidadania.

Outra perspectiva de olhar para essa matéria é o deslize no discurso da imprensa: se de um lado deixar uma vida precária embaixo das torres de transmissão da Light por causa do pagamento da indenização da prefeitura; por outro, deixa a nuance de como as desapropriações não estão condizentes com os valores de Madureira (devido a toda especulação que a aclamada valorização pressupõe), ao mesmo tempo em que revela na fala da moradora o descontentamento com a mudança do bairro, para outro mais distante. O mesmo caso ocorre com a fala da comerciante preocupado com a violência no bairro ocasionada pelo tráfico de drogas nos morros da região, especificamente na matéria, o morro do Cajueiro⁸⁴. Vale lembrar novamente o que já destacamos no capítulo anterior: um mês após a inauguração do Parque, um tiroteio no morro da Serrinha assustou frequentadores do Parque.

O assunto não foi divulgado pelo jornal *O Globo*, mas foi publicado por outro jornal da empresa (*Extra*), no dia 16 de julho de 2012. "*Tiroteio no morro da Serrinha assusta até no Parque Madureira*". Tais falas dão conta de como a posição que se propõe construir para o parque não são engessadas. O indício de ruptura nas falas da ex-moradora e do comerciante deslocam o sentido que o "integrado" pressupõe em sua constante associação às melhorias (diga-se de passagem, destacadas com afinco pelo discurso do econômico). Os sentidos e os pressupostos de significação deixam em suspenso à unicidade que se poderia supor a eles. E revela, como se entende na AD, como o sujeito – e aí as fontes na matéria – se constituem junto do discurso simultaneamente durante o ato de dizer. A posição da moradora Neula Vasconcelos e da comerciante Denise Fernandes

⁸³ Grifo do autor.

⁸⁴ Em Madureira há três grandes morros dominados pelo tráfico de drogas: Cajueiro, Serrinha e Congonha. Dos três, o do Cajueiro é o mais próximo do Parque Madureira.

define o dizer de cada uma – o deslize se dá justamente porque as falas se estruturam de outro lugar, que não apenas do contorno da imprensa.

Outro caminho da integração e que aponta outras vertentes de sentido pode ser encontrado na cobertura de eventos no parque. É o caso do Caminhão Show promovido pelo Rio Gastronomia do jornal *O Globo* que, em 24 de agosto de 2012, "após percorrer locais históricos e tradicionais do Rio (...) chegou ao tinindo de novo Parque Madureira, na Zona Norte". E outra do dia 25 de agosto de 2013, cujo lead diz: "O Parque Madureira, no tradicionalíssimo bairro da Zona Norte onde o samba fez história".

Antes de nos atermos a questão da tradição cultural como dispositivo aqui de inserção do bairro (que veremos mais adiante) focamos nossa atenção para como atua a integração do bairro na fala do chef de cozinha Mário de Andrade: "Estamos distante da grande gastronomia, o que não significa que a comida não seja saborosa. Trouxe uma receita simples, que talvez seja mais simples que a própria cozinha de Madureira" (O Globo, 25/08/13). Mas então, integrar se processa por uma convergência unilateral? O lado X que vai a Madureira ensinar, não poderia ser o lado X que vai a Madureira aprender? O ensino, nesse caso, não poderia se resultado de aprendizado pela troca de experiências?

A questão que nos apoiamos aqui é como são postos os jogos de sentidos de simplicidade e grande gastronomia e da própria condição do lugar daquele que ensina e daquele que aprende. São jogos em que as posições são colocadas e dadas previamente na condição da racionalidade verticalizada de poder, na qual o espaço suburbano cumpre seu papel moldado histórica e socialmente não apenas de alheio à contribuição para além do legitimado pela valorização midiática, como a cansativa menção uníssona e sazonal ao samba, mas também como devedor contumaz da inserção que "recebe". É o que Resende (2009, p.5) destaca a partir da perspectiva foucaultiana dos sistemas de exclusão do discurso para a validação de uma verdade: "o outro, quando fala, fala sempre de um deslugar, porque invariavelmente fala através daqueles que lhes concedem este direito, uma condição antes de autoridade, muito distante do que se espera de um exercício de alteridade".

O sentido de integração apregoado, então, se processa no discurso midiático por caminhos diferentes de uma compreensão deste "estar junto" pela trajetória e mobilidade. Daí a dificuldade de o pertencimento a "um Rio" esbarrar não na multiplicidade de sentidos de integração, mas no engessamento do que isso pode significar. Ao partir em duas metades, há a desconsideração do que o termo tem de possibilidades e da

complexidade do Rio de Janeiro na compreensão do subúrbio e na relativização das relações de poder na formação dos sentidos para a relevância dos espaços, dos sujeitos e da relação entre eles - constantemente acionadas nos debates públicos.

A questão para o Parque Madureira deve ultrapassar o artificialismo do maniqueísmo e buscar substancializar as renegociações pelas trajetórias não apenas de mobilidade física, mas de trocas que não esbarrem nos entraves históricos em que a pluralidade e a dinâmica da comunicação se veem anestesiadas pela relação hierárquico-informativa.

O Parque Madureira não deve ser encarado apenas como possibilidade de lazer de uma política redistributivista verticalizada, mas, ao invés disso, transformar a obra e a "inserção do subúrbio" nos projetos urbanísticos da cidade em espaço de efetiva participação cidadã, na qual seria possível iniciar caminhos de renegociação das lutas, e não com sentidos engessados que reproduzem a falácia que se pretende extinguir.

3.2 "É sorriso, é paz e prazer": a cultura conveniente

O subúrbio, constitutivamente proposto como escoamento de uma população que não cabia nos projetos urbanísticos de uma cidade, que no final do século XIX e começo do século XX era concentrada na região Central, vê em sua produção cultural um caminho de inserção. É bastante contundente, então, nos atermos ao viés cultural acionado pelo jornalismo na produção do sentido da integração do Parque Madureira e de Madureira.

Começamos esse capítulo por um sentido de integração que se manifesta pela legalidade; e que páginas atrás com o título "A ilegalidade perde terreno" nos dá a dimensão de como a redução das áreas de favelas em vários bairros do Rio de Janeiro se processa pelo discurso do legalismo da moradia. É por este mesmo caminho que depois de mais de duas décadas ocupando a parte debaixo do Viaduto Negrão de Lima, a Prefeitura do Rio de Janeiro reconheceu, no dia 28 de fevereiro de 2013, o viaduto como terra do Baile Charme, autorizando oficialmente o uso da área pelo Espaço Cultural Rio Hip Hop (responsável pela organização dos encontros) 85. Tais destaques sublinhados foram as palavras usadas pelo jornal *Extra* ao noticiar o fato.

⁸⁵ As palavras reconhecimento e autorização foram destacadas do jornal *Extra*, do mesmo grupo do jornal *O Globo*, que não divulgou nenhuma informação sobre os decretos da Prefeitura.

O Viaduto Negrão de Lima agora pertence oficialmente ao Baile Charme, que já acontece no local há 23 anos. Por decreto publicado no Diário Oficial, o prefeito Eduardo Paes autoriza oficialmente o uso da área pelo Espaço Cultural Rio Hip Hop Charme, responsável por organizar o evento, que bomba o bairro da Zona Norte aos sábados. (...) O espaço concedido fica entre a rampa de descida do Viaduto Negrão de Lima, que desemboca na Rua Carvalho de Souza, e a Rua José Pereira. Durante o dia, a área não poderá mais ser usada como estacionamento. Em outro decreto, também publicado hoje, o prefeito declara o Baile Charme de Madureira, que já inspirou até novela das oito, "bem cultural de natureza imaterial" da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade ficará responsável por pesquisar e documentar atividades relacionadas ao baile que é reduto da música negra.

- É o reconhecimento de um trabalho. Foi muita luta, desde o início, há mais de 20 anos. Nunca procuramos ajuda do poder público. Sempre foi tudo com o nosso esforço. E agora vai poder melhorar ainda mais - comemorou o charmeiro Jones MFjay, um dos fundadores e até hoje organizador do baile. (*EXTRA*, 28 de fevereiro de 2013).

Neste caso, vale-nos aqui destacar o silenciamento do jornal *O Globo* para a questão. Nenhuma matéria foi publicada para a divulgação tanto do "reconhecimento" da área do Baile Charme, como nada foi mencionado também sobre ter se tornado "bem cultural imaterial" – embora ambas as informações tenham sido publicadas pelo jornal O *Extra*, que é integrante do mix de produtos jornalísticos das Organizações Globo.

Outro assunto ignorado pelo *O Globo* – e inclusive pelo *Extra*, mas com destaque no jornal *O Dia*, no site *UOL* e na *Rádio Globo* – foi a assinatura do Decreto de Lei que inclui o Mercadão de Madureira como Patrimônio Cultural.

Um dos maiores shoppings populares do país, o Mercadão de Madureira é o novo Patrimônio Cultural do Povo Carioca. O prefeito Eduardo Paes transformou em lei, conforme publicado nesta terça-feira no Diário Oficial, o Projeto 5.605, da vereadora Vera Lins (PP), reconhecendo o espaço — que completa cem anos em 2014 —, como uma das principais atrações da cidade. Tanto por causa do fervilhante comércio, quanto pelo fato de se tratar de um importante centro de preservação de tradições culturais e religiosas afro-brasileiras. (*O Dia*, 23 de outubro de 2013.)

O ponto caro a esse trabalho é como a legalidade pregada pelos decretos dá a tônica dos sistemas de significação que se estabelecem nos sentidos de tal ação social - na qual a prática antes *outside* agora, com o reconhecimento, se veste da prática cultural condizente a um subúrbio que se quer integrado. O fato é uma mostra de como as relações na cidade

revelam as lutas de poder simbólicas e discursivas que se estabelecem pela tática⁸⁶ de ter mantido por mais de 20 anos um baile em local irregular, e a estratégia de, num movimento político-governamental, tornar nítida a necessidade do aval institucional – que se processa numa política cultural de valorização do subúrbio para a integração se propõe à cidade. A feição que vai se moldando revela como a cultura vai tomando a dianteira na perspectiva de produzir o sentido.

Embora não tenha sido anunciado pelo jornal *O Globo* e com nenhuma menção no Caderno de Cultura, chama atenção que no dia seguinte haja uma matéria sobre o projeto premiado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ para o concurso "Projeto Carioca". A matéria, publicada no dia 24 de outubro de 2013, fala sobre o concurso promovido pelo jornal *O Globo* sobre o tema "Subúrbio nos trilhos". O vencedor foi o projeto de quatro alunos da graduação que trouxe como proposta "Madureira, um novo centro metropolitano".

A proposta de transformar a estação de trem de Madureira num terminal intermodal, na visão de que o bairro pode se tornar um novo centro metropolitano, foi a vencedora do concurso Projeto Carioca, cujo resultado foi anunciado ontem, dentro da Semana Design Rio. Os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ Aline Morgado, Pedro Valcarce e Sabrina Fentanes receberam o troféu da arquiteta Dayse Góis, uma das cinco juradas do concurso promovido pelo *O Globo* e voltado para estudantes de graduação. Neste primeiro ano, a disputa foi entre quatro trabalhos da FAU sob o tema "O subúrbio nos trilhos".

O projeto para Madureira foi a escolha tanto do júri técnico formado por cinco especialistas quanto da votação popular no site do *O Globo*. Batizado de "Madureira, um novo centro metropolitano", ele consiste na utilização intermodal do espaço, para que o usuário acesse com facilidade o trem, a estação do BRT Transcarioca, ainda em construção, e os ônibus do terminal rodoviário. O local ganharia cobertura, escadas rolantes, elevadores e área de lojas. Para embelezar o entorno, um calçadão verde, com ciclovia.

Sabrina Fentanes, ao receber o prêmio representando o grupo, afirmou que o concurso estimula os estudantes a pensarem o subúrbio e a cidade:

— Decidimos trabalhar o bairro de Madureira porque ele tem uma grande multiplicidade de usos, efervescência cultural e tradição no samba. Não tocamos apenas na linearidade da linha férrea, mas na transversalidade para o pedestre e na melhoria da mobilidade. (*O Globo*, 24 de outubro de 2013).

⁸⁶ Os termos táticas e estratégias são usados a partir do entendimento de Certeau (2011).

Propomos então um dialogo com Hall para quem, em a Centralidade da Cultural, o termo indica "a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo" (Hall, 1997, p. 5). A centralidade da cultura na constituição das subjetividades e identidade de cada indivíduo como ator social nos leva a perceber como a noção de subúrbio e suburbano é construída e reconstruída pelos embates e projetos identitários.

Nas muitas matérias que abordam o Parque Madureira, encontramos citações do que se recorta como apontamentos da identidade suburbana. É o caso da matéria "A hora e a vez da Zona Norte". A matéria faz parte de um encarte especial "Rio em transformação", publicado no domingo dia 26 de maio de 2013.

Durante muito tempo era comum ouvir moradores da Zona Norte reclamarem que os investimentos públicos não chegavam até eles. A realidade mudou. E os benefícios são mais que visíveis, pois alteraram a rotina da população. A revitalização da Zona Norte criou condições para a redescoberta dos encantos suburbanos, evidenciada pela efervescência cultural da região. Grandes espaços antes abandonados estão se transformando em áreas verdes. Construções tradicionais foram reformadas e abriram as portas para cultura, lazer, entretenimento. (*O Globo*, 26 de maio de 2013).

Menos de um mês depois, os tais "encantos suburbanos" são "cantados" e destacados na matéria "Um quê de orla a margem da linha do trem", já destacada anteriormente.

Já ensina o samba de Arlindo Cruz e Mauro Diniz que Madureira é sorriso, é paz e prazer (...). Para deleite dos frequentadores, o lugar guarda o clima das saudosas praças, com carrocinhas de maçã do amor, vendedores de balões coloridos, casais de namorados e famílias esparramadas no gramado. (...) condições para a redescoberta dos encantos suburbanos evidenciada pela efervescência cultural. (*O Globo*, 09 de junho de 2013).

O subúrbio imaginado traz na sua essência as práticas culturais modificadas pelas transformações da vida cotidiana. Ao mesmo tempo em que de forma conveniente o subúrbio mostrado nas matérias silencia, estrategicamente, o que por mais de um século se configura como condição imperante para os bairros do subúrbio: a violência – e todas as associações possíveis que dela emergem, e que irão se ajustar às identidades dos

suburbanos (conforme vimos nas matérias sobre os arrastões, sobre as estratégias de mobilidade pelo transporte público e que geraram descontentamento).

Vejamos três trechos de três matérias de 2013. A primeira "Enquanto isso, em Madureira", publicada no dia 18 de janeiro, aborda as opções de lazer no parque como alternativas para o verão.

Por falar em parque, um dos mais simpáticos da Zona Norte carioca é o de Madureira, inaugurado em junho do ano passado. Em pouco tempo, o retrato que se vê em seus mais de 93 mil metros quadrados tem uma forte semelhança com o do Aterro do Flamengo: avistam-se piqueniques; blocos e escolas de samba armam suas batucadas dominicais; ciclistas e skatistas passeiam para cima e para baixo; crianças brincam livres nos playgrounds; vizinhos instalam suas cadeiras de praia para assistir a um show. (*O Globo*, 18 de janeiro de 2013).

Outra matéria, do dia 08 de dezembro de 2013, com o título "Licitação do projeto está programada para esse mês — Pista de esqui é uma das novidades previstas na ampliação", trata da ampliação do parque com destaque para a construção de uma rampa de esqui. "Entre as novidades da extensão, destaque para os esportes radicais. A grande inovação - e ousadia — é uma pista de esqui (isso mesmo). (...) A estrutura poderá ser adaptada para grandes eventos, como campeonatos de snowboard com uso de neve artificial"

A terceira matéria, com o título "Zona Norte redescoberta – Revitalização que pôs área no roteiro de lazer de cariocas, agora pode atrair turista".

Por muitos anos sem o prestígio das tradicionais áreas turísticas da cidade, a Zona Norte vive um presente promissor. Além de obras de revitalização que estão mudando o cenário urbano, a região ganha cada vez mais destaque entre os cariocas. Atrações não faltam, como citou inclusive uma reportagem do New York Times que aponta o caminho das pedras para os turistas.

Programas como frequentar o baile de charme do Viaduto de Madureira são algumas das opções. Outra é passear no Parque Madureira , que passará de 1,3 km para 5km, sendo expandido (...) <u>que</u> inclui até pista de esqui. A região que está sendo redescoberta, começa a ter tudo para ser visitada não só por brasileiros como estrangeiros. (...)

- Toda hora a gente recebe demanda de gente querendo investir na região. A grande alavanca disso foi o processo de pacificação, que_provocou um aumento absurdo de preço. (*O Globo*, 07 de novembro de 2013).

A matéria acima prossegue com a retranca "Para 'gringo' ver e gostar – jornalista do NYT exalta atrações da região, que diz ser amplamente ignorada em favor da Zona

Sul". A referência da matéria do *O Globo* é o texto publicado no *The New York Time*: "There's a parallel geography at work in Brazil's second biggest city, Rio de Janeiro, where the Zona Norte is largely ignored in favor of Zona Sul, home to the Copacabana and Ipanema neighborhoods (...)" (*The New York Times*, 05 de novembro de 2013). Em momento algum a retranca revela se Seth Kugel⁸⁷ colunista do *NYT* fala sobre Madureira – e ele não fala. Embora tenha sido destaque da matéria principal da página, a retranca se refere a outros bairros da Zona Norte, como a Tijuca. Mas nos interessa aqui o final da retranca que traz a fala do prefeito Eduardo Paes:

Entusiasta das mudanças na Zona Norte, o prefeito Eduardo Paes deu ontem mais dicas ao repórter do New York Times. – Faltou muito lugar para ele ir! O Imperator, o Cacique de Ramos, os prédios maravilhoso de Marechal Hermes, as quadras do Império e da Portela, o Parque Madureira, que vai ganhar pista de esqui – disse ele, citando a rampa com base de polímero umedecido e sistema de irrigação para deslizamento das pranchas que poderão ser alugadas no local.

- <u>Se o Rio fosse um corpo humano, o subúrbio seria o coração</u>. (*O Globo*, 07 de novembro de 2013).

Tais matérias acimas são sintomáticas para a nossa análise de compreensão da produção de sentido do subúrbio de Madureira porque revelam, em sua materialidade, o efeito metafórico (Orlandi, 2004), a transferência de sentido que dão brechas para melhor compreensão de como se estrutura o discurso – melhor dizendo, sobre que bases. O que podemos perceber pela condução das matérias assinaladas é que o jogo entre a semelhança que cria "semelhanças no uso" do parque com o Aterro; os destaques para a construção da pista de esqui e snowboard; a redescoberta de uma Zona Norte que se impõe a partir do olhar do outro – e nesse olhar, o subúrbio é encarnado em sua veia turística por meio do Baile de Charme do viaduto, do Parque, e que vai ganhar "até uma pista de esqui"; revela uma inserção que se estabelece pela aceitação. É ainda o outro, o turístico, o além do subúrbio que está na condição de sujeito da redescoberta, o dono da bola do jogo dos sentidos.

No entanto, o que parece amarrar em rédeas pouco flexíveis é também o que deixa a fresta do caráter redutor e silenciador do jornalismo, que já apontamos outras vezes. Como afirma Orlandi (2007), o sujeito significa em condições determinadas, movido pela língua, por sua própria experiência de mundo, por como os fatos reclamam a compreensão

⁸⁷ "In Rio e São Paulo, Go North", 05 de novembro de 2013. http://www.nytimes.com/2013/11/10/travel/in-rio-and-sao-paulo-go-north.html

recorrendo à memoria discursiva. A constante associação com as práticas "zonasulistas cariocas", remonta às associações simbólicas e estruturantes das condições de divisões fetichistas do espaço na cidade e de como a cultura, conveniente à integração, também é percebida de forma fetichizada.

O que não impede, entretanto, que os textos revelem os sutis silenciamentos como, por exemplo, o descaso apontado pelo jornal *NYT*⁸⁸ para algumas áreas do Rio de Janeiro em detrimentos de outras — e que não é sequer remotamente historicizado na cobertura do parque sobre Madureira no *O Globo*. E que a pacificação divulgada não é parte do bairro, embora esteja no mesmo texto que associa a pacificação às instalações de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que trariam a reboque a "valorização" imobiliária, segundo o jornal.

Enquanto Madureira e o Parque figuram como "a joia do subúrbio" ou coração da cidade, como o jornal destacou da fala do prefeito Eduardo Paes, a pacificação passa longe: Madureira e sua história ainda convivem com tiros e disputas por tráfico de drogas, principalmente nas favelas do entorno do bairro (Cajueiro, Serrinha e Congonha), silenciados pelo jornal. Chama atenção que o mesmo trecho da música de Arlindo Cruz mostrado em muitas matérias também tenha sido usado pelo jornal *Extra* (também das Organizações Globo) para tratar de um tiroteio em Madureira, nas mediações do parque.

Para Arlindo Cruz, Madureira "é sorriso, é paz e prazer". Para os moradores da região, no entanto, a disputa pelo controle do tráfico de drogas nas favelas do bairro tem mudado um pouco a melodia cantada pelo sambista. Desde que bandidos do Cajueiro e de Congonhas foram até uma festa no alto da Serrinha, no dia 27 de dezembro, as duas facções travaram uma verdadeira guerra pelo domínio das três comunidades do subúrbio. (*Extra*, 11 de janeiro de 2014).

Já vimos anteriormente em algumas matérias como o samba, principalmente associado ao nome do Arlindo Cruz, é constantemente acionado nos textos. Propomos então um olhar para as referências culturais de Madureira nas muitas matérias sobre o parque – desde a programação de shows a informações sobre obras e melhoria. Numa

matéria do jornal americano não há um "mas" ou "porém"; só elogios. Pois Kugel está certo. Afinal, turista não viaja

para fuçar mazelas. Quem gosta de miséria... Joãozinho Trinta já disse."

⁸⁸ Outra matéria do *NYT* de 11 de janeiro de 2013, também de Seth Kugel, que elegeu o Rio de Janeiro como o principal destino para viajar. Zuenir Ventura, em sua coluna no jornal *O Globo* do dia 16 de janeiro de 2013 escreveu o texto "*Rio sem mas ou porém*", para comentar a eleição e termina da seguinte forma: "*A Cidade Maravilhosa está acostumada aos afagos, pois nasceu para ser musa. Sempre exibiu com raro despudor suas formas e cores. Fez graça para Debret, fez pose para Rugendas e se desmanchou diante das lentes de Marc Ferrez. Algum espírito de porco vai reclamar que na*

delas, publicada em 16 de junho de 2013, cujo título é "Festas juninas recuperam a força e se multiplicam", o texto começa:

Na terra do pandeiro e do tamborim, quem vai ditar o ritmo até agosto é a sanfona, o triângulo e a zabumba. A cidade quem até um passado recente, andava com a programação minguada de festas de São João, de repente redescobriu as delícias da maçã do amor, do quentão e do pé de moleque...Os forrozeiros não podem se queixar porque o calendário de quermesses, festinhas de rua e megaeventos está mais cheio do que nunca. (*O Globo*, 16 de junho de 2013).

Ou o caso novamente da matéria do dia 09 de junho, cujo título "Um quê de orla às margens da linha do trem", tem como lead a incessante referência ao samba. "Já ensina o samba do Arlindo Cruz e Mauro Diniz que Madureira é sorriso, é paz e prazer. E, naturalmente, a nova atração do bairro que inspira verso e prosa não poderia deixar de estar imbuída desse espírito". (O Globo, 09 de junho de 2013).

Os aspectos culturais relacionados ao samba e, às práticas que o configuram, são constantes nas menções consideradas para produzir o sentido de Madureira - historicamente o bairro tem sua identidade cultural associada à presença do "Jongo da Serrinha" e mais tarde, pelas presenças das tradicionais escolas de samba Portela, Império Serrano e Tradição, o que revela a forte ligação local com a cultura negra. De outro lado, há a forte associação com o lazer da praia e do Aterro e todo o ordenamento e delimitações que isso pressupõe.

Nossa questão se afina com o pensamento da pesquisadora Lilian Fessler Vaz (2006). Em seu trabalho, ela aponta como a cultura é utilizada como álibi principal, um produto mágico do marketing urbano para os conflitos, e que tem como consequência direta a gentrificação urbana. Por essa lógica, a administração funcionaliza a cultura para atingir metas econômicas que esvaziam a condição da produção cultural pelo viés da estratégia turística. Nas análises dos materiais jornalísticos sobre o parque desde sua inauguração, a presença forte e marcada da cultura popular aponta por quais vieses o discurso da integração vai trabalhar sua produção de sentido.

Não se trata de desqualificar a área de lazer do Parque Madureira, mas de, a partir desse ponto de vista, apontar como a cobertura midiática de *O Globo* quando o quer integrado é quando é mais racionalizada por interesses além. Interesses esses que deixam as marcas da unilateralidade do poder público. Mas o que não vai impedir que pela

travessia, pelos vieses e pelas desestabilidades do discurso, as resistências existentam para além da produção de sentido e dos silenciamentos do jornal.

Muitas são as referências da cultura popular ligada ao parque: a mais incidente: o samba. Arlindo Cruz, velha guarda da Portela e Império Serrano são as constantes associações midiáticas que impregnam o espaço urbano de Madureira. Partindo do conceito de território cultural (Vaz e Jacques,2006) olhamos para Madureira como lugar que se distingue pela presença forte e constante de práticas culturais. "Os territórios não são fixos uma vez que dependem de suas variadas formas de apropriação, podemos mesmo perceber que os territórios culturais se desterritorializam e reterritorializam a partir de seus usos e apropriações simbólicas" (VAZ; JACQUES. 2006, p.77).

Como pensar no samba e no charme de Madureira sem considerar que certas iniciativas culturais podem passar despercebidas enquanto outras se tornam marcos referenciais de uma cidade? Como se processam tais "apropriações simbólicas"? O viaduto de Madureira e as inúmeras histórias do samba (que se misturam à história da cidade) são caminhos para percebermos como, sem desqualificar as iniciativas, há uma redução do território à prática como se Madureira pudesse ser (e fosse) apenas compreendida por essas categorizações. É como nos orienta Kopytoff (2008) em "A vida social das coisas". Para ele, a classificação dos conteúdos é uma maneira de a mente humana dar ordem ao caos – e é por meio da classificação que se conhece e se adapta ao mundo.

A cultura alcança a ordem ao separar, mediante a discriminação e a classificação, distintas esferas de homogeneidade dentro da heterogeneidade geral. No entanto, se esse processo de homogeneização é levado a limites extremos e o mundo percebido começa a se parecer demais com o outro polo (...) a função cultural de discriminação cognitiva fica prejudicada. (KOPYTOFF, 2008, p. 96).

Por outro lado, o jornal silencia questões chaves na compreensão do subúrbio e de como tais referências culturais são compreendidas por lutas na história das regiões que condensavam os negros e pobres expulsos da região Central, no começo do século XX. O sentido operado pelo jornalismo impõe o aspecto cultural com olhar paralisado na cultura do bairro, relido incessantemente na riqueza do samba engessada na tradição e nas mesmas referências.

Em outras palavras: o jornal propõe de um lado levar ao subúrbio modos de praticar o espaço que o tornem integrado; de outro, canalizar e simplificar suas manifestações culturais – para que caibam no projeto de integração proposto. Reproduzindo Hall

Aqui é importante focalizar especificamente a centralidade da cultura nas questões ligadas à regulação social, à moralidade e ao governo da conduta social nas sociedades do modernismo tardio. (...) No cerne da questão está a relação entre *cultura* e *poder*. Quanto mais importante – mais "central" – se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam. Seja o que for que tenha a capacidade de influenciar a configuração geral da cultura, de controlar ou determinar o modo como funcionam as instituições culturais ou de regular as práticas culturais, isso exerce um tipo de poder explícito sobre a vida cultural. (HALL, 1997, p. 20).

A condição do Parque Madureira como espaço de valorização perpassa pela condição de subúrbio e pela condição cultural na sua variedade de expressões, mas que nunca foi suficiente para mudar a condição limitadora de ser recortado pelo samba e pelo charme sem a historicidade que uma abordagem mais complexa exigiria. Dizemos isso não de maneira a deslegitimar a importância dos aspectos culturais marcadores do bairro e do Parque Madureira pelo jornalismo, mas para exemplificar como a produção de sentido criado para o parque em sua relação com o bairro e com os sujeitos – e consequentemente, com a cidade – se faz na tentativa de cristalizar a cultura de Madureira como "produto acabado", pronto e cabível nos interesses mercantis.

O estigma pelo viés cultural se torna opressor do sentido uma vez que o torna constitutivo na caracterização imaginária, e por isso lidamos como se fossem imutáveis e Madureira pudesse ser "apenas" sua produção cultural artística engessada – levando em conta que as matérias raramente mencionam, já que falamos de práticas artísticas, o funk e as formas de praticar os espaços das favelas do entorno (Serrinha e Cajueiro) e o subproduto do samba, o pagode. E outro aspecto cultural que vale mencionar está para além da música, mas da mistura com religião; se por um lado exalta-se o jongo da Serrinha, por outro há um ocultamento marcante sobre as lojas religiosas do Mercadão de Madureira e todas as práticas culturais que transitam e constituem a cultura do espaço de comércio popular do subúrbio.

A religiosidade da cultura africana com o candomblé, a umbanda e a convivência com outras práticas religiosas são diminuídas frente ao jongo, única riqueza religiosa

mencionada constantemente na cobertura jornalística. A exceção é a matéria do dia 21 de abril de 2013 intitulada "No Mercadão dá para comprar... Madureira — Um centro de comércio variado que guarda a história do Rio e onde se vende de pipa a cabrito de despacho". O título sugere a diversidade do centro comercial.

Nada se compara. Nem Chinatown, nem um marché aux puces em Paris, nem a Saara. Com suas origens numa antiga feira agrícola do início do século passado onde hoje é o Império Serrano, o Mercadão de Madureira é uma miscelânea incomparável. Depois de sobreviver a três incêndios — um deles o destruiu completamente em 2000 —, renasceu remodelado, com escadas rolantes e ar-condicionado, sem perder a pegada brega e a loucura que agita os corredores. Quase cem mil pessoas passam por ali diariamente atrás de todo tipo de mercadoria em 580 lojinhas: da agulha ao cabrito, da espinheira-santa às pipas, das máscaras de carnaval à roupa do Zé Pelintra.

Esse balaio caótico, que fascina os incautos e desafia até os iniciados, é um pouquinho do Brasil em plena Avenida Edgar Romero, uma das principais do bairro. Na semana passada, foi declarado patrimônio cultural da cidade pela Câmara Municipal, num projeto da vereadora Vera Lins (PP). A medida é uma proteção para que no futuro nada aconteça com o lugar que guarda parte da história do Rio. E mostra o quanto o local fascina a cidade: em 2012, o centro comercial já tinha sido beneficiado por um tombamento, mas de caráter imaterial, em outro projeto na Câmara. (O Globo, 21 de abril de 2013).

A questão que percebemos é como a tradição do bairro se torna a chave para o mote da integração – tradição que se pauta pela rica história cultural de Madureira, mas que entendida como algo vivo se transforma. Ao contrário da maneira estanque com trabalha a cobertura jornalística. É interessante, inclusive, como tal riqueza cultural se manifesta no caminhar pelo Mercadão de Madureira: culinária, religiosidade, práticas comerciais, percursos, entre outros. A integração não se processa, então, pela busca da diferença – mas se camufla de polifônica. Polifonia que, como veremos adiante, é desmascarada pela ordenamento: a pipa, defendida na matéria como lazer característico do subúrbio, é proibida no Parque Madureira.

É reveladora a pesquisa desenvolvida por Sá Carneiro (2009) sobre as representações de consumo e de poupança em Madureira - na época da pesquisa⁸⁹, o segundo bairro em termos de arrecadação de ICMS na cidade. Ela relata que ao invés de existir uma valorização da Zona Sul pelos moradores de Madureira em termos de validar projetos de mudança de residência (comparando com uma pesquisa realizada por Gilberto

⁸⁹ A pesquisa foi divulgada como relatório de bolsa de iniciação científica em 1974 junto ao CNPq – "As representações de consumo e de poupança em um bairro carioca".

Velho em 1973) predominava nos moradores de Madureira a fala de que era bom viver em Madureira.

Ao tentarem caracterizar o que entendiam como espécie de identidade do morador da Zona Norte, os moradores de Madureira sempre valorizavam as características que em certa medida achavam que os singularizavam. Assim, valorizavam o fato de viverem em um bairro popular, onde existiam as três "melhores escolas de samba" do Rio de Janeiro (...), onde estavam os sambistas da Velha Guarda que faziam o "verdadeiro samba de raiz", onde tinha o Jongo da Serrinha e os melhores pagodes, onde havia sido fundado o teatro popular (Zaquia Jorge) e havia o Mercadão (...). E, mais recentemente, podemos acrescentar os famosos bailes *funks* e *charme*. (...). Os entrevistados construíram suas identidades tendo por referências as "tradições" valorizadas do bairro, aquilo que entendiam como seus "patrimônios" locais, que atravessaram várias gerações de moradores de Madureira. (CARNEIRO, 2009, p. 204).

Alguns dos aspectos destacados pelos moradores na pesquisa de Sandra de Sá Carneiro podem ser encontrados em várias matérias da cobertura do Parque Madureira como já mostramos acima – e que impressiona porque as frases apontadas pela autora como ditas pelos moradores na década de 1970 convergem com alguns títulos e frases das matérias analisadas, principalmente os referentes ao bairro estar sempre em festa: "Madureira é sempre uma festa"; "Madureira está em festa permanente"; "Capital do samba"; "Capital do Subúrbio".

Não interessa aqui apontar se a imprensa condiciona as leituras ou se as leituras da imprensa são condicionadas pela história e representações do bairro. A questão é como a tradição histórica do samba vai permear a compreensão de Madureira e, daí, ser usada como ponto para o discurso da integração por meio do Parque Madureira. Antes de entramos na questão da tradição e do que ela pressupõe, vale outra visita ao Rio de Janeiro do começo do século XX.

Assim como vimos acima sobre o processo de transformação da antiga Feira de São Cristóvão para o atual Centro de Tradições Nordestinas e a Festa da Penha, que apontamos no capítulo anterior, estão tão longe e tão perto do que podemos apontar para Madureira a partir da cobertura da imprensa. A regra para se encaixar nas vertentes práticas que dão conta da "tal civilidade" é um caminho para compreensão de como a "multiplicidade integradora" do Rio de Janeiro põe o ordenamento na conta das práticas culturais.

O tal processo civilizador (Elias, 1994) que com Erasmo de Roterdã em 1530⁹⁰ era focado, primeiramente na educação de meninos - e que, a partir da obra "Da civilidade em crianças", se torna o caminho encontrado pelo Ocidente para atingir a altivez definida por padrões de comportamento – é percebido aqui no papel da imprensa. E esse ordenamento, como propusemos acima a partir da análise das matérias, toma como artifício a defesa da tradição. Defender a tradição ou engessar as práticas como se só pudessem ser manifestas por determinadas formas pré-concebidas é uma forma indireta de estancar resistências e os sentidos como se o passado se prolongasse no presente – a morte do presente, então.

A música de Caetano Veloso "Desde que o samba é samba" nos ajuda a compreender o processo vivo do samba, como metamorfose constante – o que vai de encontro ao engessamento do que as práticas "eram e devem continuar sendo".

A tristeza é senhora Desde que o samba é samba é assim A lágrima clara sobre a pele escura A noite e a chuva que cai lá fora Solidão apavora Tudo demorando em ser tão ruim Mas alguma coisa acontece No quando agora em mim Cantando eu mando a tristeza embora O samba ainda vai nascer O samba ainda não chegou O samba não vai morrer Veja o dia ainda não raiou O samba é o pai do prazer O samba é o filho da dor O grande poder transformador (Caetano Veloso)

Ora, tratar a cultura produzida em Madureira entravada no samba não é reduzir apenas Madureira, mas não levar em conta as transformações e inovações que uma cultura viva pressupõe. As tradições estão sempre em movimento se adequando a novos hábitos, realidades e experiências. Pensando em samba, o livro "Velhas histórias, memórias futuras" de Eduardo Coutinho traz justamente a discussão para o âmbito da inovação da cultura – uma tradição que se constrói, "tida como ação criadora do sujeito sobre as formas

_

⁹⁰ A palavra civilidade, após a obra de Roterdã, é incorporada em vários idiomas. Conta-nos Nobert Elias em "O processo civilizador": "Neste particular, como ocorre com tanta frequência na historia das palavras, e aconteceria mais tarde na evolução do conceito de *civilite* para *civilisation*, um indivíduo serviu como instigador. Com seu tratado, Erasmo deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, *civilitas*. Intencionalmente ou não, ele obviamente expressou na palavra alga que atendia a uma necessidade social da época. O conceito *civilitas*, dai em diante, ficou gravado na consciência do povo com o sentido especial que recebeu no tratado de Erasmo. Palavras correspondentes surgiram em várias línguas: a francesa *civilite*, a inglesa *civility*, a italiana *civilitil*, e a alemã *Zivilitilit*, que reconhecidamente nunca alcançou a mesma extensão que as palavras correspondentes nas outras grandes culturas." (Elias, 1994, 68).

do passado – é um operador político capaz de refazer a história como patrimônio das camadas populares". (COUTINHO, 2009, p.16).

E nessa lógica, podemos trazer o Baile Charme do Viaduto Negrão de Lima, que não se fez pela tradição, mas se tornou prática justamente no novo, no embate, na resistência (agora, olhada pela imprensa como "tradicional" do bairro) e ressalta o ordenamento a partir da "autorização para funcionar embaixo do viaduto", mesmo que tal autorização tenha acontecido mais de 20 anos depois. "(Des)autorização", digamos, que nunca impediu que as festas acontecessem. E como ressaltou o jornal em matéria acima: "Por muitos anos sem o prestígio das tradicionais áreas turísticas da cidade, a Zona Norte vive um presente promissor. (...) Programas como frequentar o baile de charme do Viaduto de Madureira são algumas das opções." (O Globo, 07 de novembro de 2013).

A cultura então se torna objeto fetichizado, peça de coleção, mercadoria, desconsiderando o papel transformador que o samba, o charme, o funk, o Mercadão, o pagode, a rua e o próprio Parque Madureira têm. A questão é que amarrar não só o papel transformador como também a efetiva participação dos indivíduos em todo o processo cultural protege formas ideológicas tradicionais que se esforçam para dar à cultura a máscara da eternidade e da imutabilidade.

Ao promover o discurso da tradição cultural de Madureira (e que resvala no subúrbio), o tradicionalismo⁹¹ - entendido aqui como conservadorismo – procura criar e ressaltar na produção de sentido do subúrbio os contornos de como devem se manter. Ou seja, ordenam os ensinamentos do que é ser o subúrbio de Madureira. Assim sendo, o samba tão divulgado, o funk esquecido, o pagode praticamente oculto, o charme exaltado e as referências pouco mencionadas como a feijoada e o jongo e tantas outras práticas desenvolvidas cotidianamente nas ruas, nos morros, nos encontros em Madureira, nos põe a compreender a cultura como articulação entre sujeitos e herança cultural (COUTINHO, 2009) que num processo criador reinterpreta os signos do passado e permite aos sujeitos suas expressões culturais – sejam elas aceitas ou não dentro do contexto da compreensão do que seria uma prática condizente.

-

⁹¹ O peruano José Carlos Mariáteguí distingue tradição de tradicionalismo da seguinte maneira: "Não se deve identificar a tradição aos tradicionalistas. O tradicionalismo – não me refiro à doutrina filosófica, mas a uma atitude politica ou sentimental que se resolve invariavelmente em mero conservadorismo – é na verdade, o maior inimigo da tradição, porque se obstina interessadamente em defini-la como um conjunto de relíquias inertes e símbolos extintos". (Apud, Coutinho, 2009, 16).

3.2.1 Parque Madureira: a orla do subúrbio da Central

É reveladora e importante para nossa reflexão a entrevista publicada no jornal *O Globo*, no dia 13 de outubro de 2013. Trata-se do perfil de Ruy Rezende, arquiteto que idealizou o Parque Madureira. Nela, Ruy conta que a inspiração para o parque é a orla marítima.

O parque tem algumas coisas intencionalmente icônicas, como a concha acústica. Tudo no parque foi feito com o objetivo de que as pessoas pudessem ter uma qualidade arquitetônica que não é comum naquela área da cidade. Quando a gente colocou uma mesa de pingue-pongue de vidro do Guto Índio da Costa disseram: "isso não vai durar uma semana". Só que durou um ano sem um arranhão, afirma o arquiteto sobre o parque. Ali, moradores do entorno hoje invertem a localização da fachada de suas casas para ficar de frente para a área, onde antes havia um terreno abandonado. — Me emociona essa adoção das pessoas que têm usado aquilo da melhor maneira. O que a gente fez foi repetir a praia, o espaço mais democrático que eu conheço.

(...) – Tem um pouco de desejo não do arquiteto, mas da própria cidade de ser Nova York, de ser Xangai. A cidade, de certa maneira, quer se equiparar, se aproximar dessa cultura. (*O Globo*, 13 de outubro de 2013)⁹².

Não podemos aqui afirmar se a relação da praia com a democracia espacial foi uma ironia ou uma consulta ineficiente à memória. Basta lembrar, como vimos no primeiro capítulo, das compreensões para o uso da praia nas décadas de 80 e 90 – e de como um mês depois da entrevista em 2013, o mesmo jornal estampava os conflitos nas areias das praias com os títulos "Sol, mar e onda de assaltos – No feriado, grupos voltam a levar terror às praias. Nem policiamento reforçado inibe as gangues" (O Globo, 21 de novembro de 2013), "Uma tropa de mais de 600 PMs para reprimir arrastões – Polícia vai parar ônibus que saem da Zona Norte para a praia" (O Globo, 23 de novembro de 2013).

Contudo, o projeto ter "a cara da orla" vai ao encontro de como a produção do sentido da integração se processa por semelhança com o que dá a tônica de valor espacial na lógica do Rio de Janeiro, que é a praia. E o jornal se embala na perspectiva; seja nas comparações, nas dicas para o lazer e nos recortes das imagens que ilustram as matérias. A primeira foto abaixo é do entardecer no Parque. A imagem com algumas bicicletas e coqueiros ao fundo se assemelham a orla. A imagem não é do Parque, mas daquilo que o parque tem de semelhante à praia e que dá a ele toda a associação simbólica de valor.

⁹² Grifos do autor.



Imagem Jornal *O Globo* (16.01.2013) 93. Imagem 3

Já a imagem abaixo, estampada na primeira página do jornal, no dia 09 de junho de 2013, no começo das comemorações do primeiro aniversário do Parque Madureira, mostra a lateral do Parque em associação explícita à orla: "A Orla de Madureira".



Imagem capa Jornal O Globo (9.06.2013). Imagem 4

A entrevista de Ruy Rezende nos ajuda a compreender como pela praia o Parque Madureira, até então muito distante espacial e simbolicamente dela, pode se tornar parte. Se o projeto vislumbra essa possibilidade, o discurso do jornal o escancara: seja pelas dicas de o que e como fazer na utilização do parque; ou pelas imagens recortadas que caibam na perspectiva do projeto. O que percebemos é como a praia se torna, então, o caminho de

148

 $^{^{93}\} http://oglobo.globo.com/rio/noites-de-verao-sao-mais-animadas-no-parque-de-madureira-7293659$

junção daquilo que sempre separou. O livro da pesquisadora Julia O'Donnell (2013) "A invenção de Copacabana" traz um relato esclarecedor de como Copacabana se torna simbolicamente Copacabana. O jornal Beira-Mar, que surgiu em 28 de outubro de 1922, tinha objetivo: defender os interesses dos moradores dos bairros Copacabana, Ipanema e Leme, que eram representados sob a sigla CIL.



Imagem Jornal Beira Mar (24.03.1929). Imagem 5.

Tal necessidade de defesa já nos coloca a par de como se estabelecia a relação com as outras partes da cidade – e a praia é o centro do debate. Por essa época, o projeto praiano – responsável pela urbanização nas primeiras décadas do século XX das áreas litorâneas, antes desprestigiadas em relação ao Centro da cidade – ultrapassa a barreira da CIL. Um cronista do jornal, no dia 24 de março de 1929⁹⁴, publica um texto sobre o movimento no Posto 04, com o título "É tempo de descongestionar e dar o rythmo pessoal às nossas praias de banho".

_

⁹⁴ A coluna, na primeira página do jornal, não traz o nome do autor do texto.

Esse aspecto de concentração humana localizada, especialmente, nos dois grandes postos preferidos da generalidade, é certo que empresta uma vida, um calor e uma alegria surpreendente a Copacabana e a Ipanema, mas é certo também que tiram a comodidade dos banhistas que ficam sem espaço suficiente para o livre movimento dos braços e das pernas. Muitos levam cotoveladas vigorosas que lhes põem equimoses na pele. Outros recebem pontapés dados por acaso, safanões sem destino, que, embora distribuídos sem maldade, são sempre recebidos com dor e muitas vezes com protestos, razoáveis ou não. (...) esse referver de criaturas, bem ou malvestidas, limpas ou sujas, de todas as cores e nacionalidades, afeia os balneários, que, assim, se assemelham a praias habituadas de focas e não a praias vaidosamente chamadas de elegantes. (...) Balneários e capitalistas, de cozinheiros, de diplomatas, de chauffeurs, de artistas, em mistura, é possível que sejam democráticos, não porem, elegantes. (...) Queremos que nos compreendam (...) o que defendemos é a ordem e a beleza social das nossas praias; o que sonhamos para esse bairro é colocálo dentro daquilo que os franceses chamam de rythmo pessoal, o caráter próprio. (*Beira-Mar*, 24 de março de 1929)⁹⁵.

Muito antes das linhas de ônibus dos pontos de São Cristóvão cruzarem o Túnel Rebouças em 1984, a preocupação com a "civilidade", condizente com que os ideólogos da praia entendiam como civilizatório, já era ponto de embate. E por esse caminho podemos encontrar perspectiva de compreensão da relação da praia com o subúrbio. É a praia parte constitutiva, nas primeiras décadas do século XX, da significação dos então arrabaldes – a mesma praia que margeia a significação e que vai apartar simbólica e socialmente (de maneira bastante acirrada e complexa, digamos, a partir da década de 80), é a que na réplica pelo projeto e no ordenamento vai "dar um jeito" no subúrbio. Nada é novo, mas um projeto que se estende há um século. E a crônica termina:

A fisionomia arquitetural de Copacabana, Ipanema e Leme denota bom gosto, simetria. Por que só as praias de banho não acompanham a linha de diferenciação que se verifica na arquitetura? Todos os ramos do progresso entroneam-se num principio, que é reunir o útil ao agradável: reunamos então o útil ao agradável, sejamos progressistas, "separando o joio do trigo", isto é, evitando a promiscuidade em nossos balneários. Eduquemos o nosso povo, para que os orgulhosos estetas de aquém e além-Atlântico não nos detratem. (Beira-Mar, 24 de março de 1929)⁹⁶.

Ao apontarmos as menções que definem a cultura suburbana não estabelecemos apenas o lugar do qual se fala, mas as formações discursivas e culturais complexas que acionamos na historicidade do Rio de Janeiro e da constituição dos subúrbios. Uma

-

⁹⁵ Grifos do autor.

⁹⁶ Grifos do autor.

simples explicação a um estrangeiro sobre o que é ser carioca certamente dependeria do lugar do sujeito que imagina e a resposta produziria um cartesiano de cenários e identidades – o que nos coloca na posição de que não há uma descrição verdadeira sobre suburbanos e subúrbio, mas uma rede complexa de elementos que jogam com a historicidade e a atualidade na constituição do Rio de Janeiro – e claro, de suas divisões.

Bourdieu aponta (1990) o que podemos chamar de manutenção posicional na distinção social. Segundo a qual, as posições que adquirimos ao ocuparmos determinados lugares sociais nos condicionam a nos ajustarmos a tal posição – o que Gofman vai chamar de *sense of one s place*. O que Bourdieu nos diz, então, é que as distâncias sociais estão inscritas nos nossos corpos, com a linguagem e com o tempo. A partir desse caminho teórico, como pensar então a relação das distâncias espaciais na maneira como o corpo interage com a cidade?

Os ordenamentos tentam dar conta justamente dessas diferenças que são postas a mesa como identidades de um espaço menor – da suburbanidade que se pretende extinguir. Basta lembrar as questões levantadas nos conflitos simbólicos espaciais (e físicos) das areias das praias: as formas de lidar com a praia, os conceitos do que é certo e errado nos modos de utilização das areias, do que se pode ou não comer, se se pode correr ou passar bronzeador e tantas outras questões de caráter modal levantadas durante as divergências de práticas sociais no uso coletivo da praia – e que vimos nas matérias no primeiro capítulo.

Embora a fala jornalística do subúrbio seja a de valorização, ela se dá pela aproximação simbólica com outras formas culturais e comportamentais compreendidas como adequadas, tais como as destacadas semelhanças com Copacabana, práticas esportivas como o esqui, o incentivo de piqueniques como os do Aterro. Mas tal aproximação funciona também como uma loção demaquilante porque expõe as diferenças e consequentes arranjos desiguais que possibilitam e legitimam afirmações aleatórias e normatizadas: "uma vez Madureira, sempre Madureira" ou, como aponta a manchete: "Philippe Starck, quem diria?, foi parar em Madureira!" (O Globo, 17/06/13).

É por essa condição que criamos o senso de um espaço e o senso do espaço do outro: nos autorreferenciamos sem, no entanto, considerarmos o quão centrada e subjetivada é a referência criada para padrões "aceitáveis". A própria definição do que seja o outro já o coloca na posição de diferença, o que no caso do subúrbio, aparece transvestido de excentricidade, de "diferença exótica", mas que revela a escala de valores e o não reconhecimento de certas práticas à compreensão do "tal" Rio de Janeiro integrado.

O estar do outro lado nas categorizações criadas para o viver e experenciar os espaços da cidade pressupõe uma compreensão das diferenças, mas que nesse caso específico do discurso de integração cidade/subúrbio perpassa por condições materiais e sociais difíceis de transpor.

Entretanto, a cultura está exatamente nessa possibilidade de abusar da criatividade e da organicidade. E o que percebemos na cobertura midiática a partir de um recorte bem específico, mas revelador: a cultura que escancara novos saberes, novos olhares para práticas e descobertas é usada como forma de legitimação, e por esse viés é o primeiro passo estratégico para a tentativa de cooptar o sentido e a reflexão. A cultura se torna o lugar da qual vai "falar" a estratégia, tornando-se a chave e o cadeado nas produções de sentido para Madureira. Podemos dizer então sobre a estreita ligação entre os sujeitos e seus espaços: nada classifica mais algo e alguém do que suas classificações. Dizendo como Bourdieu (1990)

'Isso é coisa de pequeno burguês', ou: 'Isso é coisa de intelectual'. Quais são as condições sociais de possibilidade de um tal juízo? Em primeiro lugar isso supõe que o gosto (ou o *habitus*) enquanto tema de esquemas de classificação está objetivamente referido, através de condicionamentos sociais que o produziram, a uma condição social: os agentes se autoclassificam, eles mesmo se expõem à classificação ao escolherem em conformidade com seus gostos (...). Mais exatamente: ao escolherem, no espaço de bens e serviços disponíveis, bens que ocupam nesse espaço uma posição homóloga à posição que eles ocupam no espaço social. (BOURDIEU, 1990, p, 159.)

Os dicionários sociais produzidos por olhares classificatório incutem a Madureira condições prévias: do samba, da alegria, e, por que não, de certa passividade na espera de melhorias do poder público, do que se contenta com a "quase orla".

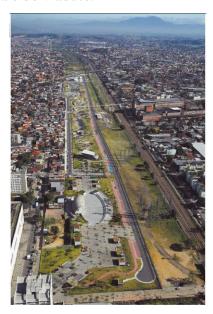
E o contexto de leitura da imagem⁹⁷ que ilustra a grandiosidade do parque é um não se dar conta, ou não deixar em ebulição, as margens simbólicas e paisagísticas do que está para além do parque – especificamente em duas margens.

As diferenças de condições sociais ficam tão a mostra e sem qualquer crítica minimamente decente que deixa a dúvida: não somos capazes de perceber entorpecidos pelo merecimento de igualarmo-nos? O que significa o esqui? O que essa prática esportiva nos diz? São os signos de uma vida social em distinção: que nos condicionam então ao

_

⁹⁷ No dia 29 de setembro de 2013 a matéria "Três vezes mais diversão e lazer" trazia como imagem a perspectiva dos bairros recortados pelo Parque Madureira.

reconhecimento de uma realidade social solidamente estruturada, em que os esquemas simbólicos organizam a lógica da diferença e dos desvios condicionantes de uma desigualdade "aceitável" e importante para o discurso da diversidade; ao mesmo tempo em que esta pseudocompreensão do mundo pelo plural é base das lutas simbólicas pelo poder de significar e impor uma visão do mundo e das práticas legítimas da cidade, do parque, da música e do viaduto.



Extensão do Parque Madureira (29/09/2013). Imagem 6

No entanto, é na tática (CERTEAU, 2001) que estão os deslizes fundamentais para o processo de reconstrução e atualização do sentido e um caminho para não se cair no uso da cultura como identidade puramente legitimadora – já que a cultura (YÚDICE, 2006) produz interesse (conveniente e como recurso) a partir de padrões de confiança, de cooperação e da interação social que resultam em uma economia mais democrática e vigorosa. É o investimento que gera retorno. E aí o Parque Madureira e suas muitas formas de possibilitar as práticas culturais em seus espaços já determinados (palcos, Nave do Conhecimento, espaços esportivos), levando em conta que a cultura como recurso, precisa e deve ser pensada de forma complexa considerando a agenda econômica, mas também a agenda de justiça social.

É nessa parte que a cobertura midiática não leva em consideração o uso das praticas culturais e das potencialidades das atividades urbanas que podem emergir do parque; no entanto destaques como o designer dos bancos doados (vistos anteriormente) por uma grande empresa internacional que tem acordos com a Prefeitura são explorados num

consenso de que o recurso cultural se prende a apenas um viés. Ora, a cultura é o caminho nos quais as lutas pelo convívio das diferenças é argumento para a convivência e a cidadania.

E esse é o ponto no qual queremos nos ater aqui: o imaginário cultural suburbano está imerso na constituição da memória social do subúrbio. Na cobertura do Parque Madureira, percebemos que o sentido do subúrbio se sintoniza com a tentativa de reconfiguração das práticas suburbanas ou, podemos chamar, como definiu o cronista de 1929 que infelizmente não sabemos o nome⁹⁸, de "embelezamento social". O caminho encontrado para o entrosamento com a integração prometida é certa dose de apropriação de práticas condizentes com a almejada "integração".

Apontamos então para a lógica da integração não como crítica à construção do parque, mas de como através dele podemos enveredar pelas formas como se processam os discursos a respeito do subúrbio, a partir do jornalismo do O Globo - e de toda a sagacidade econômica que se sobrepôs ao social durante sua construção numa sinergia desconcertante entre as matérias produzidas e o discurso governamental.

O que observamos é que há focos de identificação pontuados por semelhança às práticas comumente associadas às outras áreas da cidade: piqueniques como acontecem no Aterro; cadeiras de praias para assistir a shows; prática de esqui e snowboard. Essa seria uma vertente da relação cultural nas matérias do nosso recorte sobre o parque. Por esta perspectiva, os sentidos de Madureira e de seus moradores seriam de um movimento polissêmico – novos sentidos reconfigurando o subúrbio e o suburbano num somatório de novas possibilidades. Mas a polissemia não escapa de meandros se vista por outro ângulo.

3.3 "Subúrbios nos trilhos" 99: Ordenamento como estratégia

Propomos então pensar o sentido do espaço do Parque Madureira (e do subúrbio e de Madureira) por uma percepção de que os lugares atravessam diferentes trajetórias e não necessariamente elas estão em sintonia – o que Massey (2008) vai chamar de coetaneidade. Como, então, pensar a tentativa de ordenamento na produção do sentido? Na culinária, nas trajetórias, na musicalidade, no lazer, nas práticas - o ordenamento dá conta de um segundo

⁹⁸ O autor do texto "É tempo de descongestionar e dar o rythmo pessoal às nossas praias de banho", publicado em 24 de março de 1929 e mencionado páginas atrás.

⁹⁹ Como mencionamos anteriormente, "Subúrbio nos trilhos" é o tema do Projeto Carioca promovido pelo O Globo que premiou o melhor projeto em arquitetura e urbanismo para o subúrbio em 2013.

processo que é o de materializar o que se entende por "ordem" na cidade e no subúrbio. A reordenação do espaço articula-se com a reconfiguração do conceito de subúrbio e de Madureira — e o parque atua como motor dessa reconfiguração e ressignificação. Como vimos nas matérias acima, a lógica do ordenamento paira sobre o discurso pela busca de "legitimidade" para moradias, para os valores das moradias, para os comportamentos nas moradias - como vimos, por exemplo, na busca por normatizar os comportamentos dos "reassentados" nos novos condomínios ¹⁰⁰.

Na aula ministrada no Collège de France entre os anos de 1977 e 1978, Foucault (2008) nos apresenta o curso "Segurança, Território e População". Nas aulas de 11 de janeiro de 1978 e 5 de abril de 1978, encontramos um caminho possível de compreensão de como o discurso de segurança orienta os sentidos. É dessa segurança que brota o ordenamento; mas que, como todo dispositivo, também tem suas falhas.

A polícia, como instituição real, remonta das instituições urbanas – está na sua essência as questões da regulamentação das cidades; e que dizia respeito quanto à coabitação dos homens, à fabricação de mercadorias e à venda dos produtos. "É, portanto, uma espécie de extensão dessa regulamentação urbana que a polícia do século XVII e do século XVIII vai visar" (Foucault, 2008, 452). A polícia, como a regulamentação urbana 101, estavam assentadas sobre a necessidade de organizar a convivência para evitar toda a sorte de ilegalidades: violência, delinquência, roubos, assassinatos. A cidade, a estrada, o mercado, a rede viária; em síntese, as questões urbanas são anteriores à polícia. O que nos leva a entender que a constituição da ordem é pensada em termos da urbanização do território – um território organizado com base em um modelo de cidade. A polícia, e para o que nos interessa aqui, a constituição de uma prática de ordenamento, é condição para a existência da urbanidade.

Há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a ideia de transferir a polícia para a escala geral do reino. 'Policiar', 'urbanizar', evoco simplesmente essas duas palavras para que vocês tenham todas as conotações, todos os fenômenos de eco que pode haver nessas duas palavras e com todos os deslocamentos e atenuações de sentido que pode ter havido no decorrer do século XVIII, mas, no sentido estrito dos termos, policiar e urbanizar é a mesma coisa. (FOUCAULT, 2008, 453)

1/

 $^{^{100}}$ Matéria "A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter difículdade" de 30 de janeiro de 2011 mencionada anteriormente.

¹⁰¹ Antes da regulamentação urbana e da instituição da polícia, havia a *maréchaussée*, encarregada de controlar e reprimir todas as pessoas errantes, tais como os soldados que chegavam das guerras.

A vida numa cidade-mercado pressupõe a necessidade de criar mecanismos de controles para a habitação, para a circulação (de pessoas e mercadorias) e para a existência. A vigilância se torna tal mecanismo desse controle, elaborado a partir dos princípios da razão do estado. O que nos leva a perceber então como a cidade, em sua característica primária, é constitutiva da desordem.

Interessa-nos o paralelo com a história mítica judaico-cristã da bíblia para a origem da primeira cidade – Enoch¹⁰². O primeiro conceito de cidade surge no livro de Gênesis (4: 16-24), que mistura indícios para o bem e para o mal. E assim, a fundação da cidade é marcada também pelo primeiro homicídio, o que circunda o sentido de cidade já pela maldição porque tem a violência e o crime como antecedentes. O poeta mexicano José Emílio Pacheco retrata a imagem do caos desde a origem da primeira *urbe*, e o enfrentamento do homem com o espaço a redor, no poema Caím. "Su nombre es testimonio de la Caída/ Caín el can de la corrupción,/ el perro rabioso / que la tribu mata a pedradas... / Caín, nuestro padre. /El fundador de las ciudades". (apud, SILVA JÚNIOR 2010, p. 214).

Outra cidade nascida da desobediência, da desordem, e que também faz parte da crença judaico-cristã é a Torre de Babel. O conto "O Emblema da Cidade", Kafka (1987) relata a construção da Torre de Babel como uma metáfora para a compreensão do espaço como processo e relação. No texto narra as várias gerações que se alternam na tentativa de terminar a edificação de uma torre que chegasse ao céu. O maior empecilho se dá justamente nos aparatos de cada geração vindoura, que sempre coloca abaixo o que está pronto para reconstruir de acordo com seus sentidos e propostas. Além disso, a construção da torre traz consigo a construção da vila operaria daqueles que irão trabalhar na "obra" – o que sucede uma série de contratempos sobre o papel de cada nação na construção e que deflagrava guerras sangrentas.

Conforme nos lembra Renato Cordeiro Gomes,

"Tudo na cidade parece conjugar-se para fazer nascer a ideia de uma distância absurda entre os homens aparentemente ligados pelos mesmos interesses e mesmo gênero de vida". A alegoria do texto que evoca Babel, vela e desvela, nas dobras de sua linguagem, a proximidade que agrava a

_

¹⁰² A cidade de Enoch não foi, necessariamente, o primeiro espaço ou aglomerado humano a que se tem registro, mas uma das primeiras cidades que consta na Bíblia.

distância, a separação irreversível, apontando para a "infelicidade de um perpétuo começo" (como Kafka anotou em seu Diário) de um projeto de construção que estabelece hierarquias e conflitos e, por isso, reveste-o com o signo da impossibilidade. (GOMES, 1994, p. 92).

A impossibilidade de uma simultaneidade completa de tais gerações e a convergência de todas as redes possíveis entre as nações de Kafka tiram do espaço – na metáfora da Torre de Babel – o caráter de recipiente de identidades já constituídas e o de possível resultado de holismo fechado. Assim como o futuro da Torre é aberto, será também o do espaço.

Aqui, completamos para o olhar justamente da cidade como o pressuposto do desordenado. O discurso de compreensão da cidade é impregnado da desordem, de tal forma, que a confusão, o caos e a fragmentação no espaço urbano são caminhos de constante ressemantização do mito de Babel. O medo, a violência e a solidão completam o discurso que interpreta a cidade, e sinalizam a confusão e a destruição, já inscritas no mito bíblico. Um passeio pela literatura pode ajudar a materializar melhor questões muitas vezes abstratas.

É assim, que podemos então compreender que na "babel contemporânea", a desordem constitutiva e embrionária busca caminhos de disciplinarizar os sentidos e homogeneizar as diferenças (de vozes, de conduta, de significações) que formam a cidade. Os elementos do relato do mito de Babel sinalizam o caos das cidades: número elevado de pessoas dividindo o mesmo espaço, o uso de línguas distintas, a idealização de projetos particulares com o objetivo de preservar suas comunidade e identidade, e a produção de riquezas próprias. O ordenamento se torna a tentativa constante de buscar a perfeição da cidade, de reconstruí-la — e aí a recorrência e atualidade do mito de Babel para a compreensão da cidade contemporânea.

O mito bíblico torna-se recorrente, enquanto suporte semântico de uma série de produtos midiáticos, que se orientam para uma nova síntese simbólica agregada e essa forma mítica arcaica, com a qual procuram formalizar uma representação da cidade em permanente atualização modernizadora, emblematizada na imagem de um edifício-torre em construção, ou de sua destruição. (GOMES, 2008, p.6).

Voltando a Foucault (2008), a multiplicidade é uma condição para a disciplina, a partir do entendimento de que por ela se é capaz de administrar e de organizar o múltiplo, o plural. E, comodamente, Foucault exemplifica a questão da disciplina a partir do caso das

cidades. A cidade nos séculos XVIII e início do século XIX tinha como essência as especificidades jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaço do território – o que a encerrava dentro de um espaço murado e denso, e a caracterizava por heterogeneidades econômica e social muito acentuada se relacionada ao campo, por exemplo.

Com várias análises de projetos e obras relacionadas à urbanização de cidades europeias, nos interessa particularmente os diagnósticos de Foucault sobre a obra de Alexandre Le Maître, "*La Métropolitée*", e sobre o projeto para urbanização de Nantes, na França, elaborado por Vigné de Vigny. Resumidamente, para Maître¹⁰³ o problema se concentrava em duas questões: se deveria existir capital em um país; e se sim, como ela deveria ser concebida. A resposta para ele é de que o território da metrópole deve compreender as fundações, as partes comuns e as partes nobres.

Para além da parte física, chama nossa atenção a importância da capital, no projeto de Maître, ocupante do papel moral e difusor até o confins do território (FOUCAULT, 2008, p.19). Tudo que seja necessário impor às pessoas em relação às condutas e modos de agir estaria a cargo da capital. Já com relação à cidade de Nantes, o projeto tinha a preocupação organizar a circulação na cidade: abrir ruas largas que assegurariam higiene; comércio; articular redes e estradas para travessia de mercadoria; e vigilância. "Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação diminuindo a má." (Idem, p.24).

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos e elementos há para repartir. (...) Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações uteis, irromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza o espaço analítico. (FOUCAULT, 2009, p.138).

¹⁰³ Explica Foucault (1998, p. 19) "As fundações serão o campo, e no campo, nem é preciso dizer, devem viver os camponeses e ninguém mais que os camponeses. Em segundo lugar, nas pequenas cidades devem viver todos os artesãos e ninguém mais que os artesãos. E, enfim, na capital, parte nobre do edifício do Estado, devem viver o soberano, seus oficiais e aqueles artesãos e comerciantes indispensáveis ao funcionamento da corte e do entourage do soberano. A relação entre essa capital e o resto do território é vista por Le Maítre de diferentes formas. Deve ser urna relação geométrica, no sentido de que um bom país é, em poucas palavras, um país que tem forma de círculo, e é bem no centro do círculo que a capital deve estar situada. (...) De fato, e é aí que a segunda relação aparece, essa relação entre a capital e o território tem de ser uma relação estética e simbólica. A capital deve ser o ornamento do território.".

Pois bem. Na proposta de ampliação do parque, como vimos, entre os meses de outubro e novembro de 2013, várias matérias anunciavam a construção de mais 5 km - o que recortará vários bairros do subúrbio na proposta de integração pelo parque. O que mais chamou a atenção da imprensa – e daí ser a garantia de noticiabilidade – foi o anúncio da construção da pista de esqui. Não se trata aqui de desqualificar a pista de esqui que vimos anteriormente, mas a questão que reverbera a partir desse ponto é de como as estruturas para o parque partem de posições sociais e espaciais tão distintas – e que inviabiliza em termos de uma concreta relação com a historicidade de Madureira – e no caso da expansão – com os tantos outros bairros recortados pelo parque.

Para Bourdieu (1990), quanto mais próximos grupos ou instituições estiverem do espaço a serem construídos, mais propriedades em comum terão. O que nos leva a pontuar, a partir de Bourdieu, como as distâncias espaciais coincidem com as distâncias sociais. Não queremos, com isso, reduzir ao simplismo de que há uma segregação a ponto de só os socialmente próximos serem capazes de interação – ou poderíamos jogar fora todo o nosso percurso até aqui, no que se propõe essa tese. Mas deixa em aberto a falta de negociação e participação cidadã nas lógicas urbanas que reestruturam Madureira.

Numa visita ao parque chama atenção uma placa colocada em vários pontos do parque.

Regras para o bom uso do Parque

- Horário de funcionamento de 3ª a dom, de 5:00 às 22:00. Inclusive feriados.
- Circuito interno de monitoramento de vídeo
- Proibido a entrada de animais domésticos (sic).
- Proibido soltar pipa.
- Proibido uso de churrasqueira.
- Proibido andar de: bicicleta, skate, patins e patinete; e a prática de esportes com bola fora dos equipamentos próprios para a atividade.
- Proibido a entrada (sic) e permanência nas dependências do parque com: armas, objetos cortantes e perfurantes, embalagens e recipientes de vidro.
- Proibido o consumo e venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade.
- Proibido fazer uso de: buzinas, alto falantes e outros aparelhos de ampliação sonora (art 22 X).

Proibições como as de "soltar pipa" e presença de animais domésticos jogam por terra a semelhança apregoada com o Aterro pela imprensa. 104. É o estado dizendo o que se deve e pode fazer; ou seja, o que é certo pelos parâmetros da compreensão

¹⁰⁴ Referência explícita na matéria "Enquanto isso, em Madureira" publicada no dia 18 de janeiro de 2013.

civilizadora vigente. Ele é detentor do martelo que julga, até mesmo naquilo que os parâmetros oficiais de civilização da cidade normalizam para outros espaços. A multiplicidade defendida pelas diferenças culturais que o mote da integração propõe exaltar se esvai uma vez que, na prática, com relação ao parque, se assume uma postura unilateral. Dai sua violência simbólica ser tão aceitável e inquestionável porque ela reproduz a normalização do que já é compreendido para as condições espaçosociais do subúrbio.

Na luta pela produção e imposição da visão legitimada do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtém um monopólio absoluto, mesmo quando aliam a autoridade da ciência, como os economistas estatais, à autoridade burocrática. De fato, sempre existem, numa sociedade, conflitos entre poderes simbólicos que visam impor a visão das divisões legítimas, isto é, construir grupos. (BOURDIEU, 1990, 165).

No entanto, a placa e as normas do parque parecem ser ignoradas pelo jornal *O Globo*, que, como vimos no início desse capítulo, na matéria "*Enquanto isso, em Madureira*" o texto diz claramente:

Por falar em parque, um dos mais simpáticos da Zona Norte carioca é o de Madureira, inaugurado em junho do ano passado. Em pouco tempo, o retrato que se vê em seus mais de 93 mil metros quadrados tem uma forte semelhança com o do Aterro do Flamengo: avistam-se piqueniques (...).(O Globo, 18 de janeiro de 2013).

Na completa abstração da proibição "teórica" vinda da placa para churrasquinho, embalagens e potes de vidro, o jornal deixa escapar a sua própria compreensão do que seja (e para que fins) um parque. Pelo senso comum, parque é onde, justamente, a cidade respira e onde o ordenamento não é tão rígido: estar no parque é liberdade, é deitar na grama, ouvir música, jogar bola, soltar pipa. Teoricamente, numa visão moderna de cidade, o parque é o lugar onde se condensa o viver a cidade. Um parque ordenado é uma ruptura que pode vir a reformular a constituição do entendimento para um parque.

Como nos aponta Orlandi (2007, p. 33), "Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que se tiram os sentidos".

É por isso que chama atenção a notícia publicada no dia 18 de novembro de 2013: "Mãe reclama de falta de socorro para filho acidentado no Parque Madureira".

Há uma semana, Gabriel de Oliveira, de 9 anos, está impossibilitado de ir à escola e brincar na rua. O motivo? Segundo a mãe do menino, a publicitária Luciana Cosa, de 37 anos, ele ainda se recupera de um acidente sofrido no Parque Madureira, no último dia 10.

Ao deixar a área de lazer, o garoto tropeçou numa placa que fica no gramado e cortou a canela num pedaço envergado do mobiliário. Luciana acusa o parque de não ter prestado o socorro adequado. De acordo com ela, após o acidente, guardas municipais que estavam no local não acionaram o serviço médico do Parque Madureira. Ela diz ainda que não havia ambulância nem maca para deslocar a criança. (...) Segundo a Secretaria Municipal da Casa Civil, responsável pela administração do Parque Madureira, Gabriel estava brincando em local irregular no momento em que caiu. O órgão afirma que o garoto teve o primeiro atendimento realizado no posto médico do local, sendo levado depois pelos parentes para um hospital. Ainda de acordo com Casa Civil, todas as placas do gramado foram retiradas para verificação. (O Globo, 18 de novembro de 2013).

O ordenamento que se encontra nas matérias, desde a inauguração, em junho de 2012, tem reflexividade na própria estrutura na qual o parque é pensado e construído: a colocação de placas com proibições para o "funcionamento condizente" não consideram os deslocamentos de sentidos para a utilização de uma área de lazer. Por ser aberto a interpretações, o sentido do uso da grama em um parque afeta as propostas de controle, e desloca e ressignifica o espaço do parque. No embate entre os atravessamentos e o ordenamento podemos encontrar, uma vez mais, como os espaços sempre podem ser outros, (FOUCAULT, 1967) o que articula a possiblidade constante da heterotopia. Ao ordenar, antecipa-se o futuro que se planeja para a cidade, o bairro, os sujeitos.

A pista de esqui anunciada é apenas um dos muitos pontos que nos levaram a perceber então que a questão perpassa pelos ordenamentos de entendimento, inclusive, do que seja um parque, do que ele pode/deve ter e proporcionar. E tais ordenamentos são reflexos dessa incompatibilidade de percepções da historicidade, dos interesses e das práticas espaciais – seja de Madureira ou dos outros bairros suburbanos da Zona Norte. A compreensão das práticas esportivas do Parque Madureira dá a tônica da forma como o ordenamento de uma lógica espacial tem subjetividades próprias – é um produzir sentido que parte do entendimento de que estar numa cidade pressupõe uma condição primária de lugar. Esse lugar de leitura que não considera o viver a cidade de outra forma, que não

considera as outras formas de leitura das diferenças e os outros modos de praticar a cultura leva a um caminho ardiloso e desolador: transforma diferenças (fundantes da multiplicidade) em desigualdades.

O "invisível", então, determina os condicionamentos discursivos que pautam as falas sobre Madureira e trabalha seu sentido na redução que a linguagem cristalizada propõe – a partir da estrutura do simbólico. O que Bourdieu (1990) vai ser taxativo: o visível esconde o invisível que o determina. Ou seja, o que vem travestido do caráter polissêmico, como se fosse uma miríade de vertentes, mostra-se parafrástico – o Parque Madureira se torna o depositário dos valores e atributos há mais de um século relegados ao subúrbio e à Madureira.

Mas, o "jogo do contente" que se mascara pelo múltiplo convive com o que se revela nos jogos e disputas pelo significado: do lugar, de seus usos e significações. De um lado temos Foucault para nos dizer que as relações de poder se voltam de formas diferentes para pensar a espacialidade da cidade, e produzem ordenamentos urbanos distintos dependentes de cada época e objetivos condizentes com as relações sociais vigentes. Formas de poder que não têm caráter repressor como definição, mas o caráter criativo do poder, por uma perspectiva de a criatividade ser capaz de construir o poder pela artimanha – o que desconstrói nossa visão de poder apenas pelo que é facilmente identificado como opressor.

E de outro, temos a Orlandi (2004) para mostrar-nos como essa criatividade se processa: ao tratar do estereótipo ela vai dizer que as categorias, discusivamente, são vistas como baixa qualidade porque se passa a estimular a originalidade e a singularidade individual como valor. O que parece o mecanismo que nos liberta é justamente a materialização da dominação contemporânea — somos todos estimulados a sermos diferentes. Para ela é importante por em questão a negatividade com que os estereótipos são compreendidos.

(...) o desenvolvimento da imprensa, a mídia, o advento das sociedades democráticas moderna criaram o horror à estereotipia. Denuncia-se o "prêt-à- penser", o já-dito. No cruzamento da opinião e da expressão individual, essas noções são teorizadas na demanda de sua crítica. De minha parte acho que não poderia ser diferente, já que, junto com a imprensa, a mídia, as sociedades democráticas, estabelece-se a ideologia da criatividade, do "resgate" da individualidade (?). Ideologia que reforça a ideia da vontade livre e da consciência acessível pelo mero esforço pessoal na relação com a linguagem: "Tudo o que eu quero dizer pode ser dito". Mito da sociedade de comunicação, esse querer, além de não ter

limites, pode nascer ali mesmo, espontaneamente do nada, sem nenhuma relação com o que já foi dito, vivido, experimentado, ou virá a ser. Não tem memória nem porvir. Brota em um sujeito onipotente, origem e dono de si, expressão do perfeito autocontrole (quem não o possui, mostra Foucault, ou vai para a prisão ou para o manicômio). (ORLANDI, 2004, p. 41).

O Baile Charme no Viaduto Negrão de Lima é a heterotopia do poder de apropriação e de rompimento nas estruturas objetivas do mundo; a conversão de um espaço reconfigurado em sentido e apropriação, em um "espaço outro" (Foucault, 1967). É pela cultura então que se abre essa possibilidade de colocação no mundo, de evidência de que há outras formas de saber, de dizer, de fazer Madureira - e as práticas de utilização do parque embora sujeitas a normas descontextualizadas da subjetividade simbólica do subúrbio (o que pressupõe sempre um poder fazer diferente) são brechas para se colocar no jogo a partir do próprio e também utilizar o simbólico na tentativa de conferir legitimidade na estrutura objetiva do mundo.

É emblemática a crença em uma classificação oficial, sem relativização – e uma passagem de "O Processo" de Kafka destacada por Bordieu (1990) ajuda a explicitar melhor: "Naturalmente, qualquer um pode se dizer 'grande', se quiser, mas, nesses casos, são as práticas do tribunal que decidem". (KAFKA apud BOURDIEU, 1990, 164). Esse ponto de vista oficial se dá na crença da existência da verdade – a verdade que sintetiza os lados, que marca os lugares, que não se permite à flexibilidade, ao relativismo. No conto "A Decadência da Mentira", Oscar Wilde defende a mentira como forma de flexibilizar o dizer, de propor a criatividade de outras formas de fazer para além do que se pode pensar da imitação da vida, da tentativa de representação "fiel", e em procurar artifícios de conviçção e prova de verdade. Nesse caso, a mídia legitima o lado simbólico preponderante e dominante, como se não houvesse lutas, disputas e embates – como se não fosse possível novos olhares, novas formas e práticas negociáveis – no entendimento dos saberes contextuais que determinam a compreensão da verdade. O estabelecimento de verdades próprias na prática de utilização do parque expõe ao jornalismo seu caráter não apenas de detentor da verdade, mas de ser capaz de definir de que lado ela está.

Em "A conveniência da cultura", Yúdice aposta no uso da cultura como um "recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania" (2006, p. 25). Apontamos aqui uma leitura de como a cultura produzida no subúrbio carioca torna-se

a liga para as melhorias sociais, políticas e econômicas advindas da construção de uma área de lazer. O argumento da integração vai se processar justamente no sentido da área para além de um espaço inovador de lazer, numa área abandonada pelo poder público – tanto na questão do lazer, quanto na tal esperada valorização imobiliária. Em suma, o parque amalgama os vieses econômicos, social, político e cidadão na produção de seus sentidos – a cobertura da imprensa nos dá a ideia de como esses pontos se processam e se intercruzam.

(...) a cultura serve de base ou garantia para fazer "reinvindicações de direitos no terreno público". Uma vez que a cultura é o que "cria o espaço onde as pessoas se 'sentem seguras' e 'em casa', onde elas se sentem como pertinentes e partícipes de um grupo" de acordo com essa perspectiva, ela é condição necessária para a formação da cidadania. (YÚDICE, 2006, p. 43).

Para exemplificarmos, o parque além de ser o espaço das práticas culturais artísticas, se tornou também o ponto de exercício da cidadania: as atividades promovidas pelo poder público para a inserção cidadã. Um exemplo é o mutirão de conciliação do Procon Carioca (*O Globo*, 20/11/12) que ao mesmo tempo em que legitima o espaço pelo simbólico da integração, propõe o parque como local da esfera pública.

Se a cultura popular produzida em Madureira se torna o perverso recurso midiático de reduzir o que propõe múltiplo, o capital cultural produzido no bairro é constantemente atualizado. É nesse revés de que não precisa de um reconhecimento pela autoridade do poder público para legitimar suas práticas, que a cultura produzida se torna o trunfo tático no complexo jogo de luta pelo significado.

Um artigo publicado no blog Baiúca do Baudelaire, da pesquisadora Ana Enne (2013), "Infelizmente os vândalos não tinham Youtube nem Facebook", aponta exatamente como a disputa pelo significado se torna fundamental para compreender o sentido e negativação das palavras. No texto, ela aponta como o sentido da palavra "vândalo" foi significado por um olhar dominante que fixou o sentido com a destruição e ausência da história própria, o que desconsidera as lutas entre povos das regiões escandinavas, dentre eles, os vândalos (atual Noruega) que foram catalogados pelo senso comum como destruidores.

Ora, todo o arcabouço representativo do sentido de subúrbio e suburbano, acionado nos momentos de impossibilidade de alteridade, tais como nos anos 1984, 1992 e 2001 como vimos no começo desse trabalho, traz a tona como o significado de subúrbio precisa

ser disputado e para se integrar (como propõe a propaganda institucional e a cobertura midiática com relação ao parque) não deve ser assimilado novamente como algo dado. É preciso que o próprio subúrbio dispute o sentido e se liberte da configuração "pronta e acabada", que o retira de sua historicidade, e que o relega ao esquecimento de sua história.

O dado apresentado no capítulo II¹⁰⁵ sobre os órgãos de pesquisas nacionais não terem catalogado os jornais produzidos no subúrbio é uma brecha para percebermos como a produção do sentido de suburbano pelo material de pesquisa se dá de forma unidirecional e tenderia ao confinamento (se não houvesse sujeitos e vida para além da produção do sentido midiático) – e esse é o ponto.

É de muita ajuda na compreensão da questão do Parque Madureira o texto "Memória, Identidade e Projeto" do Gilberto Velho (1994) para pensar a partir desses motes como se estrutura a cultura como um projeto de identidade – e o Parque Madureira exercendo essa pulsão de, a partir das práticas de Madureira/subúrbio, ser a liga integradora de um projeto de identidade suburbana/integração-carioca. Para Velho, a memória socialmente significativa parte de uma unidade englobante (fixada por meio de mitos e narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos a tal unidade) vai inferir no reconhecimento deste "todo", com pouco reconhecimento do indivíduo, mas sim na inserção do lugar e o desempenho que esse indivíduo assume na sociedade e nas suas funções.

O que nos leva novamente a como o sentido de subúrbio, como categoria englobante, permeia a compreensão dos papéis sociais dos suburbanos e todo o contexto no qual ele estará inserido – num enquadramento midiático preconcebido e pronto, do que essa identidade pressupõe. O passado e o presente (memória e sua relação com as circunstâncias do presente) tornam-se fundamentais à condução de Velho do conceito de projetos – "a antecipação no futuro dessas trajetórias e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos". (VELHO, 1994, p.101).

É por essa perspectiva que compreendemos, então, o parque como um projeto elaborado pela articulação da memória e da identidade para a integração - que busca dar cabo das reminiscências das políticas de alteridade e seus *modus operandi* das décadas de

exemplar.

-

É significativa a omissão (ou pouca relevância) que os órgãos de pesquisa institucionais demandam à produção de jornais, revistas, almanaques, entre outros, publicados em diversos bairros do subúrbio a partir de 1880. Dos aproximadamente 100 títulos catalogados apenas metade deles estão em instituições de pesquisa e desses, apenas 45 estão na Biblioteca Nacional, dos quais menos da metade está microfilmada e, quando muito, a coleção se resume a um único

80 e 90 - que usa como recurso o passado do subúrbio como consistência à ressignificação do sentido de subúrbio — e Madureira vai mediar esses interesses. O Parque Madureira, como projeto desta "revitalização" da identidade suburbana, é o que Gilberto velho chama de "instrumento de negociação da realidade". A questão é que a negociação da identidade suburbana é construída pela imprensa analisada de forma também estanque. A esse ponto, Ana Enne (2004) acrescenta que a relação entre memória e identidade pode ser de uma "referência que aproxime os agentes em uma perspectiva emcompassadora que sublime as diferenças a partir de interesses que se sobreponham" (ENNE, 2004, p.8). E a questão aqui é se a cultura suburbana não tem suas práticas culturais (a cozinha, a dança, os trajetos, a diversão, a música) tendenciosamente movidas pelo discurso a uma busca de integração que se processa mais aglutinada que justaposta.

A objetividade de perceber o mundo como evidência não deixa brecha para outras reflexões e olhares de novas formas de saber, das novas verdades do saber. As estruturas objetivas que explicam o mundo tendem, e o jornalismo não está à parte disso, ao monoolhar porque aplica suas estruturas de percepção ao mundo admirado – e são relatos provenientes de percepções do mundo sensível. É sintomático então que tais estruturas cristalizem os sentidos e as possibilidades outras de entendimento – e as receitas prontas impostas se tornem ferramentas mais fáceis nas lutas pelo poder de fala – e que legitimam ordenamentos não como desvios e negatividade de outras formas de perceber o mundo e praticar a cultura; mas como as falas de apreciação e aproximação dos mundos pelas práticas do espaço social.

A legitimação da ordem social (Bourdieu, 1990) não chega a nós como uma ação intencionalmente deliberada. Sua ardilosidade está justamente no escancaramento da estreita relação das estruturas objetivas do mundo social com as estruturas de percepção e apreciação – o que nos leva ao engodo de perceber as conexões (e os jogos classificatórios) do mundo como evidentes.

É o capital simbólico exercendo sua faceta mais crua e cruel: autoridade de tais subjetividades não apresentadas como tal, mas investidas de apropriação legítima a partir de lutas anteriores que têm a vantagem do sentido da autenticidade, da propriedade da fala com o saber fazer e com o reconhecimento de legitimidade. Mas ao mesmo tempo, ela só existe porque reconhecida, porque levada em conta. Como inverter essa ordem? Não estaria a comunicação social no lugar de justamente apresentar as miríades de posições de, como aponta Certeau (2001), apresentar o mundo em sua pluralidade?

É então na promoção da dislexia na fala do outro, no contraponto comezinho da rotina produtiva de "ouvir" as partes e apresentar suas posições, que o jornalismo vai camuflar sua ardilosidade ao alijar a subjetividade dos moradores das regiões suburbanas, personificadas aqui nas matérias sobre o parque em Madureira. O jornalismo em sua condição de representante do equilíbrio entre a neutralidade e o posicionamento crítico tem em seus usuais rituais de objetividade e imparcialidade a estratégia de silenciamento e direcionamento discursivo — o que escancara os ordenamentos dos sentidos pela orquestração das falas.

E por meio desse "equilíbrio" pautado em racionalidade técnica, o jornalismo mascara como entropia - necessária a uma mudança significativa para as ressignificações dos sentidos inventados e perpetuados há mais de um século - o ruído informacional conservador, a paráfrase (no sentido de Orlandi) com seu papel vital de organizar e manter o *status quo* do ordenamento conveniente. Propomos então o conceito de dislexia discursiva como a competência midiática de reconfigurar (construir/destruir) a inscrição dos moradores do subúrbio aos fluxos harmoniosos do consenso da integração. Assim, no próximo capítulo, empreenderemos alguns vieses necessários para a compreensão do jornalismo como potência violenta de produção de sentido.

4 A dislexia discursiva – uma crítica ao fazer jornalístico

Compreendiam exatamente o sentido lógico das palavras que pronunciavam, mas sem ouvir o murmúrio do rio semântico que corria entre essas palavras.

(Milan Kundera)

Em 2005, durante o Fórum Mundial Social em Buenos Aires, Boaventura de Sousa Santos falou sobre a emancipação social e dentre as abordagens dele, uma chama a nossa atenção: "Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas". (SANTOS, 2007, p. 20). E o caminho no qual enveredemos neste último capítulo se põe a problematizar as discrepâncias entre a teoria e a prática jornalísticas — ou mais precisamente, na maneira astuta como a articulação entre ambas cria um confortável respaldo às empresas jornalísticas, no qual o engessamento dos rituais jornalísticos se tornam forças estratégicas, e contrariam a essência "social" que esses rituais de objetividade, imparcialidade e verdade dizem defender.

Antes de entrarmos especificamente na questão, trazemos novamente algumas das reportagens publicadas pelo jornal *O Globo* – acreditamos que é na materialidade onde melhor podemos expor o esboço do que discutiremos aqui.

A reportagem "A ilegalidade perde terreno", 29 de janeiro de 2011, já pontuada no capítulo anterior, aborda a questão das remoções das favelas e do discurso da legalidade, que vai desembocar na integração pelo Parque Madureira já que uma das favelas removidas (Vila das Torres) serviu para a construção do parque. Agora nos interessa outro trecho do texto principal da página que diz:

Paes afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 80 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Desse total, 3.100 teriam sido reassentadas com a ajuda de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo aluguel social. Ele prometeu que, até 2012, essa política de reassentamento,

_

¹⁰⁶ KUNDERA, Milan. A insustentável leveza do ser. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.94.

associada a uma série de outras medidas, <u>vai permitir a recuperação</u> de 3,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no início do seu mandato.

— Há muita coisa acontecendo neste momento, o que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior. Mas o mais interessante é que não se trata de uma política de remover e jogar em qualquer lugar. Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público. Mas fizemos tudo com muita negociação — afirmou o prefeito.

De acordo com o IPP, levantamentos semelhantes realizados anteriormente vinham registrando o aumento das áreas ocupadas de forma irregular.

— Pela primeira vez na história da cidade, conseguimos registrar uma redução na área de favelas. Mas não é só isso. Desde 2009, não há registros do surgimento de novas favelas. Aqui você tem também uma mensagem muito clara, que é a de que a gente não vai tolerar invasão na cidade. (*O Globo*, 30 de janeiro de 2011)¹⁰⁷.

E mais. Complementando a matéria há uma retranca que também chama atenção e que nos encaminhou para a compreensão do que chamaremos de dislexia discursiva. A retranca "A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter difículdade" traz um balanço da nova realidade dos moradores que foram "reassentados". Vejamos os argumentos:

Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho. No entanto, o trajeto entre os barracos amontoados em favelas e os apartamentos distribuídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida pode ser mais tortuoso que o esperado. Pouco acostumadas aos deveres da vida em condomínio, algumas famílias reassentadas demoram a se adaptar à nova condição de proprietárias. E sem traquejos para resolver problemas cotidianos, cobram soluções da prefeitura.

- Essa é a tarefa mais difícil com a qual nos deparamos. Muitas dessas famílias, que moravam em áreas muito precárias e <u>sem qualquer obrigação</u>, de uma para outra <u>se viram obrigadas a viver em condomínio.</u> <u>Muitas vezes há problemas de uso</u>. Outro dia, barramos a entrada de mil tijolos num dos condomínios – conta o secretário municipal de habitação, Jorge Bittar.

O problema pode ser visto no condomínio Vivendas Ypé Amarelo, em Realengo, mais conhecido como Urubulengo. Em abril de 2010 o lugar recebeu 229 famílias de casas que foram interditadas por estarem em área de risco na Favela do Urubu em Pilares. Ali, pessoas como Regina de Jesus, 37 anos, tentam reconstituir num apartamento de dois quartos a vida que deixaram para trás. Ela, assim como outros moradores, elogia a infraestrutura, mas reclama do comportamento dos vizinhos que não respeitam as regras de convivência. Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distancia de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares. (...) (O Globo, 30 de janeiro de 2011).

_

¹⁰⁷ Grifo do autor.

A matéria não tem inserção direta da fala da moradora ou de nenhum outro morador. Por mais dois parágrafos o texto traz outra fala do, então secretário de habitação, Jorge Bittar, de forma indireta; e no último parágrafo a fala direta do secretário apontando como a prefeitura intermedia a relação entre os moradores de todos os condomínios com ações sociais de geração de emprego e educação.

Jorge Bittar afirmou que a prefeitura tem procurado intermediar a relação entre os moradores e a Caixa Econômica Federal, responsável pelos empreendimentos. Mas diz também que o município identificou a necessidade de um acompanhamento mais efetivo das famílias.

- Nós já temos na secretaria uma área social que acompanha essas famílias. Mas, por orientação do prefeito, nos reunimos esta semana com o secretário de Ação Social, Rodrigo Bethlem, para traçar uma estratégia para entrar em todos os condomínios com ações sociais, de educação e de geração de emprego. Assim como eles, também estamos aprendendo a fazer esse trabalho. (*O Globo*, 30 de janeiro de 2011).

O texto em poucas linhas tem uma ruptura, um deslize em seu traçado discursivo. Tal deslize não se dá na fala de uma fonte que se coloca como sujeito de sua condição; o que podemos perceber aqui são alguns meandros do jogo de sentido. Em primeiro momento um jogo de palavras, no qual o jornal abre o texto principal da reportagem para a ilegalidade de uma moradia em favelas — e na legalidade da educação do saber morar. Os parâmetros do que é civilidade e a urbanidade que isso pressupõe numa sobreposição não apenas a formas alternativas de moradia, mas principalmente de comportamento do que isso implica.

Noutra questão, olhando pelos parâmetros "técnicos" do jornalismo, a escolha das vozes que se pronunciam trazem, nessa reportagem, uma reprodução de muitos outros relatos do jornal sobre a proposta de integração da cidade – e todo o arcabouço que implica ser integrado – como discutimos no capítulo anterior. O jornal, então, escolhe como fonte da verdade a fala do então secretário Jorge Bittar, representante da fala oficial da prefeitura. Mais do que ouvido, a estrutura da reportagem assume como verdade a tese do secretário; além de legitimar a fala do prefeito Eduardo Paes que dá a dica de como as relações se estabelecem: "Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público". (O Globo, 30 de janeiro de 2011).

A falta de traquejo para problemas cotidianos; o pouco costume aos deveres da vida em condomínios; e a mudança de barracos amontoados para apartamentos se misturam às reclamações de vizinhos inoportunos; dos pagamentos do condomínio, de luz e de gás; e da distância do antigo lugar de moradia. Essas são em poucas e resumidas palavras as oposições, para o jornal, que separam o trabalho das políticas de reassentamento das ações dos reassentados. O "ganho" de entrar na cidade formal como aponta o jornal ("Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho") se contrapõe às práticas inadequadas dos novos e "contemplados" cidadãos da cidade legal.

As remoções e os transtornos que isso gera são simplificados num "balaio de gato só", o que reduz a complexidade que poderia haver nesse processo. A moradora, Regina de Jesus que se mudou de Pilares para Realengo é a única fonte da matéria que não é oficial. Sua entrevista é apresentada no discurso indireto, e as críticas são alocadas todas de uma só vez, como que equiparadas. As questões caras aqui são: o jornal efetivamente está ouvindo a moradora? Em que medida as reclamações se tornam críticas? Tal ordenamento discursivo do jornal obedece aos preceitos de ouvir os dois lados — o que garante ao jornalismo consagrar a imparcialidade requerida — mas apenas superficialmente. É um parecer ouvir, um parecer falar sobre o problema.

Vale ressaltar aqui a imagem que retrata a retranca. Nela, três moradoras exibem sua nova sala e a legenda diz: "Regina (sentada) e família: De uma favela para um conjunto em Realengo". O que presenciamos é a superficialidade em pluralizar a discussão em torno das remoções, ao equiparar as reclamações: reclamar do pagamento das taxas condominiais, do gás e da luz por entrar na "cidade formal" retira o olhar crítico para a questão chave das remoções: a mudança do local de origem, os laços de pertencimento, o trabalho, a família – "Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares".

Discursivamente, a estratégia minimiza um aspecto importante ao não gerar questionamentos sobre as práticas de remoções — mas apenas da nova vida que "é um ganho". Tal direcionamento discursivo desliza sobre o que parece não existir (a insatisfação contundente dos moradores que foram "reassentados" em locais muito longe das moradias) e é ardiloso na forma com que organiza a minimização crítica da fala do outro, do tal outro lado da história que o jornalismo insiste em "ouvir". Essa matéria se

articula a outras sobre remoções que também resvalam no parque e no subúrbio de maneira mais abrangente.



REGINA (SENTADA) e familia: de uma favela para um conjunto em Realengo

A difícil adaptação

Vida em condomínios pode ter dificuldades

Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho. No entanto, o trajeto entre os barracos amontoados em lavelas e os apartamentos distribuídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida pode ser mais tortuoso que o esperado. Pouco acostumadas aos deveres da vida em condomínio, algumas familias reassentadas democam a se adaptar à nova condição de proprietárias. E, sem traquejo para resolver problemas cotidianos, cobram soluções da prefeitura.

— Essa é a tarela mais dificil com a qual nós nos deparamos. Muitas desas famílias, que moravam em áreas multo precárias e sem qualquer obrigação, de uma hora para outra se viram obrigadas a viver em condomínio. Muitas vezes, há problemas de uso. Outro dia, barramos a entrada de mil tijolos num dos condomínios — conta o secretário municipal de Habitação, Jorge Battar.

O problema pode ser visto no condominio Vivendas Ipê Amarelo, em Realengo, mais conhecido como Urubulengo. Em abril de 2010, o lugar recebeu 299 familias de casas que foram interditadas por estarem em áreas de risco na Favela do Urubu, em Pilares. Ali, pessoas como Regina de Jesus, de 37 anos, tentam reconstituir num apartamento de dois quartos a vida que deixaram para trás. Ela, assim como outros moradores, elogía a infraestrutura, mas reclama do comportamento de vizinhos que não respeitam as regras de convivência. Há ainda quem reclame dos custos do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além, é claro, da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares.

Jorge Bittar afirmou que a prefeitura tem procurado intermedlar a relação entre os moradores e a Caixa Econômica Federal, responsável pelos empreendimentos. Mas diz também que o município identificou a necessidade de um acompanhamento mais efetivo das famillas.

— Nós já temos na secretaria uma área social que acompanha essas familias. Mas, por orientação do preleito, nos reunimos esta semana com o secretário de Ação Social, Redrigo Bethlem, para traçar uma estratégia para entrar em todos os condomintos com ações socials, de educação e de geração de emprego. Assim como eles, também estamos aprendendo a fazer esse trabalho.

Imagem 29 de janeiro de 2011. Imagem 7.

Algo que se repete constantemente nas reportagens é o jornalismo palanque de um consenso de cidade, de um consenso de forma de gerir o espaço urbano – e disso, o arcabouço de práticas de gerência do espaço que vai desembocar nas ações destinadas aos cidadãos moradores de tais regiões.

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do

modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias. (MARICATO, 2013, p.122)

O silenciamento do contraste de opiniões sobre as condições "integradoras" das mudanças urbanas "inevitáveis ao progresso" é o recado da imprensa à ineficiência do discurso integrador que elabora para o projeto de subúrbio – cujas bases são políticas e reproduzidas pelo *O Globo* (o que discutiremos mais adiante). Só para termos uma ideia, embora nossa proposta não seja aqui expor repetitivamente o "mais do mesmo" das matérias sobre a questão da integração, o reforço de tais aspectos é um jeito que consideramos eficaz de registrar o quanto o jornalismo repete práticas e caminhos discursivos como mantras de silenciamento. Assim, os moradores dos novos condomínios são apresentados como "incapazes de vida civilizada" ou não aparecem ou têm a fala trabalhada como em um jogo para a construção capciosa do sentido.

Em 08 de janeiro de 2010 ainda durante a fase de construção do parque, apresentamos a reportagem "Prefeitura removerá 119 favelas". O texto principal da página traz um levantamento das favelas que serão removidas e de outras, naquele momento, em processo parcial de remoção. Os dados, apresentados em números, são corroborados pelas falas (únicas nesse trecho da matéria) do então secretário de Habitação, Jorge Bittar, e do prefeito Eduardo Paes. Entre as cinco (!!!) inserções de Jorge Bittar, destacamos uma: "Os reassentamentos são feitos num processo de amplo diálogo com as comunidades. Nada será feito de maneira truculenta ou desrespeitosa — garante Bittar. — Primeiro entramos em contato com os líderes comunitários; depois fazemos um cadastramento e oferecemos alternativas de moradia às famílias".

Destacamos a fala do prefeito Eduardo Paes, única fonte além de Bittar: "- área de risco no Rio não vai ter mais. Vai sair, com dignidade, diálogo, indenização e aluguel social. Não vamos admitir que, a qualquer chuva, o prefeito não consegue (sic) dormir achando que pode alguém morrer em deslizamentos. Tem que acabar com a demagogia e retirar".

Em seguida, a matéria nos traz uma retranca com o título "Pacificação, urbanização e choque de ordem – especialistas acham que poder público está no caminho

certo". E nessa retranca se torna mais clara a ardilosidade com a qual se constrói desde o início das obras de "integração" da cidade. Vejamos o lead:

Especialistas e representantes de moradores de favelas veem com bons olhos a estratégia adotada pelo poder público de conjugar ações de ocupação policial, remoção, urbanização e choque de ordem. Segundo eles, esse é o caminho a ser trilhado para a retomada, pelo estado, dos territórios dominados pelos traficantes e milicianos. Os especialistas ressaltam, contudo, que o processo precisa ter participação popular para se efetivar. (O Globo, 08 de janeiro de 2010). (grifo nosso)

A astúcia discursiva em afirmar tais opiniões em sintonia com as ações do poder público leva a crer que tais falas são, além de condizentes com o poder público, acríticas. Os especialistas apregoados na retranca são quatro: o arquiteto e urbanista, Sérgio Magallhães; a presidente da Sociedade de Engenharia e Arquitetura do Estado do Rio de Janeiro, Carmem Petraglia; o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), Geraldo Tadeu; e o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Rossino Castro Diniz. De tais falas, apenas duas aparecem no discurso indireto: são exatamente as duas falas em que há contraponto ao que é afirmado como "caminho certo" do poder público – lembrando em que apenas uma há representante de moradores.

O arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães destaca a importância das ações implementadas. Para ele, o ideal é que essas iniciativas sejam conjuntas:

- Estamos no caminho certo. A luta deve ser pela universalização do processo de retomada dos territórios. E tem de ser estendida aos grandes complexos. A retomada dos territórios é essencial para a cidadania.

A presidente da Sociedade de Engenharia e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, Carmem Petraglia, destaca que a integração permite a otimização dos esforços e gastos, mas é preciso ouvir os moradores:

- As ações estão no sentido correto. O que é preciso é alinhavá-las. Toda a parte de engenharia, de obras, tem que envolver questões econômicas, sociais, culturais e de segurança.

Para o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, as ações coordenadas de choque de ordem, urbanização e ocupação policial são positivas, mas devem ser acompanhadas da implantação de serviços públicos essenciais, como escolhas e postos de saúde. Já o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Rossino de Castro Diniz, defende que as famílias removidas de áreas de risco sejam reassentadas nas próprias comunidades. (O Globo, 08 de janeiro de 2010)¹⁰⁸.

-

¹⁰⁸ Grifo do autor.

E para complementar, a matéria veio com um box opinativo do jornal chamado "Opinião", comum em algumas reportagens. Nele, o jornal assume seu posicionamento para a questão:

MUITAS TRAGÉDIAS depois, o Rio – como Angra está sendo obrigada a fazer – promete demolir imóveis ilegais, construídos em áreas de risco e remover famílias. DESMISTIFICA-SE AFINAL, o termo "remoção", para o bem de todos os cariocas. ESPERA-SE, NO ENTANTO, que a promessa seja para valer, e não caia no esquecimento quando o carnaval chegar. Vidas estão em jogo. (*O Globo*, 08 de janeiro de 2010) ¹⁰⁹.

Essas são algumas das muitas matérias que reforçam a nossa tese para o gesto de silenciar, de apagar as marcas promovido pelo jornal na efetiva apuração das matérias em consideração à pluralidade que o jornalismo propõe; e que sustentará o que estamos chamando de dislexia. Enquanto a própria fala do jornal aponta a necessidade de participação dos moradores, dita em ambas as reportagens, não há afetivamente em momento algum fala dos moradores que sejam contundentes e demonstrativas de um debate amplo sobre as questões relativas às mudanças estruturais para as regiões de periferia social da cidade – e que reverbera diretamente na questão da integração, e de Madureira, que pela reportagem acima teve 254 casas removidas, no total de três favelas – além, de como vimos anteriormente, muitas expulsões para dar lugar às obras do BRT da Transcarioca.

Muitos exemplos se somam ao recorte da cobertura jornalística. Alguns pontuaremos ao longo do capítulo. Mas destacamos mais duas para mostrarmos aqui o que consideramos significativos para o desenvolvimento desde capítulo. É o caso da matéria "A cidade inteira faz festa, e Madureira sorriu" de 1º de janeiro de 2013. Não houve inserções diretas das falas dos moradores de Madureira ou que tenham passado a noite de Réveillon no parque. Há apenas:

A nova atração do bairro atraiu moradores, que, no lugar de pegarem ônibus lotados e enfrentarem trânsito pesado para ir ver os fogos na Zona Sul, decidiram prestigiar o primeiro Réveillon do Parque Madureira, bem pertinho de casa. Foi o que fizeram as amigas Marilda Freitas, de 52 anos, Jandira Senna, de 58, e Maria José de Paiva Amado, de 67, que chegaram cedo para guardar lugar pertinho do palco. (*O Globo*, 1º de janeiro de 2013).

_

¹⁰⁹ O jornal optou pelo uso das palavras descritas em caixa-alta, exatamente como copiado acima.

Outro destaque é o título "Tantas razões para ir ao Parque Madureira", de 25 de novembro de 2012, no qual nenhum dos itens que compõem as razões para ir ao parque foi dado por moradores. A abertura da matéria dá a tônica de como se deu a escolha das razões para visitar o parque:

A Zona Norte é uma região carente de espaços públicos de convivência. Por isso, a chegada do Parque Madureira este ano foi tão festejada. Também no clima de comemoração, os Jornais de Bairro do GLOBO, que em 2012 completam 30 anos, listam 30 razões para conhecer e frequentar esse espaço inaugurado em junho. (*O Globo*, 25 de novembro de 2012).

Assim como em muitas outras abordagens, há entrevista com visitantes do parque que não são moradores de Madureira, o que se aproxima do reforço da proposta de integração com outros bairros do subúrbio:

O local já se tornou um ponto de encontro não somente para moradores de Madureira, como também para pessoas que vêm de outros bairros – É a primeira vez que venho e gostei muito do que vi. Adorei o mirante, afirma Afonsina de Araújo, que saiu da Ilha para conhecer o parque. (*O Globo*, 25 de novembro de 2012). (grifo nosso)

Chama atenção que o Mirante destacado pela entrevistada não conste entre as razões para se visitar o parque. A dislexia discursiva, então, não é o apagamento, mas a discrepância proposital da fala do outro, que a faz assemelhar-se ao ruído. É esse o caminho que tentaremos dar conta para falarmos dessa modulação das vozes. Para pensar o fenômeno da dislexia discursiva e montarmos nosso quebra-cabeça, vamos recorrer a algumas metáforas, entre elas, uma da física e outra da fonoaudiologia – não como uma transposição imediata, mas como caminhos de reconfiguração de alguns conceitos que serão essenciais, tais como o de ruído e o de ordem/desordem.

Essas questões nos levam a uma chave de interpretação do papel do jornalismo em neutralizar o potencial questionador das falas plurais que se diz disposto a ouvir. Ao neutralizar o incômodo das possíveis falas discordantes, o jornalismo transforma em resmungos os sussurros quase inaudíveis das condições dos moradores de áreas suburbanas e, mais do que isso, do que dentro da lógica de cidade integrada fica de fora do projeto de cidade empresa/cidade olímpica/cidade global.

O que nos lembra o poder de um demônio numa metáfora do século XIX. Em 1871 o físico James Clerk Maxwell propôs um postulado utilizando a metáfora de um demônio controlador dos fluxos para ilustrar a distinção entre energia e entropia em ambientes fechados – e assim, desafiar a Segunda Lei da Termodinâmica. Tal experimento é utilizado também para delinear a relação que se estabelece entre entropia e organização, nosso interesse aqui. Tal demônio seria então,

Um ser cujas faculdades são tão refinadas que pode seguir o percurso de cada molécula e está habilitado a fazer o que para nós ainda é impossível [...] Vamos supor que um recipiente esteja dividido em duas partes A e B, por uma pequena parede, na qual há um pequeno buraco, e que um ser que pode ver moléculas individualmente, abre e fecha esse buraco, de maneira a permitir apenas que as moléculas mais rápidas passem de A para B, e que as mais lentas passem de B para A. Esse ser, sem realizar trabalho algum, aumentará a temperatura de B e diminuirá a de A, em contradição com a segunda lei da termodinâmica (MAXWELL, 1871, p. 328-329).

Em outras palavras, a temperatura do gás é a média dos movimentos de todas as moléculas; assim algumas moléculas se movem mais rapidamente que a média e outras, mais devagar. Essa é a ordem do movimento molecular do gás. Ao consentir que todas as moléculas atravessem a tal buraco em consonância com seus pares de velocidade, a seleção das moléculas faz crescer a organização relativa do gás. Sem queremos entrar aqui nos preceitos desconhecidos do mundo das áreas exatas, o exemplo do experimento de Maxwell é uma contribuição importante ao nosso olhar porque ajuda a elucidar melhor a fronteira de ordem-desordem de um sistema.

Como nos diz Wilden,

O demônio cria uma nova ordem a partir de uma ordem diversamente organizada servindo-se de informações sobre a organização. O ponto essencial é que o segundo princípio nunca é violado (tanto quanto se sabe), mas apesar disso se pode recorrer à informação para manter ou aumentar a organização – num sistema aberto. É o demônio quem abre o sistema fechado dos dois contentores de gás ao *input* de um ambiente que não pertence nem às duas concentrações gasosas nem aos seus contentores. Deste modo, o demônio produz ordem a partir da ordem – como todo organismo vivo – mas, a expensas de um aumento da desordem noutro lugar. (WILDEN, 2001, 71).

O que nos interessa então, depois desse breve percurso físico como metáfora é problematizar como o jornalismo observa, registra e controla tais trocas informacionais na produção do sentido – e que apontamos aqui tomando como base o final da citação

anterior: produzir ordem a expensas de desordem em outro lugar. Ou uma dificuldade do jornalismo de lidar com flexibilidade nas categorizações de ordem/desordem, ruído/informação e se propor alternativamente a partir da adequação a essas vertentes. Mas o que percebemos durante a pesquisa sobre a produção da integração suburbana a partir das matérias sobre o Parque Madureira é um jornalismo que dá voz ao ruído ao esgotar os caminhos do ordenamento — pensando ordem, aqui, pela autoridade, pela harmonia ao hegemônico (diferente do sentido de organização que procura dar conta da entropia).

A metáfora com o modelo de Maxwell se aproxima também do conceito de gatekeeper, mas se diferencia dele pela perspectiva que tomamos aqui. Se o conceito de gatekeeper dialoga diretamente com a de um porteiro controlador dos fluxos, essa se dá mais pela seleção da notícia e menos pela orquestração das vozes – e é para esse ponto que olhamos ao tratarmos do controle da ordem; inclusive, no que será estabelecido como ordem e como desordem. A diferença se centra na (in)capacidade estratégica de ouvir.

De acordo com os estudos de Hohlfeldt (2013), os processos de gatekeeping foram verificados em 1947 por Kurt Lewin a partir do fluxo informativo dos telexes chegados às redações e a utilização deles como notícias na edição dos mesmos jornais no dia seguinte.

O gatekeeping constituir-se-ia, portanto, em uma distorção involuntária — na medida em que não se trata de uma intervenção consciente, sensorial — da informação, devida ao modo pelo qual se organiza, institucionaliza e desenvolve a função jornalística, as chamadas *estruturas inferenciais*, que não significam manipulação, pura e simplesmente, eis que não são distorções deliberadas, mas involuntárias, inconscientes, que podem chegar, por isso mesmo, a níveis bem mais radicais e perigosos, na medida em que omitem ou marginalizam acontecimentos que, por vezes, poderiam ser efetivamente importantes e significativos ao menos para determinadas coletividades. (HOHLFELDT, 2013, p. 206).

Por esse caminho, estabeleceu-se o conceito de que há normais profissionais que superam as distorções subjetivas na seleção das informações que compõem as edições jornalísticas. No entanto, outro ponto de diferença do que propomos se apresenta pela intencionalidade. Hohlfeldt aponta o caráter involuntário do processo de gatekeeping. O caminho da dislexia vai pela contramão: é proposital. O jornalismo ocupa então o lugar do Demônio de Maxwell no controle e ordenamento dos fluxos – não apenas informacionais, mas de atribuição de sentido.

É esse o ponto nevrálgico e dislexo de como se processam os sentidos do "integrado": as condições de infraestruturas constitutivas esbarram fortemente no que de

simbólico se compreende para Madureira, para o subúrbio - e tais racionalizações pela lógica do mercado, da cidade-empresa, da inserção global silenciam o "real da cidade", e se pautam em vista do senso comum do que se entende para o espaço (e seus sujeitos) pela compreensão das condições simbólico-históricas (e não com isso em sua historicidade) dos subúrbios e dos suburbanos cariocas. E é aqui que encontramos como os jornais buscam silenciar as falas dos sujeitos suburbanos alijados de representatividade na instituição que se estrutura nos estatutos da verdade, da objetividade, da imparcialidade e do social. Estatutos, estes, que encobrem as condições fluidas na construção da verdade discursiva. É no ritual da objetividade que o jornalista, como pontua Tuchman (apud Traquina, 2012), se resguarda das incoerências possíveis. Ora, a objetividade aparece, então, como estratégia de legitimação e de camuflagem das negociações dos agentes sociais defendidas como centrais na constituição das notícias, como apresenta a teoria interacionista.

Apresentamos então nesse quarto capítulo uma proposta de compreensão de como o jornalismo vai dar voz ao ruído que ele se propõe a aniquilar. Mais do que transmitir informação, seu caráter comunicativo se fixa na organização, e organizar também pressupõe uma compreensão subjetiva do que isso significa. É nesse ponto que iremos propor o conceito de dislexia discursiva do jornalismo produzida pelo silenciamento/pseudoacatamento de falas que não chegam a serem vozes, mas vestígios de tais sujeitos.

4.1 Rastros de existência

Diante da percepção das artimanhas de pluralidade nas entrevistas dos jornais frente à necessidade de "dar voz" aos envolvidos, faz-se necessário explicar o que estamos chamando de dislexia discursiva. A complexidade do entendimento do que é Dislexia está diretamente vinculada ao entendimento do ser humano: de quem somos; do que é Memória e Pensamento e do que é Pensamento e Linguagem; de como aprendemos e do por quê. Propomos então uma rápida concepção do termo dislexia.

Em artigo publicado no livro "Dislexia, fala e linguagem: um manual do profissional" (2004), Snowling apresenta um histórico do problema. De acordo com ele, em 1896, um adolescente de 14 anos, apesar de inteligente, apresentava incapacidade quase absoluta em relação à linguagem escrita, que Pringle Morgan designou de cegueira verbal. Desde então esta perturbação tem recebido diversas denominações: cegueira verbal

congénita; dislexia congénita; estrefossimbolia; alexia do desenvolvimento; dislexia constitucional e parte do contínuo das perturbações de linguagem, caracterizada por um déficit no processamento verbal dos sons. Foi apenas em 1968 que a Federação de Neurologia utilizou pela primeira vez a expressão "dislexia do desenvolvimento", definindo-a como um transtorno que se manifesta por dificuldades na aprendizagem da leitura, apesar das crianças serem ensinadas com métodos de ensino convencionais, terem inteligência normal e oportunidades socioculturais adequadas.

Em seu sentido mais estrito, dislexia vem da significação intrínseca do termo: *dys*, significando imperfeito como disfunção, isto é, uma função anormal ou prejudicada; e *lexia* que, do grego, dá significação mais ampla ao termo palavra, isto é, como Linguagem em seu sentido abrangente. Há poucos anos, a origem desta dificuldade era desconhecida, era uma incapacidade invisível, um mistério, que gerou mitos e preconceitos estigmatizando as crianças, os jovens e os adultos que não conseguiam ultrapassá-la. Conforme aponta Teles (2004)

Dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correcção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um défice fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais. Esta definição de dislexia é a actualmente aceita pela grande maioria da comunidade científica (TELES, 2004, 715).

Nos estudos sobre as causas das dificuldades leitoras, a hipótese aceita pela grande maioria dos investigadores, de acordo com Teles (2004) é do déficit fonológico. Por ela, a dislexia é causada por um déficit no sistema de processamento fonológico motivado por a uma ruptura no sistema neurológico cerebral. Tal problema fonológico dificulta a discriminação e processamento dos sons da linguagem. Em outras palavras: a ausência de consciência de que a linguagem é formada por palavras, as palavras formadas por sílabas, as sílabas formadas por fonemas e o conhecimento de que os caracteres do alfabeto são a representação gráfica desses fonemas. O défice fonológico dificulta apenas a decodificação do texto. Todas as outras competências necessárias à compreensão estão intactas: a inteligência geral, o vocabulário, a sintaxe, o discurso, o raciocínio e a formação de conceitos. "Embora variantes de uma hipótese de déficit visual ainda sejam consideradas

hoje (...) a perspectiva mais aceita é que a dislexia pode ser considerada parte do contínuo das desordens da linguagem e é um déficit do processamento verbal" (SNOWLING, 2004, p. 11).

Há poucos anos ainda se pensava a dislexia como perturbação comportamental que afetava a leitura. Hoje, entende-se a dislexia como uma perturbação parcialmente herdada que inclui déficits na leitura, no processamento fonológico, na memória de trabalho, na capacidade de nomeação rápida, na coordenação sensoriomotora, na automatização, e no processamento sensorial precoce. Para a pesquiadora Renaje Rubino (2008) trata-se antes de um conceito que recorta o conjunto particular de condições sob as quais, em determinados casos, se observa a dificuldade na leitura — ou seja, aqueles casos em que essas condições são entendidas como normais e adequadas. A identificação de um caso de dislexia vai depender, então, de que o mau desempenho na leitura seja considerado surpreendente em relação às condições que se encontram presentes.

(...) um procedimento marcado por uma apreciação subjetiva. Se não há maiores dificuldades na exclusão de fatores causais como uma perda auditiva ou uma lesão cerebral, o mesmo não se pode dizer em relação às ditas causas não-específicas de origem emocional, cultural, sócioeconômica e educacional. Como determinar se uma desordem afetiva se encontrava ou não em jogo num momento anterior àquele em que se realiza o diagnóstico? Como demarcar a linha divisória a partir da qual os fatores entendidos como não-específicos - emocionais, culturais, educacionais etc. – afetam o desempenho da criança a ponto de serem considerados como "causas" de uma dificuldade na linguagem escrita? É importante ter claro que essa demarcação está implícita no conceito de dislexia, uma vez que será considera da disléxica a criança que enfrenta obstáculos na aquisição da leitura e da escrita apesar de contar com ascondições necessárias para tal aquisição Em outras palavras, é isso o que guiará o entendimento de que tais obstáculos estão presentes em razão de uma dificuldade específica na leitura. (RUBINO, 2008, 87).

Esse é um ponto a ser ressaltado em relação ao conceito de dislexia: a dislexia é "uma dificuldade inesperada ao aprender a ler." (SHAYWITZ, apud RUBINO, 2008, p. 87). Essa visão, recorrente nos estudos científicos orienta o ponto de vista de que o diagnóstico de dislexia deve ser realizado "por exclusão" e na relação entre condições para desempenho e efetivo desempenho.

A consequência disso é que os profissionais que estão na fronteira entre a dislexia, a fala e a linguagem precisam estar prontos para avaliar a extensão em que a dificuldade pode ser atribuída à fonologia deficiente, e a extensão que outros déficits de linguagem e

de processamento cognitivo podem ter. "A maior parte dos profissionais sente-se confortável com a definição de discrepância dada à dislexia, pelo menos como um ponto de partida para sua investigação das estratégias de leitura e ortografia, assim como das habilidades de processamento cognitivo de um indivíduo portador de dificuldades". (SNOWLING, 2004, 13).

De volta à comunicação, tal apresentação resumida do que se entende atualmente por dislexia e o trabalho das pesquisas neurológicas para a compreensão do problema dãonos a tônica de entendimento para o que estamos chamando de dislexia no jornalismo. Não se trata de pensar o jornalismo dislexo como essência. Ou em outras palavras, um jornalismo dislexo por não ser capaz de dar conta do mundo à volta como se fosse apenas incapacidade pela tentativa. Ou de propor uma concepção da imprensa cuja impossibilidade de dar conta da verdade seja compreendida como condição possível - já que se encontraria inevitavelmente na busca por tatear o real. Não negamos tais impossibilidades do jornalismo, o que queremos demonstrar aqui é como tais considerações mascaram o uso das limitações com ardilosas ferramentas de orquestração acintosa dos direcionamentos do sentido. Ou seja, o jornalismo promove como estratégia discursiva a dislexia da fala do outro.

É o que encontramos, por exemplo, na matéria "Madureira ganhará o terceiro maior parque da cidade, com 113 mil metros quadrados" de 03 de novembro de 2011. Não há no texto entrevistas com moradores, mas apenas com o órgão oficial – a Prefeitura do Rio de Janeiro.

"Para dar lugar ao parque, 897 imóveis construídos em áreas invadidas estão sendo removidos. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, desse total, 317 famílias já foram indenizadas e 264 realocadas em unidade do programa Minha Casa Minha Vida. A prefeitura negocia agora a saída das 316 famílias restantes". (...) "Para evitar novas invasões, um muro será erguido entre o parque e as linhas de transmissão protegendo as linhas e o espaço, reservado à futura extensão da Via Light". (O Globo, 03 de novembro de 2011).

Algumas questões ficam a mercê da imaginação: como foram recebidas essas "realocações"? E o restante das famílias removidas que não foram nem indenizadas nem realocadas, o que houve com elas? O que pensam ou passam? O muro será construído para proteger as linhas, proteger o espaço privado da Light, ou proteger aos moradores das áreas ocupadas que estão próximas a linhas de transmissão? São perguntas relegadas às margens cujas respostas ecoam, provavelmente, em muitos moradores sujeitados às reformulações

urbanas. A questão que nos é cara é a faceta monocromática da integração na percepção do jornalismo.

Outro momento emblemático da cobertura jornalística é a reportagem "Parque Madureira muda perfil da região e valoriza imóveis — Metrô e parque são usados como atrativos para as vendas", publicada no dia 21 de outubro de 2012. O texto começa apontando para dois lados: os de dentro e os de fora: "Enquanto do lado de dentro moradores e visitantes curtem como ninguém os atrativos do Parque Madureira, inaugurado em junho, do lado de fora o comércio e o mercado imobiliário não têm do que reclamar" (O Globo, 21 de outubro de 2012).

Mas a matéria pontua apenas uma perspectiva: a do vetor imobiliário. Como entrevistados estão: comerciantes da área, compradores de novos empreendimentos, Secretaria Municipal de Urbanismo, Sindicato da Habitação e Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias. Não houve entrevista com nenhum morador principalmente pela questão do aumento no valor dos imóveis que tem impacto direto no valor dos alugueis; além de não conter nenhuma contextualização à informação principal da matéria: "Apenas entre junho e este mês, o valor do metro quadrado subiu 12%". (O Globo, 21 de outubro de 2012).

A valorização de 30,6% do metro quadrado dos imóveis usados em Madureira, nos primeiros dez meses deste ano é superior a de bairros como Tijuca (13,2%), Vila Isabel (25,4%), Méier (16,5%) e Centro (8,1%). O mesmo se repete em bairros da Zona Sul, como Botafogo (13,1%), Leblon (15,3%), Ipanema (12,6%) e Flamengo (6,1%). Os números da Secretaria Municipal de Urbanismo também são animadores. As licenças para construção e modificações de prédios em Madureira, Rocha Miranda, Honório Gurgel e Turiaçu passaram de 34, em 2011, para 45 este ano (mais 32%), que ainda nem acabou. (*O Globo*, 21 de outubro de 2012)¹¹⁰.

Questão que salta aos olhos: os números são animadores para quem? Ao longo do texto que reverbera pelas falas diretas o consenso de animação, alguns pontos são importantes destacarmos para a compreensão do que chamamos de silenciamento: o metrô que valoriza o entorno fica em Irajá, bairro distante para idas a pé ao metrô; e as falas do vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias, Paulo Fabbiani, e do vice-presidente do Sindicato de Habitação, Leonardo Schneider:

-

¹¹⁰ Grifo do autor.

(...) O que posso adiantar é que, com o novo parque, o potencial para o mercado imobiliário da área é ainda mais positivo. Mas é preciso esperar cerca de seis meses, após a inauguração do espaço, para que o crescimento dos valores de venda de imóveis usados e de aluguel se consolidem – afirma Schneider.

(...) Paulo Fabbiani destaca os incentivos que a Zona Norte vem recebendo, através da realização de obras públicas, de acordo com o que determina o Plano Diretor da cidade. (*O Globo*, 21 de outubro de 2012).

Outro exemplo é o texto "Parque Madureira atrai até 25 mil pessoas por dia no final de semana", de 08 de junho de 2013. Matéria conta com quatro falas diretas de moradores. No entanto, chama atenção que somente a fala oficial (gestor do parque, Cláudio Casseti) traz a tônica da valorização. "(...) e ver a população zelar por esse lugar, enquanto o bairro se valoriza, o comércio no entorno melhora e a autoestima das pessoas vai lá em cima". Por outro lado, as quatro entrevistas com frequentadores do parque trazem a concordância para a importância da área de lazer. Dentre essas, uma chama atenção. "O Parque Madureira é um dos melhores do Rio, com segurança e <u>fácil ac</u>esso¹¹¹ -, diz ela, moradora de Seropédica". Seropédica está a 58 km do Parque Madureira, além disso, na mesma matéria um entrevistado morador do Recreio dos Bandeirantes diz: "É um pouco distante, mas valeu. Tinham me dito que encontraria um ambiente agradável e pessoas divertidas. Foi exatamente o que descobri". Curiosamente, o Recreio dos Bandeirantes está a apenas 24 km do Parque. E aqui a questão da distância não parece física, mas social. Se levarmos em conta da proximidade simbólica do Recreio dos Bandeirantes e de Seropédica com o Parque, os 24 km do Recreio são mais distantesinclusive com a "descoberta" de "um ambiente agradável e de pessoas divertidas".

Mas como encontrar falas que não estão ali? Escritos entre os anos de 1927 a 1940, vários textos de Walter Benjamin compõem a edição de "Passagens", obra clássica do autor. Um dos textos trata justamente da questão que nos é cara aqui. Benjamin (2006) vai tratar das complexas relações entre presença e ausência para a compreensão da memória. Tais concepções se aproximaram então do que ele chama de rastro e aura.

Rastro e aura. O rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo que esteja aquilo que o deixou. A aura é a aparição de algo longínquo, por mais próximo que esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós (BENJAMIN, 2007, p.490).

¹¹¹ Grifo do autor.

É interessante então percebermos que nosso trabalho de pesquisa aqui se assemelha ao do arqueólogo pela busca da descoberta e compreensão daquilo que está distante no tempo. Assim, é pelo rastro que podemos nos apoderar do conhecimento longínquo que está do outro lado dele. Permitir-nos, como afirmou Gagnebin (2001), escavar, retirar a terra para encontrar a cova. Fica claro então que é pela escavação das matérias que podemos propor uma compreensão de como se processam os dizeres outros – senão como ditos, mas apresentados pela imprensa. É como rastro que se reitera a posição de túmulo no presente, o que faz do processo de rememorar tão valioso quanto o objeto que se encontra na memória, porque a trajetória ao encontro do passado modifica também o presente.

O rastro, na tradição filosófica e psicológica, sempre foi uma dessas noções preciosas e complexas que procuram manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença da qual nos diz Benjamin. O rastro faz-nos lembrar de algo que não existe mais e que sempre corre o risco e se perder definitivamente no tempo.

Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem — o conceito — de rastro? Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro. Podemos também observar que o conceito de rastro rege igualmente todo o campo metafórico e semântico da escrita, de Platão a Derrida. Se as "Palavras" só remetem às "coisas" na medida em que assinalam igualmente sua ausência, tanto mais os signos escritos, essas cópias de cópias como diz Platão, são, poderíamos dizer deste modo, o rastro de uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do "objeto real" que ele significa. (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Em Experiência e Pobreza, BENJAMIN (2012) alerta justamente para como os homens aspiram por libertar-se de toda experiência e encontram refúgio às suas mazelas na exaustão e saciedade do cotidiano. Benjamin busca no poema "Cartilha para Citadinos", de Brechet, rotas de compreensão para os rastros – e sobre como o fim da experiência liquida tais vestígios. Melhor deixar Benjamin dizer diretamente:

Uma bela frase de Brechet pode ajudar-nos a compreender o que está em jogo: 'Apaguem os rastros!', diz o estribilho do primeiro poema da Cartilha dos Citadinos. Aqui, no cômodo burguês, a atitude oposta tornou-se hábito. Nele, o '*intérieur*' obriga o habitante a adquirir o máximo possível de hábitos, hábitos esses que se ajustam melhor a esse '*intérieur*' em que vive do que a ele próprio. Isso pode ser compreendido

por qualquer pessoa que se lembre ainda da indignação absurda que acometia o ocupante desses aposentos de pelúcia quando algum objeto da sua casa se quebrava. Mesmo seu modo de encolarizar-se – e esse afeto, que começa a extinguir-se, era manipulado com grande virtuosismo – era antes de mais nada a reação de um homem cujos 'vestígios sobre a terra' estavam sendo apagados. (BENJAMIN, 2012, p 127).

Rastros, então, como a ligação, a experiência de mundo de marcação da presença – registro na memória do mundo da existência. É nesse ponto que o jornalismo transforma em vestígios a presença (que é concreta) das falas dos moradores afetados pela proposta de integração – de Madureira mais propriamente aqui, mas que nas matérias resvalam em outras localidades também em processo semelhante de readequação urbana de áreas suburbanas. O que Benjamin vai chamar de libertar-se de toda experiência é o que trazemos para um jornalismo, que não se atém a complexificar os processos alinhavados ao que se entende por integração - e reduz a experiência do outro a uma fala sem historicidade, sem antagonismos, sem percalços – deixa apenas o rastro de sua existência.

Retomando o processo mimético de Ricouer (1994), a reconstrução, então, do passado se dará sobre a base dos rastros deixados por ele nos meandros da refiguração. Mas como se estrutura essa refiguração dos relatos que chegam ao jornalismo? Como o jornalismo se configura como testemunha do cotidiano e do real? Chegaremos a essas questões que estão no cerne do que chamamos de dislexia discursiva. Por hora, propomos uma reflexão para o conceito de comunicação para chegarmos ao que pensamos sobre a informação ruído.

4.2 A significação das vozes pelo ruído

Na tentativa de explicar como o discurso nasce de um recorte inicial, Mayra Rodrigues Gomes usa uma metáfora interessante. No filme "2001 – uma odisseia no espaço" de Stanley Kubrick, a transformação do fêmur em uma extensão potencial dos braços e, consequentemente, em uma arma funciona como um interdiscurso à medida que sem uma determinação prévia de um recorte discursivo, o osso é apenas um objeto indeterminado e sem sentido e função. A capacidade de instrumentalização do objeto é possível a partir da formação discursiva em que ela se inscreve. De tal forma que nosso agir e pensar não se processa através de um manual, mas da nossa inscrição no mundo que

se dá nas (e pelas) contingências da vida – cuja estrutura se estabelece no (e pelo) conduzir.

E se é na condução que os sentidos são constituídos, o ruído, o que assola, o que aflige, o que estremece não são interferências estrangeiras, mas parte constitutiva da construção dos sentidos — daí a importância do deslize, das metáforas para outras possibilidade dos modos de significar. "Ao rompermos com as coordenadas a que fomos moldados processamos uma desterritorialização para logo mais nos fixarmos em outras" (GOMES, 2003, p.35). A construção do sentido, então, se instaura sempre na possibilidade da reorganização dos significados que percorrem o caminho fluido da cristalização à solvência.

E aí, como pensar o jornalismo na sua condição de reflexão e crítica se ele é constitutivamente baseado na referencialidade, logo, no que é discursivo? O jornalismo não foge ao ordenamento dos sentidos; ao contrário, está na sua base estar em relação na composição do todo social caracterizado por preponderâncias e privilégios instaurados pelas relações de poder que estruturam o social. É por esse viés que não se trata de apontar verdades, mas caminhos possíveis desse desenrolar, dessa estrutura de ordenação do mundo e os parâmetros dos eixos de criação dos sentidos em que as verdades se dão em um tempo e um lugar. De modo tal que o discurso, como o pensa Foucault (1996) é um recorte, um olhar, uma determinação característica, um modo de ver a realidade, uma forma de narrar o mundo.

O mito de origem do termo comunicação nos dá a tônica de como atuam os sentidos: do Latim *communicatio*, "ato de repartir, de distribuir", literalmente "tornar comum", de *communis*, "público, geral, compartido por vários". Comunicar remete a ideia do campo semântico da comunhão, do estar junto, do compartilhar (Bordenave 1997), tal como a comunhão dos monges na Idade Média - daí o sentido da comunicação como fenômeno social, político e humano de "por em contato". O que nos leva a instrumentos para pensar a comunicação de outra forma, não mais como ferramenta neutra que instrumentalizamos para nos colocarmos em contato como duas ou mais subjetividades. A artimanha é a perspectiva da análise do discurso - de que se a língua não é transparente, ela está no mundo e produz sentido; ou, em outras palavras, que os mecanismos simbólicos que nos põem em contato não são isentos de seus momentos históricos, e não são isentos de seus jogos nas relações de poder.

Assim, o ruído que associamos à comunicação é pela perspectiva da análise do discurso. Não se trata aqui de um ruído como algo fora da comunicação, como se fosse o oposto da informação. A perspectiva de que o ruído é desordem aqui se estabelece em outro plano do que o trabalhado pela Teoria da Informação (ou Teoria da Matemática). Para a análise do discurso não existe o que não seja codificado, como a Teoria da Matemática pressupõe. Para a análise do discurso tudo é sempre codificado, mas vindo a ser compreendido de formas diferente. É nessa perspectiva que a desordem que chamamos aqui se alinha ao ordenamento/desordenamento da cidade que se quer fazer existir. É a lógica urbana vigente, ou o que Vainer (2013) chama de consenso de cidade. É esse consenso que vai determinar como sujeitos e espaços terão seus sentidos produzidos.

No fim da década de 1940, dois pesquisadores americanos desenvolveram a Teoria da Informação (ou Teoria da Matemática). Shannon e Weaver, engenheiros matemáticos, trabalharam a ideia de sistematização do processo comunicativo. A problemática da comunicação gira, então, em torno de duas questões bases que se põem à comunicação: a complexidade em oposição à simplificação; e a acumulação do conhecimento em oposição à racionalização de tal acumulação. O ponto-chave da teoria são as noções de informação, de entropia, de código, de ruído e de redundância. Destacamos duas dessas: a de informação, ligada à incerteza, à probabilidade e ao grau de liberdade de escolha; e a de entropia, ligada à imprevisibilidade, à desorganização e a tendência de os elementos fugirem da ordem. (HOHLFELDT, 2013).

O corolário em causa é mais ou menos o seguinte, de acordo com a Teoria da Matemática de Shannon e Weaver: só a informação pode destruir o ruído e, o que ruído significa dependerá da definição que lhe é atribuída. Assim, "para ser usada como informação, a configuração deve também ser parte integrante de uma relação emissor-receptor organizada em torno de um objetivo" (WILDEN, 2001). "Se for suficientemente significativo e extenso, o ruído pode destruir a sociedade. No entanto, também é possível que a sociedade possua a variedade necessária (a flexibilidade) para aceitar o ruído como informação e proceder a uma reestruturação morfogenética". (WILDEN, 2001, p. 76).

Ter um objetivo é o ponto que gostaríamos de ressaltar aqui: objetivo para ressignificar o ruído ou ordená-lo a outra configuração. A objetividade dá a tônica de que o processo comunicacional vai obedecer a um "fundamento estrutural", algo que alicerce ideologicamente a concepção de organização que transformará entropia em informação.

Por isso voltamos a salientar a partir de quais aspectos estamos estabelecendo aqui o sentido de ruído. Diferente de um ruído que não se reconhece como informação, como os processos comunicacionais da teoria da Informação/Matemática de Shannon e Weaver, o que chamamos de ruído é uma forma de relegar ao segundo plano a possibilidade de complexificar as falas (e seus sentidos) e que por isso aparecerá mais como residual do que como condição essencial. Não se trata, então, de um ruído em que não se reconheça a informação. Ao contrário, o ruído é aqui um produto jornalístico mais ardiloso porque joga para as margens as falas que transbordam o significado restrito da ordem e da orquestração que as matérias se propõem a estabelecer.

Partimos do entendimento de Orlandi (2007) de que silenciar não é apenas calar, mas fazer calar. O silêncio não apenas como ausência, mas como o falar de determinada forma, redefinida. É nesse sentido então que aproximamos o silêncio do ruído: ao reconfigurar as falas ou alocá-las a outras, ao reduzi-las nos discursos indiretos ou ao fazê-las na legitimidade de entre aspas, o jornalismo toma para si, no caso da cobertura em questão, o gerenciamento e a renegociação constante dos sentidos. É dessa forma então que engendra a dislexia da fala do outro: o ruído então se torna a pista que possibilita perceber a ardilosidade com que as vozes do subúrbio são "caladas" para possibilitar a vazão dos sentidos da integração (orquestrada e ordenada pela cobertura).

Tal ruído poderia ser chamado também de falha, de equívoco dentro da perspectiva da análise do discurso. Optamos por ruído como questão metodológica porque acreditamos ser o que melhor se adequa às materializações dos direcionamentos de sentidos que alijam as falas outras. É quando o jornalismo/jornalista diminui o que deveria ser questionado, que ele assume o lugar que estamos chamando de ruído.

Assim, o ruído não significa destruição, mas efetiva a potência de novas estruturações – o que vimos com a contracultura na década de 1960, incorporada como informação. Ora, silenciar é impedir pela linguagem que novas formas discursivas e percepções de mundo aflorem para disputar o sentido. Ruído e informação são definidos sobre quais parâmetros, então? É nesse sentido, que a desorganização da capacidade informacional é o mote para direcionar o sentido e mexer nas estruturas de ordem-desordem conforme os interesses político-ideológicos do jornal. Voltando ao demônio de Maxwell, as moléculas se debatendo geram o caos – daí a necessidade do artifício de nivelamento ao impedir que elas se choquem por estarem em condições diferentes. Controla-se com uma membrana "as que ficam de um lado e as que ficam do outro" para que o discurso funcione. É o caso do

texto de abertura da matéria do dia 21 de outubro de 2012 sobre a "valorização", que vimos páginas atrás: "Enquanto do lado de dentro moradores e visitantes curtem como ninguém os atrativos do Parque Madureira" (sem fala), "do lado de fora o comércio e o mercado imobiliário não têm do que reclamar" (com falas).

Sentidos em movimento põem em cheque o poder do discurso hegemônico, que se protege pelo controle.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (...) E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder? (...) Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir loucura; todos aqueles, de Nietzsche a Artaud e a Bataille, devem agora nos servir de sinais altivos sem dúvida, para o trabalho de todo dia. (FOUCAULT, 1999, p. 20).

E se comunicação é organização, a disputa pelo significado – nesse caso, com vantagens desconcertantes para o jornalismo – se dá na maneira como será configurada a noção de ordem. E o que dizemos aqui é que tal ordenamento da informação, para se tornar tangível à compreensão, perpassa pela necessidade de ser compreendido a partir dos direcionamentos internos coniventes/convenientes ao discurso hegemônico político-ideológico no qual o jornalismo se estrutura. Voltamos então, novamente, à noção de estrutura estruturante de Bourdieu (1989), como condicionante fundamental de controle do jornalismo para seus próprios interesses.

A memória, a linguagem e o pensamento que estão no cerne dos estudos de dislexia compõem, para nosso interesse, os apontamentos que estruturam o discurso. É por essa concepção então, como propõe Mendonça (2010) que buscamos sair da simples denúncia do direcionamento de sentido pelo jornalismo, para nos atermos em como esse direcionar leva-nos ao fenômeno da comunicação, e de como se processam os efeitos de verdade na

anulação e/ou ocultamento das vozes daquele sobre o qual se fala. Diz-nos Mendonça (2010)

Em outras palavras, cabe perguntar de que forma podemos efetuar, nos dias de hoje, análises de discurso que levem em conta o caráter sempre interacional do processo de "efeito de sentidos entre interlocutores" (PÊCHEUX, 1997) no momento em que os objetos a serem analisados não se limitam mais explicitamente aos conteúdos veiculados, na medida em que abarcam, também, os contextos de debate (não mais apenas de recepção) (MENDONÇA, 2010, p. 2).

Nesse sentido, importa-nos destacar o padrão discursivo presente nas matérias sobre a integração do subúrbio à "cidade mesma", que promove o apagamento das vozes ao ressignificá-las ao consenso, aos motes condizentes com o que se articula à estratégia de promoção da integração. De tal forma, que as vozes se tornam apenas vestígios na materialidade do texto. Vestígios, esses que, embora mutilados, evidenciam a tomada de posição por parte da imprensa e, no sentido de Certeau (2011), se tornam táticas de um falar em cabresto que mesmo assim deixa seus vestígios em contraposição às estratégias dos enquadramentos que silenciam (ou buscam silenciar) tão necessários para a condição de verdade e imparcialidade apregoados pelo jornalismo.

Mais do que pontuar o fazer do jornal, nossa análise se propõe a mostrar como tal tomada de decisão é objetivamente organizada e fruto de uma tentativa de tatuar nas cicatrizes do subúrbio a integração – reconfigurando as marcas da violência física, moral e simbólica que serão registradas pela "tal imprensa" guardiã da memória (MARIALVA, 2007). Voltando à questão da imprensa como guardiã da memória e da verdade, torna-se fundamental problematizar não apenas o que o jornalismo pontua como verdade, o engessamento e a disseminação de uma estratégia de cidade integrada determinante para o investimento político-econômico que se elabora para o Rio de Janeiro, como vimos no capítulo anterior, mas também em como ele constrói a memória da integração e das obras de reurbanização.

A percepção de inversão de Mendonça (2010) abre a perspectiva para defendermos que ao falar uma coisa para dizer outra – ou dizer diferente para dizer o mesmo, no sentido da paráfrase de Orlandi (2007) – as estratégias contestadoras serão deslegitimadas pela imprensa. Essas vozes não serão completamente destruídas, o que Mendonça vai chamar de ruina discursiva é justamente as marcas deixadas "no texto como nos escombros, as pistas de sua ação. (...) Os traços dos novos sentidos propostos pela ação contestadora em

sua ocupação midiática tatuam o gesto de restauração e controle, dos sentidos anteriores, promovido pela imprensa". (MENDONÇA, 2010, 8).

A dislexia discursiva é então a discrepância proposital da fala do outro. A problematização se dá no viés jornalístico da entropia produzida a partir da informação – o que contraria a condição *sine qua non* do processo comunicacional. O jornalismo vai mascarar como informação, mas mantem como ruído por não possibilitar a reflexão, amputada não pelo dizer, mas pela plenitude do significado.

É no reajuste das falas que o jornalismo ressignifica pontos de vista que, por não serem autorizados, são articulados e (re)negociados ao consenso hegemônico. Tais falas são postas em acordo à retórica jornalista que busca anular sua contestação utilizando cinicamente das falas agrupadas/editadas/coordenadas em novas significações. O que na análise de tais matérias percebemos como as vozes das fontes que compõem as matérias são ajustadas ao consenso discursivo de cidade pregado pelo jornal.

Vozes que vão se tornar rastros no sentido de Gagnebin como "fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente — sem, no entanto, prejulgar sua legibilidade". (GAGNEBIN, 2006, p. 113). Não é como rastro que as falas se torna dislexam, ao contrário, é como presença – como rastro é que ela revela o caráter de ruído direcionado pelo jornalismo.

São os rastros, como nos diz Gagnebin, marcados pela não intencionalidade de ser/estar como tal, mas percebidos pela análise, que encontra por meio do rastro/vestígio a lógica violenta dos direcionamentos de sentido da integração, das remoções, da especulação imobiliária e da noção de ordem. E evidencia a incapacidade do jornalismo de ser representante social e, ao mesmo tempo, mantenedor de uma ordem social capitalista. Não diremos a morte do jornalismo-empresa porque a questão é: quando ele foi vivo? Na alcunha da defesa da objetividade, da verdade, da imparcialidade ele cunhou para si o lugar de vedete da comunicação; e, como as vedetes, dança conforme a música.

4.3 Dislexia versus disputas pela ressignificação dos lugares

Para seguirmos são imprescindíveis dois questionamentos ao que problematizamos até aqui: como se estrutura a reconfiguração dos relatos que chegam ao jornalismo? Como o jornalismo se configura como testemunha do cotidiano e do real? É na condição de

testemunha dos fatos que o jornalismo guarda o mantra da verdade – e com ele, todos os alicerces metodológicos fundamentais ao "bom jornalismo" que, vias de regras, nós resumimos em: ouvir as partes, escrever objetivamente, ser imparcial, não usar adjetivos, questionar - e com isso garantir a credibilidade do veículo. Mas de que outra forma poderia a história ser retomada e transmitida senão pelas narrativas dos ouvintes?

Em "É isto um homem?", Primo Levi (1988) vai descrever os sonhos constantes dos presos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Nestes sonhos algo em comum: o desespero por não encontrarem quem quisesse ouvir os relatos dos horrores vividos. Ouvir as palavras ditas, escutar as narrativas deveria ser a função dos ouvintes, que, em vez disso vão embora, não querem saber e nem permitir que essa história difícil e ameaçada por sua própria impossibilidade, os alcance e ameace também a tranquilidade de sua vida cotidiana. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai justamente se preocupar em ampliar o conceito de testemunha.

Para ela, a testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, mas seria também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante a história do outro: não por culpa ou por compaixão, "mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente." (Gagnebin, 2001, p. 57).

É então da incapacidade de ouvir relatos, de fazer valer a condição de pluralidade em que os pontos, divergentes ou não, são postos no tabuleiro de um texto, que o jornalismo burla sua condição de testemunha ao se estruturar em práticas que retiram o potencial transformador do jornalismo deixando-o apoteoticamente como palco de recursos políticos hegemônicos. A prerrogativa de não dar conta do real em sua transposição ao texto é essência do jornalismo, no entanto não pode ser usada como justificativa para a apatia desconcertante e ardilosa com que as vozes dos moradores do "subúrbio integrado" são apagadas pelo uso de recursos legítimos da rotina jornalística da edição das falas, dos usos dos discursos diretos e indiretos, como vimos nas reportagens citadas.

Esse fingir ouvir da pseudo-condição de testemunha do jornalismo traz como questionamento fundamental ao papel não só do jornalismo, mas especificamente ao papel dos silenciados — como questiona Boaventura de Sousa Santos (2007): "como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silêncio?" Ou

em outras palavras: como a integração apregoada pelos meios de comunicação em reprodução aos discursos políticos governamentais a partir da construção do Parque Madureira pode efetivamente ser concebida no âmbito da participação cidadã suburbana para os rumos da administração da cidade?

O silêncio é o resultado do silenciamento: a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram. Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. (SANTOS, 2007, p.55)

A potência transformadora do jornalismo se reduz à castração das falas suburbanas "infrutíferas", como se fossem incapazes de compreender os benefícios que recebem e dos quais deveriam ser agradecidas, com as mudanças urbanas no qual o Parque Madureira é apenas uma parte (e que vimos nos capítulos anteriores). Uma subordinação que se traduz em ser contado e dito pelo outro. Seja esse outro o jornal, seja o poder público. Ao contrário da proposta fundamental da comunicação social na qual o jornalismo "está" imerso, as opiniões, as demandas, as reclamações e os saberes além do ordenamento proposto são relegados ao segundo plano. De tal forma que, assim como o poder público, a prática do "não ouvir" é semelhante.

E é esse o problema teórico que apontamos aqui neste final de trabalho: o silêncio imputado pelo jornalismo cuja pior herança é fazer parecer existir. O silêncio é o modo de apagar os sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido (Orlandi, 2007) nos momentos em que ele se mostra como ameaça. Mas como pensar o silêncio de algo dito? O que estamos apontando é o silêncio que existe nas palavras, naquelas que são reproduzidas no jornalismo atravessadas de silêncio e de direcionamentos. Propomos novamente uma espiada na matéria "Aqui como em Paris", publicada no dia 28 de agosto de 2011 e que apresentamos no capítulo anterior.

Nem é preciso circular muito por Botafogo para perceber que há tempos o bairro já não é mais aquele. De mera passagem para pontos da Zona Sul considerados mais nobres, Botafogo vem se tornando, nos últimos cinco anos, um lugar de fixação, inclusive para uma nova classe média, com uma renda mais alta. E o tipo de empreendimentos que vêm sendo erguidos na região mostra claramente essa mudança. (*O Globo*, 28 de agosto de 2011).

A matéria que vai comparar os momentos de transições bastante semelhantes entre Botafogo, no Rio de Janeiro, e d'Aligre, em Paris, é a exemplificação de uma comparação que o Rio faz há mais de um século: parecer Paris. É essa tônica que dá no discurso das obras de reurbanização da cidade – seja em Botafogo ou no subúrbio – na qual a valorização imobiliária é o "coelho da cartola". Como se processa então o silêncio ao qual nos referimos aqui? Em Botafogo e d'Aligre há a especulação imobiliária e o jornal ressignifica a questão para o termo valorização imobiliária, como apresentamos em muitas das matérias sobre o Parque Madureira. A "valorização imobiliária" é o mote do discurso hegemônico do jornal *O Globo* para as mudanças que se concretizam na forma da administração pública lidar com a cidade (e daí o uso de integração, já que as obras passam a ser realidade também nas áreas historicamente esquecidas pelas mudanças urbanas).

Lá, esse processo de aburguesamento começou há 20 anos e se intensificou nos últimos anos, abrangendo toda a cidade. Há apartamentos em Aligre que tiveram valorização de 400% de 2001 para cá. Aqui, ele é impulsionado pelo boom do setor imobiliário, por políticas de valorização da cidade, como as UPPs que criam cinturões de segurança, e pela realização de grandes eventos que atraem investimentos - analisa Paulo Thiago. (*O Globo*, 28 de agosto de 2011).

A matéria, assim como as sobre o subúrbio, também não apresenta fontes além da do antropólogo e jornalista do próprio jornal, Paulo Thiago Mello. O argumento da valorização e das melhorias como consequências do mercado são usadas como fator que legitima tais transformações e deixa à margem o que disso seria problemático como um "mal necessário" que nem mal seria porque há a compensação.

O resultado se vê nas ruas. No bairro parisiense, o comércio de bairro, que muitas vezes tinha em suas fachadas nomes árabes, já que o local era ocupado por imigrantes, começa a ser substituído por lojas e cafés mais sofisticados e a ser rapidamente ocupado pelos chamados bo-bôs (bourgeois-bohème ou burguês boêmio). Hotéis sociais, subsidiados pelo governo francês para moradores de baixa renda, são transformados em hotéis comerciais. Prédios antigos são reformados, mas se as fachadas são preservadas, no interior as mudanças incluem rede wi-fi e elevadores em edifícios centenários.

- No Rio, além da ocupação de terrenos, o processo de renovação é marcado por demolições, ao passo que em Paris existe uma preservação do tecido urbano. Mas os bairros tinham no passado populações bem semelhantes, tanto pela renda quanto pelo clima de comunidade, com as conversas na calçada - avalia Paulo Thiago.

Aqui, se alguns botequins e rodas de samba sobrevivem ainda preservando esse clima, eles também passam a conviver com bistrôs e

comércios mais sofisticados. Já as casas de vila e pequenos prédios começam a desaparecer e dar lugar a condomínios fechados, com infraestrutura de lazer e segurança que garantem a exclusividade procurada pelos novos moradores. (*O Globo*, 28 de agosto de 2011).

O que nos lembra do texto assinado pelo prefeito Eduardo Paes e divulgado pelo *O Globo* intitulado "*Transtorno para uns, beneficios para a maioria*", publicado no jornal no dia 29 de outubro de 2013 e que vimos no capítulo 3. Assim, o jornal joga para a esfera do silêncio os efeitos colaterais do mercado que não aparecerão na matéria como efeitos colaterais. Os efeitos aparentemente benéficos são enaltecidos e trabalhados como evidencia da necessidade de tais transformações pelas quais passa Botafogo e que usamos aqui para exemplificar como o discurso não é apenas usado para o subúrbio, mas como elemento de uma estratégica discursiva da qual o jornal é parte. Mas se não é usado para o subúrbio, é parte da estratégia de "segmentar" a cidade já que naturaliza que "infraestrutura de lazer e segurança que garantem a exclusividade procurada pelos novos moradores".

Silenciar, então, não é apenas não dizer, mas tirar a ênfase de outros aspectos. O que Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 55) resume bem: "A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa".

E aí voltamos ao começo deste capítulo: na retranca "A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter dificuldade" de 30 de janeiro de 2011 – dizer ali que reclamar do condomínio é semelhante à falta de educação daquelas pessoas é silenciar a complexidade que pode estar envolvida na questão em relação à violência da mudança compulsória, na não negociação, na sociabilidade criada nos bairros de cada um dos removidos, na incapacidade do gestor de ouvir as pessoas sobre o condomínio que gostariam. O que vemos é a lógica do efeito de sentido do mercado ser sobreposto ao social, no entanto, ele é silenciado pelo argumento do social, da legalidade e da melhoria aparente.

O que nos leva a outras possibilidades de interpretação para a recusa do ordenamento nos condomínios, por exemplo, não apenas como irracionalidade. A distância dos bairros de origem mencionada pelos moradores descontentes na fala indireta da matéria é onde o discurso se trai: nas reclamações das "balburdias", o jornal ardilosamente une uma reclamação que é procedente – o jornal silencia o que essa população fez (ou

precisou fazer) com a escola, com o trabalho e com a vida afetiva. Tudo é silenciado em nome da nova ordem e se torna circunstancial. E pior: a fala que não está lá, que é vestígio, é a legitimadora perversa de sua não presença – perversa porque garante ao jornalismo a manutenção do dogma da imparcialidade, tão caro ao jornalismo.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz "x" para não (deixar) dizer "y", este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma "outra" formação discursiva, uma "outra" região dos sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 2007, p.73).

O jogo de silenciamento se dá em ambas as matérias na mesma estratégia de valorização que se alia ao discurso político da cidade. Voltando então ao conceito de comunicação que abordamos rapidamente páginas atrás, o processo então de estar junto não é apenas de comunhão, mas um processo que materializa o jogo de efeito de sentido e de relações de poder que se dão em circunstâncias específicas na produção dos significados. E se em relações de poder, a questão que se traz é: comunicação é comunhão, é estar junto, mas é também forma de concatenar, de relacionar que sejam capazes de organizar o mundo. O que pontuamos é como as estratégias de organização da comunicação pelas mídias se articulam a um arcabouço mercadológico de acúmulo e manutenção do capital. Para Sodré (2014), a comunicação é algo que atravessa o social em diversos níveis para além da mídia. Mas é como mídia que ela se materializa; e como tal, é a outra face da acumulação do capital.

(...) "fixar a forma determinada na qual o capital é posto em *certo* ponto". È esse "certo ponto" que nos parece sobrevir agora ao campo comunicacional, no qual os signos, os discursos, os instrumentos e os dispositivos técnicos são os pressupostos do processo de formação de uma forma nova de socializar, de um novo ecossistema existencial em que a comunicação equivale a um modo geral de organização. Instalada como um mundo de sistemas interligados de produção, circulação e consumo, a nova ordem sociotécnica fixa-se no ponto histórico do aqui e agora, não como índice de um novo modo de produção econômico, mas como continuidade, como dominância financeira e tecnológica, da mercantilização iniciada no capitalismo no início da Modernidade ocidental. No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa. (SODRÉ, 2014, p.14).

É aí que o jornal se torna parceiro das ações da administração pública porque ele não deixa de citar o "outro lado", mas ele apresenta a questão organizando o dizer, na superficialidade com que pontos complexos são tratados pela lógica da imparcialidade e pelas suas perguntas de objetividade (O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?). E o silêncio não é apenas não dizer, mas dizer uma coisa para não dizer outra, na qual a ardilosidade da prefeitura vai ser negociada discursivamente no jornal. O silêncio, que atravessa as palavras ditas nas muitas matérias do recorte deste trabalho, indica que o sentido sempre pode ser outro daquele que se formula nas palavras textuais das matérias jornalísticas.

Por seu caráter mediador, o jornalismo não se furta do direito de determinar o que é mais importante a ser dito e de articular o caráter deste "mais importante". É na consideração de que todo discurso, como vimos anteriormente, já é uma fala que conversa com outras falas no processo do interdiscurso, que fica a pergunta: que sentido teria o silêncio das vozes discordantes? O discurso vai justamente ser o efeito de sentido entre os interlocutores. É preciso então compreender que o sentido não está fixado, mas se produz nas relações de força e vai refletir as manifestações e os confrontos ideológicos. É então na condição de palanque de um discurso de cidade em seus preceitos de administração pública do social, do urbano, do econômico e do territorial que o jornalismo se alia ao político na reprodução sistemática dos aforismas do que significa ser/estar integrado.

Tal alinhamento político do jornalismo promove a naturalização do discurso do mercado financeiro em associação direta ao bem-estar humano como se, nos disse Boaventura acima, não houvesse alternativa. É justamente por meio de uma reprodução sistemática e estratégica do ordenamento (entendido aqui como o ordenamento que transforma desordem/ruído em ordem/informação) promovido pelas matérias relacionadas à integração do subúrbio, a lei orbitacional do mundo capitalista encarnada no mercado penetra nos "espaços civilizatórios" – dentre eles o subúrbio, "agora pertencente" à parte cidade da qual se tem orgulho.

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a *regra e o modelo* do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir de informações e expectativas geradas

no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada. (VAINER, 2013, p86).

A Comunicação, então, aparece na transformação dos processos "entrópicos" que serão organizados e sistematizados em estruturas uníssonas de reorganização do urbano cuja "integração" aparece como mote do "progresso", e na qual as vozes são silenciadas por um trabalho contínuo de enquadramento discursivo.

É na dislexia discursiva que o jornalismo assegura: a potência das estratégias de manutenção não apenas de um *status quo* "subalterno" no qual o subúrbio está imerso em sua historicidade midiática; como também por ser através do ruído/informação gerado a partir das falas ditas/silenciadas que a legitimação do consenso se torna forma de tentar imobilizar resistências. Se o jornalismo garante legitimidade na usurpação do contraponto das vozes silenciadas é porque se fortalece no pacto de confiança leitor/jornal, cuja crença na aura de transparência reconhece o poder, e possibilita ao jornalismo/jornalista jogar com os sentidos polissêmicos na linguagem jornalística.

Se por um lado o jornalismo sabe o que está falando e fala grosso ao ser a instância legitimada de reprodução dos fatos, por outro o sujeito suburbano grita na cidade: ele "fala" enquanto condição de existência no arrastão, no piscinão de Ramos, nos ônibus que cruzam a cidade, no baile embaixo do viaduto e no parque: não há mudez ou inércia no subúrbio. A pergunta é: quando ele pode/pôde falar? A violência sistêmica provocada pelo não diálogo com o poder público, e que é copiado pela imprensa, põe em xeque-mate a complexificação dos problemas urbanos (e as soluções).

Vale lembrar a matéria "Obras de BRT na berlinda", publicada pelo O Globo no dia 25 de junho de 2013, sobre os problemas de desapropriação de imóveis e atrasos nas obras. A matéria de página inteira não tem sequer uma fala de morador: há empresários das empreiteiras de vários trechos e a única fonte ouvida, que também é fonte oficial, mas fala pela população, é de um deputado estadual (Pedro Molon) que diz: "A demanda dos moradores é exatamente a mesma que as manifestações públicas têm pedido: que os governos ouçam a população". Ora, um caminho possível de escuta seria pela própria imprensa – pretensiosamente surda.

Em Spivak (2010) encontramos um caminho aberto e longo para inúmeras outras pesquisas de desdobramento desta tese. Para ela, importa compreender de que maneira o projeto imperialista complica o desenvolvimento do subalterno, principalmente, diz ela, por estar diluído e absorvido pela elite intelectual "do primeiro mundo" interessada na voz

do outro. A chave de interpretação da compreensão é sempre de um olhando e interpretando o outro: e o problema de fato passa a ser a "permissão do falar". Quando o subalterno pode falar? Ela está falando da Índia, mas a pergunta é incômoda se fizermos o paralelo com a condição da história e da historicidade do subúrbio carioca.

Tal paralelo culminou, inclusive, no título deste trabalho. Pergunta a autora: com que voz-consciência o subalterno pode falar? E reproduz Foucault (apud Spivak, 2013, p.61) no reforço a um mecanismo do ato de investigar: "tornar visível o que não é visto pode também significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico".

Como o jornalismo pode então ser redentor e articulador do social e do político se promove a dislexia da voz dos sujeitos do "outro lado da balança"? Mais fácil do que encontrar resposta a essa pergunta é observar como o social se rearticula na disputa pela ressignificação dos espaços e de seus lugares — que contrariamente ao que se propõe a estratégica de enquadramento, não está sedimentado na "mudez" e aceitação subalterna. É possível encontrar alguns exemplos de rastros de existência que são potenciais ao contraponto.

É o caso do desentendimento de um skatista agredido por um dos guardas municipais do parque. No dia 25 de junho de 2012 poucos dias após a abertura do Parque Madureira, o colunista Ancelmo Goes publicou uma nota sobre um vídeo em que um guarda municipal dá uma "banda" num skatista. Vejamos o trecho da coluna

Como diz o velho ditado, não se pode elogiar. (...) demos a maior força para o novo Parque Madureira. E agora temos que mostrar como a Guarda Municipal atua por lá. Um vídeo publicado no Youtube flagra o momento em que um guarda dá uma banda (lembra disso?) num jovel skatista identificado como sendo Pedro Henrique Nenén, do inteiror. Depois, os guardas se envolvem num tumulto e um deles dá uma gravata num dos rapazes. O vídeo foi feito pelo skatista Sérgio Teles, que vive na Califórnia. Ele contou que os guardas agiram com truculência, agredindo pelo menos dois skatistas. Sérgio disse que os guardas estavam apenas preocupados em impedir que o skatista saltasse para fora da pista, na manobra conhecida como "ollie" (BLOG DO ALCELMO GOES, O Globo, 25 de junho de 2012).

O assunto repercute alguns dias depois: no dia 30 de junho de 2013 "Pista de Skate passa a ter regras". O texto diz que após a confusão, ocorrida dias antes, ficaram definidas as regras para a utilização da pista de skate. De acordo com o jornal, "a decisão foi tomada

ontem após uma reunião entre o prefeito Eduardo Paes e representantes da União Skate Rio e o Núcleo Escola de Skateboard". Em seguida, a matéria traz uma fala do prefeito Eduardo Paes, única entrevista da notícia.

Esse caso é emblemático porque destoa da aura de sinergia das realidades espaciais do Rio de Janeiro criada para o Parque Madureira. Por mais que estejam destituídos de falas, os frequentadores skatistas e os guardas municipais foram postos a margem, mas marcam seu lugar. Esses são momentos em que a orquestração não fica tão enfática e concendem visibilidade os vestígios do contraponto. Encontramos a prática da dislexia discursiva, mas encontramos também as brechas das lutas, das disputas pelo significado e pelo sentido da tal integração. Se as falas que reclamam têm os vestígios sufocados, isso não impede que haja resposta, que ela exista em potência mesmo que relegadas à margem pelo jornal.

Mesmo de fora do recorte temporal do trabalho, apontamos alguns eventos que pontuam para uma engrenagem, para uma forma de funcionamento do aparato jornalístico pontuado aqui nessa relação com o subúrbio. São duas inscrições de 18 de maio de 2014 sobre a utilização do parque por professores municipais em protesto que destacamos aqui. Uma é a matéria "Parque Madureira, onde está montada a Arena Extra, recebeu artistas circenses e manifestantes neste domingo". A segunda é um arquivo fotográfico com sete imagens sobre o parque intitulado "Parque Madureira, área de lazer e protesto" 112 - sem data, o arquivo traz imagens de crianças brincando e do protesto de professores da rede municipal de ensino com alguns cartazes. Na sacana associação que impede a efetiva reflexão sobre as manifestações dos professores, o jornal reproduz a mesma lógica dislexo discursiva das reclamações dos removidos das áreas destinadas às obras na matéria "A dificil adaptação" (O Globo, 29 de janeiro de 2011).

A primeira tem uma estrutura da notícia cuja hierarquia revela como o jornal pontua protestos e circo – vejamos trechos da matéria:

A marmelada e a palhaçada divertiram os frequentadores do Parque de Madureira nesse domingo. Quem foi ao espaço de lazer pôde conferir de perto o último dia da segunda edição do Festival Internacional de Circo, um dos maiores do mundo, que também aconteceu em outros quatros palcos na cidade do Rio: Parque Lage, Cidade das Artes, Biblioteca Parque de Manguinhos e Biblioteca Parque da Rocinha.

A professora Eliene Santana, de 39 anos, saiu de Campo Grande, na Zona Oeste, justamente para ver as atrações circenses que se exibiriam no dia.

.

¹¹² http://oglobo.globo.com/rio/parque-madureira-area-de-lazer-protesto-12524448

Com ela, foram os pais e a filha Luisa Santana, de 5 anos. Admiradora dos artistas do picadeiro, Eliene lamentou o fato de que hoje em dia o circo esteja esquecido.

— Quase não temos mais atrações desse tipo. É muito difícil encontrar um circo por aí — lamentou.

(...) 16 linhas suprimidas sobre o circo e suas apresentações.

Palco de protestos

Além da diversão, o Parque de Madureira foi palco de protestos durante o domingo. Pela manhã, cerca de 50 professores das redes estadual e municipal da Regional 2 (Grande Madureira) fizeram um ato para pedir melhorias no sistema de ensino público. De acordo com o diretor da Regional 2, Diego Felipe de Souza Queiroz, de 30 anos, o objetivo de levar o ato para o Parque de Madureira foi de aproximar mais a categoria do subúrbio do Rio.

Já no fim do dia, foi a vez do "bonezaço". Ao som de rap, dezenas de pessoas se reuniram com o objetivo de protestar contra uma lei que proíbe, desde março, o uso de bonés em estabelecimentos comerciais e públicos.

A criação da lei reforça a ideia de que quem usa boné é criminoso.
 Isso pode acabar produzindo mais violência — afirmou Marcello Dughettu, colaborador do evento.

(,,,) 17 linhas suprimidas sobre a Arena Extra – palco de eventos (O Globo, 18 de maio de 2014)

Para além de uma visão pessimista deste processo, o trabalho também aponta para as táticas (no sentido compreendido por Certeau) e seus subterfúgios, como pretexto para marcar ali o lugar não apenas simbólico, mas o caráter concreto da existência e do lugar dos sujeitos na cidade, no subúrbio, no mundo. Por mais que a dislexia que pontuamos no nosso recorte se processe na ardilosidade da articulação do circo com o protesto dos professores (que tem pelas imagens do arquivo um homem vestido de Batman segurando um cartaz) e em como se dão as inserções das fontes na matéria, inda assim não impede o enfrentamento de posições nas linhas do jornal. Chama atenção, inclusive, que haja uma professora entrevistada para falar sobre o circo e não a entrevistem - e nem a nenhum outro professor – para falar sobre a manifestação.

Os professores e o protesto em si marcam o Parque Madureira a partir de outra territorialidade: a de lugar não apenas de domínio do poder público, mas de potencialidades de reconfiguração. Voltando ao começo deste trabalho: as mudanças de sentidos dos espaços outros, que Foucault (1967) chamou de heterotopia marcam o enfrentamento à violência simbólica da condição suburbana nos meandros da "tal cidade integrada". A heterotopia como a capacidade de justaposição de espaços que seriam, em princípio, incompatíveis; e que embora tenham função determinada, as heterotopias variam conforme o momento histórico e cultural em que se insere.

O uso do parque como lugar de protesto disputa com a vocação para a integração e todo o viés subalterno que isso pressupõe na produção de sentido estudada aqui. É a tentativa de reinscrição na cidade que pode favorecer que essa "voz" seja ouvida em algum momento e de alguma forma. O que nos leva a perceber, então, que é também um vestígio de prática: como ocorreu com a Feira de São Cristóvão, com o Baile Charme do Viaduto, com a Festa da Penha – as tentativas de um ordenamento pautado no aniquilamento de práticas outras e do enquadramento das vozes (e seus discursos) encontram frentes de embates e de resistência (nem sempre só simbólicas) que mantêm acesas a potência do falar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) Espalha a tua voz
Nos arredores
Carrega a tua cruz
E os teus tambores (...)
Dá uma ideia
Naquela que te sombreia (...)
Fala, Penha
Fala, Irajá
Fala, Encantado, Bangu
Fala, Realengo...
Fala, Maré
Fala, Madureira
Fala, Meriti, Nova Iguaçu
Fala, Paciência...
(Chico Buarque)

A música Subúrbio de Chico Buarque faz um chamamento importante e, de antemão, exemplifica a impossibilidade de compreender esse momento como um fim. Ao contrário, é fundamental reconhecer a abertura que tais questões suscitam na problematização dos emaranhados e atravessamentos do jornalismo e o subúrbio carioca. Como nos canta Chico, é a fala então desses lugares, é a fala do subúrbio em seus revides os outros caminhos nos quais a inserção das vozes, sejam elas discordantes ou não, podem dar a (re)conhecer a sobreposição na qual a imprensa carioca relegou os sentidos cimentados da "categoria" subúrbio, em dissonâncias às possibilidades outras de compreensão em sua história e historicidade.

No primeiro capítulo mostramos sob quais bases se estruturam e organizam a compreensão do lugar dos sujeitos suburbanos (inclusive denominados assim com a clara referência do espaço limitando a significação na cidade) nas dinâmicas cotidianas do Rio de Janeiro. Os três eventos trabalhados nesse capítulo sinalizaram as formações discursivas que pautam a relação dos cidadãos com a praia, da praia com a cidade e, consequentemente, das disputas territoriais e simbólicas que desembocam nessa relação. Foram eles: as primeiras linhas de ônibus a cruzarem o Túnel Rebouças ligando a Zona Sul à Zona Norte; o arrastão de 1992 e a inauguração do Piscinão de Ramos em 2001.

Esse caminho metodológico nos permitiu, por exemplo, encontrar algumas das "sutis" linhas criativas que respaldaram os embates nas discussões sobre as políticas de mobilidade. Neste ponto inclusive, o capítulo perpassa pelas questões simbólicas da cidade compreendidas a partir da praia. Tal aspecto metodológico não foi aleatório, mas porque a praia traz para o cerne das discussões sobre a cidade o lugar de encontro das diferenças e

das desigualdades. Não é a toa que nos três eventos marcantes das décadas de 80, 90 e primeiro ano do novo milênio estão associados ao espaço de lazer.

Tais momentos evidenciam como os ordenamentos simbólicos e as práticas sociais se materializaram e "cristalizaram" certos significados para os bairros cariocas, suas divisões e suas relações, reforçando por quais critérios os sentidos de subúrbio e suburbano são traçados. Os sentidos amalgamados de morar, de trabalhar e de se entreter em determinados pontos do Rio de Janeiro traduzem, também simbolicamente, o sujeito. O consumo dos espaços, então, vai reproduzir a crença da legitimidade de outras formas de poder: o poder no valor do IPTU, do direito legítimo de uso dos espaços dos bairros e as hierarquizações econômicas e espaciais pautadas nas diferenças territoriais, paisagísticas e infraestruturais dos lugares da cidade.

São esses acontecimentos que no segundo capítulo levam-nos a problematizar as (re)significações da noção de subúrbio/suburbano, principalmente a partir das obras de reurbanização de Pereira Passos nos primeiros anos do século XX. Não se trata de um capítulo histórico, mas que busca pela análise de materiais jornalísticos das primeiras décadas do século passado reconstruir as noções que pautariam os lugares simbólicos ocupados pela limitação geográfica. É por isso que trouxemos a Festa da Penha e Feira de Tradições Nordestinas que nos deram a tônica das tensões e capturas das práticas culturais dos espaços e sujeitos.

Partimos num primeiro momento da noção da "categoria subúrbio" ancorados pelas matérias do Correio da Manhã e da Gazeta de Notícias que no começo do século XX dão os caminhos da produção de sentido para os locais "além" do Centro da cidade, que naquele momento começava a ter um aumento populacional significativo com as "remoções" dos moradores da área central.

Em seguida, procuramos traçar como se processam os discursos centrados na integração da cidade, cuja campanha governamental do então Governador Sérgio Cabral e do atual Prefeito Eduardo Paes definiu como "Somos Um Rio". Para isso, mapeamos alguns direcionamentos das matérias sobre o Parque Madureira e sobre Madureira. A ideia foi tensionar algumas das questões, principalmente quanto à mobilidade e ao lazer – pontos centrais nas obras urbanas que "contemplam" o subúrbio. Se as matérias marcam Madureira/Parque Madureira como a bola da vez da cidade que se moderniza, os sentidos apontam para um engessamento da compreensão da pluralidade e da diversidade. O sentido

de integração é trabalhado por uma estratégia de pseudomultiplicidade que se esconde, paradoxalmente, sob a égide do ordenamento, da legalidade, da cultura e da tradição.

Esses apontamentos foram cerzidos no terceiro capítulos ao apresentarmos como a integração do subúrbio à cidade (numa já negação à sua condição de partícipe) se configura por uma negociação monolítica, cuja busca é capturar discursivamente o sentido de "subúrbio integrado". Por essa lógica, a integração recorte e opera a estrutura noticiosa, cuja harmonia se processa pelo caráter consensual da sobreposição do urbano frente aos fatores sociais, tão caros à posição geosimbólica de Madureira. Os capitais econômicos e culturais hegemônicos balizam as condições em que a integração pode (unicamente) se materializar. Os dizeres sobre Madureira, que nesse caso é sinônimo de toda a categoria suburbana, centram-se na "valorização imobiliária", na legalidade das moradias, nas práticas que se pareçam com as da zona Sul. A integração da cidade, então, se organiza pela diferença e desconsidera as desigualdades que as diferenças podem carregar.

No caso em foco, tais diferenças se realizam numa tentativa de equiparação da infraestrutura do que se compreende para uma cidade "modelo"; por outro lado, o jornalismo ignora as desigualdades simbólicas e materiais que se corporificam na vida dos cidadãos na disparidade do direito de fala, na legitimidade de vozes, bem como no direito de usos, de mobilidade e de circulação na cidade. A integração, então, é da prática do permitido, do que se quer uno. Essas diferenças são trabalhadas pesadamente para um consenso do consenso – como se não houvesse alternativas à integração que não fosse uma totalidade de partes iguais.

É nesse caminho então que no quarto capítulo propomos o conceito de dislexia discursiva, que entendemos como o gesto de silenciamento e de apagamento das marcas da pluralidade (desconcertante para o discurso que se propõe consensual). O jornalismo ao promover a dislexia discursiva busca retirar dos cidadãos seu poder fala e, a reboque, a capacidade crítica necessária à efetiva negociação que o sentido de integração pressupõe. A dislexia não seria uma prática natural da incapacidade do jornalismo de dar conta do real e do mundo. Ao contrário, ela se torna estratégica por justamente assegurar esse lugar de impossibilidade do real, e jogar com ele. O que procuramos demonstrar é o uso mascarado das limitações jornalísticas como ardilosa ferramenta de orquestração dos direcionamentos do sentido. Ou seja, o jornalismo promove como estratégia discursiva a dislexia da fala do outro, e potencializa o feito na própria incapacidade de ser o real do mundo.

Ao ignorar a participação dos cidadãos moradores do subúrbio como agentes sociais que devem participar das "negociações" que buscam complexificar o real (ou deveriam), o jornalismo cria um fosso difícil de transpor, mas não impossível. A sagacidade da imprensa está em simular a participação "desse outro" e garantir, assim, a divindade da objetividade ao assegurar a presença de "ambos os lados" nas matérias – temos assim a objetividade como um mantra que mascara a capacidade flutuante e opaca da linguagem.

Se por um lado o jornalismo se legitima como a instância de reprodução dos fatos, por outro o sujeito suburbano encontra outros meios de existir como instância legitimadora na cidade: ele "fala" enquanto condição de existência no arrastão, no piscinão de Ramos, nos ônibus que cruzam a cidade, no baile embaixo do viaduto e no parque: não há mudez ou inércia no subúrbio. A dislexia discursiva que reconfigura os sentidos pelo enquadramento e silenciamento das vozes não aniquila os "vestígios criativos". Ao contrário, esses vestígios disputam espaços, senão nas páginas do O Globo, mas nas outras possibilidades de produção/divulgação proporcionadas pelas novas tecnologias interacionais. Esses pontos arruínam não apenas a crença da objetividade do jornalismo no seu texto, que desconsidera as iniciativas e o tão apregoado "outro lado", o que Mendonça (2007) denomina de ruína discursiva, como põe em evidência a própria concepção do acontecimento que traz para o centro da discussão o fazer jornalístico.

Por mais harmônica que a concepção consensual do Rio de Janeiro integrado apareça nesse enquadramento jornalístico, não deixam de surgir deslizes como os que propõem mais de 30 anos depois as mesmas medidas de segregação e controle verificadas no material que fundamenta essa pesquisa. É o caso do texto publicado pela jornalista Hildergard Angel, em 13 de janeiro de 2015, em seu site¹¹³: "O caos já se instalou no Rio, o poder público precisa coragem para agir a altura dele". O texto, retirado do ar no dia seguinte, aponta dois planos para "salvar" o Rio de Janeiro: "diminuir drasticamente a circulação das linhas de ônibus e de metrô no fluxo Zona Norte – Zona Sul. Caso essa providência não alcance resultado, partir para um plano B radical: cobrar entrada nas praias de Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon (...)". A jornalista retirou o texto e colocou outro com o mesmo título seguido dos parênteses "(agora com revisão de conceito)" e em seguida retirou tudo do ar com colocando o título "Acabou-se o que era doce" e a frase "Acabou-se o que era doce, a vitrine cansou de levar pedrada por hoje...".

¹¹³ www.hildegardangel.com.br

A falta de uma perspectiva de abertura relega o jornalismo não apenas ao "mais do mesmo" providencial ao viés hegemônico da compreensão dos espaços da cidade (e dos lugares que certos sujeitos e bairros devem ocupar para a manutenção do *status quo*); como também evidencia a miopia em desconsiderar as pulsões existentes para além das mídias – longe de serem as únicas falas possíveis. Potências essas que não dependem do jornalismo para se tornarem visíveis, como é o caso do coletivo Norte Comum cujas práticas aglutinam o subúrbio/Zona Norte – e que inclusive já caracteriza e aponta para trabalhos e interesses de pesquisas subsequentes. O Norte Comum¹¹⁴, cuja proposta é disputar o território do poder de fala sobre os espaços urbanos, processo este definido como "inversão da rota", se coloca como o lugar de quebra de paradigmas dos estigmas de espaços da cidade cujos vieses da cultura, do entretenimento e da produção artística são vistos como pejorativos.

Outra manifestação, que também figurou nas páginas de O Globo, foi o movimento criado em 2013 por moradores do subúrbio chamado "#OcupaParqueMadureira". A ideia, que aglutinou algumas *hastags* em sintonia com a primavera árabe, tal como a #primaverasuburbana, se definiu como uma intervenção da Plenária dos Movimentos Sociais do Rio de Janeiro para descentralizar as manifestações políticas e culturais dos movimentos sociais, e colocando no centro das discussões um novo projeto de cidade que contemple as zonas Norte e Oeste¹¹⁵.

Essas manifestações abrem a perspectiva de outras pesquisas que problematizem o subúrbio em sua historicidade e, assim, confrontem as representações hegemônicas construídas sobre ele levando em consideração as falas produzidas por jornais suburbanos, ativos até a metade do século XX. Para isso, faz-se necessário mapear e levantar as edições de tais jornais, que concorrem para a historicidade das disputas pelo imaginário urbano sobre o subúrbio carioca. Inclusive, outro caminho a percorrer seria confrontar os agendamentos midiáticos para que, talvez, revelem as sinuosas implicações das produções de sentido.

Se aqui pontuamos a dislexa participação das vozes suburbanas nas páginas do jornal O Globo, deixamos a entrever a fundamental escavação de como as vozes constituíram-se como sujeitos significados por outros meios que não a "grande imprensa". Trata-se de procurar caminhos para anular o potencial da dislexia discursiva imposta pela

_

¹¹⁴ https://pt-br.facebook.com/nortecomum

¹¹⁵ De acordo com a página de divulgação do #ocupaparquemadureira não houve novos movimentos desde 2014.

imprensa, que no caso pode se processar nessas vozes que buscam (re)significar o subúrbio para além das representações dominantes e disputar o sentido e a hierarquia socioespacial ao questionarem a legitimidade do lugar atribuído ao subúrbio na compreensão da lógica urbana do Rio de Janeiro. Dessa forma, reveste-se de fundamental importância o desafio de resgatar publicações¹¹⁶, algumas apenas parcialmente catalogadas pelos órgãos de pesquisas institucionais — o que para nós é sintomático da pouca relevância com que a história/historicidade do subúrbio tem contribuído para a configuração dos discursos que significam a cidade.

São as versões dominantes presentes nas estruturas oficiais que marcam os jogos e os sentidos das explicações históricas. Esse processo, nos lembra Foucault, é parte integrante dos dispositivos de seleção, hierarquia e exclusão inerentes à manutenção das ordens discursivas, o que necessariamente remete às estratégias de exclusão e interdição de falas rejeitadas (Foucault, 1996). Nesse contexto é imperativa a "escuta" das falas outras que trazem possibilidades de reconfigurar a participação suburbana na compreensão da cidade, participação essa silenciada pelo enquadramento discursivo dominante que há mais de um século promove o apagamento da pluralidade de vozes midiáticas e participativas produzidas no (e pelo) subúrbio – processo esse considerado por Sodré (1999) de "fala como história". Trata-se de abrir caminhos para perspectivas que contemplem, então, como os espaços da cidade (para além dos "tradicionais") foram postos a margem, mas não estão apagados como pode se supor pela carência de materialidade de tal participação na grande mídia.

Antes de finalizarmos essa tese, reforçamos o caráter estratégico da dislexia discursiva que resguarda o lugar do jornalismo como paladino da verdade, ao mesmo tempo em que tenta imobilizar resistências pela usurpação do contraponto das vozes silenciadas pelo enquadramento. O jornalismo, ao adotar a questão da integração suburbana (ou o fim da "cidade partida"), é parafrástico, entre outros motivos, porque não negocia as outras possibilidades de sentidos, não se abre às heterotopias que articulam os significados das práticas do viver a cidade para além do senso hegemônico de urbanidade que as administrações públicas parecem pressupor. Ao contrário, o jornalismo fortalece e legitima estigmas e lugares engessados.

_

Alguns jornais produzidos no subúrbio: O Suburbano, Almanaque Suburbano, Echo Suburbano, Progresso Suburbano e Jornal Suburbano.

Enquanto isso, longe das redações, o subúrbio articula seu protagonismo não mais como "refúgio dos infelizes" como denunciava Lima Barreto, mas reverberando a efervescência crítico-participativa de indivíduos que reconstroem e reconfiguram seus sentidos, apresentando antídotos para a dislexia discursiva que não consegue aprisioná-los em sentidos jornalísticos engessados de territorialidades, de estigmas e de discriminações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed: Pereira Passos, 2006.

ALEXANDRIA, Nicolas. A passagem da Feira de São Cristóvão para Centro de Tradições Nordestinas a partir das lentes do documentário Turmalina Paraiba. In: Cidades, olhares, trajetórias / Sandra de Sá Carneiro, Maria Josefina Gabriel Sant'Anna. (organizadoras). - Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIGHIERI, Dante. A Divina Comédia. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ARGULLON, Rafael. A Cidade Turbilhão, Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e

Nacional, n. 23, Cidade, Iphan, 1994.
BAKHTIN, Mikhail. <i>Os gêneros do discurso</i> . In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 261-306.
. Marxismo e a Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
A cultura popular na idade média e no renascimento. São Paulo-Brasília: Edunb -Hucitec, 1993.
BARBOSA, Marialva. <i>Memória: um passeio teórico</i> . In: Percursos do olhar – comunicação, narrativa e memória. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.
BARRETO, Lima. Feiras e Mafuás. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
Clara dos Anjos. São Paulo: Paulus, 2008
BARRETO, Paulo (João do Rio). A Alma Encantadora das ruas.
BAUDELAIRE, Charles. <i>Pequenos Poemas em Prosa</i> . São Paulo: Hedra:2010.
BAUMAN, Zigmunt. O Mal estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
Globalização e as Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
<i>Modernidade Líquida</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
BENJAMIN, Walter. Mágia e técnica, arte e política: ensaiors sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.
<i>Passagens</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG/Imprensa Oficial, 2007, p.1167.

BILAC, Olavo. "Chronica" In: Kosmos . Rio de Janeiro, out. 1906, ano III.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. __. Espaço Social e poder simbólico. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. _____. *O Poder simbólico*. Portugal. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. ___. O senso da Distinção. In: A Distinção – crítica social do julgamento. Sao Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. CAIAFA, Janice. Aventuras das Cidades. Rio de Janeiro. FGV, 2007 CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidades de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. Edusp/Editora 34, 2000; CALVINO, Ítalo. Cidades invisíveis. O Globo. Rio de Janeiro, 2003. CANCLINI, Nestor Garcia. Ciudades Multiculturales y Contradicciones de la Modernidad. In: Imaginários Urbanos. Buenos Aires: Ed. Universitária de Buenos Aires, 1997. .Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: ED UFRJ, 2005.

CARNEIRO, Sandra de Sá. *Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas*. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs). Cidade Olhares: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CECCHETTO, F.; FARIAS, P. 'Tu mora onde?' Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: CARNEIRO, S. S.; SANT'ANNA, M. J. G. (Org.). Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 219-240

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COELHO, G; TAKAKI, O resgate do espaço público como lugar de vivência: a experiência da ação cultural Hip-Hop sob o viaduto de Madureira no Rio de Janeiro. In: Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2009.

COUTINHO, Eduardo. "Gramsci: a comunicação como política". In: COUTINHO, E.G. et al. (orgs.) Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p.41-55.

DIAS, Heloisa. Mídia e Política: *A Cobertura de O Globo e a Eleição Municipal do Rio em 1992*. Dissertação. Mestrado. IUPERJ, 1995.

DOREEN, Massey. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DOUGLAS, M. O uso dos bens. In: DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologiado consumo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

DUARTE, Fábio. Crise das Matrizes Espaciais – arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2002.

E-BLACK. 15 anos de Rio Charme O bairro das escolas de samba tradicionais e do jongo comemora a debutância de sua filha mais nova: a black music. In: E-BLACK.

EL-KAREH, Almir C. *Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX*. In: OLIVEIRA, Marcio P; FERNANDES, Nelson N. 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj. EdUFF, 2010.

ENNE. Ana. *Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa*. In: II Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004.

______. *Infelizmente, os vândalos não tinham Youtube nem Facebook.* In: Baiúca do Baudelaire. http://baiucadobaudelaire.blogspot.com.br/2013/07/infelizmente-os-vandalos-nao-tinham.html

______. A "redescoberta" da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. In: pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano 3, número 4, semestral, março 2013.

______. Em "busca de dias melhores": cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. In: Rumores. Edição 12, ano 6, número 2, julho-dezembro 2012.

FAM, Beatriz. *Ausência da presença, presença da ausência: vestígios que não se pode apagar*. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo - Dossiê, Janeiro de 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FARIA, Patrícia. *A praia carioca, da colônia aos anos 90: uma(s) história(s)*. Revista Contracampo, n. 4 Ano 2000.

FAUSTINI, Marcus. Guia Afetivo da Periferia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

FERNANDEZ, A. C. F. Assim é o meu subúrbio: o projeto de dignificação dos subúrbios entre as camadas médias suburbanas de 1948 a 1957. 1995. 284f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, Rubem. A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro. In Romance Negro.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo, Loyola, 5 ed. 1999.

A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro. Editora Nau,
2005.
<i>De outros espaços</i> . [conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales]. 1967. : Pedro Moura. Disponível em: http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html .
<i>Microfísica do poder</i> . São Paulo. Editora Paz e Terra, 2004.
População, segurança e território. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ, Ed Vozes, 1997.
FRANCISCO, Dalmir. <i>Arrastão mediático e racismo no Rio de Janeiro</i> . Núcleo de Comunicação e Cultura das Minorias, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.
GAGNEBIN, Jeanne Marie. <i>Memória e (res)sentimento</i> : indagações sobre uma questão sensível. Orgs. Stella Bresciani e Márcia Naxara. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004. 552 p.
GARCIA MARQUES, Gabriel. Cem Anos de Solidão, Record. Rio de Janeiro:2010. Página 217.
Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.
GERSON, Brasil. <i>História das Ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
GOMES, Renato Cordeiro. <i>A cidade como arena da multiculturalidade</i> . Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Edição 1, 2004. Disponível em: http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/6/7 . Último acesso em: 03 maio 2014.
Todas as cidades, a cidade. Ed. Rocco. Rio de Janeiro, 1994.
<i>Babel do século XXI: do mito às mídias</i> . Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Volume 11, número 1, 2008 a. Disponível em: http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/285/253 . Último acesso em: 26 jun 2014.
GRAMSCI, A. <i>Cadernos do Cárcere, Rio de Janeiro</i> : Civilização Brasileira, 2001. (Caderno 12 – "Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais" – vol. 2, pp. 15-42).

HALBWACHS, Maurice. "*Memória coletiva e memória individual*". In: A memória coletiva. SP, Vértice, 1990, PP. 25-52.

HAESBAERT, Rogerio. O Mito da Desterritorialização. Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n°2, p. 15-46, jul./dez, 1997.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura*l. Editora Loyola, 6 ed. s/d.

_____. A Justiça Social e a cidade. Editora Hucitec: São Paulo, 1980.

HERSCHAMNN, Micael. *As Imagens das Galeras Funk Cariocas*. In: Linguagens da Violência. http://www.pcg.com.br/eblack/36.htm (acessado em Brasil: 08 jan 2014).

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. *Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.

IORIO, Patrícia. "Avenida Brasil" e o Subúrbio Carioca: apontamentos para um estudo sobre a telerrealidade na narrativa ficcional televisiva. In: Intercom, XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE, 2012.

JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 1988.

JEUDY, Henri-Pierre. *A crítica da estética urbana*. In: Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KAFKA, Franz. *Parábolas e fragmentos e cartas a Milena*. Trad. Geir Campos. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1987.

KOPYTOOF, Igor. *A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo*. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direto à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – uma reflexão de autoestima*. Record, Rio de Janeiro. 2001.

LEVY, Primo. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LISPECTOR, Clarice. A Paixão Segundo G.H. Editora Nova Fronteira, 1979.

KUNDERA, Milan. A insustentável leveza do ser. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.94.

MACIEL, Laura A. *Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado*. . In: OLIVEIRA, Marcio P; FERNANDES, Nelson N. 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj. EdUFF, 2010.

MARICATO, Emília. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. MARX, Karl. O fetichismo da mercadoria e o seu segredo. IN: O Capital, vol. 1 - Cap. 1 "Mercadoria". _____. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005. MATTOSO, R. A estética do Subúrbio. 2006. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso -Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, MENDONÇA, Kleber. "A onda do arrastão". In Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade, nº 7-8. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1-2 semestres de 1999, p. 267-282. ___. A inversão do olhar. XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010. _____. O Imperador da Chatuba: o jogador Adriano entre a delinquência e o discurso de "pacificação" da cidade. Intercom, 2010. __. Ruinas discursivas – a ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade. Tese (PPGCom – UFF. Niterói, 2007). MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias Geográficas: Espaços, cultura e política. Annablume: São Paulo, 2014. MOURA, Roberto. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro /. 2. ed. rev. pelo autor. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação de Cultura, 1995. MUNFORD, Lewis. A Cidade na História. Martins Fontes, 2004. NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: Projeto História. Revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, PUC/SP, 10, Nov/93, pp. 7-28. NORBERT, Elias. O processo civilizador. v.1 -2.ed.-Riode Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. O'DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013. OLIVEIRA, Marcio P; FERNANDES, Nelson N. 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj. EdUFF, 2010. ORLANDI, Eni. Análise de discurso – princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007. . As formas do silêncio. Campinas: Editorada UNICAMP, 1997.

_____. Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.

PASSOS, Edison. *Melhoramentos do Rio de Janeiro*. Revista do Clube de Engenharia, RJ, n. 73, maio junho de 1944

PÊCHEUX, Michel "O papel da memória", in ORLANDI, Eni (org.). Papel da memória. Campinas: Pontes, 1997.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

______. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RESENDE, Fernando. *A narratividade do discurso jornalístico: a questão do Outro*. Rumores (USP), v. 03, p. 01-12, 2009.

RICOUER, Paul. "*Tempo e narrativa. A tripla mímesis*". In: Tempo e Narrativa, vol. 1. Campinas: Papirus, 1994, pp. 93-147. Rio de Janeiro.

ROCHA, Aldair. *Cidade Cerzida – a costura da cidadania no morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Sumará, 2000.

RUBINO, Rejane. Sobre o conceito de dislexia e seus efeitos no discurso social. In: Estilos clin. v.13 n.24 São Paulo jun. 2008

SANTOS, Leonardo. *Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX*. In MNEME – Revista de humanidades, 12 (30), 2011 (jul./dez).

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: USP, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.* São Paulo: Boitempo, 2007

SENNETTT, Richard. Carne e Pedra; tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA JÚNIOR, Antônio Ferreira. *Leituras do caos urbano na obra de José Emilio Pacheco*. Tese Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. *O Novo Carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org. e introdução). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

SNOWLING, Margaret J. *Dislexia desenvolvimental: uma introdução e visão teórica geral*. Dislexia, fala e linguagem: um manual do profissional. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, p. 11-21, 2004.

SODRE, Muniz. A Ciência do Comum. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Rolf R. *As representações subalternas dos homens suburbanos*. . In: OLIVEIRA, Marcio P; FERNANDES, Nelson N. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj. EdUFF, 2010.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, Paula. *Dislexia: como identificar? Como intervir*. Rev Port Clin Geral, v. 20, n. 5, p. 13-30, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo* – Porque as notícias são como são. Vol 1. Florianópolis: Insular, 3 ed, 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: In: A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. *Territórios culturais na cidade do Rio de Janeiro*. In: JEUDY, Pierre Henry Jacques. Corpos e Cenários: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: Edufba, 2006.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 2000.

VIANA, Hermano. *Funk e Cultura*· *Popular Carioca*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 3, n. 6. 1990, p. 24254-3.

WILDEN, Anthony. "Comunicação", *Enciclopédia Einaudi*, v. 34, Lisboa: Imprensa Nacional, 2001(b), pp. 108- 203.

______. "Informação", *Enciclopédia Einaudi*, v. 34, Lisboa: Imprensa Nacional, 2001(a), pp. 11-77.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. São Paulo: Nova Cultural, 1999.